

**ANDARILHAR ATENTO
PELOS TERRITÓRIOS DA
EDUCAÇÃO, ARTE E CULTURA**

**PPGEAHC
2023**

ORGANIZAÇÃO

INGRID HÖTTE AMBROGI
ISABEL ORESTES SILVEIRA
MIRIAN CELESTE MARTINS
ROSANA MARIA PIRES BARBATO SCHWARTZ
CRISTIANO CAMILO LOPES

ANDARILHAR ATENTO PELOS TERRITÓRIOS DA EDUCAÇÃO, ARTE E CULTURA

SÃO PAULO



2023

São Paulo | SP | Brasil | POMello Digital | maio | 2023

PROJETO GRÁFICO: POMello Digital
FOTOGRAFIA DE CAPA: Mirian Celeste Martins
Há Mundos no Mundo, 2022

ISBN: 978-65-990027-3-1



ANDARILHAR ATENTO PELOS TERRITÓRIOS DA EDUCAÇÃO, ARTE E
CULTURA — Organização: Ingrid Hötte Ambrogi; Isabel Orestes Silveira; Mirian
Celeste Martins; Rosana Maria Pires Barbato Schwartz; Cristiano Camilo Lopes.

374 Páginas. II.

1. Arte. 2. Arte Educação. 3. História Cultural. 4. Comunicação. I.XXIX

Mostra de Pós-Graduação. II. III Mostra de Graduação. III. Título

CDD - 707.301 | ISBN: 978-65-990027-3-1

Os textos aqui apresentados, sua ortografia, suas referências e desenvolvimento são de inteira responsabilidade de cada autor / co-autor.

Realização da XXIX Mostra de Pós-Graduação e III Mostra de Graduação

Programa de Pós-Graduação em
Educação, Arte e História da Cultura
Universidade Presbiteriana Mackenzie (UPM)

Programa de Pós-Graduação em
Comunicação Social
da Universidade Metodista de São Paulo (UMESP)

Programas de Pós-Graduação Lato Sensu
da Faculdade Paulus
de Tecnologia e Comunicação (FAPCOM)

Centro de Educação, Filosofia e Teologia
Universidade Presbiteriana Mackenzie

ORGANIZADORES

INGRID HÖTTE AMBROGI

ISABEL ORESTES SILVEIRA

MIRIAN CELESTE FERREIRA DIAS MARTINS

ROSANA MARIA PIRES BARBATO SCHWARTZ

CRISTIANO CAMILO LOPES

COMISSÃO CIENTÍFICA

UPM _____

PROF^a. DR^a. ÂNGELA ZAMORA CILENTO

PROF. DR. CRISTIANO CAMILO LOPES

PROF. DR. JOÃO CLEMENTE DE SOUZA

PROF^a. DR^a. INGRID HÖTTE AMBROGI

Prof^a. Dr^a. Isabel Orestes Silveira

PROF. DR. MARCOS RIZOLLI

PROF^a. DR^a. MARIA DE FÁTIMA RAMOS DE ANDRADE

PROF^a. DR^a. MIRIAN CELESTE FERREIRA DIAS MARTINS

PROF. DR. PAULO FRAGA DA SILVA

PROF^a. DR^a. REGINA LARA SILVEIRA MELLO.

PROF. DR. SÉRGIO RIBEIRO DOS SANTOS

PROF^a. DR^a. SUZANA RAMOS COUTINHO

UMESP _____

Prof^a. Dr^a. Cilene Victor Silva

Prof^a. Dr^a. Deisy Fernanda Feitosa Roman

Prof^a. Me. Krishma Anaísa Coura Carreira

Dr^a. Camila Escudero

Dr. Ivan Paganotti

Prof. Dr. Fabio Botelho Josgrilberg

FAPCOM _____

Prof^a. Dr^a. Fernanda Louise Budag

Prof^a. Dr^a. Lilian Crepaldi de Oliveira

Prof^a. Dr^a. Isabel Orestes Silveira

Prof. Dr. João Elias Nery

Prof. Me. Fabio Alessandro Munhoz

COMISSÃO DE APOIO

Me. Débora Setton

Gislaine Pequeno

Glaucia Macedo Santos

Me. Leonardo Birche de Carvalho

Me. Lilian Soares da Silva

Me. Luana Guerrero Mucciolo

Me. Marcio Esdras Godoy

Mariana Minguini Rodrigues

Prof. Dr. Me. Mário Fernandes Ramires

Meire Rosendo Silva

COMISSÃO DE EVENTOS PPG EAHC-UPM _____

Prof. Dr. Cristiano Camilo Lopes

Prof^a. Dr^a. Ingrid Hötte Ambrogi

Prof^a. Dr^a. Isabel Orestes Silveira

Prof^a. Dr^a. Mirian Celeste Ferreira Dias Martins

Prof^a. Dr^a. Rosana Maria Pires Barbato Schwartz

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO, ARTE E HISTÓRIA DA CULTURA UNIVERSIDADE PRESBITERIANA MACKENZIE	13
Prof ^a . Dr ^a . Rosana M.P.B. Schwartz	
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO SOCIAL UNIVERSIDADE METODISTA DE SÃO PAULO (UMESP).....	15
Prof ^a . Dr ^a . Isabel Orestes Silveira	
PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU FACULDADE PAULUS DE TECNOLOGIA E COMUNICAÇÃO	17
Prof ^a . Dr ^a . Fernanda Louise Budag	

PONTES ENTRE O VISÍVEL E O INVISÍVEL

MEDIAÇÃO NO CLUBE “LEIA MULHERES”	22
Jayne de Lima Oliveira (FAPCOM)	
Orientadora: Prof ^a . Dr ^a . Lilian Crepaldi de Oliveira Ayala (FAPCOM)	
O FEMININO NO EXÉRCITO BRASILEIRO: ANDARILHAS EM BUSCA DA PLENA CIDADANIA	34
Sílvia Lúcia Pereira Duarte (PPGEAHC-UPM)	
Orientadora: Prof ^a . Dr ^a . Rosana Maria Pires B. Schwartz (PPGEAHC-UPM)	
MENOS ZEUS, MAIS NHANDERÚ: A IMPORTÂNCIA DO RESGATE DAS MITOLOGIAS INDÍGENAS BRASILEIRAS.....	48
Daniela Aimar Euzebio (UMESP)	
Orientador: Prof. Dr. Dimas A. Künsch (UMESP)	

POLÍTICAS DE PERTENCIMENTO: REFLEXÕES TEÓRICAS SOBRE O	
PERTENCIMENTO NAS FRENTES DE LUTA POR MORADIA	62
Francisco Marcio Marques dos Santos (UMESP)	
OrientadorA: Prof ^a . Dr ^a . Cilene Victor (UMESP)	

JORNALISMO HUMANITÁRIO INCLUSIVO – DA TEORIA À PRÁTICA:	
ESTUDO SOBRE A INCLUSÃO PROFISSIONAL DE JORNALISTAS COM PARALISIA CEREBRAL.....	76
Renata Juliotti (UMESP)	
Orientadora: Prof ^a . Dr ^a . Cilene Victor (UMESP)	

MARCOS SINALIZADORES

NARRATIVAS E CASOS DE ENSINO NO PROCESSO DE	
FORMAÇÃO DOCENTE: REFLEXÕES SOBRE A PRÁTICA.....	91
Regina Carvalho Calvo de Faveri (PPGEAHC-UPM)	
Orientadora: Prof ^a . Dr ^a . Maria da Graça N. Mizukami (PPGEAHC-UPM)	

MANIFESTAÇÕES DAS CULTURAS INFANTIS EM DIFERENTES TERRITÓRIOS:	
PERCURSOS HISTÓRICOS E CONTEMPORÂNEOS DO PROGRAMA CURUMIM	101
Ana Cristina de Souza (PPGEAH-UPM)	
Orientador: Prof. Dr. João Clemente de Souza Neto (PPGEACH-UPM)	

REFUGIADOS VENEZUELANOS COM DEFICIÊNCIA: REFÚGIO E	
INTERSECCIONALIDADE SOB AS LENTES DA COMUNICAÇÃO E DO JORNALISMO HUMANITÁRIO.....	115
Amanda Christina Pereira Sorio Ganzarolli (UMESP)	
Orientadora: Prof ^a . Dr ^a . Cilene Victor (UMESP)	

UMA HISTÓRIA GEOPOLÍTICA ILUSTRADA: PROGRAMAÇÃO E NARRATIVAS	129
Cintia Coelho da Silva (PPGEAHC-UPM)	
Orientadora: Prof ^a . Dr ^a . Isabel Orestes Silveira (PPGEAHC-UPM)	

MEMÓRIAS DOS CAMINHOS VIVIDOS

PELOTAS ICONOGRÁFICA – ONTEM E HOJE: CONHECER O PASSADO,	
COMPREENDER O PRESENTE E DIFUNDIR NO FUTURO POR MEIO DA FOTOGRAFIA.....	153
Lilian Soares da Silva (PPGEAHC-UPM)	
Orientadora: Prof ^a . Dra Ingrid Hotte Ambrogi (PPGEAHC-UPM)	

PALESTINOS NA AMÉRICA LATINA: O ESTUDO DA DIÁSPORA E DA COBERTURA DA MÍDIA SOBRE OS PALESTINOS.....	172
Ahmad Sad Alzoubi (UMESP)	
Orientadora: Prof ^a . Dr ^a . Cilene Victor da Silva (UMESP)	
ARNALDO JABOR COMO RECEPTOR: A DEMOCRACIA BRASILEIRA SOB OS OLHOS DE UM CINEASTA-JORNALISTA DE CLASSE MÉDIA URBANA.....	184
Gabriel Marques Fernandes (PPGEAHC-UPM)	
Orientadora: Prof ^a . Dr ^a . Rosangela Patriota Ramos (PPGEACH-UPM)	
PARA VER “ADELANTE”: UMA VISÃO DA COBERTURA DA MIGRAÇÃO VENEZUELANA NA IMPRENSA BRASILEIRA SOB AS LENTES DO JORNALISMO DE PAZ	193
Rodrigo Borges Delfim (UMESP)	
Orientadora: Prof. Dr ^a . Cilene Victor da Silva (UMESP)	
O ADOLESCENTE NOS SERVIÇOS DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS NO MUNICÍPIO DE OSASCO	206
Ana Caroline de Jesus (FAPCOM)	
Gislaine Barbosa dos Santos (FAPCOM)	
Taciana da Paz Freitas (FAPCOM)	
Orientadora: Prof ^a . Samara Kelly Xavier e Silva	
CAMINHOS ENTRE VIADUTOS E PONTES	
ESCUITA QUALIFICADA NO SUAS: METODOLOGIA FUNDAMENTAL	222
Celmar Brito de Sousa (FAPCOM)	
Paulo Felix Pinheiro (FAPCOM)	
Rafael Vieira Pires do Nascimento (FAPCOM)	
Roberta Beatriz Cirillo Attene (FAPCOM)	
Orientadora: Prof ^a . Samara Kelly Xavier e Silva (FAPCOM)	
O ENFOQUE DO MERCADO EDITORIAL À LITERATURA MILITANTE DE LIMA BARRETO: ANÁLISE DOS PARATEXTOS EM SUA OBRA DE FICÇÃO	237
Amanda de Moura Costa (FAPCOM)	
Orientadora: Prof ^a . Dr ^a . Lilian Crepaldi de Oliveira (FAPCOM)	
TEMA: CONTAÇÃO DE HISTÓRIAS NO AMBIENTE ORGANIZACIONAL: UM ESTUDO DESTA ESTRATÉGIA PARA PROMOVER O DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL	250
Flavio Lima Ponzio (PPGEAHC-UPM)	
Orientadora: Prof ^a . Dr ^a . Isabel Orestes Silveira (PPGEAHC-UPM)	

LIVROS INFANTIS PARADIDÁTICOS E INFORMATIVOS:

- POSSIBILIDADES DE CONVERGÊNCIA ENTRE CIÊNCIA E POESIA 269
Marina da Silva Daniel (FAPCOM)
Orientadora: Prof^a. DÍlvia Ludvichak (FAPCOM)

MIRANTES DE EXPERIMENTAÇÃO

IMPROVISAÇÃO, COMPOSIÇÃO E INTERPRETAÇÃO: PRODUÇÃO

- MUSICAL NO ENSINO MÉDIO COM O USO DE TECNOLOGIAS DIGITAIS 280
Fabio Sardo (PPGEHAC-UPM)
Orientadora: Prof^a. Dr^a. Mirian Celeste F. Dias Martins (PPGEAHC-UPM)

INFLUÊNCIAS CRIATIVAS ENTRE ARTISTAS,

- PROFESSORES E PESQUISADORES 288
Hugo Daniel Rizolli Moreira (PPGEAHC-UPM)
Orientadora: Prof^a. Dr^a. Regina Lara Silveira Mello (PPGEAHC-UPM)

COMO OS PROFESSORES DAS LINGUAGENS ARTÍSTICAS APRENDEM A

- ENSINAR? QUAL A FUNDAMENTAÇÃO DE SUA AÇÃO DOCENTE? 308
Daverson Marcelino (PPGEAHC-UPM)
Felipe Kasteckas (PPGEAHC-UPM)
Raquel Russo (PPGEAHC-UPM)
Orientadora: Prof^a. Dr^a. Maria da Graça N. Mizukami (PPGEAHC-UPM)

A ALTERIDADE NA COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA: UMA ANÁLISE

- COMPARATIVA DA ATUAÇÃO DO 'O CIDADÃO' DA MARÉ/RJ E 'DE OLHO NA
QUEBRADA' DE HELIÓPOLIS/SP DURANTE A PANDEMIA DO NOVO CORONAVÍRUS. 321
Louis Edoa (UMESP)
Orientadora: Prof^a. Dr^a. Cilene Victor (UMESP)

ACOLHIDA: DIMENSÕES DO PROCESSO SOCIOEDUCATIVO NO ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL..... 335

- Agnaldo Aparecido Geremias (PPGEAHC-UPM)
Orientador: Prof. Dr. João Clemente de Souza Neto (PPGEAHC-UPM)

PROFISSIONAL DE ARTE NA EQUIPE INTERDISCIPLINAR DE

- MULHERES NO PÓS-OPERATÓRIO DE CÂNCER 348
Edson Elidio (PPGEAHC-UPM)
Orientadora: Laura Ferreira de Rezende Franco (orientadora)
Coorientador: Prof. Dr. Marcos Rizolli (PPGEAHC-UPM)

MOSTRA DE GRADUAÇÃO

TOMADAS DE DECISÃO DE UMA DOCENTE BILÍNGUE- UM ESTUDO DE CASO.....	361
Mariana Leijoto Pinto Oliveira e Menezes	
Orientadora: Prof ^a . Dr ^a . Marili Moreira da Silva Vieira	
OS NOVOS HORIZONTES DA REFLEXÃO ÉTICA EM HANS JONAS E A NECESSIDADE DE REFORMULAÇÃO DO IMPERATIVO KANTIANO.....	364
William Cepkauskas Petrachini	
Orientador: Prof. Dr. Roger Fernandes Campato	
VOZ DOCENTE: A DOCÊNCIA NEGADA DAS PROFESSORAS DE EDUCAÇÃO INFANTIL NAS CRECHES PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE CARAPICUÍBA (SP).....	369
Emily Bomfim Souza	
Orientadora: Prof ^a . Dr ^a . Débora da Silva Cardoso	
CRIANÇA DA ERA DIGITAL: AS NARRATIVAS DE YOUTUBERS MIRINS E SUA INFLUÊNCIA NA EDUCAÇÃO E IDENTIDADE DA INFÂNCIA CONTEMPORÂNEA	371
Camila Blessa	
Orientadora: Prof ^a . Dr ^a . Debora da Silva Cardoso Silva	
O USO DE JOGOS DE TABULEIRO NA PERSPECTIVA DE ESTIMULAR COGNITIVAMENTE AS CRIANÇAS.....	373
Ana Carolina Guedes de Andrade	
Orientador: Prof. Dr. Ronê Paiano	



APRESENTAÇÃO

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO, ARTE E HISTÓRIA DA CULTURA UNIVERSIDADE PRESBITERIANA MACKENZIE

PROF^a. DR^a. ROSANA M.P.B. SCHWARTZ

COORDENADORA DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO, ARTE E HISTÓRIA DA
CULTURA DA UNIVERSIDADE PRESBITERIANA MACKENZIE.

As temáticas da XXIX Mostra de Pós-Graduação e III Mostra de Graduação, sob o fio condutor “Andarilhar atentos pelos territórios da Educação, Arte e Cultura”, costuram os envolvimento, os compromissos e os convívios entre os docentes e discentes das Redes de Pesquisa do Programa de Pós-Graduação em Educação, Arte e História da Cultura e da Graduação do Centro de Educação, Filosofia e Teologia da Universidade Presbiteriana Mackenzie, impulsionadas para a permanente reflexão e descoberta, de elementos construtivos da pesquisa. Desde a primeira edição buscam favorecer a estruturação dessas redes, com o objetivo de compartilhar e ampliar pesquisas interdisciplinares que impactam as humanidades em patamares variados e escalas de aplicação.

A Pós-Graduação e a Graduação, a partir das suas naturezas, são lugares de formação e de produção de conhecimento, motivos pelos quais precisam promover condições epistemológicas, metodológicas e técnicas, bem como, práticas relacionadas às orientações, participações em grupos de pesquisa, apresentações e publicações dos resultados desse processo com parceiros locais, regionais, nacionais e internacionais.

A lide inovadora, criativa e crítica promovida pela Mostra, com conhecimento sistemático é mediação fundamental para que se garanta práticas investigativas comprometidas com as ciências humanas e com a construção da cidadania. Dessa forma, além de privilegiar temáticas socialmente relevantes, formar pesquisadores e ampliar parcerias que resultem em articulações

teórico-empíricas, neste ano, contamos com o diálogo entre o Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Universidade Metodista de São Paulo (UMESP) e com os Programas de Pós-Graduação Lato Sensu da Faculdade Paulus de Tecnologia e Comunicação (FAPCOM).

Essa vivência acadêmica científica e prática asseguram resultados fecundos.

Boa Leitura!

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO SOCIAL UNIVERSIDADE METODISTA DE SÃO PAULO (UMESP)

PROF^a. DR^a. ISABEL ORESTES SILVEIRA

O Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Metodista de São Paulo (UMESP), apresenta o resultado dos artigos aprovados para a XXIX Mostra de Pós-Graduação e III Mostra de Graduação: Andarilhar atento pelos territórios da educação, arte e cultura, realizado no ano de 2022 pelo Programa de Pós-Graduação em Educação, Arte e história da Cultura da Universidade Presbiteriana Mackenzie.

A Universidade Metodista de São Paulo oferece, diferentes cursos de Pós-Graduação, dentre eles destacou-se na XXIX Mostra, dois programas stricto sensu: o de Ciência da Religião e o de Comunicação (ambos mestrado e doutorado).

O objetivo do primeiro é oferecer aos alunos uma formação acadêmica sólida e aprofundada em temas relacionados à religião, cultura e sociedade. Durante o curso, os alunos estudam as principais correntes e tradições religiosas do mundo, bem como as questões teóricas e metodológicas envolvidas no estudo da religião. Além disso, são abordados temas como ética, filosofia da religião, teologia e história das religiões. O curso é voltado para graduados em áreas como teologia, filosofia, sociologia, antropologia, história, psicologia e ciências humanas em geral.

O Programa de Pós-Graduação em Comunicação, tem como objetivo aprofundar o conhecimento teórico e prático em diversas áreas da comunicação, como jornalismo, publicidade e propaganda, relações públicas, dentre outros. O curso é voltado tanto para profissionais da área que desejam se especializar quanto para pessoas que buscam uma formação acadêmica mais aprofundada.

Os alunos da UMESp estão envolvidos em orientações de mestrado e douto-

rado e participam em diferentes grupos de pesquisa.

Por isso, as produções autorais que os leitores poderão encontrar são resultados de pesquisa no campo da comunicação de riscos, do jornalismo humanitário e de paz e suas interfaces com temáticas como conflitos, guerras, sustentabilidade, desastres e mudanças climáticas. A ênfase pela pesquisa e desenvolvido de projetos focados no papel da comunicação no contexto das mudanças climáticas, da sustentabilidade e da redução de riscos de desastres – RRD, evidencia a preocupação dos autores com os dilemas atuais de diferentes territórios.

A parceria em rede entre os programas de Pós-Graduação UMESP, FAPCOM e UPM, favoreceu o diálogo interdisciplinar promovendo ricas trocas durante as sessões temáticas que acolheram narrativas que associaram os impactos das mudanças climáticas à crise humanitária, com foco nas migrações forçadas. Temas caros que visam ampliar o diálogo sobre a cultura da paz e da justiça, necessária em diversos países. Tais assuntos discutidos entre pares puderam estimular o debate e a reflexão crítica.

PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU FACULDADE PAULUS DE TECNOLOGIA E COMUNICAÇÃO

PROF.^a. DR.^a. FERNANDA LOUISE BUDAG

PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU FACULDADE PAULUS DE TECNOLOGIA E
COMUNICAÇÃO (FAPCOM)

Os programas de Pós-graduação Lato Sensu da Faculdade Paulus de Tecnologia e Comunicação (FAPCOM) estão representados nesta obra com cinco trabalhos que atravessam as discussões de dois cursos da instituição: Especialização em Produção Editorial e Especialização em Gestão e Serviços do Sistema Único de Assistência Social – SUAS. Os dois cursos, ainda que falando de campos bastante distintos, dialogam do sentido de que visam, cada um a seu modo e com suas ferramentas, a construção de cidadania e emancipação.

O programa de pós-graduação em Produção Editorial visa a formação do editor enquanto curador de conteúdo, essa figura que acaba sendo ainda mais essencial em um cenário como o atual de profusão de informações – e desinformações. Ter esse viés curatorial é importante para a formação de catálogo da editora (construção de uma identidade editorial sólida), mas também pela curadoria como mediação com os leitores, colaborando no direcionamento de suas leituras nesse mar de informação.

Já o programa de pós-graduação em Gestão e Serviços do SUAS promove, aos profissionais da Política Nacional de Assistência Social e ao trabalhador que atua na gestão dos serviços, programas e projetos do SUAS (no poder público ou nas diferentes organizações da sociedade civil), o entendimento da complexidade da dinâmica social visando questionar sua prática mantendo a perspectiva ética. Nesse sentido, essa formação procura contribuir para a promoção do exercício pleno da cidadania buscando a superação de todas as formas de exclusão, assim como a construção de espaços que garantam relações sociais emancipatórias.

Desse escopo, os textos aqui apresentados percorrem os campos da cultura, da sociedade e da educação, que são todas dimensões da vida humana caras ao trabalho social que aparece sobretudo em dois trabalhos: de Jesus, Santos e Freitas; e de Souza, Pinheiro, Nascimento e Attene, sintetizados a seguir.

Assumindo uma pesquisa qualitativa mista entre análise bibliográfica e pesquisa de campo, as autoras Ana Caroline de Jesus, Gislaine Barbosa dos Santos e Taciana da Paz Silva Freitas, sob orientação da professora Me. Samara Kelly Xavier e Silva, no texto “O adolescente como sujeito da política de assistência social no município de Osasco”, visam compreender como se dá o acesso de adolescentes inseridos no SUAS nos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos da Proteção Social Básica do município de Osasco. Partindo do contexto em que os serviços específicos para adolescentes, ainda que ofertados na proteção social básica, estão concentrados na Proteção Social Especial, ou seja, quando as situações de violação de direitos já se concretizaram, a pesquisa demonstra que, nas normativas legais, crianças e adolescentes têm prioridade de acesso às políticas públicas; entretanto, na prática, os adolescentes não têm a mesma oferta de serviços que as crianças.

Já o texto “Escuta qualificada no SUAS: metodologia fundamental”, de Celmar Brito de Souza, Paulo Felix Pinheiro, Rafael Vieira Pires do Nascimento e Roberta Beatriz Cirillo Attene, também sob orientação da professora Me. Samara Kelly Xavier e Silva, tem por objetivo analisar e ampliar o conhecimento da importância e necessidade de aplicação da escuta qualificada enquanto metodologia essencial para o SUAS, a fim de aprimorar a qualidade profissional do SUAS para com seus atendidos. A relevância deste estudo se intensifica ainda mais diante da ausência de debates teóricos nesta perspectiva e do contexto político-social vivenciado na pandemia de Sars-Cov-2 (Covid-19), que destacou a necessidade do trabalho colaborativo na Assistência Social. Sendo a escuta ativa uma metodologia que compreende a pessoa atendida em toda a sua totalidade e como protagonista de sua história, o estudo amplia o debate a respeito do assunto e ressalta sua relevância no âmbito profissional.

As dimensões tratadas nos dois textos que acabam de ser mencionados servem de base e impulsionam a construção de narrativas de si enquanto forma de produção de sentidos voltadas para desenvolvimento humano e que têm potencial, portanto, de impulsionar a produção do livro como suporte relevante para difusão de universos simbólicos. Assim, também compondo esta obra, temos três textos que seguem essa outra frente de reflexão, a dos livros, da produção editorial, da literatura e da leitura.

De dentro de um contexto histórico de cerceamento à mulher e mais particularmente à produção literária feminina, em “Mediação no clube ‘Leia Mulheres’” Jayne de Lima Oliveira, orientada pela professora Dr^a. Lilian Crepaldi de Oliveira Ayala, propõe discutir se e de que forma a mediação no Clube Leia Mulheres – clube de leitura formado em 2015 em São Paulo com o objetivo de valorizar a produção intelectual feminina – interfere na experiência social e subjetiva das participantes. A partir de pesquisa bibliográfica, a autora chega à conclusão de que a mediação interfere na experiência das participantes, mas leva-se em conta que a leitura não é um ato passivo, que as participantes têm voz ativa nas discussões, e levam suas próprias impressões e experiências pessoais para o espaço de debate. Oliveira sublinha ainda que, ao criar um ambiente de protagonismo feminino, a proposta do clube é emancipatória.

Por sua vez, Amanda de Moura Costa, novamente com orientação da professora Dr^a. Lilian Crepaldi de Oliveira Ayala, em “O enfoque do mercado editorial à literatura militante de Lima Barreto: análise dos paratextos em sua obra de ficção”, investiga a vida do autor supracitado sob o viés de sua “literatura militante”, dando enfoque à forma como o mercado editorial aborda esse aspecto, por meio da análise de paratextos em quatro edições de sua obra de ficção. Lima Barreto, romancista e cronista do início do século XX, negro e periférico, pregava uma literatura munida de função social, divergindo da maioria de seus contemporâneos. Por exemplo, o autor vivenciou e retratou a questão do nepotismo, a burocracia exacerbada, o racismo estrutural, a exaltação às culturas imperialistas e o crescimento dos subúrbios, principalmente no contexto do Rio de Janeiro. Através de pesquisas bibliográficas e exploratórias, Costa defende que é possível observar que a abordagem e os pontos enaltecidos modificam nas edições, dialogando com a época de publicação ou promovendo determinados anacronismos. Ao longo da análise descrita no artigo, Costa deixa ver que os paratextos das edições estudadas acompanham a evolução de discussões e pautas raciais e sociais, além de manifestar pensamentos da época de sua publicação: como as questões de representatividade e lugar de fala, em textos mais recentes.

Já no texto “Livros infantis paradidáticos e informativos: possibilidades de convergência entre ciência e poesia” Marina da Silva Daniel, orientada pela professora Dr^a. DÍlvia Ludvichak, tem como ponto de partida a reflexão a respeito dos livros infantis paradidáticos e informativos que, tendo a característica de informar sobre algum tema, podem ser importantes aliados no processo de ensino e aprendizagem. Com uma proposta ousada e arejada, a partir do questionamento de quais seriam os possíveis meios de potencializar a efetividade e o alcance dos livros paradidáticos e informativos de ciências,

Daniel propõe que a sua construção seja feita utilizando-se o gênero poético. Desse modo, embasada em referências do campo literário e poético, sua investigação tem como objetivo identificar os benefícios da convergência entre o gênero poético e a ciência a fim de produzir livros infantis paradidáticos e informativos. Como resultado, a autora apresenta razões para incentivar a construção de livros infantis paradidáticos e informativos com o gênero poético, visando favorecer o ensino e aguçando a aprendizagem de forma sensível, por meio de todos os recursos disponíveis.

De todo esse caminho percorrido, o ponto de chegada é uma encruzilhada. Não encruzilhada enquanto embate de pensamentos, mas enquanto vínculo, que é a luta em comum. O mundo editorial e as políticas públicas andando juntos como promotores de cidadania plena. Transportar conhecimento, como nos fazem os livros – seja a poesia e a ficção com toda a sua potência imaginativa ou a não ficção e seu caráter de denúncia –, é contribuir para a construção da cidadania, enquanto prática que permite gerar pertencimento, tanto quanto as políticas públicas implicadas e preocupadas.

MEDIADORA: PROF^a. DR^a. REGINA
LARA SILVEIRA MELLO (UPM)



Pontes entre o visível e o invisível

MEDIAÇÃO NO CLUBE “LEIA MULHERES”

JAYNE DE LIMA OLIVEIRA (FAPCOM)¹

ORIENTADORA: PROF.^a. DR.^a. LILIAN CREPALDI DE OLIVEIRA AYALA (FAPCOM)²

RESUMO: Em 2015, três amigas paulistanas se uniram para criar o clube de leitura “Leia Mulheres”, com a proposta de ler apenas obras, clássicas ou contemporâneas, de autoria feminina. O objetivo é aumentar a visibilidade da produção intelectual feminina e ocupar espaços que antes eram reservados aos homens. Passando por questões de gênero e formação da leitora, com base em textos de Virginia Woolf (2014), Marija Lajolo e Regina Zilberman (2019), Roger Chartier (1999), M. Certeau (1998), entre outros, esse texto discute se e de que forma a mediação no clube “Leia Mulheres” interfere na experiência social e subjetiva das participantes.

PALAVRAS-CHAVE: Leia Mulheres, gênero, clubes de leitura.

#readwomen2014 e o clube “Leia Mulheres”

Em 1929, Virginia Woolf publicou o ensaio *Um teto todo seu*, em que discorre, ao longo de todo o texto, sobre as dificuldades que as mulheres enfrentavam para escrever. De acordo com a autora, “uma mulher precisa ter dinheiro e um teto todo seu, um espaço próprio, se quiser escrever ficção” (WOOLF, 2014, p. 12). Oitenta e cinco anos depois, em 2014, a ilustradora inglesa Joanna Walsh, instigada pela disparidade entre homens e mulheres no mercado literário, publicou, no *The Guardian*, o texto *Will #readwomen2014 change our sexist reading habits?*³, convidando os leitores a olharem para

1 Jayne de Lima Oliveira é jornalista e especialista em produção editorial pela Faculdade Paulus de Tecnologia e Comunicação.

2 Lilian Crepaldi é doutora em Comunicação e graduada em Jornalismo e em História. Leciona na Universidade Municipal de São Caetano do Sul e na Faculdade Paulus de Comunicação.

3 Em tradução livre: O #leiamulheres2014 mudará nossos hábitos sexistas de leitura?

as próprias estantes e observarem quantas obras eram de autoria feminina. A provocação de Walsh mostrou que as mulheres, apesar de produzirem tanto quanto os homens, continuavam invisibilizadas e que as dificuldades que envolviam a produção literária feminina à época do ensaio de Woolf seguem até a atualidade. De acordo com uma pesquisa da Universidade de Brasília (UnB), mais de 70% dos livros publicados entre 1965 e 2014 no Brasil foram escritos por homens, principalmente brancos do eixo Rio–São Paulo (VERGÍLIO, 2021). Ao se olhar os grandes eventos e premiações literárias, também é clara a pouca presença de mulheres: ao longo dos 119 anos de Prêmio Nobel, apenas 16 autoras foram laureadas⁴. Já no bestseller 1001 livros para ler antes de morrer, menos de 20% das obras foram escritas por mulheres (PACHECO, 2019).

O texto de Walsh se espalhou pelas redes sociais até chamar a atenção de três amigas paulistanas: Juliana Gomes, Juliana Leuenroth e Michelle Henriques se uniram para criar, em 2015, o clube “Leia Mulheres” – uma tradução direta da tag criada por Walsh – que, como o próprio nome aponta, tem o objetivo de valorizar a produção intelectual feminina, isto é, incentivar a leitura de obras clássicas ou contemporâneas escritas por mulheres.

Hoje, seis anos depois, os encontros do clube “Leia Mulheres” estão presentes em mais de 160 municípios em todos os estados brasileiros e no exterior – Portugal, Suíça e Alemanha – e contam com mais de 300 mediadoras. Além do clube ter conquistado os espaços físicos, também ganhou relevância e popularidade virtual: a tag #leiamulheres hoje é usada para além das discussões do grupo e amplamente difundida nas redes sociais – inclusive com variações, como #leiamulheresnegras e #leiamulheresindigenas que, assim como a tag original, buscam preencher uma falha social e do mercado que muitas vezes marginaliza mulheres não-brancas e/ou fora do eixo sul-sudeste.

A busca por espaços coletivos de leitura tem se intensificado nos últimos anos, seja por iniciativa de amigas que se reúnem para discutir uma mesma obra, por iniciativa de cafés, de livrarias ou até mesmo de editoras, ou pelo incentivo feito por influencers – bookstagramers, booktubers, booktwitchers, booktokers – e o sucesso do próprio “Leia Mulheres” pode ser um dos responsáveis pelo aumento dessa busca: ao analisar a expansão do clube, Rossi e Brignol (2020) observaram um crescimento mais acelerado nos últi-

4 Louise Glück (2020); Olga Tokarczuk (2018); Svetlana Alexijevich (2015); Alice Munro (2013); Herta Müller (2009); Doris Lessing (2007); Elfriede Jelinek (2004); Wisława Szymborska (1996); Toni Morrison (1993); Nadine Gordimer (1991); Nelly Sachs (1966); Gabriela Mistral (1945); Pearl Buck (1938); Sigrid Undset (1928); Grazia Deledda (1926), e Selma Lagerlöf (1909).

mos três anos: 22,2% dos encontros existem há menos de um ano e 29,6% acontecem há mais de três anos.

Em entrevista à *Elle Brasil*, em março de 2021, Juliana Leuenroth explica que, com a expansão dos encontros para outras cidades, viu-se a necessidade de criar algumas diretrizes padrão que todas as mediadoras devem seguir. Além de todos os livros escolhidos serem escritos por mulheres,

o encontro precisa ser realizado em um espaço aberto e também tem que ser aberto ao público. Homens podem participar do clube, mas somente mulheres podem ser mediadoras. A escolha do espaço deve ser de fácil acesso. O livro deve respeitar alguns critérios como não ser caro e nem ser um título esgotado. (VERGÍLIO, 2021).

As diretrizes criadas pelas sócias mostram que o clube busca ser um espaço de protagonismo feminino, ainda que não seja restrito às mulheres. Portanto, é impossível falar do “Leia Mulheres” sem considerar as questões de gênero que permeiam a sociedade, afinal, a iniciativa surge da necessidade de diminuir a desigualdade existente entre homens e mulheres no mercado literário. No clube, como coloca Pacheco (2017), “o gênero funciona como uma demanda central nessas mediações e um ponto de encontro entre elas [as participantes] para que, a partir disso, sejam feitas articulações sobre os assuntos abordados nas obras”.

Propõe-se, então, o seguinte problema de pesquisa: de que maneira a mediação no “Leia Mulheres” influencia a experiência da leitura das participantes?

Como são formadas as leitoras?

A educação das mulheres sempre foi direcionada e cerceada por homens e instituições de poder, como coloca Chartier (1999, p. 109): “durante muito tempo, a leitura das mulheres foi submetida a um controle que justificava a mediação necessária do clero, por temor das interpretações selvagens, sem garantia do poder”. Certeau (1998, p. 267) complementa que “a utilização do livro por pessoas privilegiadas o estabelece como um segredo do qual somente eles são os ‘verdadeiros’ intérpretes [...] Deste ponto de vista, o sentido ‘literal’ é o sinal e o efeito de um poder social, o de uma elite.”

Na Europa, foi só a partir do século XVII que se iniciaram as discussões sobre a educação da mulher. Ainda assim, segundo Lajolo e Zilberman (2019), ela acontece porque a burguesia precisa se fortalecer e chamar atenção de grupos religiosos

que assumem o papel de preparadores das novas gerações. [...] É mister preparar a mulher para assumir as funções domésticas de que a nova camada emergente carece, destacando-se entre estas a educação das crianças. (LAJOLO e ZILBERMAN, 2019, p. 318-319).

A partir desse momento, a literatura passa a se beneficiar de transformações trazidas pelo avanço da educação do público feminino e se observa, então, um aumento de obras em prosa, com tendência épica e narrativas envolventes; surgem novos gêneros, como o romance de folhetim⁵, e “valoriza-se a personagem feminina como protagonista de grandes amores” (LAJOLO e ZILBERMAN, 2019, p. 319). Apesar do aquecimento na economia e no mercado literário impulsionados pela entrada de um novo grupo de leitoras, no século XVIII, a questão da educação feminina volta a ser tópico de discussão. Enquanto mulheres leitoras desagradavam pais e maridos, o lucro advindo do novo público agradava aos comerciantes:

Condenam-se gêneros e preferências, por produzir efeitos supostamente deletérios; e acusa-se de vicioso o gosto de ler, por desviar a mulher das tarefas domésticas. [...] Assim, se a educação das mulheres era vital para consolidar a revolução burguesa, ela também acarretava riscos, corporificados nos livros lidos, na cultura adquirida, na igualdade que se esboçava. [...] A instrução, concretizada em saber e ação, tornava-se perigosa e cabia advertir para a importância de se fixarem os limites e censurar os excessos (LAJOLO e ZILBERMAN, 2019, p. 320).

Cabe lembrar que, como coloca Borges (2020, p. 278 - 279),

os homens, patrocinados e resguardados por códigos e discursos, os quais, para eles confiscaram o direito legítimo de autoridade, impuseram-se no espaço social [...] das mulheres, esperavam-se a obrigação e os limites do privado, razão pela qual sua existência e, por extensão, sua leitura, fizeram-se atravessadas do silêncio e do lar.

Como pode-se observar, leitura e escrita sempre estiveram associadas ao poder e, portanto, utilizadas como forma de dominação (BORGES, 2020). Em resposta a essa manutenção de poderes que tem interesse em manter as mulheres subjugadas, presas ao privado, cabe a analogia dos espelhos de Woolf (2014, p. 54): “as mulheres têm servido há séculos como espelhos, com poderes mágicos e deliciosos de refletir a figura do homem com o dobro

5 Um tipo de publicação seriada em jornais ou revistas, que surgiu na Europa e se tornou popular no século XIX.

do tamanho natural”.

Entender como se dá essa relação de poderes e de gênero na leitura é essencial para compreender também o porquê é relevante que o clube “Leia Mulheres” proponha que as mediadoras das discussões sejam mulheres e que os encontros aconteçam sempre – pré-pandemia, quando ainda aconteciam de forma presencial – em espaços públicos. O fato de mulheres se apropriarem da leitura é também uma forma de questionar, de resistir, aos sistemas vigentes. Nesse sentido, Certeau (1998, p. 268) afirma que “a criatividade do leitor vai crescendo à medida que vai decrescendo a instituição que a controlava”, portanto, “ler é peregrinar por um sistema imposto” (CERTEAU, 1998, p. 264).

Leitura e mediação no clube “Leia Mulheres”

A leitura não é um ato natural: é, ao mesmo tempo, “um fenômeno cultural que precisa ser ensinado para ser processado” (PACHECO, 2019, p. 194) e um ato cheio de significados, que “converge com inúmeros processos da organização da sociedade” (BORGES, 2020, p. 277). Como coloca Borges (2016, p. 16), “a leitura é um dos meios pelo qual o sujeito adquire informações e conhecimentos necessários para estabelecer e manter relações com outros sujeitos, sendo um processo fundamental na constituição de uma sociedade”. Isto é, o leitor se apropria do texto e, a partir de suas próprias experiências e conhecimentos prévios, dá a ele significado, ou seja, “toda leitura modifica seu objeto” (CERTEAU, 1998, p. 264).

Se um mesmo texto pode ter diversas interpretações, a depender do conhecimento prévio de mundo – seja acadêmico ou social – de quem o lê e do contexto no qual o texto é escrito e apresentado, é possível afirmar que o leitor imprime no texto suas impressões e experiências e, deste modo, o transforma e por ele é transformado (CERTEAU, 1998, p. 261). “Em outras palavras, o ato de ler possui projeções de leituras individuais e específicas de cada leitor, membro de uma determinada comunidade” (BORGES, 2016, p.16). Uma vez que “a mediação é circulação de significados, através da qual intertextualidades infundáveis tentam compreender o mundo” (PACHECO, 2019, p. 196), a leitura pode, por si só, ser considerada uma forma de mediação.

No “Leia Mulheres”, a mediação dos encontros é sempre feita por uma mulher, é voluntária e o clube é completamente gratuito para quem o medeia e para as participantes. Em cada encontro, a mediadora tem liberdade para trabalhar as discussões como desejar, de acordo com o que considera melhor para o grupo que guia. Isto é, desde que siga as diretrizes básicas esti-

puladas pelas criadoras do clube: que a mediação seja feita por uma mulher, que o livro escolhido seja de autoria feminina, não seja caro, esteja disponível em livrarias e, por último, que o encontro seja realizado em um espaço público. Vale dizer que, a partir de março de 2020, com a quarentena global forçada pela pandemia de coronavírus, os encontros passaram a ser on-line. Como o livro vai ser escolhido, se por vontade da mediação ou votação em grupo, fica a critério de cada cidade. No caso do “Leia Mulheres” de Brasília, a mediadora Maria Clara de Oliveira, em entrevista ao canal do Youtube Elas na escrita, conta que:

A gente sempre vota o livro com dois meses de antecedência, que é para todo mundo ter tempo de procurar. Então, antes do encontro acontecer, a gente já pede as sugestões do pessoal que participa, todo mundo vai indicando e eu e a Mariana a gente faz meio que um levantamento dos livros que estão sendo mais discutidos no WhatsApp e no Facebook, dentro do nosso grupo, e como é que tá a disponibilidade deles nas livrarias e nas editoras. A partir daí, a gente fecha uma lista para ser votado nos encontros, com as pessoas que vão no encontro, todo mundo tem direito a um voto para poder escolher o livro de dali a dois meses. (PROJETOS LITERÁRIOS, 2018).

Também não existe um controle ou divulgação centralizada dos encontros. Aqui, de novo, cada mediadora é responsável e livre para encontrar e gerenciar a comunicação que achar mais adequada para a realidade do grupo. Por isso, nas redes sociais é possível encontrar vários perfis diferentes, geralmente nomeados como “Leia Mulheres” + o nome ou sigla da cidade (@leiamulheressp, por exemplo). E os grupos também variam: alguns são perfis de divulgação no Instagram, outros são grupos fechados no Facebook. A escolha, como já foi observado, é feita com o objetivo de ser funcional para a realidade daquela cidade e/ou encontro e leva em conta o acesso e até faixa etária das participantes.

No Instagram, o perfil @_leiamulheres, oficial do clube, se dedica a divulgar alguns encontros de cidades variadas e eventos nacionais ou internacionais com a presença das fundadoras. Além disso, destaca eventos e premiações, dá dicas de leituras e divulga, anualmente, a lista do desafio #leiamulheres, que consiste na leitura de um tema que varia todo mês, por exemplo: ler uma autora da região nordeste, ler uma autora da Oceania ou ler um livro com temática LGBTQIA+.

Os perfis dos encontros nas redes sociais, principalmente no Instagram, funcionam primordialmente como um mural de avisos, em que a mediadora di-

vulga a obra e autora escolhida do mês, junto à data do encontro e o local – ou, durante a pandemia, o link do encontro on-line – e poucos comentários do público são feitos. A maioria é de participantes dos encontros marcando perfis de amigas ou conhecidas, sem comentários adicionais ou específicos sobre os encontros.

A comunicação oficial do clube, que contém a lista completa de cidades com encontros ativos e a lista de livros lidos, contato, participação na mídia entre outras coisas, está no site <https://leiamulheres.com.br/>, gerenciado pelas fundadoras Juliana Gomes, Juliana Leuenroth e Michelle Henriques.

Como os livros são escolhidos por cada mediadora com ou sem a ajuda dos participantes, não existe uma lista universal de leitura do “Leia Mulheres”, que deve ser seguida, e, por isso, a leitura de muitas obras se repetem em diferentes cidades. É o caso da leitura de Virginia Woolf: de acordo com os dados disponíveis no site “Leia Mulheres”, entre 2016 e 2021, no Estado de São Paulo, a autora foi lida 17 vezes, em cidades diferentes. O ensaio Um teto todo seu foi lido 13 vezes. As outras obras discutidas foram As mulheres devem chorar..., Mrs. Dalloway, Flush e Orlando.

Embora não tenham um roteiro a ser seguido, os encontros geralmente começam com uma breve apresentação, como conta Mariana Ávila, também mediadora do “Leia Mulheres” de Brasília (PROJETOS LITERÁRIOS, 2018):

A gente começa fazendo uma breve apresentação do livro. Título, autora, e pergunta se o pessoal gostou, se não gostou, e a partir daí a conversa vai fluindo. Acho que hoje em dia já flui até mais naturalmente. Tem gente que já chega querendo falar o que gostou ou o que não gostou do livro e aí vai fluindo.

A combinação de leitura, mediação e gênero no “Leia Mulheres” cria uma comunidade de trocas que fortalece a experiência subjetiva das participantes do encontro. Ainda que a leitura seja um processo individual, “o sentido de um texto está sempre aberto a novas interpretações” e a “apropriação entre texto e leitor acontece dentro do social” (BORGES, 2016, p. 15-16), uma vez que contexto, interpretação e motivação interferem no ato da leitura, a troca feita entre a mediadora e as participantes nos encontros do “Leia Mulheres” é enriquecedora não só porque colabora para a manutenção das relações sociais, mas também para a construção subjetiva de cada uma das pessoas presentes, já que há múltiplas visões de um mesmo texto.

Em entrevista concedida ao canal do Youtube Lugar de Fala, Juliana Gomes, uma das fundadoras do “Leia Mulheres”, comenta sobre sua experiência como mediadora no primeiro encontro do clube, que aconteceu na cidade de São Paulo, em março de 2015:

A gente resolveu montar o clube na Blooks daqui e o primeiro foi sobre a Sylvia Plath e foi cheio. Eu nunca tinha feito clube de leitura e essa coisa da aproximação com as pessoas que leem e as impressões foi muito bacana. Relacionar a experiência pessoal – nada teórico, nada técnico, é experiência pessoal de leitor mesmo – foi muito legal. (#EPISÓDIO 4, 2016).

A mediadora do encontro de Brasília, Maria Clara Oliveira, comenta: “a maior parte das vezes, os temas dos livros vão se ampliando e vão entrando na vida de cada uma. Tem gente que compartilha coisas que viveu com o grupo por causa do livro. É meio que um chamariz para a nossa vida” (PROJETOS LITERÁRIOS, 2018). É possível, portanto, observar que a identificação com as experiências das personagens e com outras participantes é recorrente nos encontros.

Os encontros são abertos ao público. Isto é, todos podem participar, independentemente do gênero com o qual se identificam ou da idade. Embora a maioria das participantes sejam mulheres, Maria Clara Oliveira (PROJETOS LITERÁRIOS, 2018) fala sobre a participação de homens nos encontros:

É “Leia Mulheres” e não “mulheres, leiam”! Às vezes eles se sentem um pouco encabulados porque são o único participante homem no encontro, aí dizem; “ah, não quero falar muito”, mas depois de um tempo de discussão eles já vão se soltando, vão conversando também.

Contudo, a influência da mediação na experiência dos participantes do clube, como lembra Pacheco (2019, p. 197), começa antes dos encontros:

o próprio fato de seguir um livro indicado pelo clube e ajustar a leitura para posteriormente comentar com outras pessoas já adapta o modo de encarar determinada obra. [...] Ainda assim, a dinâmica do clube de leitura pode alterar as impressões previamente construídas e desviar a conversa para lados imprevisíveis.

Deste modo, ao se encontrarem para discutir a obra escolhida no mês, as “questões de gênero se materializam, refletindo sobre situações ocupadas pelo conceito de feminino na sociedade” (PACHECO, 2019, p. 202).

Para Borges (2016, p. 15-17), “o homem não pode ser compreendido fora da sua realidade social, e como um ser social por natureza, ele depende de trocas interacionais com o outro para se desenvolver” e “a mediação é uma ação que propicia uma apropriação que satisfaça as necessidades do receptor”, nesse sentido, vale o que coloca Pacheco (2019, p. 202) que, sobre

a apropriação da leitura de autoras, diz:

*[...] ler mulheres não é somente ler. Tal ato representa desin-
vibilização do trabalho de escritoras preteridas pelo cânone
literário. Representa a tomada de voz por essas mulheres es-
critoras e por essas mulheres leitoras que conseguem trazer
à luz discursos minoritários e criar vários paralelos entre os
livros que leem e suas próprias vidas, fazendo com que o
gênero seja um elo nas mediações propiciadas pela leitura e
pela instância de sociabilidade.*

E o comentário de Borges (2020, p. 281-282), sobre como o “Leia Mulhe-
res” ocupa espaços públicos e colabora para a apropriação de espaços que
antes eram de privilégio exclusivo dos homens, agora pelo protagonismo
feminino:

*[...] tem-se os clubes de leitura, cujos encontros ocorrem justamen-
te em locais anteriormente percebidos como espaços de privilégio
dos homens, isto é, nos espaços públicos. [...] Entretanto, diferen-
temente do que se propunha no passado, a participação dos sujei-
tos nesses debates foge aos domínios do masculino, recodificando,
assim, os limites do público como local dos homens distante dos
argumentos e funções sociais que acarretavam legitimidade e ex-
clusões.*

Ainda neste sentido, a mediadora do “Leia Mulheres” de Alfenas (MG), em
reportagem concedida à TV Alfenas, diz que o clube dá visibilidade às mu-
lheres, e

*a gente acaba protagonizando nos espaços em que a gente circula
e não só na literatura, porque a gente consegue se aproveitar dos
espaços públicos e inclusive mostrar que a gente tá aqui, que a rua
pertence à gente. Então se expande para além da literatura (“LEIA
MULHERES”, 2019).*

Logo, é possível afirmar que a experiência e o protagonismo alcançado nos
encontros é levado pelas participantes para além do espaço de discussão,
para suas vidas e rotinas pessoais. É, portanto, possível reconhecer que “as
leituras ocorridas dentro dos clubes de leitura proporcionam novas formas
de associações, conexões e reivindicações ao espaço” (BORGES, 2020,
p. 282).

Considerações finais

A educação e a produção literária feminina encontraram diversos obstáculos

ao longo da história, sendo sempre cerceada por instituições de poder, controladas por homens. Enquanto a eles eram destinados o espaço público e as letras, as mulheres eram reduzidas ao privado e silêncio do lar e suas produções intelectuais, questionadas ou ignoradas. Essa construção impactou diretamente a formação da sociedade que temos hoje e, até mesmo, a forma que se lê: individualmente e em silêncio. Portanto, a proposta do clube “Leia Mulheres”, de ler e discutir, uma vez por mês, uma obra literária de autoria feminina é emancipatória.

Criado em 2015 por três amigas paulistanas e impulsionado com a ajuda das redes sociais, o clube já conta com mais de 300 mediadoras voluntárias e encontros em mais de 160 municípios no Brasil e no exterior. As principais diretrizes do grupo – que a obra escolhida seja de autoria feminina, que a mediadora seja uma mulher e que o encontro aconteça em um espaço público – coloca a mulher como protagonista, enquanto se apropria de um espaço que antes era reservado apenas ao homem. Durante a discussão, embora a mediação aconteça centralizada em uma ou duas pessoas, todas as participantes têm a mesma importância e direito de fala.

A leitura não é um ato passivo e como coloca Certeau (1998), o leitor se apropria do texto, o transforma e por ele é transformado. Ao propor leituras diversas nos encontros, as participantes muitas vezes se identificam com a narrativa da obra e se sentem confortáveis para compartilhar suas próprias experiências, tornando-se as narradoras de suas histórias e expondo seus pontos de vista. Dessa forma, as participantes são capazes de traçar paralelos entre ficção e realidade e refletem sobre elas mesmas e sobre o próprio gênero.

Neste sentido, é possível afirmar que a mediação no clube “Leia Mulheres” colabora e fomenta trocas simbólicas e circulação de significados nos encontros, ao articular assuntos que são tidos como importantes para a discussão sobre gênero e as experiências das participantes, que, ao se apropriarem de suas próprias narrativas, carregam o conhecimento adquirido em grupo para além dele, ou seja, para sua vida pessoal. Portanto, o “Leia Mulheres” é também um espaço de resistência a um sistema vigente opressor, que, historicamente, exclui mulheres.

Referências

#EPISÓDIO 4 – Leia Mulheres. Mila Coutelo e Paula Bergasse. [S.l.]: Lugar de Fala, 2016. 1 vídeo (09:03 min). Disponível em: <https://youtu.be/39o2DFrKTqA>. Acesso em: 20 out. 2021.

ALL Nobel Prizes in Literature. NobelPrize.org. Nobel Prize Outreach AB 2021. Dis-

ponível em: <https://www.nobelprize.org/prizes/lists/all-nobel-prizes-in-literature>. Acesso em: 29 set. 2021.

BARBOSA, G. Mediações da produção literária feminina: “Leia Mulheres” das redes ao cotidiano. 2017.

BARBOSA, G. Mediações no clube de leitura “Leia Mulheres”: encontro sobre Canção de ninar, de Leïla Slimani. *RuMoRes*, [S. l.], v. 13, n. 26, p. 190-206, 2019. DOI: 10.11606/issn.1982-677X.rum.2019.161058. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/Rumores/article/view/161058>. Acesso em: 23 ago. 2021.

BORGES, E. V. E. O texto além das palavras: uma visão ampliada da apropriação da informação por meio de textos literários. *Brazilian Journal of Information Science*, v. 10, n. 3, 2016. DOI: 10.5016/brajis.v10i3.5681. Acesso em: 09 out. 2021.

BORGES, M. S. Um teto todo nosso: visibilidade, resistência e subjetivação em clubes de leitura. *Olho d’água*, São José do Rio Preto, v. 11, n. 1, p. 276-287, jan. /jun. 2019. ISSN 2177-3807. Disponível em: <http://www.olhodagua.ibilce.unesp.br/index.php/Olhodagua/article/view/713>. Acesso em: 23 ago. 2021.

CERTEAU, M. Ler: uma operação de caça. In: *A invenção do cotidiano*. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

CHARTIER, Roger. *A aventura do livro: do leitor ao navegador*. São Paulo: Editora UNESP, 1999.

LAJOLO, Marisa; ZILBERMAN, Regina. *A formação da leitura no Brasil*. Ed. rev. São Paulo: Editora UNESP, 2019.

“Leia Mulheres”. Clubes SP. Disponível em: <https://leiamulheres.com.br/local/sp/>. Acesso em: 9 out. 2021.

“LEIA MULHERES”. Gabriel Pereira. Alfenas: TV Alfenas, 2019. 1 vídeo (3:21 min). Disponível em: <https://youtu.be/5qqkusQDZy4>. Acesso em: 21 out. 2021.

“Leia Mulheres”. Sobre nós. Disponível em: <https://leiamulheres.com.br/sobre-nos/>. Acesso em: 20 set. 2021

PROJETOS LITERÁRIOS: oCiclorama entrevista “Leia Mulheres”. Emanuel Lavor. [S.l.]: *Elas na Escrita*, 2018. 1 vídeo (11:11 min). Disponível em: <https://youtu.be/1TX5t4xa0FE>. Acesso em: 21 out. 2021.

ROSSI, Jean Silveira; BRIGNOL, Liliane Dutra. Práticas de leitura compartilhada nos clubes “Leia Mulheres”: estudo exploratório com mediadoras de leitura. 2020.

VALOTTA ELIAS BORGES, E. O texto além das palavras: uma visão ampliada da apropriação da informação por meio de textos literários. *Brazilian Journal of Information Science: research trends*, [S. l.], v. 10, n. 3, 2016. DOI: 10.36311/1981-1640.2016.v10n3.03.p15. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/bjis/article/view/5681>. Acesso em: 9 out. 2021.

VERGÍLIO, Isis. “Leia Mulheres”: projeto valoriza a produção intelectual feminina e dá 9 dicas de leitura. *Elle*, 8 mar. 2021. Disponível em: <https://elle.com.br/cultura/leia-mulheres-projeto-valoriza-a-producao-intelectual-feminina-e-da-9-dicas-de-leitura>. Acesso em: 20 set. 2021.

WALSH, Joanna. Will #readwomen2014 change our sexist reading habits? *The Guardian*, 20 jan. 2014. Disponível em: <https://www.theguardian.com/lifeandstyle/>

womens-blog/2014/jan/20/read-women-2014-change-sexist-reading-habits.
Acesso em: 21 set. 2021.

WOOLF, Virginia. Um teto todo seu. São Paulo: Tordesilhas, 2014.

O FEMININO NO EXÉRCITO BRASILEIRO: Andarilhas em busca da plena cidadania

SÍLVIA LÚCIA PEREIRA DUARTE (PPGEAHC-UPM)⁶

ORIENTADORA: PROF.^a. DR.^a. ROSANA MARIA PIRES BARBATO SCHWARTZ (PPGEAHC-UPM)⁷

RESUMO: O ingresso da mulher nas fileiras do Exército Brasileiro de forma estruturada acontece há 30 anos, este trabalho relata o extrato da pesquisa em andamento que pretende por meio da experiência pessoal da pesquisadora e da análise do discurso de integrantes mulheres, da história cultural, da observação dos manuais e sites, analisar o território do feminino numa instituição tradicionalmente masculina; ressaltando as motivações, as aspirações e as participações das entrevistadas, também, fazendo um paralelo com as mudanças ocorridas no mercado de trabalho como um todo. Neste trabalho apresentaremos algumas nuances que comporão a tese como a narrativa da patrona Maria Quitéria, entrevistas que inspiraram o doutorado e o caráter de instituição totalizante. Além de destacar os valores e tradições que norteiam as condutas dos integrantes e interferem no imaginário e na identidade da instituição que possui fortes características de instituição totalizante.

PALAVRAS-CHAVE: imagem institucional, Exército Brasileiro, mulheres no Exército.

Introdução

6 Doutoranda em Educação, no Programa de Pós-Graduação em Educação, Arte e História da Cultura da Universidade Presbiteriana Mackenzie (PPGEAHC/CEFT/UPM) - Mestre em Comunicação pela Faculdade Cásper Líbero (2021)- Bacharel em Comunicação Social.

7 Doutora em História, pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC/SP (2007). Mestre em Educação, Artes e História da Cultura, pela Universidade Presbiteriana Mackenzie - UPM (2001). Bacharel em História, pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo- PUC/SP (1989). Licenciatura em História, pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC/SP.(1993). Professora Pesquisadora da Universidade Presbiteriana Mackenzie, desde 1990. Coordena e Ministra aulas na Pós-Graduação no Programa Educação, Arte e História da Cultura.

A organização da vida em sociedade e a manutenção da coesão do grupo criou a necessidade de segurança que são valores disseminados historicamente e culturalmente, neste trabalho analisaremos como ocorre a organização social para que seja alcançada a proteção do grupo, no início de forma rudimentar como nos primeiros hominídeos que buscavam defender suas cavernas e territórios de plantio, caça, pesca, passando pelos exércitos da era antiga até chegarmos na atualidade e em particular no Brasil, onde refletiremos sobre a Instituição “Exército Brasileiro” (EB), sua formação, características, atributos, dogmas e sua evolução. Ressaltamos historicamente alguns fatos que notadamente contribuíram para a formação do Exército e a visão que seus integrantes, enquanto defensores dos anseios populares, podem explicar muitos posicionamentos. Chegaremos ao século XX com o crescimento do trabalho feminino e o ingresso da mulher na Força Terrestre. Apresentaremos ao final entrevistas colhidas durante a participação em um exercício de campo, estas entrevistas motivaram a pesquisa do doutorado em andamento.

Coesão, identidade e formação profissional

Uma instituição voltada à defesa precisa unificar os pensamentos e atitudes e criar a sensação de combatividade e expectativa de vitória, para isso criam as figuras míticas que podem ser percebidas desde épocas remotas da vida em sociedade com conflitos entre os diversos clãs, povos, tribos, impérios e nações, que disputavam riquezas, conhecimentos, territórios, rotas comerciais, além de diferentes ideologias religiosas, sociais, étnicas. Essas figuras motivaram e moveram os integrantes e afugentaram e demonstraram força a seus inimigos e diferentes adversários.

Em estudos anteriores ressaltar as características de instituição totalizante do EB, que pode ser percebida pelo atendimento integral às necessidades de seus integrantes, mas não somente dos militares, e sim da “família militar”, expressão característica que engloba além do militar seus familiares, como cônjuges e filhos. Pretendendo atendê-los em diversos campos:

- + moradia com a disponibilidade de PNR, próprio nacional residencial, ou seja, vilas militares;
- + ensino, com os Colégios Militares para os dependentes e os cursos em instituições militares para a progressão na carreira;
- + apoio religioso, o EB possui um Quadro de Capelães Militares;
- + lazer, clubes onde os militares e seus familiares podem praticar

esportes e se reunir, normalmente são hierarquicamente divididos; tendo os destinados a oficiais e os destinados às praças.

A característica de instituição totalizante, além do ingresso muito cedo na carreira e a perspectiva de permanência, apresenta indícios do afastamento do militar do convívio com indivíduos com formações diferentes, isto além da crença de uma superioridade no seu preparo.

Verifica-se um certo consenso, dentro dos quartéis, de que o militar é muito preparado para qualquer circunstância e de que a vida militar desenvolve características capazes de qualificar o indivíduo a sair-se bem em qualquer situação sob quaisquer condições, sendo este o motivo pelo qual “o militar quando sai, se quiser trabalhar, certamente será bem-sucedido lá fora” (SANTOS apud DUARTE, 2021, p.44).

Este preparo é insistentemente repetido nos manuais que forjam as características dos militares e podem ser percebidos pelos atributos da profissão militar, organizados de forma escrita no Manual de Fundamentos, que compõem a aprendizagem e cujos preceitos precisam ser incorporados, esta explanação nos proporcionará maior facilidade de entendimento sobre o comportamento dos integrantes da instituição, sua integração à vida social, e a representação das tradições culturais para as gerações futuras, criando um sentimento de pertencimento. Além de padronizar as ações dos militares, estes rituais norteiam a vida militar e destacam os pilares da instituição, que são a hierarquia e disciplina. Além da representação exterior simbólica pelo culto à história e tradição e rememorando atributos inerentes a profissão militar, como os valores, deveres e ética.

As Instituições Militares possuem referenciais fixos, fundamentos imutáveis e universais. São os valores militares, que influenciam, de forma consciente ou inconsciente, o comportamento e, em particular, a conduta pessoal de cada integrante da Instituição. A eficiência, a eficácia e mesmo a sobrevivência das Forças Armadas decorrem de um fervoroso culto a tais valores (EXÉRCITO BRASILEIRO, 2014, p. 4-7).

Valores, deveres, ética e identidade militar

Valores da profissão militar segundo o manual de fundamentos: (1) Patriotismo, seria o amor incondicional à pátria mesmo que signifique sacrificar a própria vida, para defender sua soberania, integridade territorial, unidade nacional e paz social. (2) Civismo, o culto aos símbolos nacionais, aos valores

e tradições históricas; sendo exteriorizado pelas solenidades cívico-militares e a preservação da memória militar. (3) A Fé na missão do Exército e o amor a profissão militar são baseados na crença inabalável de que a instituição defende a Pátria e as aspirações de seu povo, este valor militar é muitas vezes utilizado para legitimar atitudes e ações implementadas pelo exército e de um modo geral, seus integrantes têm um amor incondicional à profissão e ingressam em tenra idade acreditam nessa máxima. (4) Espírito de corpo é o orgulho de integrar a instituição, um orgulho e vontade coletivas, refletindo a coesão e estando intimamente ligada ao culto aos valores e tradições militares, com demonstrações de gritos de guerra, lemas, uso de insígnias, distintivos e condecorações (5) Aprimoramento técnico-profissional, entendido como a necessidade constante de sedimentar os conhecimentos com o exercício profissional das atribuições (6) Coragem, senso moral diante dos riscos e perigos, sacrificando a própria vida ou seus interesses pessoais em prol da instituição e da Pátria;

Os deveres militares são vínculos morais e jurídicos que ligam o militar a Pátria e a instituição. Os deveres morais são voluntariamente assumidos, enquanto os deveres legais são impostos por leis, regulamentos, normas, manuais, diretrizes e ordens. São eles: (1) Dedicção e fidelidade à Pátria, a profissão exige dedicação exclusiva. Este dever remonta às atribuições militares. Do patriotismo e civismo (2) Probidade e lealdade, pautado na postura e integridade de caráter, características essenciais para as relações profissionais e pessoais exitosas no meio militar e no ambiente de confiança e proficuidade à Instituição. (3) Disciplina e respeito à hierarquia, base e pilares da Instituição, (4) Rigoroso cumprimento dos deveres e ordens e (5) Trato do subordinado com dignidade. Os militares traduzem a percepção institucional, pois caracterizam a exteriorização dos integrantes do Exército Brasileiro

ÉTICA MILITAR ... É o conjunto de regras ou padrões que levam o militar a agir de acordo com o sentimento do dever, com a honra pessoal, com o pundonor militar e com o decoro da classe. Ela impõe, a cada militar, conduta moral irrepreensível (EXERCITO BRASILEIRO, 2014, p. 4-12).

A ética militar seria um atributo que sintetiza os valores e deveres, na exteriorização da maneira de agir dos militares.

Manuais como este que expressam os fundamentos da profissão militar, disseminando a cultura que norteia e baliza uma instituição perene com pequenas mudanças estruturais no decorrer de sua existência. Percebe-se a comunicação como elo difusor e mantenedor das tradições e costumes.

Segundo McCann (MCCANN, 2009) em Soldados da Pátria a autoestima de

um soldado está relacionada a um senso de participação e integração à identidade coletiva ou corporativa, a socialização. A disciplina militar cria um espírito de corpo, onde a autoimagem, está ligada aos objetivos comuns à sua unidade militar. Desta forma as tradições mantêm este espírito de corpo e da necessidade de agregação a um bem comum

Maria Quitéria e o feminino no Exército

Os patronos são outra expressão que define a identidade e aglutina as ações dos militares colocando-os sob uma visão heroica e potencializando características consideradas nobres e destemidas, a partir de narrativas históricas retratadas miticamente, a historiografia segundo Certeau (CERTEAU, 2011) pressupõe a conjunção da história/passado com a narrativa escrita, então como separar o ficcional? Talvez esta seja uma tarefa ingrata e impossível pois cada autor coloca sua crença, vivência e experiências em seu relato. Se imaginarmos que este relato pretende exprimir os valores de uma instituição, a ficção seria um ingrediente essencial na construção narrativa, criando uma figura mítica. Preceitos baseados em ideias míticas ressaltam os ideais atávicos ao ser humano e proporcionam a identificação com o imaginário transformando-o em real pela utilização das imagens e da comunicação.

Essa necessária sensação de segurança e defesa durante muito tempo foi uma atividade exclusiva do masculino, deixando à margem a força de trabalho feminina, esta construção social remonta ao período em que os hominídeos começam a habitar as cavernas e já naquele momento há uma divisão do trabalho, cabendo a defesa aos indivíduos do sexo masculino, então A inserção do feminino no Exército Brasileiro ocorreu somente no século XX, sendo refletindo o aumento de participação no mercado de trabalho, suas nuances e identidades que estão em franca evolução da participação na vida econômica de todos os países. Embora possamos perceber a defasagem na participação feminina, principalmente se analisarmos os últimos anos do século XX e os primeiros do século XXI, segundo Queiroz e Aragón (2015) na década de 1995 a 2005 a participação é bastante inferior, sugerindo uma discriminação por gênero ou a dupla jornada impedindo a participação em certas ocupações, nesta realidade está inserido o início da participação feminina de forma efetiva e planejada no EB, e como reflexo da sociedade em que vivemos o início do ingresso feminino na instituição é tão tímido quanto em carreiras da vida civil.

Porém tivemos uma pioneira ainda no século XIX que lutou na Bahia, pela independência e pelos ideais de liberdade, Maria Quitéria de Jesus, que travestida de homem ingressou nas fileiras do exército. Seu engajamento foi

tão bem considerado que recebeu das mãos do imperador a Imperial Ordem do Cruzeiro, no grau Cavaleiro.

Mulher, analfabeta, nordestina, baiana. Maria Quitéria de Jesus. Militar, cadete, patrona do Quadro Complementar de Oficiais do Exército Brasileiro, heroína da Independência. Soldado Medeiros. Não duas pessoas, mas uma só. Nascida em Feira de Santana [...]. Quando na Bahia iniciaram-se as agitações contra o domínio português, foi despertado na jovem Maria Quitéria um forte instinto de vingança e de lutar por sua Bahia e seu país. Pediu autorização ao seu pai para se alistar no exército, mas teve o pedido negado. [...] Vestindo-se como um homem, roupas emprestadas pelo cunhado [...] alistou-se no Regimento de Artilharia sob o nome de Medeiros (CALMON, 2019).



*Maria Quitéria
Calmon, 2019, on line*

Desde a formação o EB apresenta em suas fileiras⁸ o militar do segmento masculino, na época esta citação “segmento masculino” seria impensável, pois não havia a expectativa ou compreensão da possibilidade do ingresso de mulheres, mesmo Maria Quitéria precisou se travestir e esconder-se até ter seus feitos reconhecidos. O registro do ingresso do homem na carreira militar remonta da própria história e origem do EB. Já em relação ao segmento feminino temos informações variadas, com algumas lacunas de dados. A conquista do lugar na instituição acontece no decorrer do século XX, como explicaremos a seguir.

⁸

Termo utilizado para definir as funções militares

A presença feminina no Exército Brasileiro (EB) ocorre desde a independência com algumas pioneiras como Maria Quitéria, Ana Néri e Anita Garibaldi no século XIX. Na Segunda Guerra Mundial as mulheres integraram o Corpo de Enfermeiras da Força Expedicionária Brasileira.



Enfermeiras da FEB
Acervo do Museu Casa de Memória dos Ex-
Combatentes

Após estes episódios somente ao final do século XX as mulheres passam a integrar as fileiras do EB de forma efetiva e com possibilidade de seguir carreira por meio do ingresso no Quadro Complementar de Oficiais, exercendo áreas administrativas e magistério, atividades meio da Força Terrestre. As primeiras 49 alunas do Curso de Formação ingressaram em 1992. Há menos de 30 anos foi permitido o acesso feminino a carreira militar⁹. Estas mulheres ingressaram como oficial. Após esta primeira experiência com o segmento feminino em 1996 o exército instituiu o Serviço Militar Feminino Voluntário para Médicas, Dentistas, Farmacêuticas, Veterinárias e Enfermeiras de nível superior; esta primeira turma contou com 290 mulheres voluntárias, em todo o território nacional, que seriam incorporadas como militares temporárias¹⁰. No ano de 1997 as mulheres puderam ingressar no Instituto Militar de Engenharia e no Serviço de Saúde tornando militares de carreira. Todas estas

9 Todo os tipos de atividades desempenhadas nas Forças Armadas

10 Prestação de serviço na carreira das FFAA por período anual, renovável até o máximo de oito anos

formas de ingresso permitem o acesso ao oficialato.

Somente em 2002 a Escola de Saúde do Exército matriculou a primeira turma de mulheres no Curso de Sargento de Saúde, também militares de carreira. Quanto ao ingresso como sargento temporário do segmento feminino não foi encontrado na rede mundial de computadores um registro preciso do ano de ingresso das pioneiras, todas estas informações encontram-se na página do Exército Brasileiro.

Uma curiosidade, no início as mulheres precisavam escolher como nome de guerra um nome feminino, ou seja, não poderiam ter somente o sobrenome. O nome de guerra é o apelido pelo qual cada militar é chamado; ele deve ser escolhido a partir do nome completo.

Atualmente, embora as mulheres representem um pequeno contingente do EB 3,2% do efetivo, com o total de 6.009 mulheres militares¹¹, estão a cada dia conquistando novas áreas inclusive com acesso a Academia Militar das Agulhas Negras a área combatente que por mais de um século só recebeu alunos do segmento masculino. Quanto a esse acesso precisamos destacar que o ingresso possui uma série de restrições a saber;

A grande divisão dessas especializações é definida pela Arma, Quadro ou Serviço a que pertence um militar do Exército. As Armas englobam o militar combatente por excelência, tradicionalmente a atividade-fim da profissão. Os Quadros reúnem os militares que, de origem diversa, aglutinam-se dentro desses quadros com uma finalidade geral própria. Por fim, há os Serviços que, como o termo indica, têm uma atividade de apoio bem definida, normalmente de cunho logístico. (EXÉRCITO BRASILEIRO, sem data, on-line).

Existem armas-base: Infantaria e Cavalaria nestas as mulheres continuam sem a possibilidade de ingresso pela crença comum da impossibilidade de desenvolver as atividades previstas no combate. A infantaria pressupõe o combatente a pé, já a cavalaria como o próprio nome diz começou com os cavalos e atualmente os blindados ou no jargão popular os “tanques de guerra”

Outras como a Artilharia, responsável pelo poder de fogo; a Engenharia que possibilita aos militares a mobilidade e as Comunicações que o próprio nome já indica responsável pela manutenção da estrutura de comunicabilidade entre as várias frações das tropas. Estas três são consideradas armas de apoio ao combate e, também, não possuem mulheres em seus quadros. Desta forma perpetuasse limitadores para o ingresso das mulheres com restrições

11 Dados de 2019, Camargo (2019)

na área combatente permitindo a elas apenas o Serviço de Intendência que trabalha na paz e na guerra para a manutenção do homem, pelo atendimento às suas necessidades de sustento, alimentação e fardamento e o Quadro de Material Bélico que trata das atividades gerais de manutenção dos equipamentos bélicos da Força, incluindo suas viaturas.

A conquista da cidadania é uma aspiração de todo ser humano, independente de características peculiares e durante muitos séculos foi prerrogativa de alguns grupos privilegiados, atualmente estamos democratizando o acesso a essas oportunidades para todos os grupos sociais, as mulheres que são o objeto de estudo deste trabalho ainda tem muito a ser conquistado e estamos num momento de revisão de diversos critérios para ao atingimento de um patamar de igualdade.

Relato de uma pesquisa de campo - Estudo de caso do Exercício Agulhas Negras pela ótica de algumas de suas integrantes

O exercício militar denominado Operação Agulhas Negras pretende realizar o treinamento em situações reais, nele são estimulados vários atributos militares, como: a hierarquia e a disciplina que possibilitam ao militar uma pronta resposta a situações adversas e de um possível confronto. Além de verificar o pronto operacional das tropas face à necessidade de emprego. Uma área fundamental para a manutenção da operacionalidade é a logística, onde encontramos o trabalho e dedicação de integrantes do segmento feminino.

Durante a realização do exercício ficamos acampados junto a Base Logística Terrestre, denominada BLT-2 e foi possível conversar com 04 sargentos que lá desempenham funções diversas e tinham diferentes formações sendo uma delas sargento de carreira. O que motivou essas mulheres? Como souberam da possibilidade de ingressar? Quais suas aspirações profissionais e pessoais? Como se adaptaram ou estão se adaptando à vida militar? Estas e outras perguntas permeiam o imaginário, embora no EB já tenhamos mulheres há bastante tempo, ainda é considerado uma novidade? Fora dos padrões estabelecidos e das profissões ditas femininas? Ao questionar os estudiosos sobre identidade de gênero muitas dúvidas surgem.

No vídeo a seguir podemos visualizar as atividades da BLT-2:



*Fonte: Instagram da 2ª Região Militar
https://www.instagram.com/tv/Clah_rvgBhf/?igshid=bp07ptlq3i4k*

Na BLT-2 esta pesquisadora e as quatro mulheres entrevistadas eram as únicas integrantes do segmento feminino. Todas além da convivência de aproximadamente uma semana em que foi possível conversar sobre aspectos da vida pessoal e profissional responderam a um questionário e concordaram em compartilhar suas histórias. O número absoluto de mulheres é pequeno e retrata a realidade da instituição com aproximadamente 3% de mulheres em suas fileiras. O efetivo total daquela base era de aproximadamente 100 militares, então proporcionalmente a representação feminina naquele local representa a realidade da instituição, por isso a escolha desta base especificamente.

Esta pesquisadora além das entrevistas possui quase vinte cinco anos de experiência na vida militar, então muitas das respostas ao questionário reforçaram a observação participante e conversas informais dos anos de labuta. Segundo Mary Del Priore (2009) embora o artigo não seja uma prosopografia, ele está intimamente ligado ao estudo de um grupo de indivíduos que representam uma profissão, e, podem nos mostrar indícios da vida militar do final do século XX e início do XXI no Brasil.

De uma forma geral as mulheres tiveram conhecimento da possibilidade de ingresso através de amigos ou familiares das questionadas três responderam que tiveram conhecimento da possibilidade de ingresso por parentes ou amigos, somente uma tomou conhecimento através de campanhas institucionais de divulgação. Embora existam, estes anúncios ainda não surtem o efeito de atingimento da totalidade das mulheres com perfil profissional

compatível com as vagas ofertadas.

Quanto a idade há que se destacar o estabelecimento de idade limite para ingresso, desta forma as entrevistadas apresentam idades de no máximo 35 anos, 50% e os outros 50% idades até 25 anos. A estipulação de uma idade limite é defendida pela instituição pelos atributos físicos da atividade militar também sendo vetado às mulheres engravidar enquanto estão cursando sua formação militar.

Das quatro entrevistadas 50% possuíam formação além da necessária para o ingresso, já que o requisito para ingresso como sargento é o nível médio e duas das entrevistadas possuíam nível superior e uma inclusive pós-graduação *latu sensu*, desta forma embora o EB arque com os salários de um profissional de nível médio usufrui os conhecimentos de um profissional de nível superior ou pós-graduado, muitas vezes não remunerado da mesma forma que remunerava um profissional que sempre cursou especializações dentro da força, esta discrepância tende a atingir mais fortemente o contingente feminino pois o ingresso das mulheres na força por meio da academia Militar das Agulhas Negras que tem todos os seus cursos incorporados à instituição e é visto por muitos militares como mais formativos que as outras possibilidades de ingresso ainda é recente. O segmento feminino que por diversas contingências ainda não possui acesso a todas as carreiras militares continua como uma classe a parte sendo preterida pelo simples fato de seu gênero. Embora a administração militar nem sempre reconheça cursos extras, no universo pesquisado 75% das entrevistadas possuíam uma formação além da requerida para ingresso.

As expectativas das integrantes do sexo feminino, sejam elas militares de carreira ou temporárias, são uníssonas quanto a possibilidade de progredir nas suas carreiras por meio de experiência e aprimoramento profissional, segundo Josso (1999) as histórias de vida embora muito ricas tendem a ser individualizadas, porém esta análise biográfica quando sobre um assunto e um nicho profissional específico consegue retratar características comuns a histórias de vida das personagens. Interessante observar desejos menos palpáveis como contribuir para a defesa da pátria. Percebe-se, também, a necessidade de conquista do espaço de trabalho pelo segmento feminino. Uma das entrevistadas inclusive pretende continuar na área da segurança, demonstrando interesse em prestar concurso para a Polícia Federal quando questionada sobre a escolha salientou aspectos quanto aos desafios profissionais e vontade de contribuir para o ordenamento político-social de nosso país. A resposta mais interessante e complexa quanto a aspirações profissionais é a citada na íntegra a seguir:

Levar a experiência adquirida aqui, para aplicar talvez na área acadêmica. Lembrando dos princípios de hierarquia e disciplina tão recorrentes no EB, e, também, das práticas mais operacionais que podem ser aplicadas também em outras áreas de interesse da nossa sociedade.

Essa entrevistada é filha e esposa de militar, além de ter um filho estudando no Colégio Militar, então sua colocação deixa transparecer os valores e a ética militar intrínsecos a sua formação de princípios e personalidade.

Todos os militares passam por um treinamento de adaptação ao serviço com duração e graus diferentes de dificuldades o que ocasiona um sentimento de pertencimento e espírito de corpo principalmente entre integrantes da mesma turma. Na base onde foram realizadas as entrevistas havia duas militares pertencentes a turma de 2020, ano em que os treinamentos foram reduzidos devido à pandemia, mas o entusiasmo de se encontrarem foi mantido, pois lembravam de forma carinhosa das atividades desenvolvidas e dos óbices enfrentados.

As atividades realizadas no cotidiano de seus locais de trabalho eram bem semelhantes às realizadas no exercício sendo que neste último as equipes eram reduzidas, e para algumas áreas os horários e rotinas eram diferenciados, até mesmo pela especificidade da missão: uma das militares era técnica em enfermagem, devendo estar sempre de prontidão para alguma intercorrência. A técnica em nutrição, que cursa a graduação em nutrição, precisava confeccionar cardápios e gerenciar a cozinha de campanha em um ambiente completamente diverso da normalidade. Na área administrativa eram confeccionados diversos relatórios, de pessoal, material e necessidades de provisões, além dessa militar muitas vezes supervisionar comboios de entrega de material para outras unidades do exercício. A quarta militar era auxiliar da área de comunicação social, contribuindo para a divulgação das atividades desenvolvidas em diversas localidades, além de atendimento às autoridades; tendo inclusive narrado o vídeo do link do Instagram que se encontra neste artigo. É unânime a percepção da contribuição do exercício no aprimoramento profissional e pessoal, todas terminam as jornadas com a sensação de dever cumprido e comprovando sua capacidade de ir além das próprias expectativas e paridade de condições de cumprir as missões em relação aos militares do segmento masculino. O trabalho em equipe é citado como importante para a obtenção dos objetivos propostos. Após permanecer em local inóspito e com menos recursos que os costumeiros, as militares passam a dar valor a pequenas coisas do cotidiano que geralmente não despertariam a atenção.

Considerações finais

O Exército Brasileiro apresenta diversas características de instituição totalizante e uma cultura própria, desta forma sua disseminação tem diversas peculiaridades ao dar uma formação básica que inclui aprendizados generalistas e comuns a todos. Este formato de ensino atende as necessidades das instituições e prepara o profissional para o exercício de atividades diversas durante sua carreira.

A presença da mulher no EB está se solidificando, embora o percentual não represente a presença feminina na sociedade e a inserção de forma estruturada tenha acontecido com mais vagar que em outras áreas atualmente percebe-se a adaptação do segmento feminino às várias atividades da caserna. Porém a instituição militar é um reflexo de nossa sociedade e conserva em si os traços do machismo estrutural apresentando ainda alguns entraves nas formas de acesso e em quantidade ínfimas do efetivo.

As modificações estruturais ocorrerão com o vagar que uma instituição com mais de três séculos de existência precisa para se adaptar ao novo e à modernidade. Não obstante vale ressaltar a própria estrutura da sociedade que ainda apresenta diversos preconceitos em relação à participação feminina nas áreas profissionais e, muitas vezes, culturalmente sobrecarrega a mulher como a única responsável pelos afazeres domésticos e de criação dos filhos. Numa instituição com forte tradição do masculino, estas características ainda permanecem porém estão se modificando em sincronia com as mudanças ocorrida na sociedade sobre os papéis femininos. Atualmente as mulheres galgam novos postos de trabalho e conquistam a cada dia, novas perspectivas para uma plena cidadania.

Referências

- CALMON, Vanessa. 2019. Soldado Medeiros, a heroína da independência. Gazeta Arcadas. Disponível em <https://gazetaarcadas.com/2019/08/29/soldado-medeiros-a-heroína-da-independência/> . Acesso em 27 Dez 2020.
- CAMARGO, Wainesten. 2019. Mulheres nas Forças Armadas: desenvolvimento histórico-jurídico da participação feminina na defesa nacional. Disponível em <https://jus.com.br/artigos/72412/mulheres-nas-forças-armadas-desenvolvimento-historico-juridico-da-participação-feminina-na-defesa-nacional>. Acesso em 27 Dez 2020.
- CERTEAU, Michel. Psicanálise – Entre ciência e ficção, 2ª Ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011
- DUARTE, Sílvia Lúcia Pereira, Organizações Públicas e Interação com cidadãos - Um estudo sobre engajamento com mídias sociais do Comando Militar do Sudeste – SP, São Paulo, 2021. Disponível em: <https://casperlibero.edu.br/wp->

-content/uploads/2021/10/SILVIA-LUCIA-PEREIRA-DUARTE.pdf. Acesso em 29 Ago 2022.

Exército Brasileiro. ARMAS, quadros e serviços. Sem data. Disponível em <http://www.eb.mil.br/armas-quadros-e-servicos> . Acesso em 27 Dez 2020.

Exército Brasileiro. CONCURSO de Admissão à Escola Preparatória de Cadetes do Exército – 2020. Sem data.. Disponível em <http://www.espcex.eb.mil.br/index.php/concurso>. Acesso em 27 Dez 2020.

Exército Brasileiro. A HISTÓRIA da mulher no exército. Sem data. Disponível em <http://www.eb.mil.br/web/ingresso/mulheres-no-exercito/> Acesso em 27 Dez 2020.

FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir: nascimento da prisão. 21. ed. Petrópolis: Vozes, 1999

JOSSO, Marie-Christine. História de vida e projeto: a história de vida como projeto e as “histórias de vida” a serviço de projetos. Educ. Pesqui., São Paulo, v. 25, n. 2, p. 11-23, jul. 1999. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97021999000200002&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 27 dez. 2020. <https://doi.org/10.1590/S1517-97021999000200002>.

ENFERMEIRAS de Guerra: da FEB à COVID-19. Sem data. Portal FEB. Disponível em [Enfermeiras de Guerra: da FEB à COVID-19 | Portal FEB - O Portal da Força Expedicionária Brasileira](#) . Acesso em 27 Dez 2020.

MCCANN, Frank. Soldados da Pátria: História do Exército Brasileiro 1889-1937. 1ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras e Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército. 2009

PRIORE, MaryDel. Biografia: quando o indivíduo encontra a história. Topoi (Rio J.), Rio de Janeiro v. 10, n. 19, p.7-16, Dec. 2009. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2237-101X2009000200007&lng=en&nrm=iso>. access on 27 Dec. 2020. <https://doi.org/10.1590/2237-101X010019001>.

QUEIROZ, Vívian dos Santos; ARAGON, Jorge Alberto Orellana. Alocação de tempo em trabalho pelas mulheres brasileiras. Estud. Econ., São Paulo, v. 45, n. 4, p. 787-819, Dec. 2015. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-41612015000400787&lng=en&nrm=iso>. access on 27 Dec. 2020. <https://doi.org/10.1590/0101-416145484vqj>.

SCHWARTZ, Rosana Maria Pires Barbato. Beijing, muito mais que palavras. Curitiba PR, Editora Appris, 2017.

MENOS ZEUS, MAIS NHANDERÚ: A importância do resgate das mitologias indígenas brasileiras¹²

DANIELA AIMAR EUZEBIO¹³ (UMESP)

ORIENTADOR: PROF. DR. DIMAS A. KÜNSCH¹⁴ (UMESP)

RESUMO: Muitos são os estudos e inúmeras as publicações sobre mitologias, principalmente a greco-romana. Porém, nós brasileiros temos uma mioopia sobre os nossos próprios mitos. A narrativa mítica dos povos indígenas brasileiros está sob o véu do obscurantismo não apenas popular, mas em muitos outros campos do saber. O objetivo deste artigo é discutir sobre a população indígena atual e o apagamento dos mitos indígenas na consciência cultural de boa parte dos brasileiros. Num movimento transdisciplinar, este artigo motiva a nos reapropriarmos de nossa cultura indígena, e entender a importância do conhecimento dos mitos ancestrais da nossa terra. Serão trazidas informações oficiais da população demográfica indígena brasileira

12 O presente trabalho foi realizado com apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - Brasil (CNPq) - Código de Financiamento 001.

13 Daniela Aimar Euzebio é mestranda no Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social pela Universidade Metodista de São Paulo (PPGCOM-UMESP), bolsista CNPq. Membro do grupo de pesquisa Da Compreensão como Método e membro do Núcleo de Comunicação do PósCom da Umesp. Especialista em Psicologia Analítica e em Arteterapia pelo Instituto Junguiano de Ensino e Pesquisa (IJEP), especialista em Psicologia Organizacional e do Trabalho pela Universidade Presbiteriana Mackenzie; especialista em Marketing pela Universidade Anhembi-Morumbi. E-mail: daniela.euzebio@gmail.com.

14 Prof. Dr. Dimas A. Künsch é docente do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Universidade Metodista de São Paulo (Umesp), é doutor em Ciências da Comunicação (2004) e Mestre em Integração da América Latina (1999) pela Universidade de São Paulo (USP). Graduado em Filosofia (Brasil, 1977) e em Teologia (Innsbruck, Áustria, 1984), é Especialista em Psicologia Junguiana (2014) e Mediador Judicial (2017). É Anaista Junguiano em formação pelo Instituto Junguiano de Ensino e Pesquisa (Ijep). E-mail:dimas.kunsch@gmail.com.

mapeado no último censo do IBGE (2010), e reflexões de autores de diversas áreas como Darcy Ribeiro, Daniel Munduruku, Roberto Gambini e Mircea Eliade. Visando a intercomunicação entre os saberes, serão discutidos os conceitos da psicologia analítica desenvolvida por Carl Gustav Jung para entendimento sobre o que levou os saberes míticos à sombra coletiva.

PALAVRAS-CHAVE: Mitologia Indígena. Povos Originários. Indígenas.

Introdução

No atual momento político brasileiro, percebemos um enorme preconceito contra os povos indígenas. Uma rápida procura nos sites de busca mostra uma espécie de necropolítica, que trabalha de forma bastante sombria para a destituição dos territórios indígenas, e a exploração ilegal das terra em um importante descaso com essa população. O atual presidente em exercício se referiu a eles como “seres humanos como nós” e, num discurso na ONU em 202015, os culpou da devastação ecológica causada pelas queimadas da Amazônia.

Do passado histórico até os dias atuais, os indígenas pairam sobre a densa nuvem do preconceito e do esquecimento social, ficando à margem das políticas públicas, sendo vistos pela sociedade como “bons selvagens” e por entidades religiosas como “catequisáveis”, num forte desrespeito com as tradições religiosas e seus saberes ancestrais.

Como os mitos tratam de assuntos arquetípicos, resgatar as narrativas dos mitos indígenas brasileiros é um convite para emergir as imagens simbólicas que também nos constituem como brasileiros, pois possuem um profundo saber da terra, a interação com a fauna e a flora, o conhecimento da medicina das plantas, os Deuses da natureza, numa poética simbiose com o fluxo da vida e sem a carga de culpa e pecado advindos dos mitos cristãos. É um resgate imagético de pertencimento à grande mãe natureza

Este artigo está estruturado em três partes. A primeira, intitulada de “Censo 2010”, aborda sobre os números do último censo realizado pelo IBGE sobre a situação indígena em nosso país. “Somos filhos de povos ancestrais” é o título da segunda sessão, que faz uma rápida retrospectiva histórica e discute sobre as narrativas míticas estarem relegadas ao inconsciente coletivo brasileiro. A terceira parte, titulada de “E por falar de mitos...” traz a reflexão sobre a importância e a relevância do resgate dos mitos em nossa sociedade.

15 Fonte: <https://congressoemfoco.uol.com.br/area/governo/ao-vivo-bolsonaro-onu/>
Acesso em 11 set. 2022

Censo 2010

Muitos são os estudos e publicações sobre mitologias, principalmente a greco-romana. Porém, boa parte de nós brasileiros desconhecemos nossos próprios mitos. Se muitos de nós já ouviu falar sobre as histórias de Thor e Loki, de Poseidon e Afrodite, estranhamos nomes como Nhanderú ou Anhangá. A narrativa mítica dos povos indígenas brasileiros está sob o véu do obscurantismo não apenas popular, mas em muitos outros campos do saber. Por isso, ao buscar a transdisciplinaridade e as interações entre a mitologia indígena, a comunicação social e a psicologia analítica, este estudo propõe o transbordo.

Como lindamente disse Maria Immacolata Vassallo de Lopes em artigo com o título de Comunicação, disciplinaridade e pensamento complexo, “a transdisciplina (...) transborda pelo estabelecimento de relações cada vez mais densas não somente entre ciências humanas e sociais, mas das ciências com as artes, com a literatura, com a experiência comum, com a intuição, com a imaginação social” (LOPES, 2007, p. 14).

Em “Aquém, em e além do conceito”, Dimas A. Künsch observa que as noções de ruptura e transbordamento adensam as relações entre as ciências e outros saberes num vigoroso estímulo ao direcionamento do olhar para o aquém e o além do conceito.

E as narrativas indígenas transbordam...

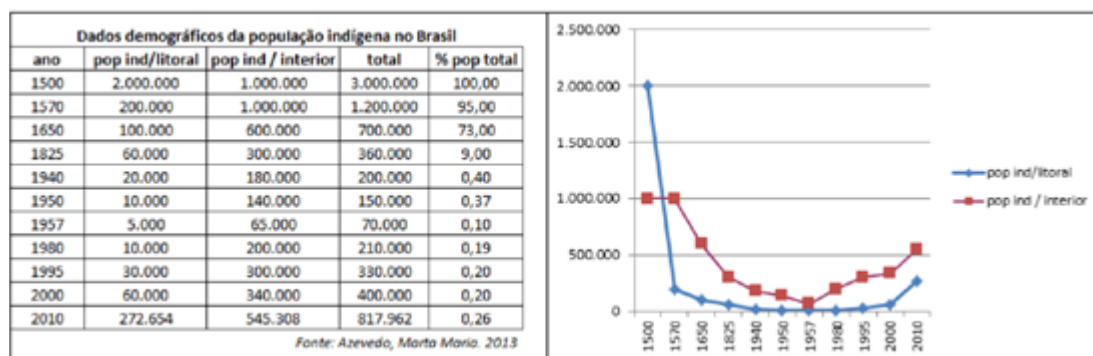
Uma vez a cada 10 anos, o IBGE realiza o Censo Demográfico no Brasil. O último censo foi realizado em 2010 e deveria ter sido refeito em 2020, porém devido a pandemia de COVID-19, seus recursos foram destinados ao Ministério da Saúde. A pesquisa prevista para 2021 foi cancelada por falta de previsão no orçamento do ano.

Conforme o último censo do IBGE (2010), existem atualmente 305 etnias e 274 línguas indígenas diferentes em nosso país¹⁶. São muitos “brasis” dentro de um único Brasil.

Tamanho pluralidade apenas evidencia o pouco conhecimento que temos da cultura dos nossos povos originários. Desde o descobrimento do Brasil, os povos originários tiveram um dramático encolhimento populacional.

Os dados demográficos da população indígena no Brasil apontam para a seguinte situação:

16 Fonte: <https://educa.ibge.gov.br/criancas/brasil/nosso-povo/20507-indigenas.html>
Acesso em 11 set. 2022.



Fonte: FUNAI ¹⁷

Estima-se que no ano de 1500 existiam por volta de 3.000.000 de indígenas no Brasil, sendo que dois terços viviam nos litorais e um terço no interior dos Estados. Desde 1500 até a década de 1970 a população indígena brasileira decresceu acentuadamente e muitos povos foram extintos. Em 1957 houve uma queda drástica da população indígena para 70.000 habitantes. A Funai declara textualmente em seu site que “o desaparecimento dos povos indígenas passou a ser visto como uma contingência histórica, algo a ser lamentado, porém inevitável.”⁵

No entanto, este quadro começou a dar sinais de mudança pois, a partir de 1991, o IBGE incluiu os indígenas no censo demográfico nacional. Conforme a Funai⁵, o percentual de indígenas em relação à população total brasileira saltou de 0,2% em 1991 para 0,4% em 2000, totalizando 734 mil pessoas. Houve um aumento anual de 10,8% da população, a maior taxa de crescimento dentre todas as categorias, quando a média total de crescimento foi de 1,6%.

Situação do domicílio, Grandes Regiões e Unidades da Federação	1991				2000				2010			
	Total	Não indígena	Indígena	Sem declaração	Total	Não indígena	Indígena	Sem declaração	Total	Não indígena	Indígena	Sem declaração
	Total											
Total	146.815.790	145.986.780	294.131	534.878	169.872.856	167.932.053	734.127	1.206.675	190.755.799	189.931.228	817.963	6.608
Norte	10.027.363	9.853.082	124.615	49.666	12.911.170	12.546.779	213.443	150.947	15.864.454	15.558.072	306.873	509
Rorônia	1.133.266	1.120.805	4.134	8.527	1.380.562	1.353.423	10.683	16.848	1.562.409	1.550.240	12.015	154
Acre	417.098	412.353	4.746	-	557.682	544.934	8.009	4.939	733.559	717.626	15.921	12

Fonte: IBGE (2010)¹⁸ – marcações da autora.

Porém, conforme o IBGE (2010)¹⁹, esse aumento expressivo não poderia

¹⁷ Fonte: <https://www.gov.br/funai/pt-br/atuacao/povos-indigenas/quem-sao>. Acesso em 11 set. 2022.

¹⁸ Fonte: https://www.ibge.gov.br/indigenas/indigena_censo2010.pdf. Acesso em 11 set. 2022

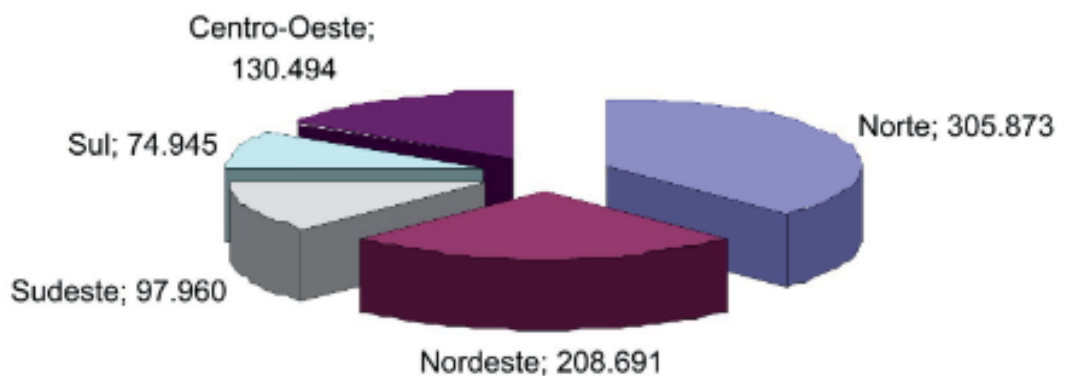
¹⁹ Fonte: <https://indigenas.ibge.gov.br/estudos-especiais-3/o-brasil-indigena.html>. Acesso em 11 set. 2022

ser compreendido apenas como um efeito demográfico, mas a um possível crescimento no número de pessoas que se reconheceram como indígenas, principalmente nas áreas urbanas do País.

O IBGE⁶ informa que o crescimento de 10,8% ao ano da população que se declarou indígena, no período 1991/2000, principalmente nas áreas urbanas do País, foi atípico. Não existe nenhum efeito demográfico que explique tal fenômeno. Muitos demógrafos atribuíram o fato a um momento mais apropriado para os indígenas, em que estavam saindo da invisibilidade pela busca de melhores condições de vida, mais especificamente, os incentivos governamentais.

Conforme o censo do IBGE (2010), 63% da população indígena está concentrada nas regiões Norte e Nordeste.

Distribuição da população indígena - IBGE - 2010



Fonte: FUNAI²⁰

Em 2010, 27,6% dos municípios urbanos brasileiros ainda não havia nenhuma presença de indígenas:

²⁰ Fonte: <https://www.gov.br/funai/pt-br/atuacao/povos-indigenas/quem-sao>. Acesso em 11 set. 2022

Número de Municípios, segundo as classes de população indígena do município - Brasil - 1991/2010 - Urbana

Número de Municípios, segundo as classes de população indígena do município - Brasil - 1991/2010 - Urbana						
	1991		2000		2010	
Total	4491	100%	5507	100%	5565	100%
0 a 24	630	14,0%	1457	26,5%	2844	51,1%
25 a 49	102	2,3%	416	7,6%	431	7,7%
50 a 99	121	2,7%	343	6,2%	288	5,2%
100 a 249	73	1,6%	313	5,7%	254	4,6%
250 a 499	20	0,4%	121	2,2%	101	1,8%
500 a 999	12	0,3%	81	1,5%	56	1,0%
1000 a 1499	5	0,1%	24	0,4%	21	0,4%
1500 a 2999	4	0,1%	21	0,4%	17	0,3%
3000 a 4999	3	0,1%	4	0,1%	8	0,1%
5000 a 9999	0	0,0%	7	0,1%	5	0,1%
10000 a 14999	0	0,0%	0	0,0%	2	0,0%
15000 ou mais	0	0,0%	3	0,1%	0	0,0%
Não tem indígena	3521	78,4%	2717	49,3%	1538	27,0%

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1991/2010.

Fonte: IBGE²¹ - marcações da autora

Esses dados apontam a situação atual no Brasil, onde os indígenas não apenas passaram a ser pesquisados mas também a assumir suas identidades nas pesquisas governamentais.

Somos filhos de povos ancestrais

Em “Aquém, em e além do conceito” (2016) o Prof. Dr. Dimas A. Künsch faz uma importante provocação:

“É contra a transformação do conceito em camisa-de-força a impedir e negar a intuição criadora. Defende a formulação e o uso de noções, símbolos e imagens com densidade interpretativa, a dialogia entre saberes e as incursões por territórios inter-, trans- e, também, não-disciplinares.” (KÜNSCH, 2020, p.21)

Na busca da dialogia integrativa dos saberes e, para resgatar a memória dos saberes indígenas ancestrais brasileiros e entender o processo que os levou para a sombra coletiva, é importante voltar no período do descobrimento do Brasil e convidar os saberes da psicologia analítica de Carl Gustav Jung para, não apenas rememorar, mas ampliar o olhar sobre o espírito da época.

No ano de 1500, a Europa estava sob forte domínio político, econômico, moral, cultural e social da igreja católica. Com esse poder, a igreja ditava regras

²¹ Fonte: <https://indigenas.ibge.gov.br/graficos-e-tabelas-2.html>. Acesso em 11 set. 2022

muito rígidas deixando a sociedade profundamente marcada pelo pensamento religioso e seu conceito de pecado. Havia uma intensa repressão no campo das ciências, no livre pensar, na sexualidade, na expressão das artes não sacras e na liberdade de modo geral. Além da fortíssima influência no poder político e social, a igreja também detinha o poder financeiro/material. A participação da mulher na sociedade era quase nula, onde sua função mais básica era casar para gerar filhos ou como moeda de troca em alianças político-econômicas.

Boa parte do que não era considerado adequado era reprimido, ou seja, o Espírito da Época foi marcado por uma intensa sombra, onde o diferente do convencional era tido como demoníaco, primitivo, inadequado e que deveria ser silenciado ou até aniquilado.

Sobre o conceito de Espírito da Época, o psiquiatra Carl Gustav Jung diz:

O espírito da época não se enquadra nas categorias da razão humana. É uma propensão, uma tendência sentimental, que, por motivos inconscientes, age com soberana força de sugestão sobre todos os espíritos mais fracos de nossa época e os arrasta atrás de si. Pensar diferentemente do que, em geral, atualmente se pensa, tem sempre o ressaibo de ilegitimidade e de algo perturbador; é considerado mesmo como algo de indecente, doentio ou blasfemo e, por isto mesmo, socialmente perigoso para o indivíduo que deste modo nada estupidamente contra a corrente. (JUNG, 1986, O.C. 8/2, p. 285, §653)

Conforme a psicologia analítica, na sombra estão nossas crenças, sentimentos, ideias, emoções, todos eles conflitantes com os sistemas culturais, religiosos, educação e valores, aos quais não aceitamos e reprimimos. O autor e analista junguiano Adolf Guggenbühl-Craig reflete sobre a sombra:

A sombra consiste em vários níveis diferentes. Definimos sombra como aqueles elementos, sentimentos, emoções, ideias e crenças com os quais não podemos nos identificar, que são reprimidos devido a educação, cultura ou sistema de valores. A sombra pode ser primeiramente individual ou primeiramente coletiva. A primeira quando nós, pessoalmente, que reprimimos um conteúdo psíquico particular, e a última quando uma cultura ou subcultura inteira efetua essa repressão. Certas concepções de sexualidade e instinto, por exemplo, podem ser relegadas à sombra. (GUGGENBÜHL-CRAIG, 1998, p.89)

Enquanto esses movimentos sociais, religiosos e culturais preponderavam

na Europa, o Brasil era povoado por diferentes nações indígenas que tinham um modo de vida livre: a nudez do corpo não era um tabu; eram politeístas; trabalhavam em prol da coletividade; detinham o conhecimento da terra e cultuavam um profundo saber ancestral.

Ao chegarem no Brasil, os homens europeus se depararam com os indígenas e perceberam que a forma deles viver era extremamente antagônica ao até então conhecido.

Em seu livro *O espelho índio* (1988), Roberto Gambini reflete que com tamanho conflito de valores, os europeus projetaram sua sombra nos indígenas e os classificaram como seres primitivos, animais, desprovidos de alma, que apenas seriam salvos mediante conversão ao cristianismo.



Imagem: A primeira missa no Brasil – Victor Meirelles, 1861

Conforme a psicologia analítica de Carl Gustav Jung, ao projetarmos a sombra sobre os outros atribuímos a eles aquelas qualidades “sórdidas” que gostaríamos de negar em nós mesmos. Jung diz que “o inconsciente coletivo sempre aparece projetado num objeto consciente” (2016, O.C. 7/2, p.174). Este caso também é aplicado ao nosso objeto de estudo em questão, ou seja, os povos indígenas brasileiros.

Devido ao grande antagonismo de valores e a fortíssima repressão exercida na consciência individual, o saber indígena foi rejeitado e o preconceito fez com que esses saberes fossem vistos de forma maligna. Essa proibição fez com que os conhecimentos indígenas fossem coibidos e convertidos em tabu, permanecendo até os dias atuais no inconsciente coletivo.

Como para os indígenas a nudez não era um tabu, os portugueses foram

confrontados com o que temiam, ou seja, a beleza “desavergonhada” dos corpos nus femininos e a força para o trabalho dos corpos masculinos também constelara a sombra da sexualidade reprimida nestes homens.

Não demorou muito para que os portugueses passassem a ter filhos com as mulheres indígenas, uma vez que para elas o sexo não era vergonha.

O antropólogo e sociólogo Darcy Ribeiro disse em entrevista²² que o brasileiro é fruto de um homem europeu com uma mulher indígena:

“O brasileiro é produto de uma mulher Tupinambá, prenhada por um europeu e que tem um filho, que alguns vieram a chamar de mameluco, que não se identifica com a mãe indígena. Esta é uma inimiga cativa de raça inferior, que não está em situação de igualdade com o pai. Então, o fruto dessa união é o brasileiro, que leva geneticamente a marca indígena e que dá a toda população brasileira um ar indígena.” (RIBEIRO, 1997 – grifos meus)

Esses filhos “bastardos” evidenciaram um problema social da época: as crianças não eram reconhecidas por seus pais europeus e, como a mãe indígena era considerada de uma “raça inferior”, não podiam aprender a língua, religião e tradições maternas. Essa “falta de identidade e de reconhecimento” faz parte do nascimento dos primeiros brasileiros deixando uma marca psíquica no inconsciente coletivo.

Outro ponto importante é que, dada nossa história, o primeiro brasileiro nasceu do ventre indígena, ou seja, filho de pai europeu e mãe indígena. Por isso uma importante imagem arquetípica da grande mãe brasileira é de uma mulher indígena, ou seja, esta imagem está atuante na psique brasileira, porém de forma sombria.

22 Fonte: Revista Eletrônica da USP: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-71831997000300158&script=sci_arttext Acesso em 11 set. 2022



Foto: Pisco Del Gaiso (mulher indígena da tribo Guajajara – MA)

Por isso é importante trazer à consciência de que a mãe indígena cujos brasileiros foram gerados foi suprimida da memória coletiva e da história.

Ao reaver a mitologia indígena brasileira convocamos à consciência as imagens arquetípicas, as narrativas, as memórias, as histórias tão importantes para a reconstituição de nossa identidade brasileira. Pois, conforme o indígena Prof. Dr. Daniel Munduruku, “o Brasil não gosta do Brasil. O povo brasileiro sente uma certa dor por este passado histórico. E enquanto não nos reconciliarmos com esta história, teremos muita dificuldade com o próximo passo, que é aceitarmos nossa diversidade”.²³

23 <http://www.editorialj.eusoufamecos.net/site/noticias/reflita/quebrando-estereotipos-daniel-munduruku-visao-indio-sociedade-brasileira/> acessado em 17 jan 2022

E por falar em mitos...

Como se utilizam de linguagem metafórica, os mitos têm o poder de entrar no mundo dos mistérios que a humanidade não deu conta de decifrar racionalmente.

As histórias míticas são prenes de significados, imagens arquetípicas e simbólicas e refletem frequentemente os problemas e conflitos coletivos.

Conforme Carl G. Jung, os mitos estão no inconsciente coletivo e, consequentemente, na psique de todos os seres humanos.

(...) o inconsciente coletivo — até onde nos é possível julgar parece ser constituído de algo semelhante a temas ou imagens de natureza mitológica, e, por esta razão, os mitos dos povos são os verdadeiros expoentes do inconsciente coletivo. Toda a mitologia seria uma espécie de projeção do inconsciente coletivo. (...) Por isso, podemos estudar o inconsciente coletivo de duas maneiras: na mitologia ou na análise do indivíduo. (JUNG, O.C. 8/2, 1986, p.90 §325 – grifos meus)

Em seu livro Mito e Realidade (2016), Mircea Eliade reflete que o mito é considerado uma história verdadeira:

(...) o mito é considerado uma história sagrada e, portanto, uma “história verdadeira”, porque sempre se refere a realidades. O mito cosmogônico é “verdadeiro” porque a existência do Mundo está aí para prová-lo; o mito da origem da morte é igualmente “verdadeiro” porque é provado pela mortalidade do homem (...) (ELIADE, 2016, p.12 – grifos meus)

Para Eliade, “a principal função do mito consiste em revelar modelos exemplares de todos os ritos e atividades humanas significativas” (ELIADE, 2016, p. 13). Para Campbell, os mitos “são pistas para as potencialidades espirituais da vida humana” (CAMPBELL, 1990, p. 6).

Ao resgatarmos os mitos indígenas brasileiros, também buscamos resgatar nossa identidade, nossa “alma brasileira”, a significação através dos tempos. Contar as histórias míticas dos povos originários é também compreender nossa história.

Os temas míticos são arquetípicos, ou seja, giram em torno de temas universais como bem, mal, morte, vida, amor, casamentos, nascimentos, heróis, traições, vinganças, alimentos, trabalhos, conquistas, etc.

Resgatar os mitos indígenas é nos reapropriarmos de nossa descendência (in)direta desta terra: nascer ou viver no Brasil é fazer parte do país e, por isso, também ser atravessado consciente ou inconscientemente por toda his-

tória. É despertar para a cosmovisão e para a maneira de entender nossas questões, sejam elas subjetivas ou não.

Em entrevista para a rádio CNN Brasil, o indígena Prof. Dr. Daniel Munduruku diz que “o Brasil não se esforça para entender os indígenas” e que “o meu desejo é que o Brasil olhe para si mesmo”.²⁴

Para que o Brasil olhe para si, é preciso olhar também para trás. Resgatar e assumir não somente a história, mas a “identidade de sua alma” através dos mitos, ou seja, resgatar os mitos cosmogônicos (de nascimento/origem) e seus mitos escatológicos (fim do mundo/morte).

Ao recuperar a cosmogonia dos nossos povos originários, resgatamos também a ideia primordial da criação que compõe o inconsciente brasileiro.

Pois, conforme Eliade (2016, p.34), a cosmogonia é o modelo exemplar de todos os tipos de “atos”: não porque o Cosmo é arquétipo ideal de toda situação criadora e de toda criação – mas também porque o Cosmo é uma obra divina, sendo, portanto, santificado em sua própria estrutura. Eliade diz que tudo o que é “cosmicizado” é sagrado (p. 34), ou seja, o que equivale a trazer algo a existência e dar a vida, é cosmogonia portanto sagrado.

Grande parte dos brasileiros não conhecem os mitos cosmogônicos dos povos originários.

Quem são os deuses indígenas criadores do mundo? Como são e como se deram nossas histórias de criação?

Dentro da riqueza e pluralidade das 305 etnias indígenas espalhadas pelo território nacional, ousar dizer que não temos uma única história mítica de criação indígena popularizada no Brasil.

Desconhecemos os mitos e os Deuses de nossa origem: não sabemos sobre os momentos essenciais da criação do mundo, a genealogia real da família dos Deuses tribais, a história das origens dos alimentos, enfermidades, remédios etc.

Desconhecemos nosso começo. Desconhecemos nosso sagrado.

Considerações finais

Como dito anteriormente, o mito designa uma história verdadeira e possui caráter sagrado, exemplar e significativo.

Eles fornecem modelos para a conduta social e conferem significação e valor

24 Fonte: <https://www.cnnbrasil.com.br/entretenimento/cnn-nosso-mundo-entrevista-o-escritor-e-doutor-em-educacao-daniel-munduruku/>. Acesso em 11 set. 2022

à existência. Conforme Eliade (2016, p. 8), “compreender a estrutura e função dos mitos nas sociedades tradicionais não significa apenas elucidar uma etapa na história do pensamento humano, mas também compreender melhor uma categoria dos nossos contemporâneos.”

E, desde o período de apropriação do Brasil pelos portugueses, uma das hipóteses é que os mitos indígenas foram delegados à sombra do inconsciente coletivo.

Sendo assim, resgatar nossa mitologia brasileira é promover a possibilidade de compreender e reconhecer as nossas digitais psíquicas, sejam elas humanas, culturais, espirituais.

Apropriar-se dos nossos mitos indígenas é uma forma de aquisição de consciência e, assim, dialogar e ampliar nossa cosmovisão como brasileiros.

Entendo ser importante fazemos o necessário para compreender os antecedentes míticos que explicam a cosmogonia, a escatologia, e tantas outras histórias míticas sagradas dos povos originários.

Pois, quando encaradas por uma perspectiva histórico-religiosa é que formas similares de conduta poderão revelar-se como fenômenos de cultura.

Resgatar os mitos indígenas é ajudar a cerzir a nossa esgarçada alma brasileira.

Referências

- CAMPBELL, Joseph; MOYERS, Bill. O Poder do Mito. São Paulo: Palas Athena Editora, 1990
- CONGRESSO EM FOCO. Na ONU, Bolsonaro culpa índios e caboclos pelos incêndios florestais. Disponível em <https://congressoemfoco.uol.com.br/area/governo/ao-vivo-bolsonaro-onu/> Acesso em 11 set. 2022
- ELIADE, Mircea. Mito e Realidade. São Paulo: Perspectiva, 2016
- FUNAI. Distribuição da população indígena – IBGE 2010. Disponível em <https://www.gov.br/funai/pt-br/atuacao/povos-indigenas/quem-sao>. Acesso em: 11 set. 2022
- GAMBINI, Roberto. O espelho índio: os jesuítas e a destruição da alma indígena. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1988
- GUGGENBÜHL-CRAIG, Adolf – Eros de muletas – reflexões sobre amoralidade e psicopatia. Curitiba – Corsária, 1998
- IBGE Educa. População indígena. Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/criancas/brasil/nosso-povo/20507-indigenas.html>. Acesso em: 11 set. 2022
- IBGE. Gráficos e tabelas. Disponível em: <https://indigenas.ibge.gov.br/graficos-e-tabelas-2.html>. Acesso em: 11 set. 2022

- IBGE. Estudos especiais » O Brasil Indígena. Disponível em <https://indigenas.ibge.gov.br/estudos-especiais-3/o-brasil-indigena.html>. Acesso em: 11 set. 2022
- IBGE. Censo Indígena. Disponível em https://www.ibge.gov.br/indigenas/indigena_censo2010.pdf. Acesso em: 11 set. 2022
- JUNG, Carl Gustav. A Natureza da Psique. Petrópolis: Vozes, 1986 (Obras completas de C.G.Jung, v. 8/2).
- KÜNSCH, Dimas A. Compreender: indagações sobre o método. São Bernardo do Campo : Universidade Metodista de São Paulo, 2020.
- LOPES, Maria Immacolata Vassallo de. Comunicação, disciplinaridade e pensamento complexo. In: XVI Encontro Nacional da Compós, Curitiba, PR, 2007. Anais do XVI Encontro Nacional da Compós. Brasília: Compós, 2007. Disponível em: http://www.compos.org.br/data/biblioteca_221.pdf. Acesso em: 20 abr. 2020.
- MUNDURUKU, Daniel. Das coisas que aprendi – ensaios do bem-viver. Lorena: DM Projetos Especiais, 2019
- MUNDURUKU, Daniel. CNN Nosso Mundo entrevista o escritor e doutor em educação Daniel Munduruku. Disponível em <https://www.cnnbrasil.com.br/entretenimento/cnn-nosso-mundo-entrevista-o-escritor-e-doutor-em-educacao-daniel-munduruku/>. Acesso em: 11 set. 2022
- GRUPIONI, Luís Donisete Benzi; GRUPIONI, Maria Denise Fajardo Grupioni (1997). Horizontes Antropológicos - Entrevista com Darcy Ribeiro. Universidade São Paulo, Brasil: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-71831997000300158&script=sci_arttext. Acesso em: 11 set. 2022.
- RECH, Luiza; ZUCATTI, Maria Eduarda. Quebrando estereótipos: Daniel Munduruku e a visão do índio na sociedade brasileira. Disponível em <http://www.editorialjeusoufamecos.net/site/noticias/reflita/quebrando-estereotipos-daniel-munduruku-visao-indio-sociedade-brasileira/>. Acesso em: 11 set. 2022

POLÍTICAS DE PERTENCIMENTO: Reflexões teóricas sobre o pertencimento nas frentes de luta por moradia

FRANCISCO MARCIO MARQUES DOS SANTOS (UMESP)²⁵

ORIENTADORA: PROF^a. DR^a. CILENE VICTOR (UMESP)²⁶

RESUMO: No centro de São Paulo, movimentos sociais têm exercido sua resistência ao ocupar prédios abandonados e sem função social. Com a tragédia do edifício Wilton Paes de Almeida, que desabou após um incêndio, em maio de 2018, líderes sociais como Preta Ferreira, foram investigados e presos. O cenário de criminalização dos líderes do Movimento Sem-Teto do Centro ocorre em uma época de intensas campanhas de desinformação nas mídias sociais e na grande imprensa. Por outro lado, o movimento tem usado as redes e o jornalismo autodenominado independente para reverter essa abordagem. Este artigo faz parte de uma dissertação de mestrado que objetiva investigar como os movimentos sociais têm feito uso dos recursos de media interventions, a exemplo das experiências do pesquisador Timothy Marjoribanks e sua equipe no projeto Australian Media and the Politics of Belonging. O referencial teórico está amparado nos conceitos de território propostos por Milton Santos, na teoria do reconhecimento, em Honneth, na política de pertencimento, em Yuval-Davis, e no jornalismo de paz, em Galtung, Youngblood e Shinar. Entre os resultados parciais, observa-se que ações de media interventions apresentam um potencial de desenvolvimento de políticas de pertencimento no contexto das ocupações urbanas, ao amplificar as vozes das coletividades e garantir a sua escuta.

25 Graduação em Cinema e Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UMESp. Bolsista apoiado pelo CNPQ. E-mail: kicosantos@gmail.com

26 Professora titular do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UMESp. Tem pós-doutorado pelo Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Gestão do Território da UFABC, doutorado em Saúde Pública, pela Universidade de São Paulo, e mestrado em Comunicação, pela Universidade Metodista

PALAVRAS-CHAVE: Media interventions, políticas de pertencimento, luta por reconhecimento. movimentos de luta por moradia. território.

1. Territorialidade e movimentos de luta por moradia

Em 2022, durante as obras de construção da estação 14 Bis em São Paulo, um achado arqueológico repercutiu entre a população local, em especial a comunidade negra do Bixiga. Nas ruínas da antiga escola de samba Vai Vai, demolida para dar lugar à futura estação, foram encontradas ruínas do antigo Quilombo Saracura.²⁷ Foi naquela área correspondente ao atual bairro Bela Vista onde a comunidade se concentrou territorialmente e estabeleceu suas raízes urbanas.

O historiador Affonso de Freitas assim descreveu a geografia daquela área à época da formação do quilombo: “Em 1870, os Campos do Bixiga correspondiam a todo espaço entre as ruas Santo Amaro e a Consolação, lugar com densa vegetação e onde se caçavam perdizes, veados e perseguiram os foragidos da escravidão colonial” (FREITAS, 1921, p. 9). Há aqui uma referência ao local que se tornaria um território de moradia negra e pobre. A comunidade se estabeleceu às margens do rio Saracura, onde encontraram condições de sobrevivência em uma área ainda periférica da cidade. Com o passar das décadas, a presença da comunidade negra se consolidou territorialmente ali, estabeleceu-se culturalmente, conquistando grande relevância para a cultura paulistana. Mas a comunidade negra passaria a enfrentar os efeitos das transformações urbanas da cidade.

A implementação de políticas públicas que aprofundam os abismos sociais ao condenar áreas de território negro e pobre e atuar favorecendo interesses de elites econômicas é uma prática tradicional na cidade de São Paulo. Desde a época do Quilombo Saracura, como descreve a socióloga Larissa Nascimento, é possível encontrar exemplos de uma política higienista implementada pela administração pública:

Logo após a Abolição da Escravatura, a cidade de São Paulo passou por uma intensa redefinição territorial/racial, encabeçada pelo poder público e pela elite paulistana, fazendo com que os negros se deslocassem para as regiões mais periféricas da cidade. A “limpeza” do Centro Velho ocorreu durante a gestão do prefeito Antônio Prado (1899 - 1911) e caracterizou-se pelo desalojamento da população negra que ali vivia. Diante do desalojamento forçado, uma parcela considerável

²⁷ Matéria sobre o acontecimento produzida pela Alma Preta Jornalismo <https://alma-pretajornalismo.com.br/sessao/cotidiano/bixiga-metro>

de negros se deslocou para o Bixiga tendo em vista o já existente núcleo negro do Saracura e a proximidade em relação às regiões valorizadas da cidade – como Avenida Paulista, Rua Consolação, Rua Brigadeiro Luis Antônio e arredores – que demandavam mão de obra braçal, principalmente nas mansões dos barões do café, fatores que contribuíram para que, na época, o Bixiga se consolidasse como um importante território negro da zona central da cidade. (NASCIMENTO, L, 2014, p.33)

Áreas como o Bixiga se tornaram territórios negros tradicionais na capital paulista, berços de suas manifestações culturais e locais de notável reconhecimento artístico. A própria história do samba paulista passa pelo Saracura. No entanto, a área também tem sido alvo de uma estigmatização por parte da sociedade, sobretudo das novas elites econômicas. Há aqui a expressão de um comportamento conservador herança de um passado colonial, que trata as comunidades negras como negativas e lhes atribui estereótipos negativos.

As tensões sociais e seus conflitos adjacentes fazem parte do contexto urbano paulista, em especial, nas disputas que envolvem o seu território. O espaço geográfico, sinônimo de território usado torna-se um conceito indispensável para a compreensão dos conflitos no atual mundo globalizado. Milton Santos já alertava sobre a importância das territorialidades para entender as contradições que marcam as relações entre o indivíduo e o mundo:

Antes do enfraquecimento atual do Estado Territorial, a escala da técnica e a escala da política se confundiam. Hoje essas duas escalas se distinguem e se distanciam. Por isso mesmo, as grandes contradições do nosso tempo passam pelo uso do território. (...) É a partir dessa realidade que encontramos no território, hoje novos recortes, além da velha categoria região; e isso é um resultado da nova construção do espaço e do novo funcionamento do território, através daquilo que estou chamando de horizontalidades e verticalidades. As horizontalidades serão os domínios da contiguidade, daqueles lugares vizinhos reunidos por uma continuidade territorial, enquanto as verticalidades seriam formadas por pontos distantes uns dos outros, ligados por todas as formas e processos sociais (SANTOS, 2005, p. 256).

Tal reflexão encontra paralelo nas considerações do filósofo polonês Zygmunt Bauman sobre um conceito que o autor chama de glocalização. “O conceito de glocalização transmite a necessidade de uma leitura atenta da complexidade da relação local-global, na qual a mundialização da economia

e a revolução do digital desempenham um papel determinante (LOURENÇO, 2014, p. 1). Em um mundo globalizado as grandes cidades se vêem obrigadas a lidar localmente com questões de ordem global. Por mais que as redes provoquem o surgimento de novas dinâmicas sociais, sempre haverá o território como o lugar dos acontecimentos sociais:

Os problemas mais agudos e ameaçadores que assombram nossos contemporâneos são, em geral, globalmente produzidos por forças extraterritoriais, localizada no “espaço de fluxos, que fica muito além do alcance dos instrumentos políticos de controle, essencialmente locais e fixos do ponto de vista territorial; as forças geradoras, contudo, tendem a lavar as mãos quanto a lidar com as consequências dos seus feitos, que, com demasiada frequência, são devastadoras e exigem reparos urgentes e muito dispendiosos. Essa tarefa recai, portanto, sobre os ombros das “localidades” - da ponta receptora de suas atividades. “Localidades” – e entre elas grandes cidades, em primeiro lugar e acima de tudo – servem hoje como lixão de problemas gerados globalmente, não por sua iniciativa e sem que elas sejam consultadas, isso para não falar em consentimento (BAUMAN, BORDONI, 2016 p. 149).

A história brasileira ilustra como as políticas públicas de questões territoriais tem sido orientadas por interesses econômicos, políticas que se traduzem violentas para as populações pobres que sobrevivem à margem do crescimento dos grandes centros urbanos. As questões territoriais representam a fronteira dos conflitos, onde a disputa entre as classes dominantes (e suas instituições) e as classes menos favorecidas tomam a forma de manifestações violentas legitimadas pelo Estado.

A especulação imobiliária na cidade de São Paulo reflete uma tendência mundial baseada em estratégias de empresariamento das grandes metrópoles, na qual a cidade é uma fonte de recursos que precisa ser capitalizada. O monopólio do território é um fator gerador de riquezas em um mercado especulativo com valores de locação e venda de imóveis que aumentam desproporcionalmente. A demolição do espaço urbano e sua memória, bem como a constante expulsão das classes mais pobres para áreas periféricas são resultados dessa disputa especulativa que corrói as instituições públicas. A urbanista Luciana Ferrara da Universidade Federal do ABC dimensiona a dinâmica de valorização dos imóveis:

Esses investimentos, num quadro de ausência de regulação fundiária adequada nas cidades, contribuíram para um au-

mento descolado dos preços dos imóveis urbanos em várias cidades. Ao mesmo tempo, o Programa (PAC)²⁸ garantiu os ganhos extraídos do processo produtivo decorrentes da construção civil. De acordo com dados da Fipezap, a partir de 2008, ocorre uma valorização do preço dos imóveis na cidade de São Paulo – que supera em muito os índices inflacionários, como o Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M). Entre 2008 e 2018, há uma variação de 231% dos preços dos imóveis, enquanto, no mesmo período, o IGP-M varia 74,3%. Mais do que apenas o locus dos negócios, a cidade tornou-se um “negócio em si”, e a moradia é capturada como uma das principais e mais rentáveis mercadorias para investidores ávidos por rentabilidade e baixos riscos (FERRARA, 2019, p. 812).

O empobrecimento amplo de uma parte já fragilizada da população tem forçado um movimento cada vez maior para as ruas da metrópole. O censo realizado pela prefeitura da capital em 2022 estimou que atualmente há 31.884 pessoas morando nas ruas da cidade, equivalente a um crescimento de 31% nos últimos dois anos.²⁹Ocupações urbanas são fenômenos de revitalização dos espaços de convivência, lugar de coexistências construídas pelo acontecer solidário:

Lideranças costumam dizer que aqueles que pisam a primeira vez em uma ocupação nunca saem exatamente como entraram. Transformam-se, em termos de compreender outras dimensões da luta pela moradia, da luta pelo direito à cidade e da construção de sociedades mais justas (GONSALES, 2019, p. 818).

Em levantamento realizado pela Prefeitura de São Paulo em 2018, foram identificados 51 edifícios ocupados na cidade, a maior parte localizada no centro expandido da capital. No interior dessas ocupações moram aproximadamente 3.500 famílias, atingindo um total de 10.562 pessoas. Um outro dado é que há pessoas idosas morando em 86% dos edifícios (PREFEITURA DE SÃO PAULO, 2018, p. 8).

No dia da eleição presencial de 2018, uma ocupação funcionou como ponto de encontro das lideranças dos movimentos de luta por moradia, a Ocupação 9 de Julho. Quando o resultado consolidado das urnas ecoou pelas ruas,

²⁸ A pesquisadora se refere ao intenso processo de valorização imobiliária promovidos pelo Governo Federal por meio das obras de infraestrutura do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

²⁹ Dados disponíveis no site da Prefeitura Municipal de São Paulo: <https://www.capital.sp.gov.br/noticia/censo-antecipado-pela-prefeitura-de-sao-paulo-revela-que-populacao-em-situacao-de-rua-cresceu-31-nos-ultimos-dois-anos>

rádios, canais de televisão e ambientes online, os apoiadores do presidente eleito ocuparam uma pequena parte da avenida Paulista em comemoração. Simultaneamente, no centro velho da cidade, a Ocupação 9 de Julho reunia os moradores e militantes dos movimentos de luta por moradia. Carmem Silva, líder do MSTC, em meio à inquietação geral daquele momento fatídico, tomou a iniciativa de conversar com todos os presentes. Em cima de uma cadeira de plástico improvisada às pressas, ela discursou as seguintes palavras em voz alta:

Estamos vivendo o retrocesso no Brasil. Mas não vamos cair no retrocesso deles. Faremos nossa resistência como sempre fizemos. Não é com arma, como o senhor Bolsonaro declarou. Vai ser com a voz, com o canto. Vai ser com amor, porque somos uma família. Aqui está a verdadeira família, a que ama independentemente de classe, de cor, de sexualidade. E vamos mostrar que ele vai ter que nos exterminar, porque a nação é feita de 80% de pessoas que trabalham duro, como nós. Tudo tem sido difícil, nada para nós veio de graça (SILVA, 2018, online)³⁰.

A partir dos discursos das lideranças do MSTC, mãe e filha, proferidos naquele momento disruptivo da política nacional, é possível identificar alguns aspectos que envolvem o conceito de luta. A frase de Carmen “tudo tem sido difícil, nada para nós veio de graça” faz uma referência direta à luta motriz do movimento social. Os movimentos existem porque a luta se faz necessária, como forma de combater a humilhação sofrida, a luta pelo direito à moradia, em última análise, a luta pela redistribuição do território. Uma temática que sempre participara do debate político, seguindo a premissa de que apenas a redistribuição econômica é capaz de diminuir o abismo social.

Em outro momento de seu discurso, Carmen Silva vociferou: “Aqui está a verdadeira família, a que ama independentemente de classe, de cor, de sexualidade”. Suas palavras fizeram bastante menção ao amor, estimulando as pessoas a reagir pacificamente ao momento de conflito, haja vista os ânimos exaltados e polarizados por conta do resultado da eleição. Mas há um sentimento mais profundo revelado nessas palavras, que envolve uma percepção simbólica sobre o próprio grupo ali reunido na ocupação. Há aqui indícios de uma luta que pode ser compreendida de forma diferente da luta por redistribuição, um conceito conhecido como a luta por reconhecimento.

30 Reportagem dos Jornalistas Livres descreve a eleição presidencial de 2018: <https://jornalistaslivres.org/ocupacao-9-de-julho-para-eleicao-de-bolsonaro/>

2. A luta por reconhecimento

A teoria do reconhecimento foi elaborada por Axel Honneth, teórico crítico e o principal expoente da terceira geração da Escola de Frankfurt, a denominação mais conhecida do Instituto de Pesquisa Social de Frankfurt. Honneth desenvolveu a teoria do reconhecimento sob influência do pensamento de Hegel acerca do reconhecimento, da intersubjetividade e do conflito.

Na tentativa de contrapor e aperfeiçoar as ideias de seus antecessores na Escola de Frankfurt como Habermas, Honneth defende que a teoria crítica precisa olhar e considerar as origens dos conflitos da luta social. Para isso, o filósofo propõe a existência de padrões de reconhecimento intersubjetivo nas estruturas das relações sociais, que o autor categorizou em amor, direito e solidariedade.

Partindo de uma teoria da intersubjetividade, Honneth propõe uma forma diferente de compreender os fenômenos dos conflitos sociais, que vão além das reivindicações específicas dos anseios individuais ou coletivos. Para o autor, as bases motivacionais dos grupos sociais devem ser reconstruídas a partir de suas expectativas morais. A violação dessas expectativas que os indivíduos consensualmente expõem no exercício de suas coletividades está na origem dos conflitos sociais (HONNETH, 2003, cap. 7). Dessa forma, os conflitos poderiam ser analisados a partir da chave conceitual do reconhecimento, como é observado na análise de Marcos Nobre, filósofo e cientista social, autor do prefácio da edição brasileira da obra de Honneth:

O tipo de luta social que Honneth privilegia em sua teoria do reconhecimento não é marcado em primeira linha por objetivos de autoconservação ou aumento de poder – uma concepção de conflito predominante tanto na filosofia política moderna como na tradição sociológica, a qual elimina ou tende a eliminar o momento normativo de toda luta social. Antes, interessam-lhe aqueles conflitos que se originam de uma experiência de desrespeito social, de um ataque à identidade pessoal ou coletiva, capaz de suscitar uma ação que busque restaurar relações de reconhecimento mútuo ou justamente desenvolvê-las num nível evolutivo superior. Por isso, para Honneth, é possível ver nas diversas lutas por reconhecimento uma força moral que impulsiona desenvolvimentos sociais (NOBRE, 2003, p. 18).

Há um fenômeno peculiar, na perspectiva da luta por reconhecimento, que ocorre no contexto dos movimentos sociais. O território usado, numa visão miltoniana é o território abrigo de todos os homens, instituições e organizações (SANTOS, 2005, p. 252). Além de proporcionar recursos de geração de

renda, a propriedade territorial no Brasil está associada ao próprio exercício da cidadania, como posiciona Luciana Ferrara, pesquisadora do LabJuta-ABC:

A terra possui um duplo monopólio, ou seja, a terra é local de exploração e extração para a produção industrial ou também para construção, o que garante, ao industrial (ou ao construtor), a extração de lucros suplementares na forma de renda. Ao mesmo tempo, a terra é monopólio privado, o que confere, ao seu proprietário grande poder de extrair renda a partir da apropriação privada da produção social do espaço urbano. (...) A concentração da terra em latifúndio não foi transformada por processos de reforma agrária e urbana no País. Além disso, no sistema capitalista – particularmente no caso brasileiro –, a cidadania está vinculada à propriedade, o que perpetua a desigualdade necessária à manutenção do sistema (FERRARA, 2019, p. 811-812).

É um processo comum no contexto dos grandes centros urbanos, a solicitação de comprovantes de endereço em processos de admissão de emprego. O documento comprova o local de residência de eventuais candidatos e possibilita que os contratantes avaliem suas condições de transporte entre residência e trabalho. Não ter acesso a um comprovante de endereço equivale a não poder participar de esferas importantes da vida social. O acesso ao documento é uma reivindicação constante dos moradores das ocupações urbanas, um anseio que revela uma urgência de reconhecimento de seus territórios e de suas próprias posições no contexto social:

Outro aspecto que ilustra como a formalização ou regularização da moradia tem implicações em outras esferas da vida cotidiana refere-se às tentativas de regularizar a ligação de água junto à concessionária prestadora de serviços, pois, segundo os moradores, isso resolveria a comprovação de endereço, sem o qual várias questões burocráticas e da vida cotidiana ficam dificultadas, principalmente aquelas associadas à procura de trabalho ou emprego. Além disso, o endereço de uma moradia considerada “regular” amplia a própria percepção de inclusão na sociedade e nas instituições no capitalismo. Também se destacam as falas constantes dos moradores quanto à necessidade de regularizar a situação, reiterando que podem pagar pelo serviço de saneamento – ainda que o contexto de baixíssima renda justifique um acesso subsidiado ao sistema público e ao bem coletivo que é a água (FERRARA, 2019, p.819).

O reconhecimento dos territórios das ocupações, sob o prisma da gramática moral de Honneth, traduz um padrão de reconhecimento jurídico que o autor resgata da filosofia de Friedrich Hegel e da psicologia social de George Mead. A condição natural do processo de socialização é o contexto de obrigações e relações intersubjetivas, de tal forma que a organização social é resultado do desenvolvimento contínuo e gradual dessas formas originárias de relacionamento nas coletividades.

3. Media interventions e políticas de pertencimento

Professor da Swinburne University of Technology de Melbourne, Timothy Marjoribanks investigou como a interferência de processos de relação midiática age nos sentidos de pertencimento das populações atingidas. O conceito que ficou conhecido como media interventions surgiu pela primeira vez em um livro organizado por Kevin Howley (COULDRY, 2013, p.35).

O projeto de Marjoribanks tem o foco direcionado para a mídia australiana na cobertura da mídia sobre grupos em situação de vulnerabilidade social, especialmente os refugiados sudaneses naquele país, e sugere a mesma mídia para reverter o perfil da abordagem. Os pesquisadores citam uma campanha publicitária chamada Feels Like Home exibida na televisão aberta durante a cobertura das olimpíadas de 2016. A campanha envolvia histórias reais de membros de uma família que viajavam para passar o Natal com seus pais no litoral australiano. Os anúncios apelavam diretamente para um senso de pertencimento nacional, um conjunto de imagens que através de sintetização e personificação, faz uma família individual transmitir o significado de uma família nacional.

Para entender isso como um processo semiótico, não devemos apenas atentar para o que esses anúncios retratam, ou o que é apresentado, mas também a relação entre o que está presente e o que está ausente neles. Com seu foco em uma família “branca” singular de classe média desfrutando de um ritual secular enraizado na tradição cristã, esses anúncios necessariamente excluem outras imagens potenciais da Austrália: suas populações não-brancas e indígenas, cenas da vida urbana e da classe trabalhadora e a presença de tradições e rituais culturais não “anglo” associados ao multiculturalismo australiano (MARJORIBANKS, NOLAN, FARQUHARSON, 2018, p. 15, 16).

Marjoribanks e sua equipe trabalharam com o conceito de políticas de pertencimento, originalmente proposto pela socióloga israelense Yuval-Davis.

Trata-se de uma política que combina uma série de referências a práticas ou projetos que buscam realizar ou manter relações particulares de pertencimento, bem como a produção contínua de relações sociais. Esses dois fatores são resultados de práticas de políticas de pertencimento e, ao mesmo tempo, formam as condições para elas acontecerem. “As políticas de pertencimento estão preocupadas com os limites da comunidade política de pertencimento, as fronteiras que, às vezes fisicamente, mas sempre simbolicamente, separam a população mundial em ‘nós’ e ‘eles’” (DAVIS, 2011, p. 3, tradução própria).

Ao desenvolver uma investigação nos subúrbios ocidentais de Sydney, uma região emblemática nos debates nacionais sobre imigrantes e refugiados, a pesquisadora Tanja Dreher analisou os projetos sociais que criaram condições reais de pertencimento. A região oeste de Sydney pode ser vista como um lugar rico, cheio de vida e multicultural, mas na mídia a região é frequentemente retratada como uma área marginalizada, perigosa e de possível radicalização islâmica. Havia uma narrativa persistente que enquadrava os habitantes da região numa moldura islamofóbica (DREHER, 2018, p. 72).

Parecia claro que os estereótipos negativos estruturalmente incorporados pela ação da grande mídia forjavam uma sensação de não-pertencimento entre a população local. Havia a urgência de uma voz de resistência que fornecesse ao país, e ao mundo, uma compreensão mais complexa do multiculturalismo que era a realidade por ali. Havia a necessidade de amplificar as vozes da comunidade, mas também em garantir a sua escuta. Estratégias de escuta ampliam o alcance da mídia popular de modo a gerar formas de pertencimento individual e comunitário:

A ênfase em contar histórias diferentes e mudar as percepções das comunidades ocidentais de Sydney pode ser entendida como uma mobilização eficaz para a política da voz. De fato, os projetos de intervenção da mídia comunitária são frequentemente descritos em termos de encontrar uma voz, falar ou contar histórias diferentes. (...) O I.C.E. reconheceu o potencial e a importância das formas de mídia digital e visa deliberadamente populações marginalizadas e vulneráveis para capacitação, desenvolvimento de habilidades e contar histórias alternativas sobre a Austrália multicultural utilizando tecnologias digitais (DREHER, 2018, p. 77)

Ações que amplifiquem as vozes de resistência e que garantam a sua escuta são ações que estimulam o pertencimento de grupos e movimentos sociais em suas lutas por reconhecimento. Quando olhamos para ações efetivas de

intervenção midiática, como as da organização I.C.E.³¹, citada por Dreher, verificamos a experimentação desses conceitos por meio de políticas sociais.

Os estudos da equipe de Marjoribanks estão amparados no conceito de media interventions, proposto inicialmente por Kevin Howley. Howley ressalta “o complexo exercício do poder da mídia para influenciar processos políticos, mobilizar a opinião pública, capacitar comunidades marginalizadas ou desafiar a hegemonia das organizações de mídia dominantes” (HOWLEY, 2013, p. 35). Essa conceituação conecta a experiência na Austrália com a realidade das ocupações urbanas em São Paulo no que diz respeito às suas representações. Tal qual a produção de uma obra cinematográfica coletiva como o filme *Era o Hotel Cambridge*³².

Entre as cinco ocupações do MSTC, é justamente o antigo Residencial Cambridge a única que recebeu financiamento do programa Minha Casa Minha Vida do Governo Federal. O Cambridge é uma ocupação urbana que tem conquistado batalhas importantes no reconhecimento público pelo direito de permanecer ali. O local deu nome para o premiado longa-metragem da diretora Eliana Caffé, que produziu coletivamente o filme usando as ocupações como locação e os próprios moradores interpretando seus papéis.

Era o Hotel Cambridge pode ser categorizado como um modo performático de fazer documentário, “uma forma que dá mais ênfase às características subjetivas da experiência e da memória, que se afastam do relato objetivo” (NICHOLS, 2005, p. 170). O filme é narrado por uma combinação peculiar entre atores e personagens reais do contexto das ocupações. A líder do MSTC, Carmem Silva, interpreta a líder da ocupação e todos os desafios diários que são obrigados a enfrentar. Desde ameaças constantes de ações de despejo até as dificuldades diárias de manter a organização social entre os moradores. Diversas tramas paralelas ilustram a diversidade local, pessoas em situação de refúgio falam com seus familiares distantes, há uma grande troca multicultural entre os personagens do filme. Por mais que as tramas sigam um roteiro prévio, há um espaço inestimável de narrativa que os personagens ocupam com suas próprias verdades. Um modo de fazer cinema que respeita as vozes de personagens vivos.

O filme, afinal, ao assumir a sua projeção midiática, atua na amplificação

31 Fundado em 1984, o I.C.E. é uma organização de artes contemporâneas baseada na comunidade que trabalha com comunidades, artistas e produtores criativos emergentes e sub-representados no oeste de Sydney. A apresentação institucional da organização está disponível em: <https://ice.org.au/about-ice/>

32 Filme disponível para visualização no YouTube. Acesso em: <https://www.youtube.com/watch?v=8McpohnS03o>

das vozes de seus personagens, vozes que expressam os discursos de resistência daquele grupo. A experiência de produção do filme com os moradores locais colaborou com o senso de pertencimento do grupo, de maneira similar às tratadas nos projetos de media interventions. Na medida em que, primeiro, amplificou significativamente as vozes das comunidades do MSTC, e segundo ao garantir a sua escuta em uma determinada escala de distribuição midiática. Há nas entrelinhas da montagem uma disputa silenciosa entre interpretação e verdade, entre ator e morador, uma disputa que só alimenta a experiência cinematográfica.

A produção do filme é, em si própria, um evento social. Não há regras de imagens de rigor fotográfico típicas do cinema, há sim a valorização da experiência de produção do filme no registro que a câmera conseguiu absorver. O prédio é o cenário visual absoluto, guardião de todas as almas, mas também é o personagem fio condutor do grande arco da história. É simbólico que o momento de maior catarse, o clímax que irrompe todas as tramas, é quando os moradores saem para o que eles chamam de festa - uma nova ocupação. Combinando cenas interpretadas com imagens de arquivo, o documentário consegue montar uma narrativa de impacto que salta aos olhos pelo realismo das cenas.

O filme utiliza imagens produzidas pelo jornalismo digital independente, grupos como Jornalistas Livres e Mídia Ninja, e assim assume um status de documentação histórica. O documentário é, acima de tudo, um registro dos acontecimentos. Os fatores externos ao filme vão além da divulgação de sua própria ideologia. Sim, é preciso entender as complexidades dos movimentos de luta por moradia, e o filme ajuda nesse processo contrário, ou seja, uma intervenção de mídia, na acepção de Howley, às abordagens reducionistas e negativas da própria mídia. Mais do que isso, o filme celebra o espírito do pertencimento. Cada morador, ator, roteirista ou figurante envolvido na produção atuou por suas próprias causas e ali elas foram protagonizadas. O audiovisual é dotado de um capital simbólico capaz de sensibilizar, de transcender e de proporcionar pertencimento.

A produção de um filme comunitário, assim como outras ações culturais que fazem parte das agendas das ocupações, criam espaços para o exercício do pertencimento. Uma maneira de proporcionar uma diferente percepção dos movimentos sociais a partir de uma representação que os identifique sem a estigmatização de setores da mídia. Tratam-se, afinal, de vozes da resistência, as vozes que reafirmam os anseios das coletividades e que são intrínsecas às suas convicções de pertencimento.

4. Considerações finais

As experiências associadas às políticas de pertencimento ilustram a natureza dinâmica das estruturas sociais, bem como o pensar sociológico sobre o impacto das ações humanas. Não estamos, enquanto agentes sociais, condenados às normas vigentes, mas damos as condições para que elas existam. A mesma mídia que constrói abordagens que remetem ao pânico moral em relação às populações de ocupações é a que vai intervir para mudar essa construção midiática.

A busca de um enfrentamento para as injustiças, por um lado, envolve o desafio de uma redistribuição econômica, por outro, está associada aos desafios de reconhecimento social, onde o debate sobre os preceitos do Jornalismo de Paz tem inegável relevância.

Em seu ensaio sobre o destino da humanidade, Edgar Morin adicionou uma interrogação ao título principal: Rumo ao Abismo? O questionamento no lugar de uma afirmação revela uma certa esperança. Afinal, Morin desenha que as condições para uma metamorfose social que aplacasse as injustiças sociais estão nas mãos da própria humanidade. A partir de uma possível tomada de consciência onde a ética seja o fio condutor dos processos de interação humana, pode haver uma saída. A cada nova etapa há um fim, e esse fim é um novo começo (MORIN, 2011, p.159).

Referências

- BAUMAN, Zygmunt; BORDONI, Carlo. Estado de crise. Rio de Janeiro: Zahar, 2016.
- DREHER, Tanja. Speaking up or being heard? Community media interventions and the politics of listening. *Media, Culture & Society*, v. 32, n. 1, p. 85–103, 2010.
- FERRARA, Luciana N.; GONSALES, Talita A.; COMARÚ, Francisco de A. Espoliação urbana e insurgência: conflitos e contradições sobre produção imobiliária e moradia a partir de ocupações recentes em São Paulo. *São Paulo, Cadernos Metrôpole*, v. 21, p. 807–830, 2019.
- FREITAS, Affonso de. Tradições e reminiscências paulistanas, São Paulo: Edição da Revista do Brasil, Monteiro Lobato & Cia, 1921.
- HONNETH, Axel. Luta por reconhecimento: a Gramática Moral dos Conflitos Sociais. 2a edição. São Paulo: Editora 34, 2003.
- HOWLEY, Kevin (Org.). Media Interventions: Afterword by Nick Couldry. 1a edição. [s.l.]: Peter Lang Inc., International Academic Publishers, 2012.
- LOURENÇO, Nelson. Globalização e glocalização. O difícil diálogo entre o global e o local. *Mulemba, Revista Angolana de Ciências Sociais*, n. 4 (8), p. 17–31, 2014.
- MORIN, Edgar; CARVALHO, Edgard de Assis; BOSCO, Mariza Perassi. Rumo ao

abismo? - Ensaio sobre o destino da humanidade. Lisboa: Bertrand Brasil, 2011.

NASCIMENTO, Larissa A. C. do. "Lembrança eu tenho da Saracura": notas sobre a população negra e as reconfigurações urbanas no bairro do Bexiga. Rio de Janeiro, Revista Intratextos, v. 6, n. 1, p. 25–50, 2014.

NICHOLS, Bill. Introdução Ao Documentário. São Paulo: Papirus Editora, 2005.

PREFEITURA DE SÃO PAULO, Situação das Ocupações na Cidade de São Paulo. São Paulo, 2018.

SANTOS, Milton. O retorno do território. Território : globalização e fragmentação, 2002. Disponível em: <<https://repositorio.usp.br/item/001273787>>. Acesso em: 13 ago. 2022.

YUVAL-DAVIS, Nira. Power, Intersectionality and the Politics of Belonging. Denmark, A Alborg University, [s.l.: s.n.], 2011.

JORNALISMO HUMANITÁRIO INCLUSIVO

– DA TEORIA À PRÁTICA: Estudo sobre a inclusão profissional de jornalistas com paralisia cerebral

RENATA JULIOTTI (UMESP)³³

ORIENTADORA: PROF.^a. DR.^a. CILENE VICTOR (UMESP)³⁴

RESUMO: Este trabalho, baseado nos principais resultados da dissertação de mestrado desta pesquisadora, foca em identificar e investigar os espaços que os jornalistas com paralisia cerebral assumem na profissão e como a prática do jornalismo inclusivo, sob o prisma do jornalismo humanitário e de paz, pode apresentar-se como um dos caminhos possíveis para conferir visibilidade social e promover o debate sobre a temática da inclusão profissional no campo do jornalismo. Para alcançar o objetivo central, foram adotados dois procedimentos metodológicos, a revisão sistemática da literatura e a entrevista em profundidade, semiestruturada, com dez pessoas com paralisia cerebral. Observou-se que por meio da prática do jornalismo humanitário inclusivo é possível naturalizar a prática do reconhecimento, respeito e responsabilidade como pilares da produção comunicacional.

PALAVRAS-CHAVE: jornalistas com paralisia cerebral; jornalismo humanitário inclusivo; representatividade; inclusão; luta por reconhecimento.

33 Doutoranda e mestre em Comunicação Social pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Universidade Metodista de São Paulo (UMESP), onde integra o grupo de pesquisa Jornalismo Humanitário e Media Interventions (HumanizaCom), e-mail: renata.juliotti@gmail.com .

34 Orientadora do trabalho. Professora titular do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Universidade Metodista de São Paulo (UMESP). Líder do grupo de pesquisa Jornalismo Humanitário e Media Interventions, e-mail: cilene.victor@metodista.br

Apessoa com deficiência – definições, dados, representações e lutas

Uma em cada sete pessoas no mundo tem uma deficiência (OMS, 2011) e aproximadamente 85 milhões vivem na América Latina e Caribe, de acordo com números recolhidos a partir de diferentes fontes estatísticas na região, que nem sempre são comparáveis entre si (Riais, 2018). No Brasil, o Censo Demográfico de 2010, aponta que cerca de 24% da população possui alguma deficiência, constituindo quase 46 milhões de brasileiros (IBGE, 2010). De acordo com o estudo do Banco Mundial, *Disability Inclusion in Latin America and the Caribbean: A Path to Sustainable Development* (2021), houve mudanças legais e institucionais progressivas na última década. Contudo, há ainda um longo caminho entre os avanços teóricos e a implementação. Ainda que o tema tenha ganhado mais visibilidade nos últimos anos, a deficiência continua sendo comumente entendida como um fenômeno limitante, o que costuma causar a falsa impressão de incapacidade do indivíduo. Esse é apenas um dos fatores que levam ao preconceito contra o profissional com deficiência, colocando em dúvida sua capacidade de exercer as atividades laborais. Essa realidade é ainda mais acentuada para profissionais com paralisia cerebral (PC), considerada uma das deficiências menos contempladas nas iniciativas e políticas públicas. Sua própria terminologia sugere um cérebro em “pane”, sem funcionamento, parado, o que contribui para a percepção distorcida e preconceituosa de incapacidade da pessoa com PC.

Nesse sentido, a pesquisa de mestrado observou uma cultura capacitista nas relações das pessoas com deficiência, que “remete à ideia de afastamento da capacidade, da aptidão ou eficiência, em outras palavras, a capacidade de ser e fazer frente a uma deficiência, reiteradamente sentida em diversas esferas sociais” (JULIOTTI, 2022, p. 114). A deficiência é definida como toda perda ou anormalidade de uma estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica (OMS, 1989).

A paralisia cerebral ou encefalopatia crônica não é uma doença, e sim uma condição, configurada por um grupo de desordens permanentes do desenvolvimento do movimento e postura atribuída a um distúrbio não progressivo que ocorre durante o desenvolvimento do cérebro fetal ou infantil, podendo contribuir para limitações no perfil de funcionalidade da pessoa, que podem ser minimizados com a utilização de tecnologia assistiva adequada à pessoa com paralisia cerebral (ROSENBAUM et al., 2007 apud BRASIL, 2013).

Com base no modelo social, a forma como pensamos e medimos a deficiência mudou nas últimas décadas. Medir a prevalência da deficiência envolve a inclusão de perguntas em pesquisas representativas da população em geral.

Com a ampliação dos estudos sobre deficiência (Disability Studies), outros elementos passaram a compor a área de conhecimento com perspectivas híbridas, que promovem uma integração de pontos de vista quanto à teorização da deficiência. Tom Shakespeare (2006), uma conhecida referência nos estudos da área, traz uma perspectiva teórica pós-modernista para o modelo social e adota o modelo interacionista (biopsicossocial) como teoria base. O sociólogo entende que o impedimento implica predicamento, pois “mesmo com a remoção de barreiras, o impedimento permanecerá problemático para muitas pessoas com deficiência” (SHAKESPEARE, 2006, p. 63).

Pessoas com deficiência representam uma minoria na sociedade por ocuparem espaços desiguais no exercício de direitos e oportunidades devido à invisibilidade no meio social. No Brasil, essa realidade é agravada pela concentração de renda e pela exacerbada desigualdade social.

Se tratando da problemática da inclusão profissional, a legislação brasileira já pauta algumas políticas públicas que asseguram o direito de igualdade a pessoas com deficiência e que viabilizam a inclusão desses indivíduos no mercado de trabalho. Porém, é possível observar que ainda existem obstáculos para a aceitação desses profissionais desempenhando funções de maior interação com o público ou ocupando determinado poder hierárquico em uma organização. Normalmente, trabalhadores PcD são inseridos em contextos menos favoráveis, o que invoca um cenário notoriamente desigual.

A Constituição Brasileira de 1988, por meio da Lei 7.853/89, dispõe sobre o apoio a pessoa com deficiência, sua integração social. Porém, apenas em 24 de julho de 1991, a promulgação da Lei 8.213, conhecida como a Lei de Cotas, aliado ao documento constitucional, configurou-se como um dos principais documentos que asseguram às pessoas com deficiência o direito de acesso ao mercado de trabalho (público e privado) (BRASIL, 1991). Em seu artigo 93, a estabelece que todas as empresas privadas com mais de 100 funcionários devem preencher entre 2 e 5% de suas vagas com colaboradores que tenham algum tipo de deficiência, sob pena de multa, caso denunciado o não cumprimento. No entanto, a atualização da lei em 2020 isentou as empresas da obrigatoriedade da cota, contribuindo ainda mais para um cenário excludente (BRASIL, 1991, Arts. 37, 93).

Atualmente são ofertados pelo menos 768 mil vagas para profissionais com deficiência no país, mas o que o último relatório da Relação Anual de Informações Sociais (Rais) mostrou é que apenas 1% desse público está ocupando os postos de trabalho. Segundo os dados da Rais, em 31 de dezembro de 2018, havia 486,8 mil vínculos formais ativos de pessoas com deficiência (BRASIL, 2019). Além disso, o tipo de deficiência como critério para a se-

leção continua em evidência. Dessa forma, a quantidade de vagas disponibilizadas frente ao número de profissionais que procuram colocação no mercado, demonstra que a inclusão deve ir além do sistema.

A legislação e as políticas públicas que beneficiam as pessoas com paralisia cerebral são celebradas em consonância com as leis preexistentes, que tratam da deficiência como um elemento universal, sem especificidades às condições mais ocorrentes nas sociedades. No entanto, nota-se que toda deficiência deve ser vista sob uma perspectiva particular, o que sugere políticas públicas específicas para atender necessidades particulares à sua limitação ou desafios, sejam esses de cunho biológico ou social.

Os dados do Departamento de Estatísticas da Organização Internacional do Trabalho (OIT) mostram como as perspectivas de emprego para pessoas com deficiência variam em todo o mundo. Embora as mensurações sejam limitadas, uma vez que muitos países não coletam ou publicam essas estatísticas, elas destacam grandes disparidades na probabilidade de encontrar emprego. De acordo com a última pesquisa realizada pela organização em 2019, países de alta renda com dados disponíveis tinham uma lacuna perceptível nas taxas de desemprego entre os funcionários com deficiência e os que não possuem deficiência. Entre os resultados da pesquisa internacional, observou-se que, muitas vezes, a falta de informação sobre os subsídios disponíveis e as formas de adaptação do local de trabalho configuram-se como um obstáculo para a inclusão profissional (OIT, 2019).

Honneth (2008) traz uma reflexão crítica sobre as formas como o capitalismo implica no reconhecimento do trabalho. O filósofo argumenta três centrais de reflexão que dizem respeito à uma parte da população que luta constantemente para acessar uma ocupação capaz prover pela subsistência, outra que executa atividades em condições precárias e desiguais e a aquela que experimenta a substituição, “desprofissionalização” e terceirização dos postos de trabalho. Em um segundo momento, o autor argumenta a integração social e o ideal de equidade abordados por Durkheim.

Durkheim enfatiza especialmente a equidade e a transparência da divisão do trabalho social. Segundo sua convicção, a nova forma da economia só pode assumir a função da integração social, se ela cumprir duas condições morais que estão presentes como pressupostos contrafáticos em todas as relações de troca do mercado de trabalho; para que os trabalhadores efetivamente possam concordar livremente com os contratos de trabalho, deve ser assegurado primeiramente que existam condições de partida iguais na aquisição das qualificações necessárias e que todas as contribuições

sociais sejam remuneradas segundo seu valor real para a comunidade (Durkheim, 1984, v. 2, p. 176-184). Justiça e equidade com isso não são, para Durkheim, ideais normativos trazidos de fora para a organização capitalista do trabalho, mas constituem-se dentro de seu âmbito em pressupostos funcionais necessários, sem cuja vigência não poderia surgir uma consciência de pertinência social (HONNETH, 2008, p. 62).

Nesse sentido, Honneth (2008) se aproxima do debate exposto pela temática de estudo deste trabalho. Notavelmente, quando se fala de luta por reconhecimento, a temática da pessoa com deficiência é subrepresentada ou negligenciada. De acordo com a teoria de Honneth (2003), a luta social desse grupo minoritário por direitos e espaços de diálogo podem refletir a expectativa na esfera jurídica, esperando-se que os atores políticos possam colocar a temática como um compromisso, que deverá garantir mais igualdade e inclusão.

No contexto da mídia, essas questões tornam-se ainda mais complexas dada a sua sub-representação. Não é muito comum ver coberturas sobre pessoas com paralisia cerebral, principalmente nos grandes veículos. E quando essas histórias são contadas, em sua maioria, são carregadas de estereótipos e narrativas capacitistas ou depreciativas. De muitas maneiras, o jornalismo tem um papel social imprescindível, de representação, ao expor a temática antes invisibilizada ao olhar público, de incluir a agenda das pessoas com deficiência como uma pauta democrática, sem juízo de valores ou espetacularizações. A abordagem insuficiente da agenda do movimento causa um processo natural de exclusão, pois os indivíduos acabam adquirindo conhecimento sobre tais questões sociais por meio da mídia. As narrativas midiáticas também podem contribuir para a disseminação de estereótipos que promovem uma visão excludente e distorcida dessa minoria, impulsionando sua invisibilidade na sociedade.

Jornalismo humanitário inclusivo – abordagens de uma prática profissional

No sentido de ampliar o entendimento sobre a deficiência e sua interseccionalidade e desdobramentos, faz-se necessário adotar o recente campo dos estudos da deficiência (disability studies) e os estudos de mídia como parâmetro de ampliação da discussão. Especialmente, considerando que não apenas a representação da deficiência é ampla e complexa, mas sua abordagem está se tornando cada dia mais urgente.

Observa-se, portanto, o papel da comunicação de elevar o conflito social a um patamar de discussão, onde a crítica constrói novos argumentos para enfatizar direitos básicos como o acesso à informação, democracia e cidadania. Nesse movimento, busca-se observar o jornalismo enquanto agente social, capaz de dar visibilidade às principais temáticas que permeiam a sociedade ou de forma negativa, criar barreiras para a inclusão por meio de estereótipos e narrativas capacitistas.

O objetivo do jornalismo humanitário inclusivo é propor caminhos para a construção de uma teoria e, sobretudo, da prática profissional, desenvolvida por meio da revisão bibliográfica similar e sob o prisma da teoria do jornalismo humanitário e de paz, considerando que o estado da arte referente à prática revela escassez de uma bibliografia específica sobre a temática. Tal prática seria capaz de conectar elementos do jornalismo humanitário com os do jornalismo inclusivo, distanciando-se da ideia reducionista de que o primeiro se limita à cobertura de crises humanitária, enquanto o segundo seria pautado única e exclusivamente pelos temas da inclusão-exclusão.

Para muito além do tipo de pauta, o jornalismo humanitário inclusivo deve ser uma prática capaz de colocar o jornalista dentro das histórias que vai narrar, não como protagonista, mas como observador de uma realidade da qual ele faz parte. Assim, além do desenvolvimento teórico, são expostos os temas e abordagens do jornalismo inclusivo, que também se configura como rota de fuga para estereótipos e discriminação.

Não obstante, analisa-se em que medida a presença de jornalistas com deficiência nas redações configura uma prática inclusiva “de dentro para fora”. Entende-se, portanto, que a presença de profissionais com deficiência nas redações não apenas se relaciona à inclusão dessa minoria no mercado de trabalho, como acredita-se que é necessário assegurar-lhes o lugar de fala para, de fato, implementar o jornalismo inclusivo como uma prática profissional em todos os aspectos do trabalho, da teoria à prática.

Ainda que a diversidade possa ser considerada algo intrínseco ao jornalismo, o destaque que a temática ganhou na última década, cognitivamente, compele as redações e agências de notícias ao agendamento das causas sociais em voga na sociedade. Nesta lógica, Kovach e Rosenstiel (2001, p. 181, tradução nossa) afirmam que “as maneiras como a mídia aborda a diversidade social reflete nas formas como são representados e promovidos os valores de dignidade humana, liberdade, igualdade e solidariedade”. Dessa forma, a busca pela diversidade no jornalismo se torna um desafio maior que a mera visibilidade das diferenças e de vozes discordantes. Logo, a interação entre jornalistas e grupos vulnerabilizados pode produzir discursos de

consciência ou de invisibilidade do Outro.

Sugere-se o jornalismo inclusivo como uma prática diversa e de importantes recursos para conferir visibilidade, representatividade, diversidade ativa e inclusão nos processos midiáticos. Ele se conecta ao jornalismo humanitário e de paz ao valorizar a diversidade humana, conferir visibilidade e oportunidades de representatividade a grupos socialmente invisibilizados, além de auxiliar a reduzir o sofrimento humano por meio do acesso à informação e a garantia de direitos.

Conforme afirma Victor (2016), o jornalismo pode contribuir para desenvolver na sociedade a compreensão e a solidariedade humana, o que torna primordial se conhecer o ciclo de vida das notícias.

É a partir da definição do que será notícia, amparada nos critérios de noticiabilidade do jornalismo de interesse público, que o jornalismo começa a imprimir o papel que desempenhará no contexto desta crise. Esse processo contempla a escolha das fontes de informação, o protagonismo dos personagens, a ênfase na dimensão humana dos fatos, a escolha da editoria, até chegar na construção dos discursos hegemônicos nas suas narrativas (VICTOR, 2016, p. 52).

Vale ressaltar que em toda a pesquisa, notou-se a falta de representatividade da temática da deficiência em todos os elementos analisados. Nesse contexto, o jornalismo humanitário inclusivo surge como uma alternativa, ou até mesmo solução, para dar maior profundidade e eficácia às práticas inclusivas que devem reger as atividades nas redações e na produção de conteúdo. Para além de manifestar a ausência de perspectivas críticas de diferentes pilares da diversidade, este posicionamento tende a limitar a compreensão dos públicos relativamente às causas, às manifestações e aos corolários de determinadas problemáticas.

Enquadrado num conjunto de estratégias que concilia a prática jornalística com a intervenção social, o jornalismo inclusivo ressalta um compromisso com a promoção da inclusão, baseado em perspectivas críticas dos estudos de mídia e nos princípios da diversidade e da não discriminação, para que possa atuar como um motor de transformação social. Para clarear os temas e abordagens dessa prática jornalística, divide-se em quatro os princípios norteadores: inclusão, diversidade, representação social e representatividade.

Os princípios dessa prática inclusiva preparam os profissionais para se engajarem de forma crítica no desenvolvimento político, social, econômico e cultural da sociedade e garantir cidadãos bem-informados sobre todas as “dores” da sociedade, necessários para o funcionamento da democracia.

Esses objetivos universais, no entanto, enfrentam desafios significativos quando se trata da prática cotidiana do jornalismo.

A partir de uma compreensão geral sobre a importância de se ampliar as vozes abafadas na sociedade e pela mídia, considerando, inclusive, quem eles são e quais são suas histórias, difere de acordo com as normas, valores, tradições e cultura local. Essas normas e tradições podem e devem ser desafiadas, mas é preciso fazer isso de uma forma sensivelmente respeitosa, levando em consideração uma compreensão diversa do contexto político e social. É necessária uma consciência correspondente quando se discute e se defende a inclusão de fontes radicais, que fazem parte de nossa sociedade junto com suas opiniões e formas de agir que têm algumas consequências para a sociedade em que vivemos.

Jornalistas que atuam sob o prisma do jornalismo humanitário inclusivo devem entender que, além de fornecer conceitos definidos e diretrizes para a prática inclusiva, também devem estar cientes das diferenças normativas entre os interlocutores nas preferências por tópicos e fontes. Consequentemente, as discussões éticas nas redações são cruciais para alcançar um equilíbrio inclusivo neste campo de estudo em constantes transformações. Trabalhar a inclusão em um campo tão complexo e difuso como o jornalismo exige do jornalista muita sensibilidade e novo olhar sobre as possibilidades que a comunicação oferece sob uma perspectiva humanitária, engajando as agendas sociais ao cotidiano das agitadas redações. É necessário pensar estratégias vinculadas às premissas do jornalismo humanitário e de paz, interagindo com a tecnologia e os novos formatos de trabalho e produção midiática, especialmente, no que diz respeito a questões de interatividade, dinamismo, usabilidade e a exploração de conteúdos multimidiáticos.

Para que essas estratégias inclusivas sejam efetivas é necessário pensar a representatividade dos profissionais nos meios de comunicação. E apesar da diversidade ter ganhado um espaço significativo de discussão dentro das organizações, representando, inclusive, uma forma de vantagem competitiva, nem todos as diferenças, as quais chamamos de pilares da diversidade, são representados, como é o caso de jornalistas com deficiência.

De acordo com a Federação Nacional de Jornalistas (Fenaj), o Brasil registra mais de 40 mil profissionais associados aos seus 27 sindicatos estaduais e quatro municipais. No entanto, as entidades não possuem nenhum levantamento sobre o número de jornalistas com deficiência atuando na profissão até o momento. No entanto, o lugar de fala do jornalista na cobertura de histórias relacionadas a grupos subrepresentados demonstra ser de extrema importância para ressaltar os elementos primordiais a serem compartilhados

com o público. Em outras palavras, a representatividade possui um papel fundamental nesse contexto e na prática de um jornalismo diverso e inclusivo.

Na perspectiva dos pesquisadores Elizabeth Ellcessor, Mack Hagood e Bill Kirkpatrick (2017), ao estudar as experiências e vivências de pessoas com deficiência, as quais consomem conteúdos midiáticos de forma diferenciada, é possível notar as limitações despercebidas e possibilidades inesperadas de tecnologias de comunicação, estruturas e conteúdo. O campo dos estudos da mídia e deficiência podem tratar de forma mais apropriada e melhorada a materialidade da mídia e inúmeras possibilidades de práticas de recepção (ELLCCESSOR, HAGOOD e KIRKPATRICK, 2017).

O poder da representação e da representatividade na mídia é extremamente relevante. Tanto que ao produzir imagens e histórias que desafiam as normas convencionais, especialmente com grupos subrepresentados envolvidos na produção, constitui atos potencialmente radicais ao expor o público a uma visão diferente daquela normalmente produzida ou promovida pela indústria midiática. “A partir de uma perspectiva textual, especificamente metafórica, pessoas com deficiência pagam um alto preço simbólico na mídia em razão do seu status social” (ELLCCESSOR, HAGOOD e KIRKPATRICK, 2017, p. 297, tradução nossa).

Para uma compreensão mais ampla sobre as barreiras que esses jornalistas enfrentam para executar suas atividades laborais e serem incluídos no campo de trabalho do jornalismo, ressalta-se o seu protagonismo por meio dos relatos de vivências e experiências, expostas nas entrevistas em profundidade com dez jornalistas com paralisia cerebral. Nesses caminhos, a pesquisa passa a vislumbrar um jornalismo humanitário inclusivo, que tenha a pessoa com deficiência como protagonista das suas próprias histórias, seja na cobertura jornalística ou na sua representatividade enquanto profissional.

A perspectiva dos jornalistas com paralisia cerebral

Para ampliar as discussões em torno da inclusão no jornalismo, a pesquisa tratou de ouvir pessoas com paralisia cerebral graduadas na área, atuantes ou não no campo da comunicação, com o objetivo de identificar o espaço que esses profissionais têm ocupado na área e, em especial, investigar como se dá o jornalismo inclusivo humanitário de dentro para fora. As entrevistas semiabertas também contribuíram para traçar alguns pontos primordiais da relação entre deficiência, educação, inclusão e empregabilidade, interpretados a partir das vivências relatadas.

Pela impossibilidade do contato presencial, em respeito às medidas de enfrentamento da pandemia da Covid-19 e para garantir maior acessibilidade aos participantes, todas as entrevistas foram realizadas por meio dos vários recursos digitais disponíveis. Microsoft Word, e-mail e WhatsApp foram usados com entrevistados sem ou com pouca oralidade e a plataforma Zoom, para os entrevistados com oralidade. Para a realização das entrevistas, a pesquisa foi submetida e aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), da Universidade Metodista de São Paulo (UMESP).

Para assegurar mais conforto e evitar possíveis constrangimentos, a entrevista foi realizada por meio de um questionário aberto em arquivo Word, considerando que os entrevistados possuem diferentes necessidades de acessibilidade para a comunicação oral ou ausência de oralidade, o que não impediu a sua participação plena no processo da entrevista. Essa necessidade foi observada apenas no início da aplicação das entrevistas e, portanto, exigiu a adaptação de recursos para não contradizer a proposta previamente submetida e aprovada pelo CEP.

As entrevistas foram divididas em dois blocos estruturais de perguntas pensadas de forma inclusiva e com foco na trajetória profissional do entrevistado, evitando identificá-los por sua deficiência, o que poderia contrastar com a proposta central da pesquisa centrada no jornalismo inclusivo humanitário, explorando dois pontos centrais: as vivências acadêmicas, analisando em que medida a experiência educacional, desde o ensino básico à graduação, influenciou na futura colocação profissional e a fase de iniciação com o estágio e a trajetória profissional.

No total, foram 18 jornalistas abordados, sendo 15 deles do gênero masculino e três do gênero feminino, sendo que destes, nove homens e apenas uma mulher aceitaram conceder a entrevista. Dos dez participantes, nove são brancos e um pardo. Nota-se, nesse contexto, a interseccionalidade como um elemento relevante para tratar da representatividade de pessoas com deficiência.

Outro ponto observado trata da presença da cultura capacitista nas relações das pessoas com deficiência, tanto no âmbito familiar, quanto com os diversos atores da sociedade. Neste sentido, Francis Meneghetti (2011) pondera o capacitismo como valores que usualmente se fazem presentes na linguagem, nas relações interpessoais e institucionais, difundindo-se na cultura como uma forma de categorização e hierarquização de sujeitos, na maioria das vezes, reduzidos a rótulos, deixando de lado sua condição de sujeito de direitos.

Nessa perspectiva, pressupõe-se o capacitismo como estrutural e estrutu-

rante, ou seja, que condiciona, perpassa e constitui indivíduos e instituições, produzindo ideais de relações humanas baseadas na performance e capacidade normativa de corpos atípicos e diversos. Essas capacidades normativas têm sido compulsoriamente produzidas com base nos discursos do modelo médico, por muito tempo utilizado como indicador de entendimento sobre a deficiência, impulsionando uma busca de todos os corpos a performar normativamente como “capazes”.

Na educação, o capacitismo é ainda mais recorrente. Apesar dos relatos de alguns dos entrevistados sobre o apoio dos educadores durante a vida escolar, nota-se que a discussão sobre esse tipo de discriminação não era pautada pelas instituições de ensino no contexto de educação inclusiva e, até mesmo, na educação especial. O enfoque da análise sobre a discriminação na educação de estudantes com deficiência justifica-se pela percepção da pesquisadora durante as entrevistas semiabertas, que indicaram o quanto a experiência do capacitismo na vida escolar influencia no desempenho e desenvolvimento acadêmico dos entrevistados durante a graduação e, conseqüentemente, na inserção no mercado de trabalho.

Na área de comunicação ainda existem poucas ofertas de emprego e, principalmente, processos seletivos inclusivos. Essa realidade foi ressaltada nas entrevistas semiabertas, revelando um cenário ainda mais excludente para os profissionais com paralisia cerebral, que costumam enfrentar obstáculos logo nas oportunidades de estágio durante o percurso no ensino superior e para a inserção no mercado de trabalho. As experiências reportadas indicam que as cotas não são suficientes para apoiar as contratações, haja vista que apenas os grandes veículos de comunicação possuem essa obrigatoriedade, segundo as regras estabelecidas pela lei, a qual dispõe que empresas que possuem acima de 100 colaboradores devem destinar de 2 a 5% das vagas a pessoas com deficiência.

A partir dos relatos, verificou-se ainda que as poucas vagas afirmativas divulgadas pelas empresas de comunicação, principalmente no segmento do jornalismo, não costumam ser direcionadas a jornalistas com deficiência. As falas incisivas dos entrevistados evidenciaram que para além da falta de ofertas de trabalho, a falta de acessibilidade nos processos de recrutamento e seleção, a disponibilidade das empresas de comunicação para se adaptar e, principalmente, o desconhecimento sobre determinadas deficiências, como a paralisia cerebral, forçam os profissionais a migrar para outras áreas ou a atuar como freelances, negando-lhes a oportunidade da experiência em equipe e integração laboral na área de formação.

Nesse sentido, os entrevistados sugerem que, além do capacitismo estrutu-

ral presente nos meios de comunicação, outra barreira para a inclusão é a necessidade de adaptação do ambiente e da disponibilidade de recursos de acessibilidade. Os jornalistas com PC, que muitas vezes possuem necessidades especiais e específicas para a realização das atividades laborais, experimentam discriminação e opressão também por este fator. Eles explicam que as empresas podem se beneficiar dos recursos de acessibilidade, como a aplicação de tecnologias assistivas, por exemplo.

Considerações

Logo, a representatividade de jornalistas com deficiência atravessa a relação dos estudos sobre crítica de mídia e os estudos sobre a deficiência. Não apenas na forma como a mídia molda o entendimento sobre a deficiência, mas, especialmente como a deficiência pode ressignificar concepções estruturais da mídia em geral. Em outras palavras, tanto a área de estudos da deficiência quanto os estudos sobre mídia podem utilizar de uma relação de proximidade como forma de aprendizado mútuo por meio de um diálogo interdisciplinar. E este seja capaz de compartilhar insights e perspectivas, adaptando as teorias e metodologias de ambas as áreas para avançar no entendimento sobre comunicação e deficiência. Ainda por meio desse diálogo, acredita-se ser possível ampliar a análise sobre mídia e representação social, considerando o papel da imprensa nas diversas formas de produção e recepção.

Consequentemente, a adoção da prática jornalística humanitária inclusiva faz-se extremamente necessária. Sugere-se inserir o jornalismo inclusivo como disciplina no currículo do ensino superior da área, visando ser um traço significativo na formação dos profissionais com e sem deficiência. Entende-se tal iniciativa como uma primeira ação afirmativa para o conhecimento de atitudes e práticas inclusivas e anticapacitistas na profissão. As empresas de comunicação também podem adotar a prática para treinamentos corporativos e até mesmo para ações afirmativas de DEI.

As contribuições do jornalismo inclusivo humanitário são inúmeras. Não como segmento, mas como prática jornalística, ela pode conferir visibilidade às pautas ligadas à diversidade, como a deficiência, tanto na cobertura quanto na representatividade e protagonismo dos profissionais atípicos.

Observa-se, portanto, a necessidade de iniciativas educativas sobre inclusão e equidade de profissionais com deficiência para a área de comunicação social, especialmente o jornalismo. É necessário ampliar o entendimento de que o conceito de democracia inclusiva não poderá ser eficaz sem o protagonismo e autonomia das pessoas com deficiência, assim como defende

o movimento ativista, cunhado há mais de uma década, “Nada sobre nós, sem nós”!

Referências

- BRASIL. Constituição. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília DF: Senado, 1999.
- BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo demográfico 2010. Brasília: IBGE, 2010. Disponível em <<https://censo2010.ibge.gov.br/>>. Acesso em 10 set. 2022.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Diretrizes de atenção à pessoa com paralisia cerebral. Brasília: Ministério da Saúde, 2013. Disponível em <http://bvsmis.saude.gov.br/bvsmis/publicacoes/diretrizes_atencao_paralisia_cerebral.pdf>. Acesso em 10 set. 2022.
- BRASIL. Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989. Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência – Corde. Senado Federal. Brasília, 1989. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7853.htm>. Acesso em 10 set. 2022.
- BRASIL. Relação anual de informações sociais 2018. Brasília: Ministério da Economia, 2019. Disponível em <<https://portalfat.mte.gov.br/relacao-anual-de-informacoes-sociais-rai/>>. Acesso em 10 set. 2022.
- ELLCESSOR, E.; HAGOOD, M.; KIRKPATRICK, B. Toward a Disability Media Studies. In: ELLCESSOR, E.; KIRKPATRICK, B. (ed.). Disability media studies. New York: NYU Press, 2017. Edição Kindle.
- HONNETH, A. Trabalho e reconhecimento: tentativa de uma redefinição. Civitas-Revista de Ciências Sociais, v. 8, n. 1, p. 46-67, 2008. Disponível em <<https://www.redalyc.org/pdf/742/74211531004.pdf>>. Acesso em 10 set. 2022.
- ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TRABALHO (OIT). Moving Towards Disability Inclusion. Geneva: ILO, 2011. Disponível em <<https://www.ilo.org>>. Acesso em 10 set. 2022.
- JULIOTTI, R. E.; VICTOR, C. Do Jornalismo Inclusivo à inclusão do jornalista com deficiência na imprensa brasileira. Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 2020. Disponível em: <<https://portalintercom.org.br/anais/nacional2020/resumos/R15-2786-1.pdf>>. Acesso em 10 set. 2022.
- JULIOTTI, Renata Elias. Jornalismo humanitário inclusivo – da teoria à prática: Estudo sobre a inclusão profissional de jornalistas com paralisia cerebral. 2022. 162 folhas. Dissertação (Comunicacao Social) - Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2022. Disponível em: <<http://tede.metodista.br/jspui/handle/tede/2209> >. Acesso em 10 set. 2022.
- KOVACH, B; ROSENSTIEL, T. The Elements of Journalism: What newspeople should know and the public should expect. ed. 3. New York: Three Rivers Press, 2001.
- MENEGHETTI, F. K. O que é um Ensaio Teórico? In: RAC, Curitiba, 15(2) Mar./Abr. RAC, Curitiba, ANPAD, pp. 320-332. Disponível em <<https://rac.anpad.org.br/>>

index.php/rac/article/view/845/842>. Acesso em 10 set. 2022.

SHAKESPEARE, T. Disability rights and wrongs. New York: Routledge, 2006.

VICTOR, C. Crise humanitária e os refugiados da guerra e do clima: dos protocolos internacionais às narrativas jornalísticas. *Líbero, Faculdade Cásper Líbero*, v. 19, p. 45-62, 2016. Disponível em < https://casperlibero.edu.br/wp-content/uploads/2017/04/CasperLibero_ed37-A_CileneVictor.pdf >. Acesso em 10 set. 2022.

WORLD HEALTH ORGANIZATION et al. International classification of impairments, disabilities, and handicaps: a manual of classification relating to the consequences of disease, published in accordance with resolution WHA29. 35 of the Twenty-ninth World Health Assembly, May 1976. Geneve: World Health Organization, 1989. Disponível em <<https://apps.who.int/iris/handle/10665/41003>>. Acesso em 10 set. 2022.

MEDIADORA: PROF^a. DR^a. ISABEL
ORESTES SILVEIRA (UPM)



Marcos sinalizadores

NARRATIVAS E CASOS DE ENSINO NO PROCESSO DE FORMAÇÃO DOCENTE: Reflexões sobre a prática.

REGINA CARVALHO CALVO DE FAVERI (PPGEAHC-UPM)³⁵

ORIENTADORA: PROF^a. DR^a. MARIA DA GRAÇA NICOLETTI MIZUKAMI (PPGEAHC-

RESUMO: Este trabalho analisa a importância das narrativas e casos de ensino, no processo de formação docente, numa perspectiva reflexiva. O texto toma como norteadora a seguinte situação-problema: Como as narrativas, especificamente os casos de ensino, podem contribuir para um processo formativo e investigativo em que pese o desenvolvimento profissional do professor? Desse modo, a formação e o desenvolvimento profissional são focos da pesquisa qualitativa de doutorado, cujo objetivo é verificar o potencial formativo e investigativo das narrativas no próprio contexto de trabalho, num processo de colaboração e intervenção. Essas narrativas e casos de ensino, carregados de aspectos mnemônicos, corroboram para a teorização da prática e permitem compreender os dilemas vividos e a necessidade de enfrentamento por meio da reflexão sobre a ação. Justifica-se a relevância da pesquisa a partir dos construtos teóricos acerca da base de conhecimentos necessários para o exercício profissional docente. Propõe-se um olhar sensível para as narrativas e casos de ensino como elementos constitutivos da docência, do pensamento do professor e reveladores dos desafios da profissão. Espera-se contribuir para o entendimento de um processo formativo fundamentado na reflexão sobre a prática, a partir de uma concepção que abarca tipos diferentes de conhecimentos: específico, pedagógico e pedagógico do conteúdo e suas implicações. Considera-se essa base prioritária para a formação e o desenvolvimento profissional do professor (FABRI,

35 Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação, Arte e História da Cultura da Universidade Presbiteriana Mackenzie. Mestra em Educação pela PUC-Campinas. Graduada em Pedagogia e Gestão Pública. Especialista em Educação Especial e Psicopedagogia pela Unicamp. Diretora Educacional no Município de Campinas, São Paulo. E-mail: reginafaveri@yahoo.com.br

2021; MIZUKAMI, 2002; MIZUKAMI et al. 2010; SHULMAN, 2014; SHULMAN & SHULMAN, 2016; SILVA, ALMEIDA e GATTI, 2016).

PALAVRAS-CHAVE: Formação do professor; Narrativas e Casos de Ensino; Desenvolvimento profissional docente.

Introdução

O presente texto deriva-se de pesquisa de doutorado e tem como objetivo reconhecer o potencial formativo e investigativo das narrativas e dos casos de ensino, compartilhados no processo de formação docente.

Depreende-se que a sociedade contemporânea, em toda sua complexidade, tem desafiado os profissionais da educação a se reinventarem. Aprender a ser professor num contexto de transformações exige uma postura formativa e investigativa. Desse modo, as aprendizagens devem ocorrer por meio de situações problemáticas que gerem reflexões. Nesse sentido, pensa-se a formação docente numa perspectiva em que as vozes dos próprios atuantes sejam ouvidas. Modelos formativos passivos não atendem às expectativas e necessidades dos professores que precisam atuar efetivamente na elaboração e planejamento de sua própria formação. Muitas ações formativas acabam por distanciar os estudos e reflexões da realidade, tornando-se experiências ineficazes.

Com base no referencial teórico, nota-se que a formação docente pode se beneficiar das narrativas e dos casos de ensino que permitem acessar opiniões, pensamentos e sentimentos dos professores como participantes ativos da própria formação, tomando os dilemas vividos como objetos de reflexão e análise (MIZUKAMI, 2002). As narrativas ou casos de ensino são construções que partem das experiências práticas e do compartilhamento entre profissionais.

A literatura aponta para o fato de os casos de ensino resultarem de registros feitos pelos professores e também pelos estudantes, podendo abordar questões de cunho pedagógico, afetivo, social e permitindo ressignificar experiências.

A seguir, apresentamos a fundamentação teórica a partir da qual destacaremos a base de conhecimentos do professor (SHULMAN, 2014; SHULMAN & SHULMAN, 2016). Em seguida estão descritos os aspectos metodológicos que embasaram este trabalho. Posteriormente estão algumas considerações.

Fundamentação Teórica

O processo de formação do professor e o seu desenvolvimento profissional apoiam-se nas memórias, se considerarmos que ele vivencia como discente diferentes situações que podem ser lembradas e ressignificadas ao longo de sua trajetória. Além das vivências de aluno, o futuro professor pode ingressar num curso de licenciatura para habilitar-se ao exercício da profissão. A graduação representa apenas o início de um percurso formativo.

Além da formação inicial e da continuação dos estudos em cursos e capacitações ou especializações, o professor se depara, inevitavelmente, com a necessidade de relacionar seus conhecimentos teóricos com a prática. Talvez esse seja um dos maiores desafios da docência, haja vista toda a complexidade inerente à sala de aula. Nota-se que a formação continuada é essencial desde que releve o pensamento dos professores, suas crenças, suas hipóteses, suas práticas, seus registros e que proponha a reflexão sobre a ação, pois “Quando os professores descrevem, analisam e fazem inferências sobre eventos de sala de aula, eles estabelecem seus próprios princípios pedagógicos. A reflexão oferece-lhes a oportunidade de objetivar suas teorias práticas/implícitas” (MIZUKAMI et al., 2010, p. 49).

As concepções dos professores e suas contribuições podem compor experiências formativas no contexto de atuação como caminho essencial para o enfrentamento das situações dilemáticas que lhes são impostas. Com efeito,

[...] as narrativas podem dar visibilidade a elementos que parecem estar escondidos nas práticas dos professores ou que já fazem parte deles (por isso são naturalizadas), possibilitando espaços para reflexões e reconhecimentos dos erros/acertos ou de continuidades necessárias para melhorar a ação docente (FABRI, 2021, p.37).

Fabri (2021) afirma que um caso de ensino não se trata de uma história qualquer, mas sim uma narrativa singular que descreve detalhadamente situações práticas conectadas com princípios e valores. Sobre esses casos, são consideradas duas dimensões, a saber: a sua produção/elaboração, ou seja, descrição e registro escrito e as análises. O processo de construção desses casos exige rigor, seleção de pontos principais, exclusão de irrelevâncias, completude de informações que definem a situação e possibilite análises assertivas. Ressalta-se que a produção dos casos corrobora para acessos, reflexões e modificações posteriores, em benefício da formação e do desenvolvimento profissional.

Destarte, a partir desses elementos, são configurados modelos formativos pautados na reflexão sobre a prática e que se fazem mais profícuos. Assu-

mem um potencial investigativo promissor para que os professores construam conhecimentos que impliquem em suas ações. Ao analisarem situações reais ou até mesmo fictícias, mas intensas, os professores são instigados a buscar soluções e, juntos, conseguem perceber estratégias didáticas mais consistentes.

Mizukami, em entrevista a Mendonça (2021), comenta que

Quando analisam situações do dia a dia escolar, professores evidenciam conhecimentos, crenças, expectativas, dilemas, dificuldades, diferentes formas de explicar práticas, ou seja, explicitam um quadro de concepções que fazem parte da delimitação de um corpo de conhecimentos que constituem um campo de pesquisa e de ensino. (MENDONÇA, 2021, p.3)

Com base nessas hipóteses verifica-se que situações formativas pautadas em trocas de experiências e discussões sobre situações dilemáticas incitam o pensamento sobre o fazer, minimizam os conflitos e promovem o desenvolvimento profissional. As afirmações da autora coadunam com os pressupostos teóricos de Schulman acerca da base de conhecimentos dos professores.

Segundo Shulman, o domínio dessa base reflete diretamente nas ações didáticas em sala, uma vez que:

Um professor pode transformar a compreensão de um conteúdo, habilidades didáticas ou valores em ações e representações pedagógicas. Essas ações e representações se traduzem em jeitos de falar, mostrar, interpretar ou representar ideias, de maneira que os que não sabem venham a saber, os que não entendem venham a compreender e discernir, e os não qualificados tornem-se qualificados. Portanto, o ensino necessariamente começa com o professor entendendo o que deve ser aprendido e como deve ser ensinado. (SHULMAN, 2014, p. 205)

A citação permite confirmar a complexidade dos conhecimentos docentes e das implicações didáticas ulteriores. Assim, Shulman (2014) categoriza a base da docência em: conhecimento do conteúdo específico, que aborda os conceitos, processos e procedimentos de uma determinada disciplina; o conhecimento pedagógico geral que trata dos processos de ensinar e aprender, aos conhecimentos sobre os alunos, sobre o contexto, a gestão da sala de aula, ao currículo; o conhecimento pedagógico do conteúdo que representa uma intersecção dos dois primeiros, ou seja, refere-se à maneira de ensinar um conteúdo específico, como a seleção dos aspectos dos pontos

mais relevantes, as explicações, exemplos, estratégias, demonstrações, as concepções e repertório dos alunos.

O conhecimento pedagógico do conteúdo está relacionado ao processo de raciocínio pedagógico que, por sua vez, se caracteriza pelos modos como os conhecimentos da base são acionados, relacionados e construídos durante o processo de ensinar e aprender. (HAMMERNESSE & DARLING-HAMMOND E BRANSFORD 2019; MENDONÇA, 2021; SHULMAN, 2014; SHULMAN & SHULMAN, 2016).

Portanto, o raciocínio pedagógico envolve o pensamento do professor, o planejamento e a tomada de decisões. Neste sentido, pesquisas sobre as práticas pedagógicas e como são pensadas em determinadas situações são enriquecedoras. A reflexão docente e o raciocínio pedagógico são essenciais para a aprendizagem e para o desenvolvimento profissional (FABRI, 2021). A oportunidade ou necessidade de expressão sobre o fazer, exige transformar o pensamento em linguagem e, portanto, propicia uma organização das ideias e uma ressignificação a partir da atividade mnemônica e da capacidade de estruturar as narrativas.

Procedimentos Metodológicos

As narrativas, casos de ensino, histórias de vida ou biografias, dentre outros, são propiciadores da reflexão sobre a ação e assumem relevância em processos formativos e investigativos que envolvem professores. Dentro da abordagem qualitativa das pesquisas em Educação, surgem como procedimentos ou objetos de análise que priorizam a participação efetiva dos professores. Na medida em que são partilhadas e analisadas as experiências, criam-se oportunidades formativas de natureza análoga às pesquisas, criando-se uma estreiteza entre o trabalho do professor-pesquisador ou pesquisador-formador.

Essas pesquisas ativas se diferenciam de modelos convencionais baseados em explanações, mensurações e fundamentos sofisticados, ao contrário, objetivam aprofundar o conhecimento compreensivo de um problema a fim de encontrar soluções plausíveis (CHIZZOTTI, 2008). A inclusão de participantes no processo de construção e análise de dados desencadeiam ações saneadoras dos dilemas e visam a auxiliar mudanças, promover a tomada de decisões e propulsionar a conscientização de todos os envolvidos no processo investigativo, com vistas à superação dos desafios encontrados. De acordo com Chizzotti (2008), é necessário identificar e situar o problema, analisar as condições e o contexto, organizar os processos e propor ações promotoras de mudanças. Segundo o autor, as pesquisas ativas guardam

diferenças quanto aos procedimentos, mas detêm uma raiz comum representada por propostas significativas.

Infere-se que as pesquisas ativas propiciam uma interlocução eficaz entre os envolvidos e compreendem as narrativas e memórias, foco de nosso trabalho. Essas narrativas são traduzidas em textos de linguagem aberta e com variedade de formas e que podem ser interpretados pelos destinatários. São caracterizadas como histórias de vida, biografias ou autobiografias e descrevem fatos da vida de uma pessoa ou grupo por outrem, tentando preservar o modo como ocorreram, ou seja, tomando o ponto de vista de quem vivenciou como referência. (CHIZZOTTI, 2008).

Para o presente texto, analisamos narrativas registradas como casos de ensino presentes nas obras do referencial teórico, conforme explicitado na introdução. Desse modo, elencamos um caso como exemplo do potencial formativo e investigativo que representam. Além da descrição, explicitamos algumas análises decorrentes.

A aula começa mais uma vez em uma sala da segunda série do ensino infantil, a professora Cristina, recém-formada, se encontra num grande problema, uma garotinha briga o tempo todo com sua colega de sala.

Intrigada pelo motivo que leva Leandra a pegar no pé de sua colega Kelly, a professora Cristina começou a observar as atitudes de Leandra, que excluía Kelly de todas as atividades e brincadeiras, principalmente nas aulas de Educação Física.

[...] A professora suspeitava dos motivos que levavam Leandra a tomar estas atitudes, mas sua suspeita se concretizou quando elaborou uma atividade de aquecimento para a turma. Essa atividade se chamava Elefantinho Colorido, onde todos os alunos ficavam atrás de uma determinada linha no fundo da quadra, e somente um aluno que iniciaria a brincadeira ficaria no centro da quadra, deveria falar: "Elefantinho colorido", o restante da sala responderia: "Que cor?", o aluno do centro escolhe uma cor, os alunos que tivessem essa cor escolhida poderiam passar livremente até o outro lado da quadra, já os que não tiverem a cor, deveriam atravessar correndo até o outro lado da quadra sem serem pegos pelo aluno que escolheu a cor.

A brincadeira foi um sucesso, até que foi a vez de Leandra escolher a cor. Leandra foi para o centro da quadra e gritou: "Elefantinho colorido". A sala respondeu: "Que cor?". Leandra escolheu cor de pele, e sem tripudiar saiu em disparada ao encontro de Kelly que atravessava calmamente pela quadra.

Leandra encostou em Kelly e gritou: “Pega”. Kelly retrucou dizendo que ela poderia passar, pois a cor escolhida foi cor de pele, mas Leandra inconformada respondeu que não poderia passar justamente por isso, a cor escolhida foi cor de pele e não preta (FABRI, 2021, p.73-74).

Como se observa, o caso narra uma brincadeira relacionada a cores, na qual somente quem tivesse a cor escolhida poderia passar para o outro lado. Uma garota escolheu “cor de pele” e todas as crianças foram passando, exceto uma, abordada pela colega que escolheu a cor e agiu preconceituosamente. O trecho abaixo, narra a opinião de um professor sobre o caso da brincadeira, exibindo muita consciência.

[...] Podemos identificar, uma questão séria e que exige trabalho de intervenção, na qual uma das alunas implica com a colega de sala, e devido a suas atitudes podemos identificar Preconceito Racial. Uma questão muito séria principalmente identificado logo na infância, onde provavelmente essa criança presencia este tipo de situação em outros ambientes que frequenta, talvez até no seio de sua família. Podemos pontuar também que esta criança faz Bullying com a vítima, em diversas situações no cotidiano escolar, e culminou com a brincadeira apresentada pela professora. [...] (FABRI, 2021, p. 106)

Muitas estratégias e propostas surgiram a partir do caso do descrito, revelando a riqueza do processo formativo no desenvolvimento profissional dos professores e dos efeitos didáticos. Foram sugeridas várias ações possíveis que contribuiriam para as aprendizagens dos alunos como: projetos interdisciplinares sobre as diferentes culturas dos países, como a africana e a indígena; discussões sobre a diferença de gêneros, raça, sexualidade, classe social, respeito à diversidade; trabalho com brincadeiras indígenas e africanas para dialogar sobre as diferenças culturais e raciais; diálogo e projeto interdisciplinar com os alunos sobre bullying; modificação da brincadeira, alterando as regras de modo que envolvesse valores de cooperação; realização de um trabalho sobre o racismo com a classe; dentre outras. Nota-se o poder de sensibilização da narrativa e sua tendência de mobilização de esforços, bem como seu potencial formativo.

Algumas considerações

A partir dos estudos realizados, considera-se que as narrativas unem dimensões indissociáveis da docência: ensino e pesquisa ou, comparativamente, teoria e prática. Segundo Nóvoa (2009) o registro escrito sobre as práticas

é essencial para que se tenha consciência da identidade profissional que é marcada pela personalidade e pela profissionalidade e essas duas categorias precisam estar em sintonia para que ocorra o pretendido desenvolvimento profissional.

Para Nóvoa (2009), as narrativas e os casos concretos são objetos investigativos que mobilizam conhecimentos teóricos. Esses casos podem tanto basear-se em situações conflituosas como também demonstrar exemplos que motivam a busca de melhores estratégias. A formação precisa ser concebida com responsabilidade para que as mudanças na rotina possam desencadear inovações, haja vista que a inovação é um elemento central do processo formativo e primordial para as ações didáticas. O autor comenta que os próprios professores podem responsabilizar-se por sua formação, pois “uma formação de professores construída dentro da profissão, isto é, baseada numa combinação complexa de contributos científicos, pedagógicos e técnicos, mas que tem como âncora os próprios professores, sobretudo os professores mais experientes e reconhecidos.” (p. 44-45). Embora tais afirmações evidenciem o protagonismo do professor, não descartam, em absoluto, a participação de outros interessados em discutir aspectos teóricos e práticos da docência, a exemplo dos acadêmicos.

Nóvoa (2017) questiona o lugar de ação pública, que denomina casa comum e que se configura como possibilidade de entrelaçamentos das ideias desses partícipes. Esse lugar comum pode reunir profissionais das escolas e universitários, bem como membros da sociedade e das comunidades locais, em prol da formação e, conseqüentemente, da qualidade educativa. Por conseguinte, a formação deve criar condições para uma renovação do trabalho pedagógico, seja no plano individual ou no coletivo e para isso devem ser feitos estudos e análises sistemáticas da realidade, num processo de constante reflexão sobre a prática, numa perspectiva investigativa.

Silva, Almeida e Gatti (2016) permitem compreender a importância de investigações científicas sobre a realidade do trabalho nas escolas, de modo que se conceituem os elementos constitutivos das ações docentes numa perspectiva profissionalmente qualificada.

De tal modo, a pesquisa organiza a formação e o processo de investigativo, devendo ser realizada pelos próprios professores, pois a profissão docente precisa construir e registrar seu patrimônio, sua cultura, seus arquivos de casos e narrativas, carregadas de reminiscências que se prestem a acumular conhecimentos e renovar as práticas.

O estudo do referencial teórico consultado revelou a importância da formação docente na qualidade educativa tanto no que tange os alunos quanto os

próprios professores. Para isso, as ações formativas precisam envolver os próprios professores, fazendo sentido dentro de suas práticas e propiciando registros e análises teóricas. Além da potencialidade que ações demonstram, o fato de a formação ter como foco a práxis educativa faz com que os professores se sintam valorizados e se reconheçam como pesquisadores, quebrando um paradigma não desejável que distancia a escola e os conhecimentos dos professores dos acadêmicos.

Com efeito, um modelo de formação de professores que os coloquem como protagonistas tende a repercutir no desempenho dos alunos, haja vista que o compartilhamento das experiências cotidianas entre professores em diferentes fases da carreira permite construir casos e analisá-los resolvendo situações dilemáticas.

Por meio de narrativas, como os casos de ensino os professores se sentem mobilizados a se ajudarem, reconhecendo situações similares em suas vivências e buscando as melhores soluções. Esses materiais assumem relevância primordial no processo de registro e análise dos casos e envolvem componentes interessantes como as crenças, os valores, os conceitos, todos eles relacionados à constituição da identidade do professor. Assim, pensa-se na formação continuada e na pesquisa como aspectos permanentes na docência e desencadeadores do desenvolvimento profissional na contemporaneidade.

Referências

- CHIZZOTTI, A. Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2008.
- FABRI, E. I. J. Casos de ensino: dilemas, reflexões e conhecimentos de professores de Educação Física. 2021. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2021.
- Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/14754>. Acesso em: 04 ago. 2022.
- HAMMERNES, K.; DARLING-HAMMOND, L.; BRANSFORD, J. Como os professores aprendem e se desenvolvem. In: DARLING-HAMMOND, L.; BRANSFORD, J. (org.). Preparando os professores para um mundo em transformação: o que devem aprender e estar aptos a fazer. Trad. Cristina Fumagalli Mantovani. Porto Alegre: Penso, 2019. p. 306- 332.
- MENDONÇA, L. de O. S. Casos de ensino na pesquisa e na formação de professores: entrevista com Maria Mizukami. Roteiro, Joaçaba, v. 46, e27195, enero 2021. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2177-60592021000105014&lng=es&nrm=iso>. accedido en 15 jun. 2022. Epub 08-Jul-2021. <https://doi.org/10.18593/r.v46.27195>. Acesso em: 10 ago. 2022.

- MIZUKAMI, M. G. N. et al. Escola e aprendizagem da docência: processos de investigação e formação. 1. ed. São Carlos: EdUFSCar, 2002.
- MIZUKAMI, M. G. N. et al. Escola e aprendizagem da docência: processos de investigação e formação. 2. ed. São Carlos: EdUFSCar, 2010. 203 p.
- NÓVOA, A. Professores: Imagens do futuro presente. Instituto de Educação Universidade de Lisboa Alameda da Universidade. Lisboa, Portugal, 2009.
- Disponível em: <<https://rosaurasoligo.files.wordpress.com/2017/04/antc3b3nio-n-c3b3voa-professores-imagens-do-futuro-presente.pdf>>. Acesso em: 10 set. 2022.
- NÓVOA, A. Firmar a posição como professor, afirmar a profissão docente. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, v. 47, n. 166, p.1106-1133, out./dez 2017. Disponível em: <https://publicacoes.fcc.org.br/cp/article/view/4843>. Acesso em: 01 set. 2022.
- SHULMAN, L. S. Conhecimento e ensino: fundamentos para a nova reforma. Cadernos Cenpec. São Paulo, v. 4, n. 2, p. 196-229, dez. 2014. Disponível em: <http://cadernos.cenpec.org.br/cadernos/index.php/cadernos/article/view/293/297>. Acesso em 15 ago. 2022.
- SHULMAN, L. S.; SHULMAN, J. H. Como e o que os professores aprendem: uma perspectiva em transformação. Cadernos Cenpec, São Paulo, v. 6, n. 1, p. 120-142, dec. 2016. ISSN 2237-9983. Disponível em: <https://cadernos.cenpec.org.br/cadernos/index.php/cadernos/article/view/353/349>. Acesso em: 14 ago. 2022.
- SILVA, V. G. da.; ALMEIDA, P. C. A. de; GATTI, B. A. Referentes e critérios para a ação docente. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, v. 46, n 160, p. 286-311, abr/jun.2016. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/198053143415>>. Acesso em: 12 set. 2022.

MANIFESTAÇÕES DAS CULTURAS INFANTIS EM DIFERENTES TERRITÓRIOS: Percurso histórico e contemporâneo do Programa Curumim

ANA CRISTINA DE SOUZA³⁶ (PPGEAH-UPM)

ORIENTADOR: PROF. DR. JOÃO CLEMENTE DE SOUZA NETO³⁷ (PPGEACH-UPM)

RESUMO: O presente trabalho traz reflexões baseadas na observação de parte das experiências vividas pelas crianças que participam do Curumim, um programa de educação não formal criado pelo Sesc São Paulo, direcionado a crianças de 07 a 12 anos. Justifica-se a necessidade de trazer um olhar para a criança para além de um ser humano em desenvolvimento e com passagem por fases até chegar à vida adulta, para tratá-la e reconhecê-la como um ser presente e participante de uma construção social, na qual, se deve reconhecê-las e valorizá-las a partir de suas manifestações. Desta forma, o objetivo geral se pauta em trazer reflexões que possam contribuir para o fortalecimento dos nossos papéis enquanto educadores e participantes em seus percursos de vida. A metodologia tem como base estudos teóricos de autores de referência no universo infantil, materiais produzidos pelas crianças com o registro de trechos, a redação dos temas com abordagem às manifestações das culturas infantis e as relações com os territórios pesquisados. A construção bibliográfica se inspira em Friedman (2013, 2016, 2020), Sarmiento (2005, 2013) e Souza Neto (2003, 2010), entre outros autores.

36 Licenciada em Pedagogia, possui especialização em Gestão de Projetos Culturais e Eventos (Universidade de São Paulo), Desde 2018 é Assistente Técnica no Núcleo de Infâncias e Juventudes - Programa Curumim e Programa Juventudes - Gerência de Estudos e Programas Sociais, na Administração Regional do Sesc São Paulo. Pós-Graduação Strictu Sensu: Educação, Arte e História da Cultura na Universidade Presbiteriana Mackenzie

37 Doutor em Ciências Sociais pela PUS-SP, professor e pesquisador do Programa de Pós Graduação em Educação Arte e História da Cultura da Universidade Presbiteriana Mackenzie, membro do Socius – Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa, líder do grupo de pesquisa Pedagogia Social CNPq / Universidade Presbiteriana Mackenzie e Membro do instituto Catequético Secular São José.

PALAVRAS-CHAVE: Crianças; Programa Curumim; territórios.

Introdução

O presente trabalho enfatiza os percursos históricos e contemporâneos do Curumim, um programa de educação não formal criado pelo Sesc São Paulo, que acontece desde 1987, direcionado a crianças de 07 a 12 anos, e que atua com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento integral dos participantes, por meio de atividades que são constituídas de experimentações culturais, artísticas, corporais, além de ações voltadas para a educação ambiental, alimentar e saúde bucal.

O outro aspecto desta escrita se refere a uma abordagem sobre as manifestações das culturas infantis, que despertou na pesquisadora a oportunidade de trazer as vozes escritas das crianças por meio de menções de alguns trechos de cartas construídas por distintos grupos em trinta e duas localidades no estado de São Paulo, no ano de 2019, como parte da Conferência Curumim, uma ação que integrou processos de revisões conceituais, metodológicas e estruturais do programa após trinta anos de existência, na qual, são expressadas as suas relações e vivências relacionadas aos seus cotidianos no Curumim.

A escrita também traz extratos da pesquisa intitulada “Percursos reflexivos sobre os direitos de expressões e escuta das infâncias”, trabalho de conclusão do curso lato sensu “A vez e a voz das crianças – escutas antropológicas e poéticas das infâncias”, concluído no ano de 2021 sob orientação da professora Dr^a. Adriana Friedamm, no Polo “A Casa Tombada” (São Paulo), cuja ação motivou a pesquisadora a continuidade de estudos do tema.

A metodologia empregada percorreu um caminho epistemológico baseado em estudos teóricos de documentos do Sesc São Paulo (1987, 2018, 2022), em arcabouços inspiradores trazidos por Friedman (2013, 2016, 2020) no campo da antropologia, Sarmiento (2005, 2013) e Souza Neto (2003, 2010) na área de sociologia, além da leitura das trinta e duas cartas mencionadas e pesquisas produzidas por profissionais que atuam e atuaram no Curumim.

Sendo assim, acresce-se a reflexão de que percorrer caminhos epistemológicos e análise de vivências práticas com foco em um olhar aprofundado sobre como se manifestam as culturas infantis em distintos territórios a partir das experiências das crianças que participam do programa Curumim, traz como objetivo central deste trabalho, o de contribuir para o fortalecimento de nossos papéis enquanto educadores e participantes em seus percursos de vida a partir de uma análise de suas expressões escritas.

O Programa Curumim

O programa Curumim foi criado pelo Serviço Social do Comércio em 1987, uma instituição brasileira, de caráter privado, iniciada em 1946 por empresários das áreas de comércio de bens, serviços e turismo. Tem como objetivo principal contribuir para o bem-estar e qualidade de vida das trabalhadoras e dos trabalhadores destes setores e de seus familiares.

Com a atuação no âmbito da educação não formal, o Sesc São Paulo mantém o propósito de contribuir para a transformação social, com o intuito de valorizar e acolher os diversos públicos, manifestações e identidades, em diversas faixas etárias e estratos sociais (Sesc São Paulo, 2018). Atua nos âmbitos da Educação, Saúde, Cultura, Lazer e Assistência.

Com o início de suas ações na década de 1980, o Curumim aconteceu em um período no qual, entre os marcos históricos sociais, estavam: o reconhecimento da mulher no mercado de trabalho, fazendo com que estas se ausentassem por mais tempo de seus lares; a perda abrupta dos espaços urbanos para as crianças brincarem, em razão do aumento da circulação de veículos nas ruas e avenidas; a ocupação dos espaços por novas construções arquitetônicas e, conseqüentemente, pelo crescimento da falta de segurança; e a falta de oportunidades de atividades voltadas para o lazer e desenvolvimento infantil, fora do âmbito escolar.

Para o desenvolvimento do programa na época, um corpo técnico de profissionais elaborou o primeiro documento de referência que passou a nortear as ações voltadas para o público infantil no Sesc São Paulo em 1986: o Programa Integrado de Desenvolvimento Infantil (P.I.D.I.), que traz como pressupostos:

[...] Considerar que a crianças têm uma realidade existencial concreta e peculiar, com uma vida própria que deve ser respeitada em sua singularidade; - considerar os valores do presente, próprios do universo infantil [...] - reconhecer o direito da criança à informação sobre todos os aspectos de sua existência enquanto individualidade e enquanto ser social [...]; - assumir a ludicidade como o valor básico de toda ação pedagógica, única forma de preservar na criança sua identidade e própria razão de ser: a vida como brinquedo, que é seu modo de vivenciar e compreender o mundo; [...] (SESC, 1986, n.p.).

Estes pressupostos trazem a reflexão de que o Sesc São Paulo em 1987, antes do lançamento do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, traz o reconhecimento das crianças enquanto sujeitos de direitos, de forma a valorizar as suas realidades e a ludicidade, entre outros valores, que vão ao

encontro dos princípios da Convenção dos Direitos da Criança (1989) (REIS et al., 2019).

Cita-se neste contexto da criação do ECA, aprovado em 13 de julho de 1990, que depois de um percurso histórico de leis iniciadas ainda no século XVIII, o documento vem também eliminar o discriminatório termo “menor” e determina que todas as crianças e adolescentes, independentemente de qualquer classe social, econômica e cultural, merecem ser tratados e protegidos de forma igualitária. Formado por 250 artigos, reconhece estes indivíduos como sujeitos de direitos, e, entre as suas evoluções, está acrescido o direito à defesa; e, para isso, conta com uma rede na qual se incluem os defensores públicos.

Ressalta-se que o Brasil tem se tornado uma referência mundial no que diz respeito à criação de políticas de proteção e reconhecimento das infâncias, mas ainda carece de um alcance integral destes indivíduos que se encontram em grande parte ainda em situação de vulnerabilidade.

Este movimento mais consolidado em prol dos direitos e proteção das crianças no século XX, de acordo com Sarmiento (2013), afasta a sociedade de olhar a criança oprimida, considerada inferior e submissa ao mundo dos adultos dá lugar:

[...] “a uma outra imagem da criança, sujeito de direitos, cidadã a sua medida, membro pleno da sociedade, ainda que carecendo de especial cuidado e proteção dos adultos, mas com o reconhecimento do valor da participação com influência nos seus mundos de vida. (SARMENTO, 2013, P.37).

Portanto, no decorrer do século XX no Brasil, se traça um novo percurso histórico em relação as crianças, no que vale aos seus direitos e normas de proteção.

Neste sentido se agrega a reflexão de Corsaro (2011), que menciona “as crianças não se limitam a internalizar a sociedade e a cultura, mas contribuem ativamente para a produção e mudança culturais”. (CORSARO, 2011, p.31), pois reconhecer seus direitos é uma forma de facilitar a sua imersão transformadora na sociedade.

Neste cenário, o programa Curumim foi criado a partir de uma leitura sensível e cuidadosa da Instituição sobre as necessidades que as infâncias apresentavam dentro do contexto social e econômico que se apresentava na época. De acordo com Teixeira (2015):

[...] percebeu-se o reconhecimento de que a família, a escola e os órgãos de assistência revelaram-se insuficientes para

suprir as carências infantis [...]. A iniciativa possibilitou uma ação processual com finalidades educativas em ambientes descontraídos. Sua criação em 1987 atendia uma carência social por ações efetivas em prol da criança sem alternativas para desfrutar de tempos e espaços para brincar fora do ambiente escolar. (TEIXEIRA, 2015, p. 32).

Criado para atuar no âmbito da educação não formal, o Curumim é direcionado a crianças de sete a doze anos, como uma forma de resposta à sociedade sobre a necessidade de se oferecer projetos educativos e acessíveis ao público infantil, com base na ética, cidadania e multidisciplinariedade. Segundo Gohn (2004, p. 53), a educação não formal é contextualizada a partir de “um processo de aprendizado que ocorre quando as informações fazem sentido para os indivíduos inseridos num dado contexto social”.

Desde a sua criação, o programa teve como finalidade facilitar o processo de socialização e estimular a autonomia da criança (Teixeira, 2015). Com foco na socialização e autonomia, o Curumim também traz a oportunidade das crianças vivenciarem as aspectos culturais em diferentes vertentes, como manifestações da cultura popular, linguagens artísticas: teatro, música, dança e literatura, visitas em comunidades tradicionais, entre outras experimentações, fatores estes que dialogam com a reflexão de Souza Neto (2010), na qual menciona que “ a educação deve preparar o sujeito não somente para conhecer e interpretar os fatos, mas também para aprender a ser e a conviver nas diferentes culturas”. (SOUZA NETO, p. 33, 2010).

Vale ressaltar que o Curumim não tem o propósito de gerar conflitos com a escola e com outros processos de educação formal, de uma maneira geral. De acordo com Justino (2017):

Sua proposta de educação é não formal, pois parte de outras especificidades, de outros olhares, de outros pontos de vista e perspectivas acerca do entendimento do que pode ser educar, e pensa de uma maneira diferenciada ao propor esse olhar a criança como ser no mundo, dotada de cultura própria e específica. (JUSTINO, 2017, p. 14).

Esta reflexão se encontra com o pensamento de Galante (2006), no qual menciona que a educação não formal acontece em um espaço de prática e vivência social que venha reforçar o sentido de coletividade e afetividade entre os sujeitos. Neste sentido para a autora esta forma de educação “quando vista como formação do indivíduo, toma muito mais o caráter de fenômeno humano do que propriamente o da transmissão de conteúdos” (GALANTE, 2006, p.37).

Para além da prática da educação não formal, o público prioritário atendido no Curumim são as crianças dependentes das trabalhadoras e dos trabalhadores das áreas de comércio de bens, serviços e turismo, cuja renda familiar deva ser constituída de até três salários-mínimos, e que sejam matriculadas em escolas públicas. No mês de setembro de 2022, o programa conta com aproximadamente três mil crianças inscritas, segundo dados dos sistemas de dados do Sesc São Paulo.

O corpo de profissionais que atua diretamente com as crianças no Curumim ocupa o cargo de Educadores em Atividades Infantojuvenis, com formações diversas no âmbito universitário, que também ampliam as suas qualificações práticas no cotidiano a partir da construção conjunta com as crianças.

No Curumim também são proporcionadas as vivências em ambientes com a presença da natureza, passeios com temas específicos ou que ocorrem somente para proporcionar o livre brincar em diferentes espaços que promovam experiências lúdicas, pois o programa valoriza o brincar como um dos instrumentos que integra o desenvolvimento e a ampliação do repertório das crianças. Neste sentido, o Curumim tem na ludicidade um dos seus valores mais abrangentes, valor este que parte de um conceito que ainda requer um amplo entendimento e que não deve se restringir somente em uma dimensão recreativa.

No Curumim a ludicidade também é vista como um fator que contribui para o desenvolvimento integral da criança. Segundo Teixeira (2015, p. 32), “o elemento lúdico age como instrumento educativo orientado pela tentativa de promover a experimentação, a manipulação e o contato direto com processos para a formação global da criança”.

Ao longo dos seus trinta e cinco anos, o programa Curumim tem se tornado um marco nas ações de educação não formal do Sesc São Paulo, porém passado este tempo e com muitas mudanças que permearam o universo das infâncias nos âmbitos pedagógico, social, cultural, econômico e legislativo, em 2016, passou-se a revisar e refletir sobre como o programa Curumim estava atuando e os caminhos para o aprimoramento e inovação em suas práticas educativas, na qual, a Conferência Curumim que gerou o processo de constituição das cartas, integrou o momento de escuta das crianças como poderá ser lido no último capítulo.

Os territórios do Programa Curumim

No ano de 2022 o Curumim acontece em 32 unidades do Sesc São Paulo, situadas em bairros da capital, e em algumas cidades do interior e do litoral.

De forma presencial, funciona no período em que as crianças não estão na escola, com periodicidade regular de duas a quatro vezes por semana, e duração de três horas e meia cada encontro.

Na cidade de São Paulo, na região Central, estão: 24 de maio; Bom Retiro; Carmo e Consolação. Na Zona Oeste, estão: o Sesc Pinheiros e Pompeia. Na Zona Leste: Belenzinho e Itaquera. Na Zona Norte está o Sesc Santana. Na região Centro-Sul, está o Sesc Vila Mariana. Na Zona Sul, o Sesc Ipiranga; Campo Limpo; Santo Amaro e Interlagos. Na região da grande São Paulo, Guarulhos. No grande ABC, Sesc Santo André. No litoral, Bertioga e Santos. Na região do Vale do Paraíba, São José dos Campos e Taubaté. Na região do Vale do Ribeira, Registro. E, nas demais cidades do interior, como Jundiá; Sorocaba; Campinas; Piracicaba; São Carlos; Araraquara; Bauru; Ribeirão Preto; São José do Rio Preto; Catanduva e Birigui.

Sendo assim, o programa tem como uma de suas bases conceituais, os “Diálogos com o Território”, com o entendimento de que “um processo educativo que busque contribuir para o desenvolvimento integral do ser humano precisa considerar os saberes e fazeres emanados do contexto local” (SESC SÃO PAULO, p. 70, 2022). Desta forma, a partir de realidades socioculturais distintas, são considerados e respeitados os saberes e fazeres emanados nas localidades, e as ações desenvolvidas no Curumim, tem o propósito de acontecer de forma atenta, para as demandas e necessidades que são trazidas pelas crianças, por meio da escuta, observação, e com respeito as suas realidades.

Os territórios nos quais as crianças estão situadas juntamente as suas condições econômicas e socioculturais determinam a sua diversidade junto a sociedade, pois de acordo com Sarmiento (2005), um fator que diferencia profundamente as crianças são os espaços e estruturas que ocupam. O autor também as reconhece como seres sociais e esclarece que elas “distribuem-se pelos diversos modos de estratificação social: a classe social, a etnia a que pertencem, a raça, o gênero, a região do globo em que vivem. (SAMENTO, 2005, p. 370).

Neste sentido, com base nas reflexões trazidas por Friedmann (2016, p. 18), o território é um ambiente habitado pelas diversidades das infâncias, na qual, “considerar a diversidade de grupos, culturas, realidades e equipamentos ou espaços em que convivem – requerem cuidado, respeito, ética e posturas para os quais todos precisamos estar atentos”.

Desta forma, as ações das crianças junto ao programa no cotidiano, pode trazer reflexões sobre como se relacionam com e nestes distintos espaços a partir de suas realidades e nas relações entre elas. A reflexão trazida por

Souza Neto (2003), aborda que:

O sujeito existe na relação com o outro. Isto ocorre desde o seu nascimento, na relação com a mãe. Na intersubjetividade, ele aprende a apropriar-se de um aspecto da realidade ou dos acontecimentos e a transformá-lo, dando assim um sentido para a sua história, por meio de sua capacidade criativa. (SOUZA NETO, 2003, p. 185).

Ao encontrar os pensamentos entre Friedmann (2013) e Souza Neto (2003) é trazida uma luz inspiradora para a pesquisadora no sentido de que ao mesmo tempo em que estas crianças convivem nestes espaços elas os transformam e trazem demandas que aos olhos dos adultos podem ser ao mesmo tempo sinalizadores de suas necessidades, como o desejo por espaços mais acolhedores e que proporcionem o brincar, mais contatos com temas próximos de suas realidades sociais e econômicas, entre outras questões.

De forma a considerar a escuta um instrumento primordial para contribuir para o desenvolvimento integral das crianças com base na prática de uma educação cidadã, no Curumim, a horizontalidade entre crianças, educadores e educadores também é um fator muito valorizado.

Neste contexto, as manifestações das culturas infantis a partir do programa Curumim são formadas pelas expressões das crianças nos seus brincar, temas abordados nos projetos desenvolvidos, formas de usos dos espaços, seus interesses, a relação com o bairro e a cidade onde a unidade do Sesc está situada.

As manifestações das culturas infantis

O interesse por este estudo, conforme mencionado anteriormente, surgiu a partir da leitura de trinta e duas cartas escritas pelos grupos de crianças do programa, na qual, estas manifestaram as suas relações com o Curumim a partir de quatro questões: “O que é o Curumim?”; “O que ainda não tem no Curumim?”; “Como você se sente no Curumim?”; “O que mudou em você desde que entrou no Curumim?”

As respostas das crianças em relação a estas questões, que integraram o processo de realização da Conferência Curumim no ano de 2019, chamaram a atenção da pesquisadora no sentido de que na medida em que cada grupo de crianças se expressava, as suas relações com os territórios, as pessoas e os espaços das unidades onde participavam do programa, vinham descritas em suas expectativas e satisfações em relação ao programa. Se observou uma formação espontânea que marcavam manifestações das culturas in-

fantis, a partir destes distintos territórios, o que Friedmann (2013) reflete que “[...] cada ser humano ‘carrega’ uma cultura que irá se misturar com outras. Cada um ‘herda’, reproduz, adentra e incorpora elementos das diversas culturas. (FRIEDMANN, 2013, p. 63).

As crianças que frequentam o Curumim, muitas vezes, não residem no território no qual a unidade do Sesc está situada, pois, às vezes, se deslocam de seus bairros de acordo com o local de trabalho de seus responsáveis, como acontece com algumas crianças que frequentam o Curumim nas unidades da região central da cidade, e residem em outros bairros. Desta forma, a criança passa a se relacionar com o que o território a oferece. Pode-se exemplificar esta situação no início da análise por meio da carta escrita pelas crianças do Sesc Consolação, na qual esta relação com o território é declarada:

Temos a sorte de estar bem pertinho da Biblioteca Infantil Monteiro Lobato, onde encontramos livros e histórias toda a semana. Temos o nosso próprio acervo de livros também, para ler aqui e até levar alguns para casa! [...] Como o nosso Curumim acontece em um prédio e não temos muito espaço do lado de fora, adoramos passear! Às vezes aqui mesmo pelo Centro, às vezes em outros Sescs que ficam bem longe daqui.

Com este exemplo se explicita a influência da arquitetura e espaços físicos que a unidade oferece, em um prédio antigo, sem áreas abertas, em que as crianças do Curumim do Sesc Consolação realizam com frequência visitas à Praça Rotary, perto da unidade, onde está situada a Biblioteca Infantil Monteiro Lobato, é um local para brincar, correr e frequentar a biblioteca.

Neste contexto, integrados a um processo educativo que busca contribuir para o desenvolvimento integral do ser humano, devem ser considerados e respeitados os saberes e fazeres emanados do contexto local. Sendo assim, as ações desenvolvidas no Curumim têm o propósito de acontecer de forma atenta às demandas e necessidades que são trazidas pelas crianças, por meio da escuta e observação, e com respeito às suas realidades.

No programa Curumim, considerar e respeitar os distintos territórios e diversidade das infâncias, também, se torna uma das formas de dialogar com os princípios da Educação Integral, que é o objetivo mais amplo do programa, pois as ações são desenvolvidas com foco em contribuir para o desenvolvimento integral das crianças. Neste sentido, as atividades são constituídas de experimentações culturais, artísticas, corporais, além de ações voltadas para a educação ambiental e alimentar, e saúde bucal. De acordo com Friedmann (2020), a educação integral é uma forma de educação que:

[...] considera o ser humano e seu processo de desenvolvimento, em suas várias dimensões – intelectual, física, emocional, social, cultural, moral -, uma educação que se constitui como projeto coletivo, compartilhado por crianças, jovens, famílias, educadores, gestores e comunidades. (FRIEDMANN, 2020, p. 44).

Em outro contexto, ao adentrar na leitura das cartas que mencionam o que não tem no Curumim, se nota a expressão das crianças relacionada às suas relações com os espaços das unidades, e a valorização do estar próximo à natureza, como as crianças do Sesc Interlagos, que trazem o que ainda não tem no Curumim, a partir da realidade vivida em uma unidade campestre:

O que ainda não tem no Curumim: uma mascote, uma caixa de sugestões, plantação de árvores frutíferas, tenda e acampamento do curumim, dia de piquenique, explorar mais lugares, sala de instrumentos e oficinas de pipa, costura, artes, escultura e manutenção de bicicleta.

As crianças também contemplam a sua relação com a natureza, como por exemplo, as crianças do Sesc Itaquera que trazem a realidade da vivência em outra área campestre, conforme mencionam a seguir:

Nós somos do curumim do SESC Itaquera, nós queremos contar um pouco do nosso dia a dia aqui na nossa unidade: aqui é um lugar que tem muita vegetação, ar puro, convivência, brincadeiras na natureza. Depois do almoço subimos nas árvores e parecemos uns macaquinhos, por falar em bichos; já vimos cobras, esquilos, lagartos, bichos preguiças, aranhas, ovos de lagartixas e os nossos amigos cachorros: Lobinho, Caramelo, Soneca, Ursinho etc.

Com base nas reflexões de Antonio e Tavares (2019), as crianças têm necessidade desse contato com o mundo natural: tocar a terra, pisar em chão que não seja cimentado, pular em poça d'água, conviver com árvores, plantar e conviver com bichos, no qual refletem:

Em nossa sociedade cada vez mais urbana, muitas crianças têm sido afastadas deste contato com a natureza. Não brincam ao ar livre, com ar luz, liberdade. Estão cotidianamente confinadas a ambientes artificiais, entregues às telas trêmulas de vídeo games, celulares, tablets, televisores, de que se tornam cada vez mais dependentes. (ANTONIO E TAVARES, 2019, p. 70-71).

A natureza presente Itaquera e Interlagos, também se faz presente com gran-

de intensidade em Bertioga, que traz em seus espaços, e na própria cidade litorânea cercada pela Mata Atlântica, a possibilidade de oferecer ambientes para que as crianças possam brincar, e que ao mesmo tempo estejam seguras. Algumas unidades situadas em ambientes urbanos e construções verticais trazem um esforço maior para as equipes para que as crianças usufruam destes espaços, como a realidade do Curumim do Sesc Consolação, uma construção vertical, antiga e localizada na região central da cidade, no qual, as saídas para outros espaços no e fora do território são mais frequentes.

Se nota também o desejo pela piscina, o brincar na água que aparecem várias vezes nas cartas, nas quais se destacam os trechos a seguir:

*Achamos que daqui a alguns anos teremos uma piscina!
(Campo Limpo)*

Para o curumim ficar mais divertido o SESC poderia ter uma piscina (que ainda não tem aqui em Registro).

Também acham que é preciso ter mais dias de piscina, porque tem bem pouco. (Ribeirão Preto)

Nota-se o anseio das crianças de Campo Limpo e Registro, ambas em estruturas provisórias, nas quais serão construídas futuras unidades, com piscinas. O desejo pela piscina também é revelado nas manifestações de desejo do brincar na água, requerendo mais dias de piscina, como acontece nas menções das crianças de Ribeirão Preto.

Destaca-se, no Curumim, entre os almejos das crianças, passeios para conhecer outras unidades do Sesc, e, desta forma, também poderem usufruir de outras experimentações em espaços que as faltam em suas unidades, como aconteceu no ano de 2019, entre as crianças do Curumim de Campo Limpo e Santo Amaro. As crianças de Santo Amaro almejavam a quadra de areia de Campo Limpo, e as crianças do Campo Limpo almejavam a piscina de Santo Amaro. Por meio do projeto Conexão Curumim, cada uma das duas unidades recebeu o outro grupo em dois dias de sábados diferentes.

Ressalta-se neste contexto que os deslocamentos, passeios e viagens compõem de forma pontual as ações do Curumim, pois além de ser uma ferramenta para o livre brincar traz o enriquecimento cultural e diferentes experimentações para as crianças, conforme mencionam as crianças de Bauru e Ribeirão Preto, que almejam mais: passeios de bicicleta, mais viagens, mais Fute das Minas e atividades diferentes que ainda não foram realizadas (Bauru). E ter também mais passeios e viagens, porque é bem bom poder

conhecer lugares diferentes (Ribeirão Preto).

Com base nas reflexões aqui colocadas, ressalta-se que a ação da Conferência Curumim envolveu longos processos de escutas e leituras de expressões, pois a escuta é uma ação fundamental que integra os conceitos do programa e que “busca incorporar em seus processos educativos uma educação cidadã, participativa e dialógica, a qual valoriza a convivência por meio de escuta empática e horizontal [...]” (SESC SÃO PAULO, 2022, p. 57).

Esta relação a valorização das escutas das crianças Souza Neto (2010) define como uma forma de protagonismo e traz a reflexão de que “somente será possível pensar em uma prática emancipadora quando se levar em conta o protagonismo do sujeito”. (SOUZA NETO, p. 24, 2010).

Desta forma, ter o reconhecimento das crianças, de que se sentem escutadas, é um fator educativo importante e que nos faz reconhecer a efetividade das ações, sem deixar de reconhecer, ao mesmo tempo, os desafios e as responsabilidades que permeiam estarmos presentes no universo destas crianças.

Antes e depois da Conferência Curumim, os conteúdos das cartas foram compartilhados pelas crianças com outros setores de suas unidades, o que levou a significativas readequações em processos de atendimento de parte de seus desejos e o reconhecimento de suas satisfações em fazerem parte do programa.

Considerações finais

A oportunidade de traçar um olhar para manifestações das culturas infantis com atenção as transformações e possíveis sinalizadores que as crianças podem trazer e nos sinalizar dentro de uma contemporaneidade formada por realidades que ao mesmo tempo em que estas têm mais possibilidades de acesso e inclusão, são excluídas e passam por mal estares que prejudicam os seus direitos e as tornam vulneráveis na sociedade, pode-se apresentar sinalizadores de como se pode olhar com mais sensibilidade a estas questões e buscar soluções

Neste sentido, acredita-se que dedicar um olhar para a criança para além de um ser humano em desenvolvimento e com passagem por fases até chegar a adolescência, juventude e vida adulta, para tratá-la e reconhecê-la como um ser presente e participante dos contextos históricos, que perpassam também por uma construção social e que deve ser cuidada com a valorização das suas vozes e olhares, é uma forma de evoluir e corrigir fatores necessários em relação ao passado, viver um presente digno e feliz, e assim promover

um futuro mais equilibrado e possível de existir com dignidade na sociedade e no mundo.

Referências

- ANTONIO, Severino; TAVARES, Kátia. A poética da infância: conversa com quem educa as crianças. Cachoeira Paulista: Editora Passarinho, 2019.
- BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente: Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Brasília, DF: Presidência da República, 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/centrais-de-conteudo/crianca-e-adolescente/estatuto-da-crianca-e-do-adolescente-versao-2019.pdf>. Acesso em: 13 ago. 2021.
- CORSARO, Willian. Sociologia da Infância. Porto Alegre: Artmed, 2011.
- FRIEDMANN, Adriana. Linguagens e culturas infantis. São Paulo: Cortez Editora, 2013.
- FRIEDMANN, Adriana. Ser criança e brincar no Século XXI. [Bragança Paulista: NEPSID, 2016]. Disponível em: https://www.academia.edu/36620530/Ser_crian%C3%A7a_e_brincar_no_s%C3%A9culo_XXI. Acesso em: 28 jul. 2021.
- FRIEDMANN, Adriana. A vez e a voz das crianças: escutas antropológicas e poéticas das infâncias. São Paulo: Panda Books, 2020.
- GALANTE, Regiane Cristina. Educação pelo lazer: a perspectiva do programa Curumim no Sesc Araraquara. 2006. 141 f. Dissertação (Mestrado em Educação). – Programa de Pós-Graduação em Educação, Centro de Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2017.
- JUSTINO, Jussara Aparecida de Paula. Educação musical humanizadora: uma experiência com crianças no campo da educação não formal. 2017. 166 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Centro de Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2017.
- REIS, Elisa Meirelles et al. (coord.). 30 anos da convenção sobre os direitos da criança: avanços e desafios para meninas e meninos no Brasil. São Paulo: UNICEF, 2019.
- SARMENTO, M.J. A sociologia da infância e a sociedade contemporânea: desafios conceituais e praxeológicos. In: ENS, R; GARANHANI, M. (Org.). Sociologia da Infância e a formação de professores. Curitiba: Champagnat, 2013. p. 13-46 Disponível em <http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/36756/1/Sociologia%20da%20Inf%C3%A2ncia%20e%20Sociedade%20contempor%C3%A2nea.pdf>
- SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO (SESC). Programa Integrado de Desenvolvimento Infantil (P.I.D.I). São Paulo: Sesc São Paulo, 1986.
- SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO (SESC). Programa Curumim: educar para convivência e cidadania. São Paulo: Sesc São Paulo, 2022.
- SOUZA, A. C. Percursos reflexivos sobre os direitos de expressões e escutas das infâncias. Ana Cristina de Souza; orientação de Adriana Friedmann. Trabalho

de Conclusão de Curso (Especialização) – Pós-Graduação Lato-Sensu “A vez e a voz das crianças”: escutas antropológicas e poéticas das infâncias – A Casa Tombada, São Paulo, 2021. 96 f.

SOUZA NETO, João Clemente de. A trajetória do menor a cidadão. São Paulo: Expressão & Arte, 2003.

SOUZA NETO, João Clemente de. Pedagogia social: a formação do educador social e o seu campo de atuação. In: Cadernos de Pesquisa em Educação PPGE-U-FES, Vitória, v. 16, n. 32, jul./dez. 2010, p. 29-64. Disponível em <https://periodicos.ufes.br/educacao/article/download/4404/3446/7744>. Acesso em 30 abr. 2022.

TEIXEIRA, Alexandre Francisco Silva. Lazer na educação infantil: o Programa Curumim no Sesc/SP e outros eventos. Revista Brasileira de Estudos do Lazer, Belo Horizonte, v. 2, n. 1, p. 24-43, jan./abr. 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/rbel/article/view/467> . Acesso em: 27 jul. 2021.

REFUGIADOS VENEZUELANOS COM DEFICIÊNCIA: Refúgio e interseccionalidade sob as lentes da comunicação e do jornalismo humanitário³⁸

AMANDA CHRISTINA PEREIRA SORIO GANZAROLLI (UMESP)³⁹

ORIENTADORA: PROF.^a. DR.^a. CILENE VICTOR (UMESP)⁴⁰

RESUMO: Segundo o Global Report de 2021 (ACNUR), o mundo registrou 27,1 milhões de pessoas em situação de refúgio e 4,4 milhões de venezuelanos fora do seu país. No Brasil, entre abril de 2018 e junho de 2022, a Operação Acolhida assistiu 78.767 venezuelanos que foram interiorizados em 844 municípios. Porém, estatísticas e informações sobre pessoas com deficiência em situação de refúgio ainda são escassas. Neste contexto, o objetivo desta pesquisa de mestrado é identificar de que maneira a comunicação e o jornalismo humanitário inclusivo podem descortinar e contribuir para o enfrentamento da violação de direitos humanos e civis e seus impactos na vida de pessoas com deficiência, especificamente com Transtorno de Espectro Autista (TEA), que estão diante do deslocamento forçado. Para isso, o estudo recorre ao referencial teórico nos campos do direito internacional humanitário, da comunicação institucional, do jornalismo humanitário, da filosofia política, da sociologia contemporânea e da psicologia social, amparado em autores como Morin, Bauman, Arendt, Moscovici, Andreucci, Bunce, Liesen, Couldry, Honneth, Maia, Fraser, Scott, Victor, Wright, Yuval-Davis e os estudos interdisciplinares sobre a pessoa com deficiência em Sasaki. A

38 Trabalho apresentado XXIX Mostra de Pós-Graduação- Andarilhar atento pelos territórios da Educação, Arte e Cultura

39 Jornalista e mestranda do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Universidade Metodista de São Paulo (UMESP). Bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Membro do grupo de pesquisa Jornalismo Humanitário e Media Interventions, e-mail: aamandaganzarolli@gmail.com

40 Orientadora do trabalho. Professora titular do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Universidade Metodista de São Paulo (UMESP). Líder do grupo de pesquisa Jornalismo Humanitário e Media Interventions, e-mail: cilene.victor@metodista.br

metodologia compreende a revisão sistemática da literatura, análise de conteúdo de veículos de imprensa e entrevista em profundidade com refugiados venezuelanos autistas. Entre os resultados parciais, a pesquisa observou a escassez de dados, informações e notícias sobre pessoas com deficiência em situação de refúgio, assim como de políticas públicas para o seu acolhimento.

PALAVRAS-CHAVE: jornalismo humanitário; refugiados venezuelanos; refugiados autistas

Introdução

Este artigo apresenta aportes teóricos e empíricos parciais da pesquisa de mestrado cujo objetivo é identificar de que maneira a comunicação e o jornalismo humanitário inclusivo podem descortinar e contribuir para o enfrentamento da violação de direitos humanos e civis e seus impactos na vida de pessoas com deficiência, especificamente com Transtorno de Espectro Autista (TEA), que estejam diante do deslocamento forçado. Este recorte foi apresentado na XXIX Mostra de Pós-Graduação - Andarilhar atento pelos territórios da Educação, Arte e Cultura, realizada nos dias 29, 30, 31 de agosto e 01 de setembro de 2022, na Universidade Presbiteriana Mackenzie. Nesta fase da pesquisa, que como mencionado ainda está em andamento, é apresentada uma análise de conteúdo, de base quantitativa, para direcionar a busca por notícias no período que compreende os meses de abril nos anos 2017, 2018, 2019, 2021 e 2022, tendo como recorte o chamado Mês Azul, quando se aborda a Conscientização do Autismo (ONU, 2008). A ideia foi levantar notícias que tivessem mencionado pessoas em situação de refúgio com deficiência/autistas, publicadas nos seguintes veículos de imprensa brasileiros: Folha de S.Paulo, O Estado de S.Paulo, O Globo, Jornalistas Livres, Brasil de Fato, G1. O objetivo principal foi identificar em que medida a ausência de dados sobre pessoas com deficiência, disponibilizados pelas agências humanitárias, impacta nas pautas sobre o assunto.

Mídia e PcD em situação de refúgio

Embora o tema do deslocamento forçado tenha crescido nos últimos anos devido ao fluxo intenso e constante da imigração venezuelana ao Brasil, quando se trata da pessoa em situação de refúgio com deficiência há pouco material e estatísticas. A opacidade de pautas sobre imigrantes venezuelanos com deficiência na mídia brasileira, seja, por exemplo, em decorrência da ausência de estatísticas sobre eles, pode implicar no não cumprimento

do Código de Ética do Jornalista (2007). O jornalismo humanitário inclusivo é essencial para uma representação midiática mais humanizada e distante do pânico moral, na definição de Bauman (2017), em relação às pessoas com deficiência em situação de refúgio. Ao refletir sobre a rotina desta pesquisadora como mãe de uma criança com o Transtorno do Espectro Autista (TEA), surgiu a inquietação de investigar como são recebidas as famílias venezuelanas solicitantes de refúgio no Brasil e como as agências e instituições humanitárias como ACNUR, Cáritas, Médicos sem Fronteiras e Cruz Vermelha auxiliam a pessoa com deficiência em situação de refúgio. A escassez de informações sobre um grupo já subrepresentado pode impactar na forma como ele é evidenciado na cobertura midiática. Ressalta-se a justificativa de que o próprio país, até 2019, não havia ainda incluído os autistas no censo, desqualificando-os como cidadãos e diminuindo sua luta por reconhecimento e garantia de direitos civis.

Neste trabalho, são usadas como base para a compreensão da imigração a Lei nº. 974, de 22 de julho de 1997, o Estatuto do Refugiado e a Lei nº. 13.445, de 24 de maio de 2017, a Lei de Migração. Essas leis definem que um refugiado é alguém que devido à perseguição e violação dos direitos humanos solicita acolhimento em outro país, tendo no Brasil a garantia da reunião familiar, a não criminalização da migração e acesso igualitário e livre a todos os serviços do país.

Segundo a Organização Mundial da Saúde, uma em cada sete pessoas no mundo tem alguma deficiência (OMS, 2011). No Brasil, as estatísticas mostram que 24% da população possui alguma deficiência, o equivalente a aproximadamente 46 milhões de pessoas (IBGE, 2010). Porém, o censo não traz dados de quantos destes 46 milhões de pessoas com deficiência são brasileiros nativos ou não. Assim como em relatórios anteriores das agências humanitárias sobre o deslocamento forçado, as informações sobre pessoas em situação de refúgio se referem a gênero, idade, região e tipo de deslocamento. Ao longo da pesquisa, observou-se que os documentos que contemplam dados sobre imigração geralmente trazem informações muito básicas sobre quem são as pessoas em deslocamento forçado, como gênero, faixa etária, mas não mencionam se essas são pessoas com deficiência, e qual é a deficiência. No relatório mais recente até a construção deste trabalho, o Global Humanitarian Overview, são apresentados alguns pontos específicos como o impacto da Covid-19 (SARS-CoV-2) em mulheres e crianças, relacionando a violência doméstica, sexual e casamento infantil (UNOCHA, 2022). O infográfico a seguir apresenta um breve recorte sobre a situação de pessoas com deficiência em relação a direitos básicos, durante o conflito da Ucrânia.



Figura 1 – Infográfico das menções aos desafios enfrentados por PcD no contexto de deslocamentos
 Fonte: ACNUR, 2022. Elaborado pela autora.

Com poucas menções à palavra deficiência no relatório, nenhuma delas traz em dados quantos e qual o perfil das pessoas com deficiência em situação de refúgio por todo o mundo, assim como em outros documentos. O Global Humanitarian Overview faz apenas uma breve referência à população de 4,6 milhões de PcD no Iêmen, país que enfrenta uma das maiores crises da humanidade (UNOCHA, 2022).

A opacidade de pautas sobre refugiados com deficiência

A partir da análise da cobertura feita pelo jornal Folha de S.Paulo, considerando o período de 28 anos, de 1994 a 2022, que resultou em 827 matérias, sobre o tema do autismo, observa-se a opacidade quase que em sua totalidade de pautas sobre pessoas em situação de refúgio com deficiência. Nenhuma matéria sobre pessoas com autismo em situação de refúgio foi encontrada nesta análise. O recorte da Folha de S.Paulo reflete o que acontece na grande mídia nacional em relação ao agendamento e enquadramento de notícias cujo assunto é o deslocamento forçado ou pessoas com deficiência. Na medida em que o jornalismo contribui para a construção social de temas e indivíduos, a opacidade de pautas específicas sobre algumas áreas pode impactar o comportamento da sociedade, neste caso, em relação ao capacitismo e à xenofobia e também em políticas públicas (SODRÉ, 2012).

Ao avaliar os conceitos que sustentam determinado acontecimento ser notícia ou não, esta pesquisa ampara-se nos estudos de Muniz Sodré (2012),

a respeito do fato, acontecimento e notícia, na tentativa de compreender o motivo da opacidade de pautas sobre pessoas com deficiência em situação de refúgio. Ao refletir sobre os valores de noticiabilidade entende-se que:

Na prática, os valores que sustentam a noticiabilidade de um fato ou seja, a condição de possibilidade para que este venha a transformar-se em notícia - podem variar segundo o lugar do fato, do nível de reconhecimento social das pessoas envolvidas, das circunstâncias da ocorrência, da sua importância pública e da categoria editorial do meio de comunicação (SODRÉ, 2012, p. 21-22).

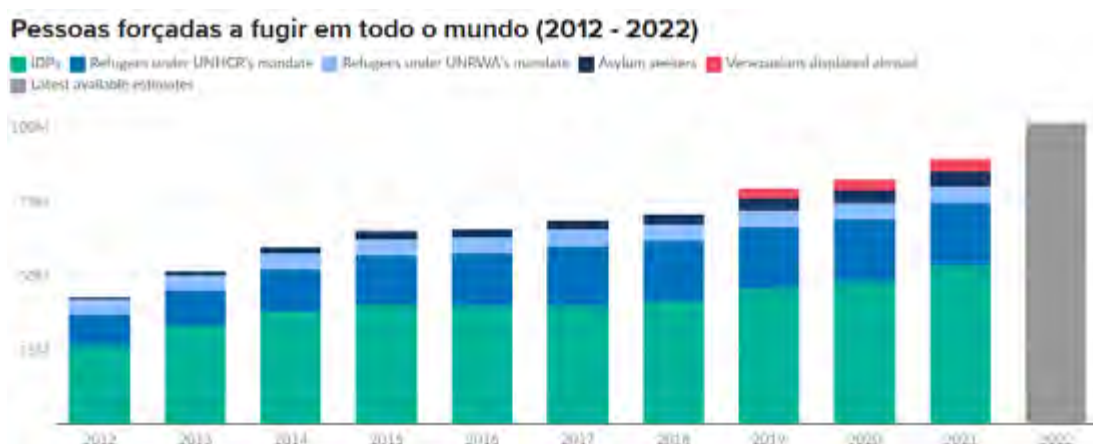


Gráfico 1 - Relatório de Tendências Globais (2021)

Fonte: ACNUR, 2022.

Outro fator é a consequência do deslocamento forçado em todos os setores da sociedade. Assim, como defendido por Sodré em relação ao enquadramento, a pauta sobre pessoas em situação de refúgio tem o potencial de ser transformar em iniciativas em grupo na sociedade, já que “um problema social é suscetível de converter-se em problema público, dando margem ao surgimento de ações coletivas” (SODRÉ, 2012, p. 38). Outro detalhe é o valor-notícia de pautas sobre pessoas cujos direitos foram violados e buscam acolhimento. Além de aproximarem o público muitas vezes por um apelo sensacionalista, essas pautas possuem outras características que reforçam seu lugar de espaço na mídia, como o impacto social, a quantidade de pessoas envolvidas e a duração do acontecimento. Percebe-se, portanto, que pautas sobre pessoas em situação de refúgio e pautas sobre pessoas com deficiência são abordadas na cobertura jornalística, pois possuem o necessário dentro dos conceitos de noticiabilidade, exceto quando estão juntas.

Na rotina das pautas profissionais, destacam-se como valores-notícia a novidade (marca de atualidade), a imprevisibilidade (sinal para a singularização do relato) o peso social

(sinal indutor de atenção coletiva), a proximidade geográfica do fato (índice contextual que facilita a identificação do público como os figurantes da notícia) a hierarquia social dos personagens implicados (sobrevalor atribuído à identidade de famosos) a quantidade de pessoas e lugares envolvidos (magnitude do fato), o provável impacto sobre o público-leitor e as perspectivas de evolução do acontecimento (SODRÉ, 2012, p. 76).

Recentemente, foi possível ver o assunto sendo discutido em alguns veículos de comunicação a respeito das pessoas em deslocamento forçado com deficiência durante a cobertura da Guerra da Ucrânia, como no questionamento feito pelo colunista Rodrigo Mendes na matéria publicada em 11 de março de 2022, Em meio à guerra, onde estão os ucranianos com deficiência?



Imagem 1 - Captura de tela da matéria publicada no portal ECOA/UOL

Fonte: UOL, 2022.

Em seu artigo, Mendes aborda a opacidade de pautas sobre as pessoas com deficiência em deslocamento na Ucrânia e cita que alguns veículos se preocuparam em abordar o tema ao se referir à matéria 'Órfãos com deficiência fugindo de Kyiv recebidos por poloneses e húngaros', da agência Associated Press (AP), publicada em 3 de março de 2022. Neste contexto, entende-se que veículos ou comunicadores específicos abordam a temática quando essa faz parte de macroacontecimentos (SODRÉ, 2012). Outras

situações, que envolvem microacontecimentos, recebem pouca atenção do meio de comunicação como um todo, ou são direcionados a uma coluna específica, como no caso do Blog Vencer Limites⁴¹ do jornal O Estado de S. Paulo. Um fator relevante na abordagem de Mendes é trazido por Nelson Traquina (2005), no que se refere ao comportamento dos jornalistas.

O cerne da questão é que ninguém segue as notícias tão de perto como os jornalistas. Os jornalistas monitorizam a cobertura uns dos outros. Mesmo quando não estão em contato direto, os jornalistas confiam fortemente no trabalho uns dos outros, como prática institucionalizada, para idéias de histórias e confirmação dos seus critérios noticiosos (TRAQUINA, 2005, p. 27).

Outro aspecto a respeito de conflitos humanitários é a cobertura de pautas que abordem não apenas o deslocamento de PcD, mas também o risco que a população tem de adquirir uma deficiência devido aos conflitos. A Handicap Internacional, instituição de ajuda humanitária que atende pessoas com deficiência e outras em situação de vulnerabilidade em todo o mundo, de modo divergente aos veículos de comunicação, traz informações sobre a situação de pessoas com deficiência em outras regiões além da Ucrânia, como Moçambique, Iêmen, Síria, Bangladesh e Nagorno-Karabakh. Em seu posicionamento, a ONG expõe a violação dos direitos humanos em relação ao uso de explosivos que podem permanecer por décadas em uma região aumentando o risco de acidentes, tema pouco pautado na cobertura midiática.

Uma em cada duas pessoas está ameaçada por resíduos explosivos na Síria, ou seja, mais de 10 milhões de habitantes, o equivalente à população de Île-de-France. A constatação do relatório “Artilharia explosiva na Síria: impacto e ação necessária” sobre o nível extremo de contaminação na Síria é clara. Publicado pela HI, em colaboração com a Área de Responsabilidade de Ação Contra Minas da Síria na Síria, revela que após 11 anos de intensa guerra, até 300.000 resíduos explosivos contaminam a Síria. A desminagem será, portanto, essencial antes de considerar qualquer reconstrução. A HI pede aos estados doadores que apoiem significativamente as operações de desminagem, mas também campanhas de conscientização de risco para proteger as populações contra acidentes (HANDICAP INTERNACIONAL, 2022, s/n, tradução da autora).

41 O Blog Vencer Limites é um espaço de notícias sobre diversidade e inclusão, integrado ao portal Estadão.com.br criado em 11 de setembro de 2012 com a reportagem Pessoa com deficiência, no Brasil, é não-cidadão.

Esse trecho extraído de um comunicado à imprensa do site oficial da Handicap International, em 11 de maio de 2022, reflete a diferença de enquadramento de pautas a respeito de pessoas em situação de refúgio de instituições que tratam de questões humanitárias comparado à cobertura jornalística. A base para isso se dá na cobertura midiática do conflito envolvendo a Ucrânia, que apresentou um crescimento do agendamento de pautas sobre pessoas com deficiência em deslocamento forçado comparado a conflitos humanitários em outras regiões. Em ordem retroativa, analisando as matérias do jornal O Estado de S. Paulo em seu meio digital de julho de 2022, nota-se em números a opacidade de pautas sobre pessoas com deficiência em situação de refúgio e o enquadramento da Ucrânia comparado a regiões que estão em conflitos há décadas. De 26 de julho de 2022 a 18 de março de 2016, foram encontradas 23 matérias filtradas por meio da palavra-chave refugiados com deficiência dentro do site do veículo. Desse total, 52,17% correspondem ao conflito na Ucrânia. Esse enquadramento de um macroacontecimento obteve alcance na fala da enviada especial do Alto Comissariado da ONU para Refugiados (ACNUR), Angelina Jolie, ao visitar o Iêmen durante o mês de março, no pico da cobertura midiática sobre o conflito na Ucrânia.

Desembarquei em Aden, para conhecer famílias deslocadas e refugiados para o ACNUR @refugees e mostrar meu apoio ao povo do Iêmen. Farei o meu melhor para me comunicar a partir do solo à medida que os dias se desenrolam. Enquanto continuamos a assistir aos horrores que se desenrolam na Ucrânia e pedimos o fim imediato do conflito e o acesso humanitário, estou aqui no Iêmen para apoiar as pessoas que também precisam desesperadamente de paz. A situação aqui é uma das piores crises humanitárias do mundo, com um civil morto ou ferido a cada hora em 2022. Uma economia devastada pela guerra e mais de 20 milhões de iemenitas dependendo da assistência humanitária para sobreviver. Esta semana, um milhão de pessoas foram forçadas a fugir da horrível guerra na Ucrânia. Se aprendermos alguma coisa com essa situação chocante, é que não podemos ser seletivos sobre quem merece apoio e cujos direitos defendemos. Todos merecem a mesma compaixão. As vidas das vítimas civis de conflitos em todos os lugares têm o mesmo valor. Após sete anos de guerra, o povo do Iêmen também precisa de proteção, apoio e, acima de tudo, paz (Angelina Jolie, 2022, Instagram, tradução da autora).

A análise das 23 matérias do jornal O Estado de S. Paulo foi dividida em sete regiões e com 13 delas de autoria do colunista Luiz Alexandre Souza Ventura, do Blog Vencer Limites, o que demonstra também um direcionamento de

pautas e de editoria. O período de seis anos, disponível no portal do veículo de comunicação, apresenta também temas repetidos ao abordar a dificuldade das pessoas com deficiência em situação de refúgio em se locomoverem e receberem assistência diante do deslocamento forçado. Um exemplo é a matéria com o título ‘Em cadeiras de rodas, refugiados enfrentam obstáculos para chegar aos países europeus’, de 18 de março de 2016, e a mais recente encontrada até a produção desta dissertação, em 26 de março de 2022, intitulada ‘Países europeus não poderão cuidar de todos os refugiados ucranianos com deficiência’.

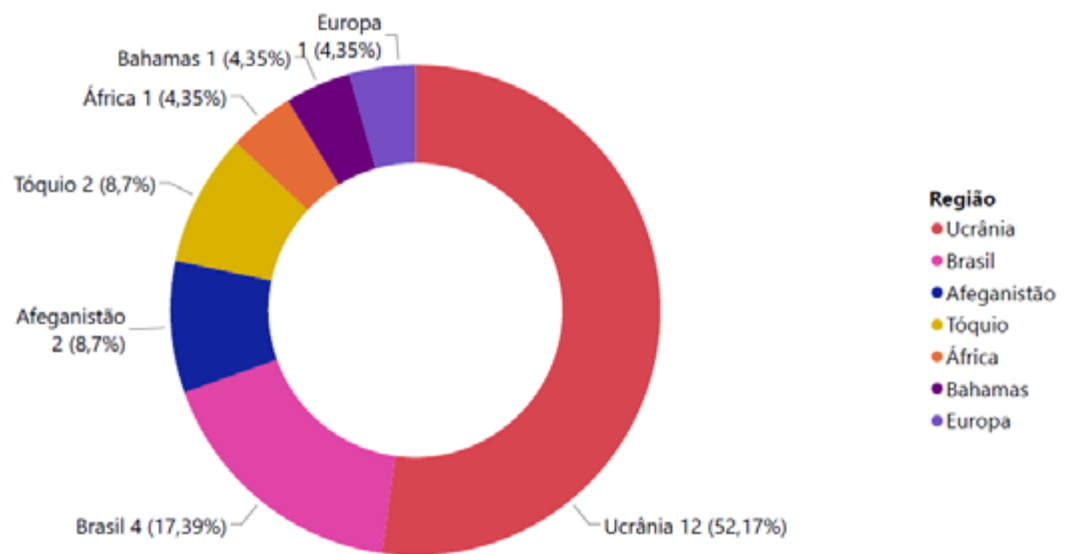


Gráfico 2 - Matérias publicadas no jornal O Estado de S. Paulo filtradas por meio da palavra-chave refugiados com deficiência divididas por regiões
Fonte: O Estado de S. Paulo, 2022, elaborado pela autora.

Subentende-se que a opacidade de pautas sobre pessoas com deficiência em situação de refúgio é recorrente dentro e fora do país, como levantado pela enviada especial do Acnur, Angelina Jolie e que regiões como a Ucrânia ganham mais espaço na mídia, o que ressalta uma cobertura jornalística xenofóbica, como discutido no primeiro capítulo da dissertação que ampara este artigo.

Isto é, além das intersecções do país de origem, também as intersecções dos membros do grupo dominante com os quais circulam no país de destino vão impactar sobre a formação da voz. Assim, há diferenças entre nativos pertencentes a grupos hegemônicos e nativos que também pertencem a esferas de exclusão. A interação com essas diferentes configurações

de identidades sociais vão definir o grau de solidariedade; por vezes, também, o grau de esclarecimento sobre as diversas culturas dos imigrantes (MATHIAS, 2020, p. 3).

Outro ponto sobre o destaque do conflito da Ucrânia é o imediatismo, que segundo Traquina (2005) está relacionado “ao reforço da importância da capacidade performativa dos jornalistas de uma empresa na montagem da cobertura” (TRAQUINA, 2005, p. 37-38). Desta maneira, o imediatismo mostra o lado capitalista do jornalismo, deixando de lado o seu papel essencial - a responsabilidade social. Outro aspecto que pode contribuir para a opacidade de determinada pauta é a busca pelo drama. O drama, na cobertura jornalística, é usado como ferramenta de captação de público à medida que tenta aproximar o consumidor da notícia com uma história de narrativa de superação, sofrimento, luta e vitória. Nesta perspectiva, é possível ter espaço para pautas no qual o objeto central seja alguém com deficiência em deslocamento forçado, principalmente se esse alguém tem o propósito de ajudar seus semelhantes.

Análise de reportagens sobre refugiados venezuelanos com deficiência

Com base no no primeiro capítulo da dissertação que ampara este trabalho, a respeito da imigração Venezuelana, da pessoas com deficiência e das pessoas com o Transtorno do Espectro Autista (TEA), a pesquisa em andamento propõe discutir a importância da prática do jornalismo humanitário inclusivo após discorrer sobre o capacitismo, a opacidade de pautas sobre pessoas em situação de refúgio com deficiência, a adjetivação indevida e a interseccionalidade. Para tal, foram selecionadas matérias jornalísticas publicadas nos portais digitais dos veículos O Estado de S. Paulo, Folha de S.Paulo, Brasil de Fato, Jornalistas Livres, Portal G1 e o Globo, entre 2017 e 2022, sempre no mês de abril de cada ano. O início do período analisado acompanha o aumento do fluxo migratório Venezuelano em 2017. O mês escolhido é devido à visibilidade de pautas sobre autismo em abril, após a Assembleia Geral das Nações Unidas, em 18 de dezembro de 2007, declarar o dia 2 de abril como o Dia Mundial da Conscientização do Autismo (ONU, 2007). A partir de 2008, o World Autism Awareness Day (o Dia Mundial de Conscientização do Autismo), passa a ser usado em todo mundo como data para discussão do autismo, aumentando a visibilidade da condição, até então pouco abordada na sociedade ou de maneira incorreta.

Após a definição do intervalo temporal e do objeto, ao utilizar-se da Análise de conteúdo, de base quantitativa (LYNCARIÃO e SAMPAIO, 2021), optou-se

por observar as seguintes categorias para o estudo: quantidade de matérias encontradas no filtro de busca com a palavra-chave escolhida como base para a análise; quantidade de matérias que abordaram sobre o Transtorno do Espectro Autista (TEA); o ano com mais matérias sobre o tema; matérias sobre pessoas em situação de refúgio com deficiência ou especificamente com autismo descritas no texto e títulos com conteúdo capacitista. Devido à busca por palavras-chave, o número de matérias encontradas é superior ao demonstrado na tabela, por exemplo, como no caso do Portal G1 que apresentou o total de 1.045 resultados. Mas após a mineração dos dados pela autora, verificou-se que nem todo resultado estava relacionado com a pauta de estudo dessa pesquisa. Os critérios para a escolha da matéria ser classificada se baseiam em conteúdos que tinham como centro da pauta o autismo ou a pessoa com deficiência. Então, textos que apenas citavam a palavra, mas que tinham como foco outro assunto, foram descartados do número final de matérias quantificadas.

VEÍCULO	QUANTIDADE DE MATÉRIAS ENCONTRADAS NO FILTRO DE BUSCA	QUANTIDADE DE MATÉRIAS QUE ABORDAM AUTISMO	ANO COM MAIS MATÉRIAS SOBRE TEA	MATÉRIAS SOBRE PESSOAS EM SITUAÇÃO DE REFÚGIO COM DEFICIÊNCIA	MATÉRIAS COM TEXTO CAPACITISTA
G1	1.045	891	2017	0	33
O Estado de S. Paulo	111	92	2022	0	7
Folha de S.Paulo	51	29	2019	0	2
Brasil de Fato	8	4	2022	0	0
Jornalistas Livres	2	2	-	0	0
O Globo	10	2	-	0	0

Tabela 1 - Quantidade de matérias encontradas no filtro de busca com a palavra-chave Autismo

Fonte: Elaborado pela autora.

O destaque para o Portal G1, sendo o primeiro colocado com o maior número de matérias sobre autismo, se dá ao fato de que o filtro busca todos os tipos de mídia, resultando assim nos formatos de notícias em áudio, vídeo e texto. Desta maneira, o número de matérias é superior aos outros veículos analisados que apresentam apenas conteúdos em áudio ou texto. Outro fator é a união de matérias de todas as regiões do país em um único portal, conduzindo o material de diversos canais de televisão regionais para o mesmo local, posicionando o G1 como um site de alto resultado orgânico para busca de

notícias. Em relação ao período que se estendeu do dia 1 de abril a 30 de abril de 2017, repetindo-se até o ano de 2022, notou-se que em cada veículo a quantidade de matérias sobre autismo mostrou-se diferente em relação à quantidade, com exceção do ano de 2020, quando todos os veículos tiveram baixa. O jornal Folha de S.Paulo apresentou uma matéria sobre o tema, analisada nesta pesquisa, no ano de início da pandemia da Covid-19 e o jornal O Estado de S. Paulo produziu 14 matérias sobre autismo durante o mesmo período, diferente de 2022, quando teve 92 publicações, o ano com a maior produção sobre o tema. O Portal G1 também obteve baixa em 2020, totalizando 44 matérias. Isso reforça os conceitos de agendamento estudados por diversos comunicadores ao longo das décadas que demonstram a sobreposição de pautas (SODRÉ, 2012; MARTINO, 2009).

Considerações finais

Como apontado no início da descrição sobre a análise das matérias, observou-se que veículos de pequeno porte e independentes como o Brasil de Fato e Jornalistas Livres apresentaram resultados bem distantes da grande mídia comparada neste estudo. Nota-se que de acordo com a própria definição de valores dos Jornalistas Livres, o veículo atua em pautas que envolvam a temática da política, LGBT, pautas que combatem a desigualdade e discriminação contra as pessoas negras e a imigrantes, cujo trabalho, segundo eles, vai na contramão as ações do jornalismo praticado pela mídia tradicional (Jornalistas Livres, 2022, online). O Brasil de Fato se auto declara como veículo que produz pautas para “contribuir no debate de ideias e na análise dos fatos do ponto de vista da necessidade de mudanças sociais em nosso país” (Brasil de Fato, 2022, online).

Os resultados apontam que a cobertura sobre temas que envolvam a defesa das pessoas com deficiência vão na contramão daquilo que esses veículos independentes declaram como prioridade na cobertura. Ao mesmo tempo que se impõem como sendo mídias que agem de forma contrária à grande imprensa brasileira, a análise quantitativa mostra o oposto. Isso se estende além da pauta sobre o Transtorno do Espectro Autista e fora do período do Mês Azul. O Brasil de Fato possui 37 matérias sobre pessoas com deficiência em seu portal de julho de 2017 a agosto de 2022, e é possível encontrar 7 matérias sobre pessoas com deficiência no portal Jornalistas Livres entre março de 2020 a março de 2022.

Essa opacidade de pautas sobre pessoas em situação de refúgio com autismo exposta no Mês Azul em todos os veículos analisados, no qual supostamente deveria ser um período de maior produção de matérias sobre TEA ou

de PcD, expõe um debate sobre a relevância e poder da mídia na construção da opinião pública. Desta maneira enxerga-se como uma possível solução para esse enquadramento a aplicação do jornalismo humanitário inclusivo, cuja abordagem na cobertura midiática propõe assegurar os Direitos Humanos, dar voz e escuta para minorias amplificando suas histórias.

Referências

- ANGELINA JOLIE. Estados Unidos. 6 mar. 2022. Instagram: @angelinajolie. Disponível em <https://www.instagram.com/p/CawegKzDRlc/?utm_source=ig_web_copy_link>. Acesso em: 21 jul. 2022.
- APNEWS. Órfãos com deficiência fugindo de Kyiv recebidos por poloneses e húngaros. Disponível em: <<https://apnews.com/article/russia-ukraine-kyiv-health-migration-hungary-58f1e1da27ce76f413bef5ebc6bfe0e4>>. Acesso em: 20 jul. 2022.
- BAUMAN, Zygmunt. Estranhos à nossa porta. Rio de Janeiro: Zahar, 2017
- BRASIL. Lei n.º 9.974, de 22 de julho de 1997. Define mecanismos para a implementação do Estatuto dos Refugiados de 1951, e determina outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9474.htm>. Acesso em: 28 abr. 2022.
- BRASIL. Lei n.º 13.445, de 24 de maio de 2017. Dispõe sobre os direitos e os deveres do migrante e do visitante, regula a sua entrada e estada no País e estabelece princípios e diretrizes para as políticas públicas para o emigrante. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13445.htm>. Acesso em: 29 abr. 2022.
- BRASIL DE FATO. Quem somos. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/quem-somos>>. Acesso em: 29 jul. 2022.
- FENAJ (Federação Nacional dos Jornalistas). Brasília: online, 2020. Disponível em: <https://fenaj.org.br/wp-content/uploads/2014/06/04-codigo_de_etica_dos_jornalistas_brasileiros.pdf>. Acesso em: 16 mar. 2022.
- ESTADÃO. Conheça o blog Vencer Limites. Disponível em: <<https://brasil.estadao.com.br/blogs/vencer-limites/conheca-o-blog-vencer-limites/>>. Acesso em: 20 jul. 2022.
- JORNALISTAS LIVRES. Quem somos. Disponível em: <<https://jornalistaslivres.org/quem-somos/>>. Acesso em: 29 jul. 2022.
- HANDICAP INTERNACIONAL. Relatório sobre contaminação na Síria. Disponível em: <https://handicap-international.fr/sn_uploads/fck/20220426-CP-Syrie-Contamination-Rapport.pdf>. Acesso em: 21 jul. 2022.
- ICD. CID-11 para Estatísticas de Mortalidade e Morbidade. Disponível em: <<https://icd.who.int/browse11/l-m/en>>. Acesso em: 10 mai. 2022.
- IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA . Censo Brasileiro de 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.
- LYNCARIÃO, Diógenes; SAMPAIO, Rafael. Análise de conteúdo categorial: manual

de aplicação. Brasília: Enap, 2021.

MATHIAS, Dionei. Imigração e Resistência. Estudos Feministas, vol. 28, no. 1, 2020, pp. 1–10. JSTOR. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/26965038>>. Acesso em: 10 jul. 2022.

MENDES, Rodrigo. Em meio à guerra, onde estão os ucranianos com deficiência? UOL. Disponível em: <<https://www.uol.com.br/ecoa/colunas/rodrigo-mendes/2022/03/11/em-meio-a-guerra-onde-estao-os-ucranianos-com-deficiencia.htm>>. Acesso em: 20 jul. 2022.

OMS. Relatório Mundial sobre a Deficiência. 2011. Disponível em: <http://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/44575/9788564047020_por.pdf;jsessionid=6F5403A672D8C464A41FFBFAA5A36F01?sequence=4>. Acesso em: 01 mar. 2022.

ONU. Dia 2 de abril como o Dia Mundial da Conscientização do Autismo. Disponível em: <<https://www.un.org/en/observances/autism-day/background#:~:text=The%20United%20Nations%20General%20Assembly,an%20integral%20part%20of%20society.>>. Acesso em: 29 jul. 2022.

SODRÉ, Muniz. A narração do Fato: Notas para uma teoria do acontecimento. 2ª edição. Rio de Janeiro: ED Vozes, 2012.

TRAQUINA, Nelson. Teorias do jornalismo. Florianópolis: ED Insular, 2005.

UNOCHA. Global Humanitarian Overview 2022. Disponível em: <<https://gho.unocha.org/>>. Acesso em: 15 jun. 2022.

UMA HISTÓRIA GEOPOLÍTICA ILUSTRADA: Programação e narrativas

CINTIA COELHO DA SILVA (PPGEAHC-UPM)⁴²

ORIENTADORA: PROF^a. DR^a. ISABEL ORESTES SILVEIRA (PPGEAHC-UPM)⁴³

RESUMO: O presente artigo visa explicitar como agendas geopolíticas vêm sendo ora narradas e ora anunciadas (respectivamente: exposição de informação e programação) pelas capas da revista *The Economist*. Para isso, foi realizada uma catalogação das capas (de 1960 até 2022) e divisão em linhas de observação que permitissem a análise das estratégias discursivas por meio do método do Percurso Gerativo de Sentido de Greimas. Resultando na constatação do uso da estratégia de propaganda conhecida como programação preditiva.

PALAVRAS-CHAVE: programação preditiva; geopolítica; teoria da conspiração.

Introdução

É bastante improvável iniciar qualquer discussão ou reflexão sobre a estratégia de propaganda denominada programação preditiva (BEAVER, 2018) – sem que o tema seja de imediato ridicularizado ou desacreditado. Contudo, a originalidade do tema pode aguçar qualquer pesquisador ávido por reali-

42 Doutoranda em Linguagens e Tecnologia pela Universidade Presbiteriana Mackenzie, mestre em História pela PUC-SP e graduada em História pela mesma instituição. Pós-graduada em Comunicação Corporativa e com MBA em Marketing na FGV-SP. Atua com criação de conteúdo textual. - Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7832345010827170>

43 Pós-Doutorado no Instituto de Artes da Universidade Estadual Paulista (IA/UNESP). Doutora em Comunicação e Semiótica: Signo e Significação nas Mídias pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), Mestre em Artes Visuais pelo Instituto de Artes da Universidade Estadual Paulista de São Paulo (IA/UNESP). Bacharel em Pedagogia. Licenciatura em Pedagogia pela Universidade São Marcos. Bacharel em Educação Artística pela Universidade Presbiteriana Mackenzie. É docente da Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo e professora da Faculdade Paulus de Tecnologia e Comunicação (FAP-COM). - Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1395062359818097>

zar uma contribuição para a área do saber sobre temas pouco explorados.

Diante de uma bibliografia escassa sobre a temática – que é envolta sob a “aura” das teorias da conspiração – pretendo evidenciar e historicizar o uso desta estratégia de propaganda, a fim de ampliar o debate iniciado por ocasião das pesquisas de meu mestrado (publicado como livro: “Tendências e Contornos da Sociedade de Consumo”), no qual constatei a existência de uma programação preditiva própria do consumo: o defictionalization (SILVA, 2022, 194).

Enquanto a abordagem sobre a programação preditiva ficcional produzida pela indústria do entretenimento é reduzida à teoria da conspiração, a discussão sobre a presença desta estratégia propagandista em peças informacionais, é desbravadora.

Muito embora o primeiro registro do termo “teoria da conspiração” apareça em meados do século XIX, em um documento impresso que data de 1870⁴⁴; e a palavra “conspiração” em isolado tenha, segundo o Oxford English Dictionary, o seu primeiro registro no início do século XX, no documento *American Historical Review* de 1909⁴⁵; o termo (teoria da conspiração) se “alastra” somente em 1967 em um momento político conturbado e controverso (a morte do então presidente dos EUA John Fitzgerald Kennedy) para classificar toda e qualquer versão alternativa ao Relatório Warren (relatório oficial do assassinato de John Kennedy). O relatório final de 888 páginas foi apresentado ao presidente Lyndon Baines Johnson em 24 de setembro de 1964 e tornado público três dias depois e trazia a conclusão de que o presidente Kennedy havia sido assassinado por Lee Harvey Oswald e que este teria agido inteiramente sozinho, versão esta cheias de controvérsias apesar de sua oficialidade⁴⁶. Esta constatação foi explanada pelo professor Mark Crispin Miller da NYU, que ao acessar os arquivos do *New York Times*, do *Washington Post* e da *Revista Time*, procurando pelos termos: “teoria da conspiração” e “teórico da

44 Relatório de uma reunião trimestral da Associação Médico-Psicológica, realizada em Londres na Royal Medico-Chirurgical Society. Robertson, Lockhart; Association of Medical Officers of Asylums and Hospitals for the Insane (London, England); Medico-psychological Association of Great Britain and Ireland; Royal Medico-psychological Association (April 1870). Maudsley, Henry; Sibbald, John (eds.). “The Report of a Quarterly Meeting of the Medico-Psychological Association, held in London at the Royal Medico-Chirurgical Society, by permission of the President and Council, on the 27th January, 1870. [in Part IV. Psychological News.] *he Journal of Mental Science*. London: Longman, Green, Longman, & Roberts.

45 JOHNSON, Allen. *Reviewed Work: The Repeal of the Missouri Compromise: Its Origin and Authorship by P. Orman Ray*. *The American Historical Review*. pp. 835-836. July 1909.

46 O documentário “JFK Revisitado: através do espelho” (2021) do diretor norte-americano Oliver Stone reúne evidências sobre o assassinato de JFK, colidas nas últimas três décadas. Oliver chegou a afirmar na coletiva de imprensa do Festival de Cannes (74º Festival International du Film Cannes) que o ex-presidente dos EUA foi assassinado pela CIA.

conspiração”, descobriu que até 1967, o termo “teoria da conspiração” teria sido usado ocasionalmente, enquanto que o termo “teórico da conspiração” nunca havia sido usado até então na mídia impressa⁴⁷. Segundo o professor, o ano de 1967 foi o período em que a CIA enviou seu memorando 1035-60 a todos os chefes de estação⁴⁸ em todo o mundo, explicando que o problema que enfrentavam foi a atenção que certos “teóricos da conspiração” foram ganhando ao levantar questionamentos sobre o Relatório Warren.

O memorando (1035-60) orientava os chefes de estação da CIA a acionar seus contatos na mídia e incentivá-los a desacreditar os “teóricos da conspiração”. Os “teóricos da conspiração” seriam pessoas como Mark Lane, Edward J. Epstein e outros que escreveram livros com questionamentos racionais e menções a um possível envolvimento da CIA em tal assassinato – questões que o Relatório Warren não respondia.

Ainda segundo Miller, nós estamos passando por um momento de crise na implantação dessa expressão, que vem sendo usada aberta e explicitamente pelas autoridades, imprensa e o Estado. O ato de questionar as narrativas de propaganda predominantes⁴⁹ significa necessariamente ser rotulado como teórico da conspiração. Mas como vemos no trabalho de Dentith, as teorias da conspiração são teorias que surgem como qualquer outra, tendo como particularidade a existência de uma conspiração que pode se mostrar como sendo justificada ou injustificada (DENTITH, 2012).

A mídia mainstream – de propriedade de poucos⁵⁰ – vem intensificando essa “estratégia” de estigmatização do termo para classificar narrativas alternativas como “teoria da conspiração”, dentro do seu significado adquirido no senso comum, ou seja, algo descabido e ridicularizável.

Contudo, como bem observou Basham, para além do fato da mídia ser de propriedade de poucos poderosos, é preciso reforçar que tais conglomerados de comunicação dependem da estabilidade do sistema político-econô-

47 Who coined the term “Conspiracy Theory”, and to what end ? An interview with Prof. Mark C. Miller. FranceSoir. 08 out. 2021. Disponível em: <https://www.francesoir.fr/videos-videos-english/who-coined-term-conspiracy-theory-and-what-end-interview-prof-mark-c-miller>. Acesso em: 31 jul. 2022.

48 O chefe da estação é o principal funcionário da Agência Central de Inteligência dos EUA em um país estrangeiro. O chefe da estação é o representante sênior da inteligência dos EUA com seu respectivo governo estrangeiro.

49 Estas seriam uma categoria de propaganda política. De acordo com Marshall Soules existem quatro categorias de propaganda: (primeira) propaganda política versus Propaganda sociológica; (segunda) propaganda de agitação versus propaganda de integração; (terceira) propaganda vertical versus propaganda horizontal; (quarta) propaganda irracional versus propaganda racional.

50 SILVA, Cintia Coelho da. Tendências e Contornos da Sociedade de Consumo: primeiro livro da trilogia Mídia, Mediações e Consumo. São Paulo: Editora Dialética, 2022. pp. 229-237.

mico atual: “Não podemos ignorar que as empresas de comunicação têm profundo interesse em apoiar a estabilidade da atual hierarquia política e econômica.” (BASHAM, 2018, p. 282, tradução nossa)⁵¹. A hierarquia política e econômica a qual Basham se refere diz respeito à ordem mundial vigente – ao longo da história o mundo passa por diferentes ordens que o regem econômica e politicamente, por exemplo: dentre 1837 a 1091 o mundo presenciou a ordem monopolar (em que a Inglaterra tinha domínio sobre um quinto do planeta); de 1947 a 1991, presenciamos a ordem bipolar (período da Guerra Fria) e atualmente estamos diante de uma ordem (uni)multipolar (de multipolaridade, tendo os Estados Unidos como a principal potência militar do planeta) – tais ordens regem o “tom da música” de cada tempo, e as instituições oficiais (públicas ou privadas) “dançam” de acordo com elas.

Neuwirth⁵² vê uma aparente mudança de linguagem nos discursos públicos caracterizada pelo surgimento dos chamados “conceitos essencialmente oximorônicos”, ou seja, principalmente oximora e paradoxos – que surgem no início do nosso século (XXI). Termos que outrora restringiam-se a figuras de linguagem retóricas reservadas para o domínio da literatura, das artes ou do misticismo – como é o caso do termo “teoria da conspiração”. Hoje, no entanto, muitas novas tecnologias e outras inovações estão contribuindo para sua ascensão também nos domínios da ciência e do direito, assim como mais presente do que nunca na mídia. O que exige um olhar mais atento e uma teoria mais integrada dos sentidos e seu papel no direito como captado pelo termo “semiótica jurídica” a fim de tentar esclarecer as principais questões para um debate regulatório sobre tais conceitos. “[...] Apesar do uso pejorativo do termo, foi Cass Sunstein quem observou que ‘algumas teorias da conspiração, é claro, se revelaram verdadeiras’”⁵³.

1. Programação preditiva

Quando o assunto é especificamente a programação preditiva, existem particularidades quanto à estigmatização desta estratégia de propaganda, comumente reduzida à coisa de teórico da conspiração:

51 We cannot ignore that communication corporations have profound interests in supporting the stability of the present political and economic hierarchy.

52 NEUWIRTH, Rostam J. The Global Regulation of “Fake News” in the Time of Oxymora: Facts and Fictions about the Covid-19 Pandemic as Coincidences or Predictive Programming? *International Journal for the Semiotics of Law/Revue Internationale de Sémiotique Juridique*. April 2021. pp. 1-27. Disponível em: <https://link.springer.com/content/pdf/10.1007/s11196-021-09840-y.pdf>. Acesso em: 18 jul. 2022.

53 SUNSTEIN, Cass R. *Conspiracy theories and other dangerous ideas*. New York: Simon Schuster, 2014.

[...] “programação preditiva” [...] geralmente é atribuída a teóricos da conspiração e refere-se a uma prática pela qual os meios de comunicação de massa são usados para doutrinar o público para futuras mudanças sociais ou tecnológicas [...] No contexto da programação preditiva, a dicotomia está entre dois eventos baseados em coincidência ou artifício, o que significa que eles não tinham relação causal ou estavam de fato ligados por um plano enganoso. [...] o direito, como a literatura, pode usar a programação preditiva como um meio inicialmente fictício para “empurrar” silenciosamente as pessoas a aceitar e eventualmente cumprir certas verdades confortáveis ou desconfortáveis, dependendo dos objetivos perseguidos. (NEUWIRTH, 2022, p.843).⁵⁴

A revista *The Economist* (mesmo sendo ela também parte do mainstream) vem retratando em suas capas (FIGURA 1), ao longo do tempo, a inclinação da mídia em transformar o que deveria ser informação em propaganda e programação, assim como expõe a habilidade da indústria do entretenimento em criar conteúdos conforme as tendências que querem ditar e ver no mundo e, agora, por último, explicita também a atuação das big techs, nas plataformas digitais que com o auxílio dos algoritmos conseguem um controle, que diríamos completo sobre o que deve aparecer em suas plataformas.

As ilustrações e imagens retratadas nas capas da revista *The Economist* (publicação britânica semanal fundada em 1843, por James Wilson, economista escocês) vão de figuras intrigantes e controversas a possíveis “profecias” – esta última, nada mais seria que as programações preditivas comuns em filmes, séries televisivas, livros de ficção e afins, mas que também podem estar presentes em veículos de comunicação.

O foco principal da revista *The Economist* são eventos mundiais, temas políticos e negócios, embora também haja seções regulares sobre ciência e tecnologia, bem como livros e artes. Assim, a publicação se torna uma excelente fonte para a elaboração de uma história geopolítica ilustrada (limitada aqui, neste artigo, a alguns tópicos econômicos e políticos, devido à limitação de espaço) que formularemos a partir do método do Percurso Gerativo de Greimas.

54 [...] “predictive programming” [...] is usually attributed to conspiracy theorists and refers to a practice “whereby the mass media are used to indoctrinate the public to future social or technological changes [...] In the context of predictive programming, the dichotomy lies between two events being based on coincidence or contrivance, meaning that they either had no causal relation or they were in fact linked by a deceitful plan. [...] law, like literature can use predictive programming as an initially fictitious means to silently “nudge” people into accepting and eventually complying with certain comfortable or uncomfortable truths, depending on the objectives pursued.



Figura 1 – Puzzle de imagens das capas da revista *The Economist*.

Fonte: montagem autoral.

2. Caos econômico: ontem, hoje e para sempre?

O cenário econômico do início do século XXI é caótico, principalmente após o período de março de 2020 (período em que a pandemia da Covid-19 foi declarada pela Organização Mundial da Saúde - OMS) devido às restrições e trancamentos que ocorreram em praticamente todo o mundo em decorrência da conjuntura pandêmica.


A mídia, em múltiplos canais, vem noticiando possíveis e/ou aparentes recessões, desvalorização de moedas, insegurança alimentar e energética, entre outros. Mas quando observamos as capas da revista The Economist desde a década de 1960 (os exemplares mais tardios que conseguimos encontrar em formato digital), vemos uma economia que ora está na corda bamba, ora sobre um abismo/penhasco – em suma, sempre em iminência de crise (vide FIGURA 2).



Figura 2 – Puzzle de imagens das capas da revista The Economist.

Fonte: montagem autoral.

Todavia, percebemos que as sociedades, de tempos em tempos, entram em colapso (sejam colapsos provocados de forma artificial ou naturalmente desencadeados), e isso leva à implementação e/ou surgimento de novas formas de organização, novas ordens mundiais e novos sistemas.



Maurice Strong Criador e proponente do aquecimento global – primeiro Secretário Geral da Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (UNEP) – “IPCC DA ONU”.	
Quote	<p><i>"We may get to the point where the only way of saving the world will be for industrialized civilization to collapse."</i></p> <p><i>"Current lifestyles and consumption patterns of the affluent middle class - involving high consumption of meat, use of fossil fuels, appliances, air conditioning of homes and workplaces and suburban housing - are not sustainable."</i></p>
Tradução	<p>"Podemos chegar ao ponto em que a única maneira de salvar o mundo será o colapso da civilização industrializada."</p> <p>"Os estilos de vida atuais e os padrões de consumo da classe média abastada - envolvendo alto consumo de carne, uso de combustíveis fósseis, eletrodomésticos, ar condicionado de residências e locais de trabalho e moradias suburbanas - não são sustentáveis."</p>
Fonte	<p>BELL, Larry. In Their Own Words: Climate Alarmists Debunk Their 'Science'. Forbes. New York, 05 fev. 2013.</p> <p>Discurso de abertura na Cúpula da Terra (U.N. Earth Climate Summit) no Rio de 1992.</p>

Figura 3 – Fala de Maurice Strong e sua sugestão de colapso artificial da sociedade industrializada.

Fonte: elaborado pela pesquisadora.

O historiador especialista em crise financeira e diretor do European Institute da Columbia University, Adam Tooze, alerta, no entanto, que o mundo está enfrentando uma polícrise (presença de inúmeras crises simultâneas: crise alimentar, energética, sanitária [pandemia] e político-econômica)⁵⁵ – um cenário propício para múltiplas influências socioeconômicas globais.

55 MERCOLA, Joseph. Economy Expert Explains the Impending ‘Polycrisis of Doom’. The Epoch Times. 14 jul. 2022. Disponível em: https://www.theepochtimes.com/economy-expert-explains-the-impending-polycrisis-of-doom_4597924.html. Acesso em: 22 jul. 2022.



Figura 4 – Puzzle de imagens das capas da revista *The Economist*.

Fonte: montagem autoral.

Assim, seja na década de 1960, 1980, 1990 ou 2000 (vide figura 4) vemos uma economia que ora está na corda bamba, ora sobre um abismo/penhasco – em suma, sempre em iminência de crise.

Um possível sinal de colapso econômico e reformulação sistêmica é o fato do dólar americano ter atingido paridade com o euro – algo que não acontecia em 20 anos⁵⁶. A capa da revista *The Economist* de 2019 mostra o declínio

56 GOODKIND, Nicole. Euro e dólar atingem paridade pela primeira vez em 20 anos. CNN Brasil. 12 jul. 2022. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/economia/euro-e-do->

das economias do mundo, sendo a primeira coluna/alicerce da economia global a tombar o euro (símbolo acima da coluna). A coluna é tombada por uma “mão invisível”⁵⁷.



Figura 5 – Capa da revista The Economist (edição global) – título/enunciado: Interference Day – Central banks in the age of populism. The independence of central banks is under threat from politics.

Fonte: retirado da revista The Economist (edição global - ed. Abr. 2019).

lar-atingem-paridade-pela-primeira-vez-em-20-anos/#.~:text=Pela%20primeira%20vez%20em%2020%20anos%2C%20a%20taxa%20de%20câmbio,desde%20o%20início%20do%20ano. Acesso em: 31 jul. 2022.

⁵⁷ O conceito de “mão invisível” foi introduzido por Adam Smith em 1759, no livro “Uma investigação sobre a natureza e a causa da riqueza das nações” para se referir à interferência natural que o mercado exerce na economia. Normalmente, retratada em ilustrações como uma grande mão, sem corpo ou rosto.

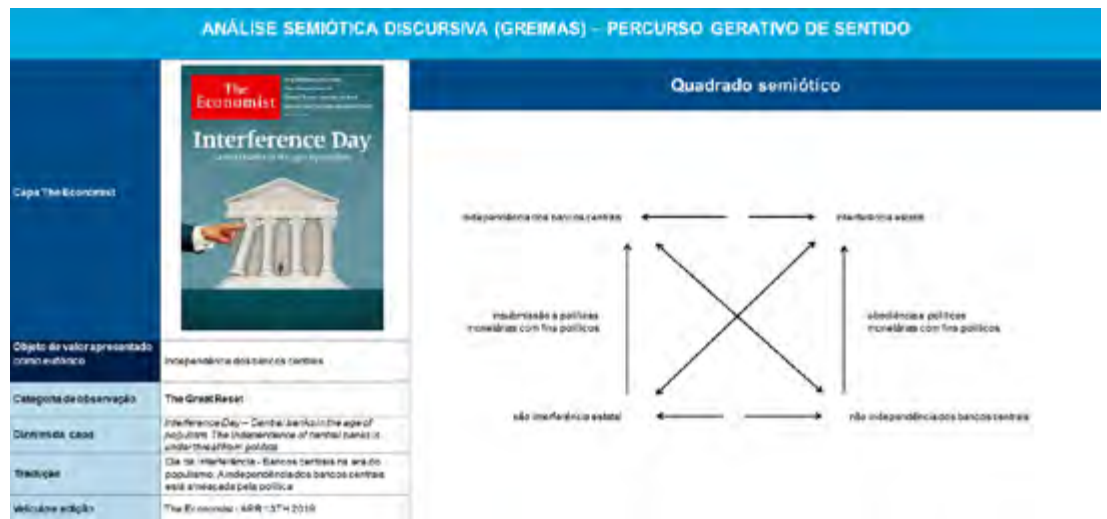


Figura 6 - Análise realizada por meio da semiótica discursiva de Greimas (o quadrado semiótico) – capa da revista The Economist – Interference Day – Central banks in the age of populism. The independence of central banks is under threat from politics.
 Fonte: elaborado pela pesquisadora.

		Percurso gerativo de sentido	
		Discursos	Semântica
			Valor estético Valor estético
Análise de conteúdo	Oposição semântica	Independência dos bancos centrais versus interferência estatal.	
	Objeto de valor	Independência dos bancos centrais	
	Tipos de enunciado	A independência dos bancos centrais é a exigência principal da elite financeira mundial	
	Enunciados de fazer	A independência dos bancos centrais gera a autonomia desejada pela elite financeira mundial.	
Análise de estrutura	Tipos de relação	Com a independência dos bancos centrais. Com a interferência estatal.	
	Junção	N/A	
	Dirigência	N/A	
	Privação (início/conjunta/fim/objeto)	N/A	
Análise de função	Normativas	A independência dos bancos centrais traz a liberdade de atuação desejada pela elite financeira mundial, mas a falta de autonomia dos bancos centrais gera grande descontentamento aos diversos países/moedas/pruvidas (bancos centrais).	
	1- Estratégia (invenção/imediação e sentido)	Intimação e privação.	
	2- Competência (posse/fazer)	A independência dos bancos centrais, pode gerar autonomia à elite financeira mundial	
	3- Performance (transformação)	A independência dos bancos centrais, transforma a estrutura financeira do mundo.	
Análise de contexto	4- Sanção (resultado)	O enunciado se consolida de exigência dos bancos centrais por autonomia. O enunciador contém popularidade e recursos por meio de venda de notícia.	
	O discurso revisado de ilocução/sentido	Os bancos centrais demandam autonomia para que em vez dos políticos manipularem as taxas de juros, eles possam fazer isso.	
	Temporalização (tempo)	Tempo presente.	
	Espacialização (espaço)	Ilustração de uma maquete de parte frontal de Casa Branca contraposta a um fundo azulpendido que traz cinco moedas (euro, libra, dólar, lene japonês e Rúpia da Índia) e destaca a ilustração de uma mão segurando as colunas, enquanto a ilustração de um homem de terno grávido e chapéu encosta as colunas tombarem.	
Análise de estilo	Actorialização (prestado)	Ilustração de uma mão e traço humano, com uma camisa branca com solapete e terno azul marinho. Ilustração de um homem de terno grávido e chapéu.	
	Figuralização (locutiva)	N/A	
	Tematização (obligatória)	Independência dos bancos centrais.	

Figura 7 - Análise realizada por meio do Percurso Gerativo de Sentido de Greimas – capa: Interference Day – Central banks in the age of populism. The independence of central banks is under threat from politics.
 Fonte: elaborado pela pesquisadora.

Como vimos a capa da revista The Economist apresenta a ilustração de uma maquete da parte frontal de uma construção semelhante à Casa Branca contraposta a um fundo azul que traz cinco moedas (euro, libra, dólar, lene japonês, renmibi chinês e Rúpia da Índia) e destaca a ilustração de uma mão

humana (“mão invisível”) que toca e derruba as colunas, enquanto a ilustração de um homem de terno gravata e chapéu adentra ao edifício e assiste as colunas tombarem. Na parte superior da capa se apresenta o enunciado: “Interference Day – Central banks in the age of populism. The independence of central banks is under threat from politics”.

O enunciado “Interference Day – Central banks in the age of populism. The independence of central banks is under threat from politics” traz um discurso que apresenta como valor eufórico a independência dos bancos centrais – informação que chega ao enunciatário por intermédio da capa da revista The Economist. Enquanto que apresenta como valor disfórico a interferência política.

3. O “abre alas” para o The Great Reset: a iminente morte do padrão-dólar e a implementação de uma moeda digital

Se o euro está em paridade com o dólar americano, é preciso ressaltar que o dólar também não vive os seus melhores dias. Se analisarmos as capas da revista The Economist desde a década de 1970, vemos que a moeda em questão é sempre retratada ora de forma satirizada ora desastrosa (vide FIGURAS 8 e 9). O que comunica e anuncia (programação) um possível e iminente fim do dólar como moeda de reserva mundial.

O dólar iniciou os seus tempos áureos após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), quando os Estados Unidos, já explicitamente a principal potência econômica mundial, financiaram a reconstrução da Europa e do Japão.

Até 1970 vigorava o Acordo de Bretton Woods⁵⁸ – o que chega ao fim com o término do padrão ouro (moeda lastreada em ouro) nos EUA, anunciado em 15 de agosto de 1971, pelo então presidente Richard Nixon. Contudo, o esquema do petrodólar foi o que garantiu a essa moeda o seu lugar como moeda de comércio no mundo todo após o abandono do padrão ouro. Os EUA conseguiram garantir que os principais países exportadores de petróleo só negociassem nessa moeda.

Contudo, os EUA vêm dando sinais de grande inflação – ao imprimir uma quantidade enorme de dinheiro (somente em julho de 2020, mais dólares foram impressos do que em 200 anos)⁵⁹, além de anunciar o plano de impres-

58 O Acordo de Bretton Woods foi responsável por organizar a economia mundial no pós-guerra. Em julho de 1944, quando a derrota da Alemanha nazista na Segunda Guerra já estava praticamente certa, representantes das 45 nações aliadas se reuniram na cidade de Bretton Woods, nos Estados Unidos, para estabelecer aquilo que ficou historicamente conhecido como Acordo de Bretton Woods.

59 WRIGHT, Turner. EUA imprimiu mais dólares em um mês do que nos últimos dois séculos. Cointelegraph. 31 Jul. 2020. Disponível em: <https://cointelegraph.com.br/news/us-printed-more-money-in-one-month-than-in-two-centuries>. Acesso em 31 Jul. 2022.

são de mais três trilhões de dólares ⁶⁰nos próximos oito anos.

Há uma série de capas da revista que tratam especificamente sobre a questão dólar e seu possível e iminente fim enquanto moeda de reserva mundial – mas que dado ao pequeno espaço não iremos expor aqui.

O grande reset e o seu slogan “Build Back Better” visa uma completa reiniciação sistêmica. O reset não abrange apenas o aspecto econômico da sociedade, trata-se na verdade de um reset social, cultural, tecnológico e digital.

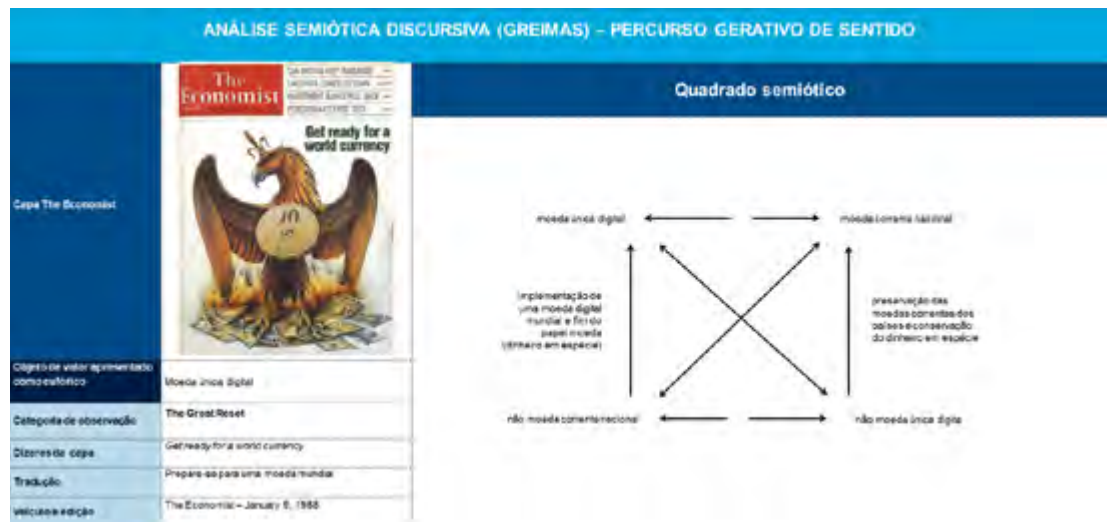
Dentro do aspecto econômico, consta a implementação de uma moeda digital mundial que diferentemente do papel moeda, seria completamente controlável, seja por governos, instituições financeiras ou uma elite oligárquica emergente que vem ora de forma paulatina ora acelerada (em conjunturas críticas como a pandemia da Covid-19) realizando esforços para a implementação da Nova Ordem Mundial como veremos no tópico deste artigo denominado The Great Reset e a Nova Ordem Mundial.

Em 1988, a capa da revista The Economist apresenta uma fênix majestosa com as asas abertas que pisa e incendeia notas de dinheiro em espécie. Em seu pescoço uma corrente tem como uma espécie de pingente a ilustração de uma moeda com o número 10 e datação do ano de 2018. Na parte superior da capa se apresenta o enunciado: “Get ready for a world currency”.



Figura 8 – Capa da revista The Economist (edição global) – título/enunciado: Get ready for a world currency. Fonte: retirado da revista The Economist (edição global - ed. jan. 1988).

60 Visão Libertária. A inflação do dólar. Youtube, 22 abr. 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=81m9ec0kx3o>. Acesso em: 31 jul. 2022.



*Figura 9 - Análise realizada por meio da semiótica discursiva de Greimas (o quadrado semiótico) – capa da revista The Economist – Get ready for a world currency.
Fonte: elaborado pela pesquisadora.*

		Percurso gerativo de sentido		
		Sintaxe	Semântica	
				Valor eufórico
Nível discursivo	Oposição semântica	Moeda única digital versus moeda corrente nacional		
	Objeto de valor	Moeda única digital (digitalização e centralização monetária)		
	Enunciados de estado	A moeda única digital é a base para um governo único.		
	Enunciados de fazer	A moeda única digital põe fim ao dinheiro em espécie e à descentralização monetária		
	Tipos de relação	Ação	Com a moeda única digital	
		Depricação	Com a moeda corrente nacional	
		Privação (início conjunto e final conjunto)	NEA	
		Liquidatã (início conjunto e final conjunto)	A moeda única digital suprime a descentralização, mas a moeda corrente dos países garante liberdade e independência.	
		1-Estratégia (provação, ironização e sedução)	ironização e provocation	
		2- Competência (poder-fazer)	A moeda única digital inicia o fim programado de independência das nações.	
As quatro fases de narrativas complexas	3- Performance (transformação)	A moeda única digital transforma o cenário econômico para a ordem mundial.		
	4-Sancão (resultado)	O enunciado se concretiza quanto à implementação de uma moeda única digital. O enunciador obtém popularidade e recursos por meio da venda de notícias.		
	O discurso revestido de Rixapagem/serenato	O papel moeda (dinheiro em espécie) vai acabar e as instituições financeiras e outros terão controle total sobre as finanças de todos.		
			Tempo presente.	
Nível intratextual	Temporalização (tempo)	Uma linha impiedosa com as mãos abertas põe e incendia notas de dinheiro em espécie. Em seu presépio uma corrente sem a como uma espécie de praga e a extinção de uma moeda com o número 10 a datação de ano 2018		
	Espacialização (espaço)	NEA		
	Atualização (pessoas)	NEA		
	Figuração (scubativa)	NEA		
	Tematização (conspira)	Moeda única digital		

*Figura 10 - Análise realizada por meio do Percurso Gerativo de Sentido de Greimas – capa: Get ready for a world currency.
Fonte: elaborado pela pesquisadora.*

O enunciado “Get ready for a world currency” traz um discurso que apresenta como valor eufórico a implementação da moeda única digital – assunto que chega ao enunciatário por intermédio da capa da revista The Economist. Enquanto que apresenta como valor disfórico a moeda corrente nacional dos países.

4. The Great Reset e a Nova Ordem Mundial

A agenda do The Great Reset prepara o caminho para A Nova Ordem Mundial, sendo o método ou diretriz para tal, a Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas – ONU.

Em 22 de agosto de 2019, os Bancos Centrais do G7 reuniram-se no Jackson Hole Meeting (reunião anual), e votaram em um plano chamado “The Going Direct Reset” – o que o Fórum Econômico Mundial descreve como “The Great Reset”.

Trata-se de um plano para completa reordenação mundial, pensado e executado por organizações supranacionais, mas infiltrados em grande parte dos países do mundo. Klaus Schwab, fundador do World Economic Forum (WEF) declarou, em uma palestra realizada em 2017, na Harvard University - John F. Kennedy School of Government, que se orgulha de ter “penetrado” nos principais gabinetes dos países por meio do seu programa do WEF – Young Global Leaders.

O plano do WEF, segundo anunciado por eles próprios, é criar um mundo até o ano de 2030 em que as pessoas não sejam donas de nada (extinção da ideia de propriedade privada), não tenham privacidade, mas que serão, contudo felizes⁶¹. Vale ressaltar que o WEF apagou esse conteúdo de seu site.

A ideia de um mundo sem propriedade privada e sem privacidade nos leva a concepção de uma sociedade de controle e de vigilância – algo plenamente possível em nossos dias graças aos avanços tecnológicos. A implementação de uma tecnocracia centralizada (mundial) e centralizadora, um governo único: A Nova Ordem Mundial. Embora tal temática tenha sido classificada como teoria da conspiração por algumas décadas, hoje ela virou descrição no logo da ONU⁶².

61 Welcome to 2030. I own nothing, have no privacy, and life has never been better, Davos, 11 nov. 2016. Disponível em: <https://www.weforum.org/agenda/2016/11/shopping-i-can-t-really-remember-what-that-is/>. Acesso em: 12 jun. 2020.

62 PR Newswire. Disponível em: <https://www.prnewswire.com/news-releases/united-nations-nwo-unnwo-launches-covid-19-coronavirus-focused-international-day-of-happiness-2020-campaign-theme-happiness-for-all-together-301026735.html>.



Mikhail Gorbachev
Ex-líder soviético e Head do Green Cross International

Quote	"The threat of environmental crisis will be the international disaster key to unlock the New World Order."	"Much time has been lost in the fight to stop global warming, but the United States, the largest emitter of greenhouse gases, has finally begun to take the problem seriously [...] We are facing a conflict between man and the rest of nature. We have come to a red line in that conflict."
Tradução	"A ameaça de crise ambiental será a chave do desastre internacional para destravar a Nova Ordem Mundial."	"Muito tempo se perdeu na luta para conter o aquecimento global, mas os Estados Unidos, maior emissor de gases de efeito estufa, finalmente começaram a levar o problema a sério [...] Estamos enfrentando um conflito entre o homem e o resto da natureza. Chegamos a uma linha vermelha nesse conflito."
Fonte	BELL, Larry. In Their Own Words: Climate Alarmists Debunk Their 'Science'. Forbes: New York, 05 fev. 2013	MCCULLLEY, Russel. U.S. finally taking warming seriously; Gorbachev. Reuters. Londres, 05 out. 2007.

Figura 11 – Fala de Gorbachev sobre a instauração de uma crise ambiental ser o caminho para a implementação da Nova Ordem Mundial.

Fonte: elaborado pela pesquisadora.

Uma figura que tem feito inúmeros esforços – já há décadas – para o estabelecimento de uma nova ordem é Henry Kissinger. Ele está por trás inclusive do surgimento/criação do World Economic Forum (WEF) e de sua atual face: Klaus Schwab.



Henry Kissinger
Ex-secretário dos EUA

Quote	"Yes, there will be a New World Order, and it will force the United States to change its perceptions."	"Control oil and you control nations; control food and you control people."
Tradução	"Sim, haverá uma Nova Ordem Mundial e isso forçará os Estados Unidos a mudar suas percepções."	"Controle o petróleo e você controla as nações; controle a comida e você controla as pessoas."
Fonte	World Affairs Council Press Conference	The Tribune India, Section: Thought for the Day, 16 abr. 2018

Figura 12 – Fala de Henry Kissinger sobre a instauração de uma crise ambiental ser o caminho para a implementação da Nova Ordem Mundial.

Fonte: elaborado pela pesquisadora.

Kissinger foi estampa da capa da revista The Economist por diversas vezes,

dividindo espaço com as típicas ilustrações da revista e tendo ele mesmo virado uma ilustração.

Em 1975, a capa da revista *The Economist* apresenta um fundo azul (possível alusão à terra que é 70% coberta por água) que forma o cenário para uma ilustração de Henry Kissinger que aparece sentado como um galo sobre uma ilustração da terra que figurativiza um ovo – como se Kissinger estivesse “chocando” um novo mundo, sendo ele o “galo” o dono ou “gerador” desse mundo “chocado” por ele. Na parte superior da capa se apresenta o enunciado: “Some chicken, some egg”.



Figura 13 – Capa da revista The Economist (edição global) – título/enunciado: Some chicken, some egg.

Fonte: retirado da revista The Economist (edição global - ed. fev. 1975).

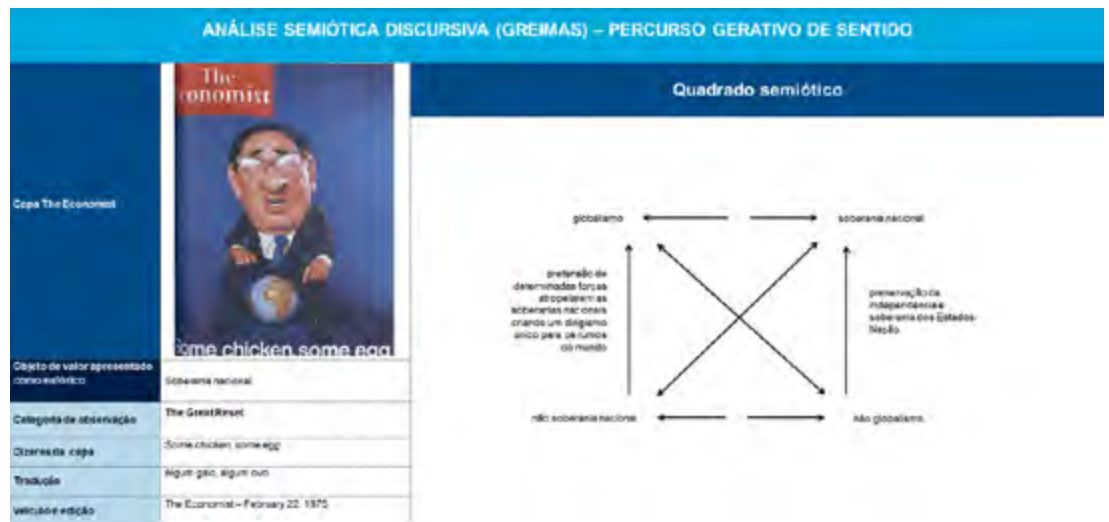


Figura 14 - Análise realizada por meio da semiótica discursiva de Greimas (o quadrado semiótico) – capa da revista The Economist – Some chicken, some egg. Fonte: elaborado pela pesquisadora.

		Percurso gerativo de sentido					
		Sintaxe	Semântica	Valor estético	Valor discursivo		
Núcleo Estrutural	Oposição semântica	Globalismo versus soberania nacional					
	Objeto de valor	Soberania nacional					
	Tipos de enunciação	Enunciados de estado O globalismo é um dogma único					
	Enunciados de fazer	O globalismo visa eliminar as soberanias nacionais					
	Tipos de relação	Juncão Como a soberania nacional					
	Disjunção	Como o globalismo					
	Naixivas	Privação (inicio conjunto e final disjuntivo) SUA					
	Liquidação (inicio disjuntivo e final conjunto)	O globalismo resulta em um governo único e supranacional, mas a soberania nacional garante a independência das nações					
	As quatro fases de narrativas complexas	1-Estratégia (provoação, intimidação e sedução) 2 – Competência (poder/fazer) 3- Performance (transformação) 4- Senção (resultado)			Privocação e intimidação	Supremacia	Globalismo
	Tipos de discurso	O enunciado toma conhecimento do globalismo e suas intenções. O enunciador chama a população e recursos por meio da mídia					
	O globalismo visa um governo único e supranacional						
	O discurso revestido de ilusões/sentido						
	Temporalização (tempo)			Tempo presente			
	Espacialização (espaço)			Um fundo azul (possível alusão à terra que é 70% coberta por água) forma o cenário para uma ilustração de Henry Kissinger que aparece sentado como um gato sobre uma ilustração da terra que figurativa um ovo			
	Actorialização (pessoas)			Henry Kissinger			
	Figurativização (figurativa)			A ilustração de Kissinger sentado sobre um globo terrestre figurativa respectivamente um gato e um ovo			
	Tematização (temática)			Globalismo			

Figura 15 - Análise realizada por meio do Percurso Gerativo de Sentido de Greimas – capa: Some chicken, some egg. Fonte: elaborado pela pesquisadora.

O enunciado “Some chicken, some egg” traz um discurso que apresenta como valor eufórico a soberania nacional – assunto do qual o enunciatário toma conhecimento por intermédio da capa da revista The Economist. Enquanto que apresenta como valor disfórico o globalismo através da exposição da atuação de globalistas conforme explicitado pela figura de Henry Kissinger.

Em 1983, A capa da revista The Economist apresenta um fundo preto (alusão à secretismo ao oculto) que forma o cenário para Margaret Thatcher e Nor-

man Tebbit posicionados próximos e face a face. Ambos com suas imagens em preto e branco e com uma forte luz sobre eles. Na parte superior da capa se apresenta o enunciado: “One nation?”.

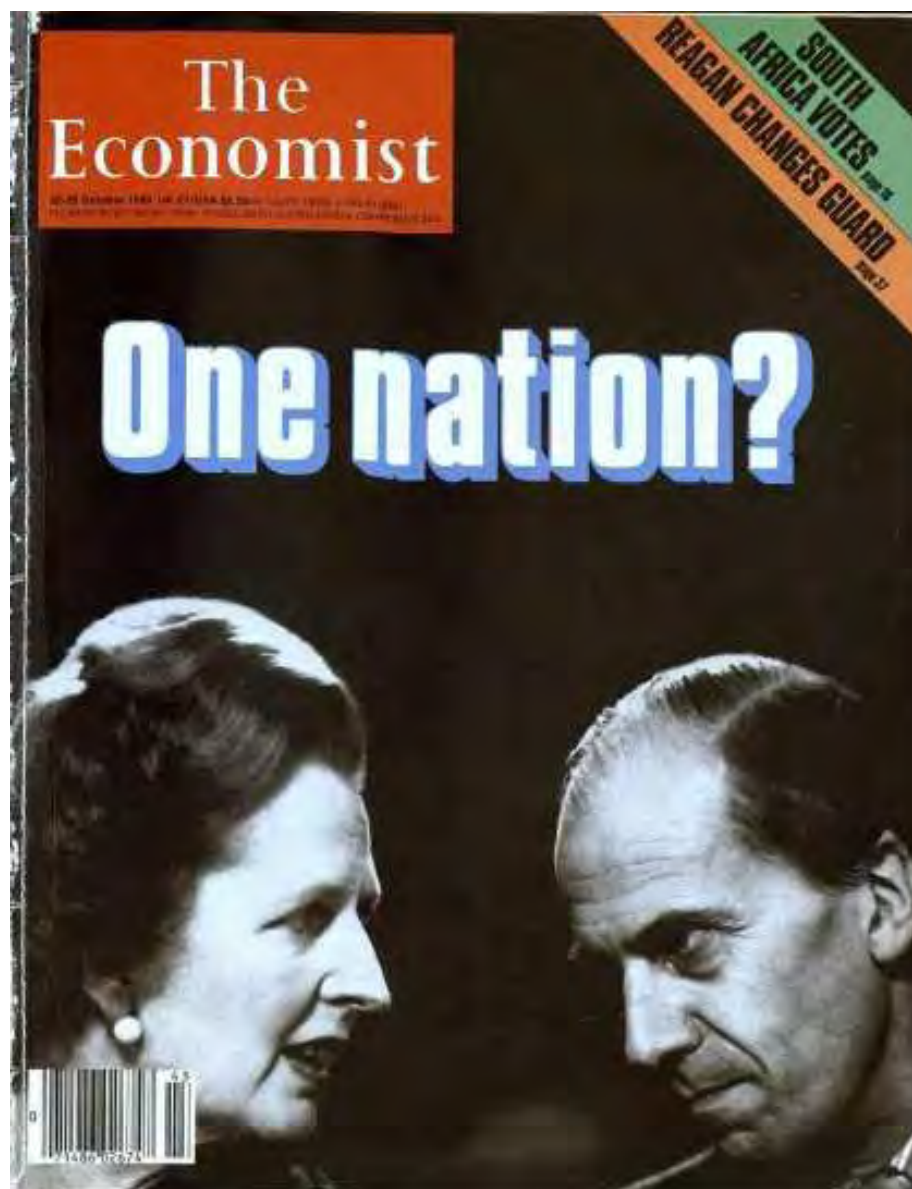


Figura 16 – Capa da revista The Economist (edição global) – título/enunciado: One nation?

Fonte: retirado da revista The Economist (edição global - ed. out. 1983).

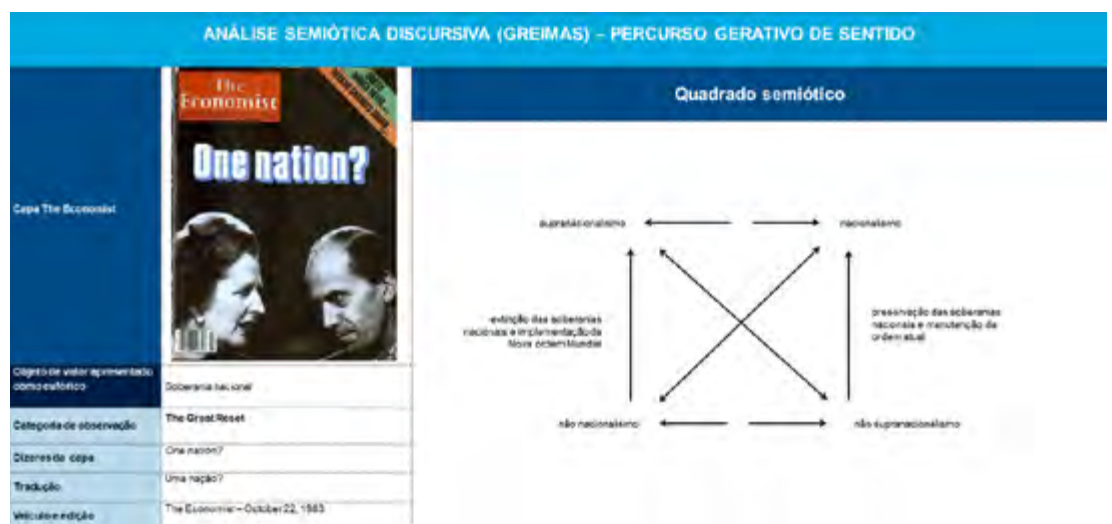


Figura 17 - Análise realizada por meio da semiótica discursiva de Greimas (o quadrado semiótico) – capa da revista *The Economist* – *One nation?*
 Fonte: elaborado pela pesquisadora.

		Percurso gerativo de sentido	
		Sintaxe	Semântica
			Valor estético
Núcleo Enunciativo	Oposição existencial	Supranacionalismo versus nacionalismo	
	Objeto de valor	Soberania nacional	
Tipos de enunciado	Enunciados de estado	O supranacionalismo é a base da Nova Ordem Mundial.	
	Enunciados de fazer	O supranacionalismo põe fim às soberanias nacionais.	
Tipos de relação	Junção	Com o nacionalismo	
	Dijunção	Com o supranacionalismo	
Narrativas	Privação (início conjunto e final conjunto)	N/A	
	Ligação (início conjunto e final conjunto)	O supranacionalismo suprime as soberanias nacionais, mas o nacionalismo zomba e independência das nações.	
As quatro fases de narrativa complexa	1-Estratégia (provocação, intimidação e sedução)	Intimidação	
	2 – Competência (poder fazer)	O supranacionalismo pode colocar fim à independência das nações.	
	3- Performance (transformação)	O supranacionalismo transforma a ordem mundial.	
	4-Solução (resultado)	O enunciado se conscientiza do erro do supranacionalismo, a implementação da Nova Ordem Mundial. O enunciador obtém popularidade e recursos por meio da venda de notícias.	
Núcleo Enunciativo	O discurso revelado de Rospoçansentido	As soberanias nacionais estão ameaçadas por instituições e ordens supranacionais.	
	Temporalização (tempo)	Tempo presente.	
	Espacialização (espaço)	Fundo preto (esquilo) é a cor da coruja (oculto) forma o cenário para Margaret Thatcher e Norman Tebbit posicionados profundos e face a face. Ambos com suas imagens em preto e branco e com uma forte luz sobre eles.	
	Actorialização (pessoa)	Margaret Thatcher e Norman Tebbit	
	Figuralização (figurativa)	N/A	
	Tematização (tema):	Supranacionalismo	
			Nacionalismo
			Supranacionalismo

Figura 18 - Análise realizada por meio do Percurso Gerativo de Sentido de Greimas – capa: *One nation?*
 Fonte: elaborado pela pesquisadora.

O enunciado “One nation?” traz um discurso que apresenta como valor eufórico a soberania nacional – informação que chega ao enunciatário por intermédio da capa da revista *The Economist*. Enquanto que apresenta como valor disfórico o supranacionalismo.



Figura 19 – Puzzle de imagens das capas da revista *The Economist*.

Fonte: montagem autoral.

Considerações finais

Existem muitas formas de narrar uma história da geopolítica ou da política no mundo – mas talvez a abordagem a partir de uma estratégia de propaganda estigmatizada como conspiracionista: a programação preditiva – seja uma narrativa, pouquíssimo, ou nada explorada no universo acadêmico. Mas como vimos e como expõe Dentith em seu trabalho “In Defense of Conspiracy Theory”, as teorias da conspiração podem ser justificadas, ou seja, elas podem ser uma grande, real e verdadeira conspiração.

Daí a necessidade da academia passar a entender, frisar, discutir e propagar que oficialidade não é sinônimo e/ou garantia de obtenção de uma verdade. Em outras palavras, uma informação dada por um meio oficial, seja público ou privado, não é garantia de verdade. Pois, nem sempre as explicações chamadas de “oficiais” de um evento possuem evidências, contudo, dada

a tendência da maioria das pessoas de preferir e não questionar as explicações oficiais, mesmo quando estas não possuem evidências, não são refutadas, dado simplesmente o seu status de “oficial” (DENTITH, 2012, p. 106).

Até mesmo a avaliação por pares (que significa que todos acharam o mesmo e, portanto aprovaram o estudo) precisa ser questionada – em estudos/artigos científicos e afins, pois isso impede o surgimento de novos conhecimentos e novas percepções científicas – pois a revisão por pares bloqueia todos os novos avanços científicos.

A grande questão agora é entender o porquê do estigma, rótulo e ridicularização do tema. Entender como e por que mesmo diante de fatos e evidências muitos estudiosos refutam tais teorias? Entendendo-as de antemão como explicações injustificadas, pois caso seja apresentado uma explicação conspiratória plausível, então, logo o que está sendo proposto simplesmente não pode ser uma teoria da conspiração (DENTITH, 2012, p.41).

Por isso, uma das preocupações deste artigo é contribuir para refutação deste estigma na assimilação e compreensão das conspirações e do conceito da teoria da conspiração que, ao longo do tempo, vem sendo de grande valia para o avanço de conspirações reais graças à ridicularização do tema que leva a completa descrença daquilo que, muitas vezes, pode ser uma conspiração real.

Referências

- BASHAM, Lee. Joining the Conspiracy. *Argumenta*, vol. 3, no. 2, p. 271-290, 2018.
- BEAVER, Dabria. Predictive Programming. The psychology of extraordinary beliefs: ordinary students exploring extraordinary beliefs. College of arts and sciences. The Ohio State University. Apr, 2018.
- DENTITH, Matthew Richard Xavier Xander Xanthias Xerxes Xanatos X Dracos Hieronymus Oliphant Ransome. In defense of conspiracy theories. degree of Doctor of Philosophy. The University of Auckland, 2012.
- GREIMAS, Algirdas Julien. *Semântica estrutural*. São Paulo: Cultrix/EDUSP, 1976.
- MERCOLA, Joseph. Economy Expert Explains the Impending ‘Polycrisis of Doom’. *The Epoch Times*. 14 jul. 2022. Disponível em: https://www.theepochtimes.com/economy-expert-explains-the-impending-polycrisis-of-doom_4597924.html. Acesso em: 22 jul. 2022.
- MILLER, Mark C. Who coined the term “Conspiracy Theory”, and to what end ? An interview with Prof. Mark C. Miller. *FranceSoir*. 08 out. 2021. Disponível em: <https://www.francesoir.fr/videos-videos-english/who-coined-term-conspiracy-theory-and-what-end-interview-prof-mark-c-miller>. Acesso em: 31 jul. 2022.
- NEUWIRTH, Rostam J. The Global Regulation of “Fake News” in the Time of Oxymora: Facts and Fictions about the Covid-19 Pandemic as Coincidences or Pre-

dictive Programming? International Journal for the Semiotics of Law/Revue Internationale de Sémiotique Juridique. April 2021. pp. 1-27. Disponível em: <https://link.springer.com/content/pdf/10.1007/s11196-021-09840-y.pdf>. Acesso em: 18 jul. 2022.

SILVA, Cintia Coelho da. Tendências e Contornos da Sociedade de Consumo: primeiro livro da trilogia Mídia, Mediações e Consumo. São Paulo: Editora Dialética, 2022.

SOULES, Marshall. Media, persuasion and propaganda. Edinburgh: University Press, 2015.

SUNSTEIN, Cass R. Conspiracy theories and other dangerous ideas. New York: Simon Schuster, 2014.

MEDIADORA
PROF.^a. DR.^a. CILENE VICTOR (UMESP)



Memórias dos caminhos vividos

PELOTAS ICONOGRÁFICA – ONTEM E HOJE: Conhecer o passado, compreender o presente e difundir no futuro por meio da fotografia

LILIAN SOARES DA SILVA (PPGEAHC-UPM)⁶³

ORIENTADORA: PROF^a. DRA INGRID HOTTE AMBROGI⁶⁴

RESUMO: Apresentar a cidade de Pelotas, no estado do Rio Grande do Sul, por intermédio de fotografias antigas e suas características atuais, reminiscências e apagamentos pelos poderes e conhecimentos (não) difundidos pela sociedade gaúcha, no pertencimento e no reconhecimento do território do açúcar-sal, do doce-charque, que são processos dos saberes individuais, coletivos e científicos para apropriação das narrativas históricas coadunando com o recurso da memória, da lembrança e dos indícios presentes do ontem e do hoje. O aporte metodológico é uma saga etnográfica nas iconografias em preto e branco e, a atualização geográfica das imagens por satélite, resultando um trabalho de campo virtual, mas que (re) constrói a cidade de

63 Doutoranda em Educação, Arte e História da Cultura pela Universidade Presbiteriana Mackenzie – UPM (2020). Mestre em História da África, da Diáspora e dos Povos Indígenas pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB (2019). Pós-graduanda de Especialização em Direitos Humanos pela Universidade Federal do ABC - UFABC (2020). Pós-graduanda em Formação Pedagógica de Docentes para a Educação Profissional de Nível Médio (2019), Pós-Graduada em Educação Profissional Integrada à Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (2016) e Graduada em Gestão de Turismo (2013) pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo – IFSP. Especialização Técnica de Guia em Turismo (2015) pela Universidade Anhanguera de São Paulo - UNIAN/SP - (2015). Graduada em Pedagogia pela Universidade do Grande ABC - UNIABC - (2008). Auxiliar Técnica de Educação e Professora de Educação Infantil e Ensino Fundamental I na Secretaria de Educação da cidade de São Paulo (SME/SP).Email: lilianbv@yahoo.com.br

64 Professora do Programa de Pós Graduação em Educação Arte e História da Cultura da Universidade Presbiteriana Mackenzie. Lider do grupo de pesquisa CNPq/Universidade Presbiteriana Mackenzie AMeCidade – Arquivo, Memória e Cidade, pesquisadora da história da cidade, memórias de comunidades, resgate de arquivos e acervos de imagens, história da educação e formação de professores. Participa do ICOMOS International Council of Monuments and Sites.

forma concreta e visual.

PALAVRAS-CHAVE: Fotografia. Pelotas (RS). Cartografia etnográfica. Memória.

Introdução

O presente artigo retrata a cidade de Pelotas, no estado do Rio Grande do Sul, o ontem e o hoje, por intermédio de fotografias e indícios históricos da apropriação das narrativas coadunando com o recurso da memória, da lembrança e as hipóteses de permanências, apagamentos e silenciamentos no município gaúcho.

A fotografia quando enquadrada, o foco e enfoque representa o olhar do artista, a intenção e o objetivo para eternizar este ou aquele momento. Cita-se por exemplo, a diferença de uma foto 3x4, tradicional para os documentos de identificação, e uma foto do perfil em uma rede social, o que elas têm em comum? O único ponto de similaridade é o rosto, porque os demais elementos não serão os mesmos, desde o posicionamento do corpo, o cenário ou o plano de fundo, a fisionomia da boca (o sorriso escondido ou a gargalhada estampada), isso pouco importa, neste caso, o foco era a apresentação da pessoa em determinado espaço de convívio social e, adequando-se ao que a sociedade a impõe. Isso significa que, em um retrato oficial, o sorriso não é permitido, qualquer acessório na testa ou no cabelo pode ser removido, a face deve estar limpa e despida. Enquanto, a fotografia da rede social, não tem limites, é um mundo de possibilidades e de tentativa e erro, já que tudo hoje está no digital, posso repetir, fazer e refazer por diversas vezes, até encontrar o ângulo perfeito, sob o meu ponto de vista.

Ressaltando-se, sobre o ângulo perfeito nas iconografias a serem apresentadas no presente trabalho, todas serão reproduzidas na medida do viável e disponível nas imagens de satélite global. De tal modo que, o foco e o enquadramento retratado da época possam ser analisados, como a localização geográfica do ontem e de hoje, do entorno geográfico e das mudanças que o desenvolvimento dos saberes individuais, coletivo e científico promoveram na região sulista.

A fotografia é um recurso de linguagem, quando pensamos no dito popular “uma imagem vale mais do que mil palavras” e, neste caso, a iconografia apresenta é o retrato de uma época e de determinado tempo histórico e geográfico, todavia, a fotografia do mundo contemporâneo é permitido registrar o mesmo espaço/território, mas com análises etnográficas ampliadas, seja dos saberes científicos na área do conhecimento em História, Antropologia e Ciências Humanas Aplicadas, seja no olhar do pesquisador que por muitos

anos fora “podado” como uma árvore, que não podia se expressar e mostrar a sua grandeza e, seus galhos eram longos cortados. Em paralelo com a Academia, o pesquisador deveria ser um sujeito neutro, distante do objeto, imparcial em suas análises e apresentar os resultados como verdades e comprovadas cientificamente, de acordo com a metodologia e os aportes teóricos previamente estabelecidos no trabalho de campo. Por um lado, o passado é uma referência sob a ótica do mundo e da sociedade em seu tempo, por outro lado, o presente é uma gama vasta de saberes e de conhecimentos que podem ser difundidos, pesquisados, analisados, vistos/revistos, até que se tenha uma narrativa concreta ou hipóteses, que podem ou não ser comprovadas, para a articulação da saga etnográfica de determinada localidade no Brasil e no mundo.

Em suma, ter-se-á como ponto de partida a apresentação da cidade de Pelotas, no estado do Rio Grande do Sul, na qual, tem o título de Princesa do Sul. Coadunando com o recurso da memória e das lembranças, por serem fundantes para um retrato de determinada sociedade, dos indivíduos e do contexto. Por último, a análise das fotografias do ontem e do hoje com as reminiscências do território.

Pelotas – a Princesa do Sul

O território a ser destacado nesta pesquisa acadêmica é o município de Pelotas, no estado do Rio Grande do Sul, conhecida como a Princesa do Sul, no qual, só essa nomenclatura já é uma marca do passado presente em seu contexto histórico, que também está representado e apropriado em sua arquitetura, monumentos e ruas da cidade. Começando pela praça principal do centro da cidade intitulada Coronel Pedro Osório, a avenida central como Bento Gonçalves ou a Duque de Caxias que é o caminho para a rodoviária municipal. Temos a Avenida Ildefonso Simões Lopes, a Fernando Osório, a Andrade Neves, o Marechal Deodoro e, tantos outros nomes que são a marca de um processo de escravidão, de militarização e de contextos históricos. (SILVA, 2021, p. 23)

A cidade de Pelotas, no estado do Rio Grande do Sul é marcada por sua história relacionada com o sal do charque e o açúcar dos doces tradicionais, que até hoje são comercializados pelas ruas do centro da cidade e na Fenadoce⁶⁵ como um atrativo turístico a quem passe. Outro lado da

⁶⁵ O texto foi extraído do capítulo “Cartografias gaúchas: um passeio pelo território de Pelotas/RS”, onde este evento “apresenta-se em seu site intitulado “Fenadoce – o doce

história, é a triste realidade das Charqueadas que foram palco do sistema escravista no território gaúcho, onde a população negra escravizada era submetida a castigos físicos e corporais para a produção da carne salgada, conhecida como charque. Este produto é usado na culinária gaúcha em pratos salgados como o arroz de carreteiro, onde as sobras de carne do churrasco acrescidas do charque e outros temperos tornam e transformam em um outro prato típico da região, como o chimarrão. Uma bebida quente preparada na cuia com a erva mate e a bomba, onde o pensar é fundamental para que não se aspire a erva junto com a água. Essa tradição é difundida com o convívio social e está presente nas rodas de conversas, nas ruas e nos encontros em família, onde a cadeira de praia, a garrafa térmica e a cuia passando de mão em mão são tradicionais desde os tempos remotos dessa cidade.

De acordo com o Instituto do Patrimônio, Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), a cidade é considerada um dos maiores acervos de estilo eclético do Brasil, prova disso é que:

Pelotas possui um dos maiores acervos de estilo eclético do Brasil, em quantidade e qualidade, com 1300 prédios inventariados. Data de 1955, o primeiro tombamento realizado pelo Iphan, no município: o obelisco construído em homenagem a Domingos José de Almeida, por sua participação na Revolução Farroupilha (Guerra dos Farrapos), entre 1835 e 1845. Às belezas naturais da região somam-se o belo e imponente casario, acervo arquitetônico de uma época de glória e opulência, construído sob forte influência europeia. O município de Pelotas está situado às margens do Canal São Gonçalo, que liga as lagoas dos Patos e Mirim, as maiores do Brasil. As bacias contribuintes de ambas recebem 70% do volume de águas fluviais do Estado do Rio Grande do Sul. (IPHAN, 31/05/2021).

mais doce do Brasil” como um evento organizado “anualmente pela Câmara de Dirigentes Lojistas de Pelotas, na Fenadoce conta a trajetória histórica e cultural dos doces pelotenses. Através de referências às principais etnias que formaram a tradição regional, a feira valoriza o “saber” e “fazer” das doceiras. Criada em 1986, a Fenadoce tornou-se anual a partir de 1988 e é realizada no Centro de Eventos Fenadoce no formato de uma grande multifeira com a realização da Câmara de Dirigentes Lojistas de Pelotas. O protagonista do evento são os doces certificados, encontrados na Cidade do Doce. Há também uma grande estrutura para a área de serviços, que recebe expositores de todo o Estado e conta com mais de 2.000 lugares na Praça de Alimentação e 5.000 vagas de estacionamento. O evento ocorreu entre maio e junho, conforme o calendário definido previamente, e desde as primeiras edições contou com uma corte de representantes. No concurso de 2020 houve uma renovação no modelo e agora a Fenadoce passa a ser representada por baronesas, que ajudam a recriar a história da cidade”. Para saber mais, consulte o site <https://fenadoce.com.br/>

No centro da cidade e nas circunvizinhanças é possível encontrar o acervo arquitetônico, os prédios tombados e outros que, realmente só não “tombaram” efetivamente por conta dos métodos construtivos e materiais utilizados para o levantamento dos prédios, isso porque, em alguns registros na cidade teremos a história contada apenas por suas fachadas, haja vista que o interior já não mais existe. Existência essa que, também marca a transformação da cidade de sistema escravista para um porto comercial, de indústrias e entre outras atividades econômicas.

Antes da década de 1880, contudo, a indústria concentrou-se preferencialmente em Rio Grande e Pelotas, visando mais ao abastecimento do mercado nacional do que às necessidades locais. O comerciante enriquecido diversificou paulatinamente suas atividades, aplicando capital não só na indústria como em empresas de navegação, bancos, companhias de seguros, loteamentos e hotéis. (PESAVENTO, 2014, p.47)

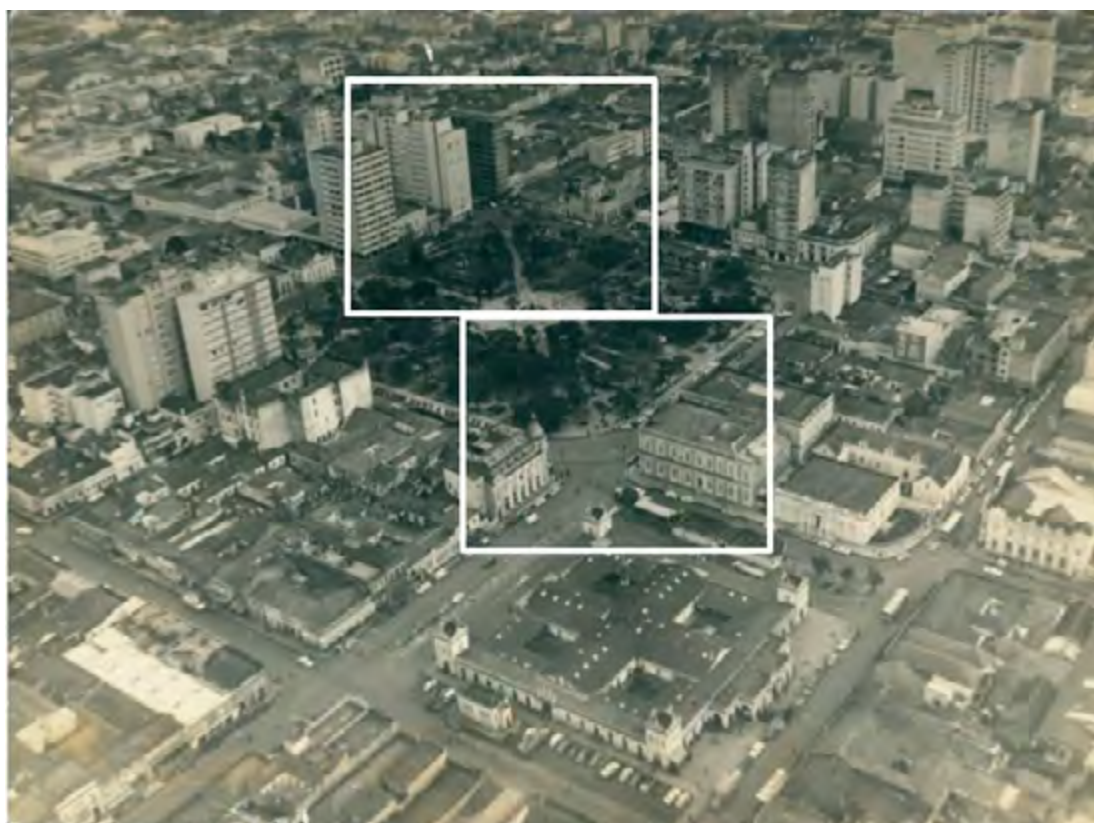
Por conseguinte, em suma, a urbanização da cidade e a proximidade com o que antes eram os arredores da cidade modificou a economia e a distribuição de renda nas populações locais/regionais, onde antes o foco era a agricultura e suas produções nos extremos, hoje passa a desenvolver-se entre o porto e o comércio com outras cidades, proporcionando uma dita “alavancagem” em toda a cidade de Pelotas.

Memória e lembrança – o que elas nos dizem

A curiosidade pelos lugares onde a memória se cristaliza e se refugia está ligada a este momento particular da nossa história. Momento de articulação onde a consciência da ruptura com o passado se confunde com o sentimento de uma memória esfacelada, mas onde o esfacelamento desperta ainda memória suficiente para que se possa colocar o problema de sua encarnação. O sentimento de continuidade torna-se residual aos locais. Há locais de memória porque não há mais meios de memória. NORA, 1993, p. 7.

Com isso é latente a relevância das iconografias para contar sobre o passado de uma memória “esfacelada”, de uma memória “suficiente” e de um

problema particular da sociedade. Sociedade essa que, por suas fotografias apresentava a suntuosidade das grandes construções e arquiteturas com arabescos, colunas e detalhes trazidos do exterior, que até hoje, continuam adornando o entorno da Praça Coronel Pedro Osório. Prova disso, são as instalações da Prefeitura Municipal de Pelotas, a Biblioteca pública, o Museu de Ciências Naturais Carlos Ritter, o Museu do Doce, em referência aos doces tradicionais de Pelotas, o prédio do Grande Hotel com sua enorme cúpula, que antes era possível avistar o longe da cidade, a construção do Banco do Estado do Rio Grande do Sul, que hoje funciona a agência do Itaú Unibanco, o Clube Caixeiral, que já tiveram seus dias de glórias, de festas e eventos para toda a sociedade, o Teatro Abril, em disputa sob o restauro ou a venda para um estacionamento. E, assim como, outros que já não se tem mais essa memória, porque os dados e os retratos não os contam mais.



Fotografia 1: Vista aérea da Praça Coronel Pedro Osório (centro) e Mercado Municipal de Pelotas (inferior)

Fonte: Fotografias antigas, 2022.



Fotografia 2: Vista de satélite da Praça Coronel Pedro Osório (centro) e o Mercado Municipal de Pelotas (esquerda)

Fonte: Elaborado pela pesquisa com suporte do Google Maps, 15 jun. 2022.

Diante disso, em virtude das construções arquitetônicas do passado ainda existentes neste território é elaborado um mapa via satélite com a delimitação dos pontos e as localizações desses prédios históricos, como Banco Itaú / Clube Caixeiral, Museu do Doce, Museu de Ciências Naturais Carlos Ritter, Teatro Guarany, Grande Hotel, Mercado Municipal, a Biblioteca Pública e a Prefeitura Municipal de Pelotas.



Fotografia 3: Cartografia dos prédios históricos de Pelotas na Praça Coronel Pedro Osório (15 jun. 2022)
Fonte: Elaborado pela pesquisa com suporte do Google Maps, 15 jun. 2022.

Por conseguinte, na fotografia extraída do site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) temos um panorama da Praça Coronel Pedro Osório, região central da cidade, no qual é possível avistar ao fundo o Grande Hotel (lado esquerdo), em seguida o prédio da Secretaria da Fazenda com sua cúpula (lado direito) e no canto a Prefeitura Municipal de Pelotas e a Biblioteca Pública, que até hoje exercem esta função como prédios públicos em pleno funcionamento.



Fotografia 4: Praça Coronel Pedro Osório.
Fonte: IBGE, 2022.

Sob a análise de uma imagem via satélite, teremos que não é mais possível enxergar o Grande Hotel ao se posicionar no lado oposto da praça, somente estando a esquina de sua construção, como apresentado na fotografia abaixo:



Fotografia 5: Museu de Ciências Naturais Carlos Ritter (esquerda) e Grande Hotel (direita)

Fonte: Elaborado pela pesquisa com suporte do Google Maps, 15 jun. 2022.

No entorno geográfico da praça são verificadas outras reminiscências arquitetônicas do passado pelotense, como o Teatro Abril no primeiro registro de satélite e três construções no segundo registro, ambos espremidos por seus arranha-céus do presente. Este espaço cultural só está resistindo ao tempo a sua fachada, que por ora é abrigo dos carros e dos veículos estacionados em seu interior, visto que, a cidade tem trechos de zona azul restritos e, logo este é um comércio de grande valia e lucratividade na contemporaneidade.



Fotografia 6: Teatro Sete de Abril

Fonte: Elaborado pela pesquisa com suporte do Google Maps, 15 jun. 2022.



Fotografia 7: Reminiscências e os arranha-céus do centro da cidade de Pelotas.

Fonte: Elaborado pela pesquisa com suporte do Google Maps, 15 jun. 2022.

Uma outra curiosidade é o sobrado do Banco do Estado do Rio Grande do Sul, que passado os anos, não foi possível localizar exatamente a sua construção na região, mas ainda permanece no entorno da praça uma outra instituição financeira, hoje a agência central do Banco Itaú Unibanco. Local este que, está entre a praça Coronel Pedro Osório e a rua financeira da cidade, conhecida como a Rua Quinze de Novembro, onde comporta bancos de grande, médio e pequeno porte na cidade gaúcha, assim como outras agên-

cias estão por sua circunvizinhança e, a poucas quadras da praça mencionada.



*Fotografia 8: Banco do Estado do Rio Grande do Sul
Fonte: Fotografias antigas, 2022.*



*Fotografia 9: Banco Itaú Unibanco.
Fonte: Elaborado pela pesquisadora com suporte do
Google Maps, 15 jun. 2022.*

Isto posto, as iconografias em suma apresentam um passado ainda marcado e presente nas construções, nas memórias e nas lembranças dos mais velhos e das mais velhas, ou seja, “além desses acontecimentos, a memória é constituída de pessoas, personagens” (POLLAK, 1992, p. 201), assim como, de “elementos constitutivo da memória, individual e coletiva” (ibidem), onde um acontecimento vivido, experimentado ou ouvido pode ser o que Michael Pollak “chamaria de vivido por tabela, ou seja, acontecimentos vividos pelo grupo ou pela coletividade à qual a pessoa se sente pertencer” (ibidem). Este pertencimento é a narrativa de vida, da história e do território que se entrecruzam com as construções e todo o processo historiográfico do planejamento da cidade, das populações e do desenvolvimento urbano na região central de Pelotas. Nesta perspectiva, Abreu (1998, p. 5) diz que “a valorização do passado das cidades é uma característica comum às sociedades deste final de milênio”, logo, com a realidade gaúcha não poderia ser diferente, onde a tradição e a cultura são traços marcantes de uma identidade social latente e pujante.

Para finalizar, o enfoque retratado por fotografias antigas e a elaboração da pesquisadora com o suporte das imagens via satélite do Google Maps possibilitaram uma cartografia do passado e do presente na Praça Coronel Pedro Osório. Tal delimitação poderia ser expandida pela circunvizinhança do centro histórico, como o calçadão da Andrade Neves, a Avenida Bento Gonçalves e a Praça Dom Antônio Zattera, a Praça Piratinino de Almeida com a Caixa D'Água e a Santa Casa de Misericórdia de Pelotas, a Praça José Bonifácio e a Catedral Metropolitana São Francisco de Paula e, tantos outros pontos turísticos (ou não) da cidade onde é possível encontrar e registrar casas, monumentos e prédios arquitetônicos que contam a sua história que resistiu ao tempo.

Ontem e o hoje

Inicialmente, temos de analisar estas duas terminologias, o ontem e o hoje-, será que são sinônimos ou antônimos? Qual a sua relevância em uma pesquisa acadêmica? Os processos metodológicos referendados para a análise etnográfica? E o papel do pesquisador e a interpretação das iconografias? Estes são alguns questionamentos que nos vêm à mente para um trabalho de campo com objetivo de traçar uma saga etnográfica de determinada localidade geográfica.

Por um lado, não é pautar-se em mapas e imagens de alto relevo do território, ou colocar imagens e mais imagens como um álbum de família, sem nenhum texto ou explicação do contexto histórico, mas sim, construir uma narrativa

do ontem e do hoje por intermédio de fotografias antigas e imagens de satélite atuais, propiciando uma análise das reminiscências da cidade de Pelotas. Por outro lado, também se tem o objetivo de contextualizar o território em sua especificidade, no qual, os processos históricos e a cartografia teórica propiciaram um desenvolvimento de lugares de fala e do pertencimento étnico-racial para além da cor da pele, mas está intrínseco nessas localidades do país. Para tal o processo metodológico pautar-se-á nas concepções de Milton Santos (território), Djamila Ribeiro (lugar de fala), Bell Hooks e Kabengele Munanga (pertencimento étnico-racial).

Um projeto nacional de construção de uma verdadeira cidadania e democracia não pode ignorar a diversidade e as identidades plurais que compõem a sociedade brasileira. A democracia implica diálogo entre os segmentos étnicos que compõem a sociedade, para que as especificidades individuais e culturais de grupos diferentes possam coexistir.

MUNANGA, 2008, p.23.

Em suma, a intersecção dos argumentos com os referenciais teóricos será fundante para o desenvolvimento da cartografia do ontem e do hoje, estruturada em um projeto de nação brasileira eurocentrados, europeizado e colonizador, onde o que “vem de fora” é uma perspectiva singulares e especificidade própria na formação de cada um dos municípios no Brasil. Isso significa que, em dados momentos o pertencimento étnico-racial, a história local, as narrativas e a comunidade podem ser (ou deveriam ser) o ponto chave para o empoderamento das futuras gerações, conhecer o passado, compreender o presente e difundir no futuro.

O lugar social não determina uma consciência sobre esse lugar. Porém, o lugar que ocupamos socialmente nos faz ter experiências distintas e outras perspectivas. A teoria do ponto de vista feminista e lugar de fala nos faz refutar uma visão universal de mulher e de negritude, e outras identidades, assim como faz com que homens brancos, que se pensam universais, se radicalizem, entendam o que significa ser branco como metáfora do poder, como nos ensina Kilomba. Com isso, pretende-se também refutar uma pretensa universalidade. Ao promover uma multiplicidade de vozes o que se quer, acima de tudo, é quebrar com o discurso autorizado e único, que se pretende universal. Busca-se aqui, sobretudo, lutar para romper com o regime de autorização discursiva. RIBEIRO, 2017, p. 38.

Ressalto o trecho, “dentro desse projeto de colonização, quem foram os su-

jeitos autorizados a falar? [...] E, se falamos, podemos falar sobre tudo ou somente sobre o que nós somos permitidas falar?” (Ibidem, p. 42). Paralelamente, quais são os espaços da sociedade contemporânea que remetem ao passado local e às populações que o constituíram? Quais/Quem são os personagens, monumentos, ruas e avenidas exaltadas na história? Colonizador ou Colonizados? Estas questões são uma possibilidade de estabelecer o convívio social marcado nas cidades e no processo de colonização portuguesa de exploração no território brasileiro, mas que na região sulista fora pensado em um projeto de nação povoada por imigrantes e emigrantes advindos dos países europeus e entre outros com o objetivo de desenvolvimento das lavouras, da agricultura, das indústrias e do comércio, como podemos constatar no texto de Arthur Ferreira Reis (2020):

Alertava, porém, que a imigração não poderia ser de qualquer raça, ela devia ser europeia. Malheiro argumentava que não se devia introduzir negros livres, “fiquem eles na sua África, que bem precisa”. Também rejeitava os asiáticos, “índios também temos nós, e descendentes deles”.⁵⁰ Convinha, dessa forma, trazer a raça branca, e cada um teria sua função, o português, o ilhéu é muito bom colono ou imigrante para as cidades, para o comércio, e outras indústrias. O alemão deve ser preferido para a lavoura; neste intuito é ele o melhor colono até hoje conhecido em toda a parte para onde têm emigrado. O Norte-Americano é empreendedor, arrojado, inventivo, e aplica-se a todas as indústrias. (REIS, 2020, p. 65/66)

Uma lógica de pessoas em formas certas, para trabalhos específicos, de lugares para certos indivíduos e, assim “caminhava” a sociedade de Pelotas por um período, onde se era proibido passear pela Praça Coronel Pedro Osório e do lado esquerdo da rua, onde era a ligação do Grande Hotel e o centro financeiro da época, sendo permitido a população negra transitar somente pela esquerda e no entorno da praça, ao redor do gradil. Esse passado não tão distante, tem aproximadamente 60 a 70 anos, quando o meu mais velho narra este episódio de sua vida ao sair de sua terra natal e, morar em Pelotas por ter a noção de uma terra em desenvolvimento, maiores oportunidades de trabalho e condições de vida para a manutenção da família.

Prova disso, é construída por essa narrativa quando a cidade é dividida para “um” e para o “outro”, bem como, a ciência e seus conhecimentos científicos que:

Esta experiência coloca-os na condição de desenvolverem uma postura ideal para um certo tipo de trabalho sociológico, histórico e psicológico: sabem o que significa ser ‘o outro’. Do

ponto de vista intelectual e metodológico, esta postura contribui para a compreensão da especificidade e singularidade dos grupos sociais em diferentes épocas e, ao mesmo tempo, facilita trocas interdisciplinares, na medida em que cada especialista está aberto a aprender a contribuição da disciplina-outra para o seu próprio campo de estudo. (SCHMIDT; MAHFOUD, 1993, p.287).

Tal processo de socialização discursiva e universal ocuparam em grande parte o território brasileiro com a intenção de desenvolvimento, de civilização, de melhoria da “raça”, do “embranquecimento” e da teoria eurocentrada, de pessoas superiores e outras pessoas inferiores. Sob esta ótica, a humanidade desenvolveu-se intelectualmente, sociologicamente e historicamente em uma via de mão dupla, de pistas opostas, onde os indivíduos tiveram que se adequar à sociedade vigente e à época, com seus costumes, hábitos e culturais elitizadas e industriais.

Assim sendo,

Latour (1988) retratou bem o lugar da ciência no mundo industrializado ao mostrar Pasteur estendendo seu laboratório a toda zona rural francesa e, assim, a conquistando para a ciência e para si próprio. A natureza passou a ser abordada não mais como algo selvagem e ameaçador, mas, sim, passível de ser domesticado e tornado útil para a humanidade através da ciência. O milagre da ciência natural moderna reside na possibilidade de estender a experiência de laboratório — o estudo de um fragmento que foi isolado da natureza e conservado artificialmente puro, estável e reproduzível — à compreensão e ao controle da natureza em estado bruto. Juntas, a tecnologia e a medicina tornaram-na previsível e, em parte, controlável, permitindo que muita gente desfrutasse de uma vida mais segura e confortável que a vigente em qualquer outra época da história. O lado adverso deste feito é que ele pode muito bem ser insustentável não apenas em termos de equidade como de sobrevivência. (FUNTOWICZ, S. e RAVETZ, J., 1997, p. 220)

Por um lado, a natureza e a ciência transformaram o mundo e a humanidade, onde cada ser humano nas diferentes zonas urbanas ou rurais foram criando uma qualidade de vida e a melhoria das condições sociais, que antes não existem em dado momento, seja com o fogo que era advindo das fogueiras, seja da água que eram retiradas das fontes, lagos e rios e, hoje, pela água encanada, as moradias que antes eram em meio a natureza e, agora o isolamento entre muros, paredes e prédios. Em suma, a situação de vulnerabi-

lidade social é uma condição do tempo passado e do tempo presente, onde “a equidade como sobrevivência” (FUNTOWICZ, S. e RAVETZ, J., 1997, p. 220), ainda não é uma realidade em toda humanidade.

Por outro lado, o processo histórico do território e da formação do estado nacional é o que o “espaço impõe a cada coisa um determinado feixe de relações, porque cada coisa ocupa um lugar dado. Cada homem vale pelo lugar onde está: o seu valor como produtor, consumidor, cidadão, depende de sua localização no território. (SANTOS, 2011, p. 161). Relações estas que estão apresentadas na arquitetura, nos arabescos, nos detalhes e nas construções dos prédios, monumentos, praças, ruas e avenidas da cidade.

A importância do lugar define quem é quem, quem é o que. A razão de ser, a razão de aí estar. [...] A terra, impregnada pela luta negra, transforma-se em território singular, território de liberdade e vida, sobre o qual se inscrevem diferentes trajetórias, universos culturais próprios, e, lugares de força e de luta (MOURA, 2001, p. 345).

A resistência negra é oriunda de processos construídos coletivamente e individualmente, dos grupos e famílias nucleares, afetivas/amizades e compadrios descrevendo a trajetória no lugar e as narrativas pessoais, que não são isoladas como sujeitos, mas interseccionadas entre si e o lugar, entre a família e a comunidade. Prova disso, são as denominações dos logradouros e bairros da cidade de Pelotas, onde a nomenclatura da última rua registrada é Zumbi dos Palmares, ou quando menciono o bairro Passos dos Negros, ou outro residencial atual denominado Charqueadas. O passado e o presente se unem na construção de um futuro na região, onde as ações de hoje serão fundantes para o processo de ensino aprendizagem, de difusão de conhecimento e dos saberes científicos pesquisados e desenvolvidos no território para as futuras gerações.

O grupo de referência é um grupo do qual o indivíduo já fez parte e com o qual estabeleceu uma comunidade de pensamentos, identificou-se e confundiu seu passado. O grupo está presente para o indivíduo não necessariamente, ou mesmo fundamentalmente, pela sua presença física, mas pela possibilidade que o indivíduo tem de retomar os modos de pensamento e a experiência comum próprios do grupo. A vitalidade das relações sociais do grupo dá vitalidade às imagens, que constituem uma lembrança. Portanto, a lembrança é sempre fruto de um processo coletivo e está sempre inserida num contexto social preciso. (SCHMIDT; MAHFOUD, 1993, p. 288)

Contudo, as iconografias são e representam a imagem de uma sociedade,

de uma população e do um povo como um todo, ou seus fragmentos e exclusões sociais, advindas do processo histórico, do pensamento eurocentrado, da experiência comum e divergente e das vitalidades que se constituíram como lembranças de um passado, vivenciado ou não pelo indivíduo, mas que retrata a sua ancestralidade, mesmo que por narrativas orais, ele sente-se pertencente àquele contexto, situação ou fato contado. Fato este que, tem uma “verdade” dos documentos históricos, prédios arquitetônicos, monumentos, ruas e avenidas que narram uma história de vencedores e de vencidos, de colonizadores e colonizados, e, assim reproduz-se o sistema societário de um único ponto de vista, como verdade absoluta. Neste ponto, caberia uma discussão sobre o processo educativo e as didáticas pedagógicas implementadas pela legislação brasileira, como Lei 10.639/0366 ou Lei 11.645/0867, as políticas de ação afirmativa, e tantas outras que dariam um outro artigo, quiçá em uma outra oportunidade.

Considerações finais

O delineado por esta cartografia teórica da cidade de Pelotas, no estado do Rio Grande do Sul, é uma construção pautada, não somente do que está posto nas iconografias, praças, prédios e ruas, mas no lugar de fala, nos silenciamentos e apagamentos dos processos históricos, nas narrativas contadas ou escondidas, com as ocultações e (in)visibilidades das populações nas imagens. Processos estes que, na sociedade contemporânea galgam novas áreas de pesquisas e difusão de conhecimentos ancestrais, saberes e fazeres que estão na oralidade, cultura local/regional/nacional e que, não emergiram no processo da história brasileira. Para tal, a sociedade deverá (re)conhecer, valorizar e empoderar todas as narrativas históricas do seu

66 LEI nº 10.639, de 9 de Janeiro de 2003. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. Em seu artigo 26-A, apresenta a obrigatoriedade “nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira”. Continuando em seus incisos: “§ 1o O conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil. § 2o Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm. Acesso em 16 jun. 2022.

67 LEI nº 11.645, de 10 de Março de 2008. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm. Acesso em 16 jun. 2022.

povo, da sua população e do seu território, com a coexistência dos grupos étnicos e das especificidades individuais e coletivas dar-se-ão por intermédio das relações estabelecidas nos territórios e espaços de convívio.

Referências

- ABREU, Maurício de Almeida. Sobre a memória das cidades. Revista Território, ano III, n.4, jan./jun., 1998.
- FUNTOWICZ, S. e RAVETZ, J.: 'Ciência pós-normal e comunidades ampliadas de pares face aos desafios ambientais'. História, Ciências, Saúde — Manguinhos, IV (2): 219-230 jul.-out. 1997.
- HALBWACHS, Maurice. A memória coletiva. Tradução Beatriz Sidou. 2.ed. 9. reimpr. São Paulo: Centauro Editora, 2003 (2017).
- IPHAN. Pelotas/RS. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/281>>. Acesso em 31 Mai. 2021.
- MUNANGA, Kabengele. Apresentação. In: NASCIMENTO, E. L. A matriz africana no mundo / Elisa Larkin Nascimento (org). São Paulo: Selo Negro, 2008. (Sankofa: matrizes africanas da cultura brasileira).
- MOURA, Clóvis. Os quilombos na dinâmica social do Brasil. Maceió: EDUFAL, 2001.
- NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Projeto História, São Paulo, n.10, dez. 1993, p.7-28.
- NORA, Pierre. Pierre Nora, ou o historiador da memória. In: BREFE, Ana Cláudia Fonseca. Entrevista. História Social. Campinas, n.6, 1999, p.13-33.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. História do Rio Grande do Sul. 9.ed. / Sandra Jatahy Pesavento. Porto Alegre: Martins Livreiro Editora, 2014.
- POLLAK, Michael. Memória, esquecimento e silêncio. Estudos Históricos. Rio de Janeiro: v. 2, n.3, 1989. p. 3-15.
- POLLAK, Michael. Memória e identidade social. Estudos históricos. Rio de Janeiro: v.5, n.10, 1992. p. 200-212.
- REIS, Arthur Ferreira. Escravidão e emancipação: o mundo do trabalho no pós-escravidão. In: Os mundos oitocentistas: pesquisas e reflexões sobre o Brasil do século XIX/ Arthur Ferreira Reis (organizador). Vitória: Editora Mil fontes, 2020. p. 55-72.
- RIBEIRO, Djamila. O que é: lugar de fala? / Djamila Ribeiro. - Belo Horizonte (MG): Letramento: Justificando, 2017.
- SANTOS, Milton. O espaço da cidadania e outras reflexões / Milton Santos; organizado por Elisiane da Silva; Gervásio Rodrigo Neves; Liana Bach Martins. – Porto Alegre: Fundação Ulysses Guimarães, 2011. (Coleção O Pensamento Político Brasileiro; v.3)
- SCHMIDT, Maria Luisa Sandoval; MAHFOUD, Miguel. Halbwachs: Memória coletiva e experiência. Revista de Psicologia, USP. São Paulo: 4 (1/2), 1993. p. 285-298.

SILVA, Lilian Soares da. Cartografias gaúchas: um passeio pelo território de Pelotas/RS. In: Cartografia expandida [livro eletrônico]: educação, cultura e todas as letras / organizado por Isabel Orestes Silveira, Antonio Iraildo Alves de Brito. São Paulo: Paulus, 2021.

SILVA, Lilian Soares da; SOARES, Liberaci Maria Souza. História Social da propriedade na perspectiva do território quilombola. In: SOBREIRA, D. N.; OLIVEIRA, J; E; S de; SILVA, R. S. de C. da. História Agrária: conflitos e resistências (do Império à Nova República) [recurso eletrônico] / Dayane Nascimento Sobreira, Júlio Ernesto Souza de Oliveira e Rafael Sancho Carvalho da Silva (org). Salvador: UFBA, 2020.

PALESTINOS NA AMÉRICA LATINA: O estudo da diáspora e da cobertura da mídia sobre os palestinos

AHMAD SAD ALZOUBI⁶⁸ (UMESP)

ORIENTADORA: PROF^a. DR^a. CILENE VICTOR DA SILVA⁶⁹ (UMESP)

RESUMO: Segundo Abderl Hai (2020), grande parte dos refugiados e imigrantes palestinos na América Latina está concentrada em dois países, Chile e Brasil, apesar de não haver estatísticas precisas sobre essa diáspora. O Chile, que tem a maior diáspora palestina da região, abriga o Clube Palestino, uma das instituições mais importantes dessa comunidade, e o Clube Esportivo Palestino, um dos maiores do futebol chileno. Nesse contexto, esta pesquisa de doutorado tem como objeto de estudo a diáspora palestina na América Latina na perspectiva do jornalismo humanitário e de paz, nos processos comunicacionais e nas trocas culturais. O objetivo da pesquisa é investigar como a comunidade palestina na América Latina tem se sobreposto à sua representação na mídia regional e criado seus próprios meios, processos e trocas comunicacionais e culturais para a preservação de sua cultura e identidade. Para alcançar o objetivo proposto, será adotada uma metodologia composta por quatro procedimentos, revisão sistemática da literatura nos principais campos deste estudo, como a história e as teorias da diáspora, o jornalismo humanitário internacional, humanitário e de paz, as relações internacionais e a história da América Latina e da Palestina; análise de conteúdo da cobertura jornalística sobre o tema por veículos dos dois países; entrevista em profundidade com formadores de opinião; e pesquisa quantitativa com palestinos de três gerações. Os resultados parciais do

68 Jornalista, diretor do Middle East Monitor (MEMO) no Brasil, Ph.D. aluna do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Universidade Metodista de São Paulo. Também é membro do grupo de pesquisa Jornalismo Humanitário e Intervenções na Mídia

69 Professora titular do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Metodista de São Paulo (UMESP), onde é uma das líderes do grupo de pesquisa “Jornalismo Humanitário e Media Interventions” e docente do curso de graduação em Jornalismo. É também professora da Faculdade Paulus de Comunicação - FAPCOM.

estudo, iniciado em 2022, mostram que o tema ainda é pouco presente no campo da comunicação e do jornalismo, evidenciando a urgência de mais pesquisas sobre a diáspora palestina na América Latina na perspectiva do jornalismo humanitário.

PALAVRAS-CHAVE: Diáspora palestina. Islamofobia. Jornalismo de paz. Palestinos na América latina. Jornalismo humanitário internacional.

Introdução

Investigar como a comunidade palestina na América Latina tem se sobreposto à sua representação na mídia regional e criado seus próprios meios, processos e trocas comunicacionais e culturais para a preservação de sua cultura e identidade e sua luta por reconhecimento. Como complemento do objetivo principal, visa-se identificar novas abordagens capazes de impedir ou minimizar o risco da propagação do pânico moral em relação aos palestinos, assim como a fadiga da compaixão como resultado da fórmula da cobertura de guerras e conflitos adotada pelas agências de notícias e os veículos que as reproduzem. Os processos, recursos e estratégias comunicacionais adotados pelos palestinos na Palestina e na diáspora na América Latina podem resultar em abordagens que superam a sua sub-representação na mídia tradicional, dando visibilidade aos casos bem-sucedidos de membros da diáspora e, com isso, contribuindo para a preservação da cultura, da história e da luta por reconhecimento dos palestinos.

O referencial teórico inicia-se com os estudos no campo das Relações Internacionais em relação à América Latina e à Palestina, fundamentado em Prado, Pellegrino, Barbosa, Galeano e Behell, Cescato e a compreensão da diáspora e identidade palestina, em Hall, Hammer, Suleiman, Müller, Katz, Salhi, Netton e Moss.

Na segunda parte, o referencial teórico contempla os estudos no campo do jornalismo humanitário e do jornalismo de paz no contexto da pauta da comunidade palestina, com fundamentação em Kempf, Galtund, Youngblood e Lynch. A esses dois campos, somam-se os estudos de jornalismo internacional, em Natali, Lins Da Silva, Agnez, Schelp, Liohn.

Para o alcance do objetivo proposto, a pesquisa adota quatro procedimentos metodológicos: Revisão sistemática da literatura nos principais campos deste estudo, como a história e as teorias da diáspora palestina, o jornalismo internacional, humanitário e de paz, as relações internacionais e a história da América Latina e da Palestina. Análise de conteúdo da cobertura jornalística das questões palestinas nos últimos cinco anos, com foco em três veículos

brasileiros Folha de S.Paulo, O Estado de S. Paulo e O Globo, fundamentada em Bardin (1979). A entrevista em profundidade com ativistas da causa palestina, dirigentes de instituições que representam os palestinos, meios de comunicação dirigidos à causa palestina e a pesquisa quantitativa com palestinos na América Latina, contemplando três gerações.

Um recorrente reconhecimento do Estado Palestino por países sul-americanos entre 2010 e 2011 chamou a atenção internacional. Esse fato levou a Autoridade Nacional Palestina (ANP) a apresentar uma demanda formal para o reconhecimento da Palestina como membro titular das Nações Unidas, na sessão da Assembleia Geral da ONU em setembro de 2011 (BAEZA, 2011). E o gesto dos Estados sul-americanos, que representavam uma região promissora para o desenvolvimento de novas relações diplomáticas, faz-se presente até os dias de hoje.

Grandes comunidades palestinas em cerca de 14 países são repletas de potenciais ministros, parlamentares, pessoas influentes, pessoas ricas, empresários, indústria e agricultura. Estimativas indicam que existem cerca de 600 milionários de origem palestina entre o Chile e o Brasil (SALAH, 2019). Porém, segundo Abderl Hai (2020), grande parte dos refugiados palestinos e comunidades palestinas na América Latina estão concentrados no Chile, apesar de não haver estatísticas precisas disponíveis sobre isso. Ao caminhar pelas ruas do Chile, é possível sentir o cheiro e o sabor da Palestina em muitos lugares. O país abriga o Clube Palestino, uma das instituições palestinas mais importantes da região e o Clube Esportivo Palestino, um dos mais importantes do futebol clubes chilenos (ABDEL HAI, 2020).

O marco inicial do processo de imigração da comunidade palestina é o ano de 1948, com a chamada Nakba imigração em massa ocorrida após a Declaração de Independência do Estado de Israel e a guerra árabe-israelense que se iniciou subsequentemente. Para além da primeira onda de imigração após 1948, outros movimentos de imigração ocorrem após conflitos entre Palestina e Israel na segunda metade do século XX, sobretudo após a Guerra dos Seis Dias de 1967, o Massacre de Sabra e Chatila em 1982 e a Primeira Intifada, em 1987 (JARDIM, 2006).

No entanto, o interesse do Brasil para a questão palestina aparece apenas nos primeiros anos da presidência de Luiz Inácio Lula da Silva, entre 2003-2011. E a nomeação, em 2004, de um embaixador em Ramallah é o primeiro gesto político nesta direção. Logo, a decisão de instalar um escritório de representação nos territórios ocupados é anunciada em dezembro de 2003, durante a turnê de Lula aos países árabes da região, a primeira no Oriente Médio desde a visita do Imperador Dom Pedro II, em 2005 Menos

de dois anos depois, a organização da Cúpula América do Sul – Países Árabes (ASPA) em 2005, permite consolidar e aprofundar a relação com a ANP (JARDIM, 2006). Os países latino-americanos já apoiaram a Palestina e a sua causa, e é importante manter esse apoio por meio da organização de um forte lobby palestino ou dos árabes, cujos números variam de 13 milhões a 30 milhões (ANAB, 2021). Isso porque a América Latina inclui 33 Estados Membros das Nações Unidas, constituindo 17% de seus membros. Esta região geopolítica é composta por três sub-regiões: Caribe, América Central e América do Sul, que juntos constituem 8,4% da população mundial, e 8,1% do Produto Interno Bruto mundial (PIB) estimado pelo Fundo Monetário Internacional (CONARE, c2021). De acordo com a ONU (c2021), há cerca de 50.000 palestinos no Brasil, além de comunidades significativas na Argentina, Peru, Nicarágua, Colômbia, Guatemala e outros. A maioria dos palestinos são das áreas de Belém, Beit Jala, Beit Sahour e das aldeias de Ramallah.

O trabalho palestino e a comunicação com a pátria têm circunstâncias e custos. A distância, a dificuldade e os altos custos de transporte e viagens para a América Latina, a falta de competências voltadas para a questão palestina na região, a barreira do idioma, onde o principal é o espanhol ou o português, como no Brasil, enquanto a maior parte dos escritos e as ferramentas de comunicação de mídia estão em árabe ou inglês. Por outro lado, os sucessos políticos, econômicos, sociais e midiáticos alcançados pelos palestinos podem ser considerados importantes marcos para a causa da Palestina e sua justiça em nível internacional, é claro, com a devida visibilidade e atenção.

Apesar do reconhecimento e conquistas da comunidade palestina em solo latino- americano, os desafios e obstáculos ainda são vivenciados nas diferentes esferas sociais como a inclusão no mercado de trabalho e educação. Nesse ponto, a cobertura midiática tem um papel importante tanto para dar visibilidade à pauta da comunidade palestina quanto, de forma negativa, criar estereótipos e ampliar a discriminação em relação ao imigrante palestino.

A forma como esses personagens são representados nessas pautas é fundamental para conferir visibilidade à agenda social dessa minoria. Um dos principais elementos que contribuem para a estereotipização desses indivíduos é a narrativa midiática. Nos anos 1940 os teóricos críticos Max Horkheimer e Theodor Adorno, na obra clássica *A Dialética do Esclarecimento*, que por décadas foi um símbolo da crítica severa à atuação dos meios de comunicação, explicam que “no mundo da produção em série, a estereotipia que é seu esquema – substitui o trabalho categorial” (HORKHEIMER e ADORNO, 1947, p. 9).

A cobertura da imprensa latino-americana

Traquina (2005, p. 26) discorre sobre o papel da imprensa na construção das narrativas sociais sob a justificativa de que “jornalistas são participantes ativos na definição e na construção das notícias, e, por consequência, na construção da realidade”.

Nessa perspectiva, Tuchman (2009) refere à produção jornalística como reflexo da estrutura social, responsável pela produção e reprodução de normas e atitudes definidoras da vida social, definindo o que é relevante ou não para os cidadãos.

Socializados nessas atitudes sociais e nas normas profissionais, os jornais cobrem, selecionam e difundem histórias sobre temas identificados como interessantes ou importantes. Em virtude do cumprimento desta função por parte dos jornalistas, as notícias refletem a sociedade: as notícias apresentam à sociedade um espelho das suas preocupações e interesses (TUCHMAN, 2009, p. 93).

A abordagem insuficiente da agenda dos movimentos causa um processo natural de exclusão, pois os indivíduos acabam adquirindo conhecimento sobre tais questões sociais por meio da mídia. (HARRIS, 2002). As narrativas midiáticas também podem contribuir para a disseminação de estereótipos que promovem uma visão excludente e dificultam a luta por reconhecimento dessa minoria. Desse modo, Maia (2018), discute a influência da mídia na luta por reconhecimento de grupos minoritários:

A construção da identidade e os conflitos relacionados com o reconhecimento social, os litígios na esfera pública para a reivindicação de direitos de indivíduos e grupos, a mobilização e a aprendizagem social em seu sentido amplo, e finalmente, os processos de institucionalização e governança não podem ser totalmente explicados sem que o papel dos media nessas dinâmicas seja levado a sério. Para alguns, os media minam os processos democráticos e a concretização da justiça” (MAIA, 2018, p. 71).

.Em referência à representatividade social do jornalismo, Soares (2007) se depara com o desafio do compromisso ético da referencialidade e o interesse público, porém admite o cunho social do jornalismo enquanto narrativa de fatos agendados. “As representações no jornalismo se dariam necessariamente como enquadramentos, o que não significa um julgamento moral sobre a prática jornalística em si, mas a admissão de uma contingência própria do trabalho jornalístico” (SOARES, 2007, p. 53). Outro fator de crítica na

cobertura midiática se concentra na falta de familiaridade com a pauta da comunidade e o negligenciamento aos aspectos inerentes à sua identidade, que possuem particularidades significativas para a abordagem. Neste contexto, a prática do jornalismo humanitário e de paz se mostra de extrema relevância, com a finalidade de promover diretrizes para as narrativas apropriadas, respeitando sua representatividade e seus direitos civis (MAIA, 2018, p. 373).

Ademais, compreende-se a prática do jornalismo internacional, humanitário e de paz como um caminho, tanto para a promoção da pluralidade de vozes na imprensa latino-americana, quanto para uma cobertura que exceda às narrativas que contribuem para a perpetuação de estereótipos dessa parcela da população, dificultando a inclusão em vários aspectos da sociedade.

Quando Ghabra (2020) escreveu *The Nakba and the Emergence of the Palestinian Diaspora in Kuwait (A Nakba e o surgimento da diáspora palestina no Kuwait, tradução do autor)*, a pesquisa previa a queda da família no Terceiro Mundo, junto com laços religiosos e primários. No entanto, conforme estabelece o autor, as evidências mostram que a família se adaptou, mudou e empoderou para se proteger das mudanças trazidas pela Revolução Industrial. Ele segue traçando as linhas mais proeminentes das tradições familiares palestinas, em uma sociedade palestina que prioriza os laços pessoais e informais sobre os laços formais.

Para Aljamal (2019), os palestinos na diáspora podem desempenhar um papel importante na construção de laços, aumentando a solidariedade com os palestinos em casa e agindo como uma ponte entre os palestinos e o mundo exterior, as organizações e organismos internacionais. Muitos palestinos da diáspora visitam a Palestina e experimentam em primeira mão o que está acontecendo no local. Alguns deles foram impedidos de entrar e quase todos têm parentes na Palestina ou têm uma empresa de investimentos. Eles são capazes de contar a história da Palestina em uma língua que reflita as aspirações dos palestinos e ao mesmo tempo de uma forma que as pessoas de fora da Palestina possam se relacionar. É importante frisar que as visitas dos primeiros imigrantes têm um significativo impacto e devem continuar de forma sistemática (ALJAMAL, 2019).

Em consonância, em *Palestinian Diaspora Communities in Latin America and Palestinian Statehood*, Aljamal e Amour (2020) apoiam o direito do povo palestino de encerrar a ocupação e de exercer seu direito à autodeterminação e acesso ao Estado em suas terras. Nos últimos anos, tem havido tentativas sérias por parte das comunidades da diáspora palestina na América Latina de se coordenar e pressionar pelo reconhecimento palestino como um país.

No entanto, as comunidades da diáspora na América Latina sofrem com a falta de poder. Por ligações com a pátria mãe, pela sucessão de gerações e pela perda de contato com o mundo árabe (ALJAMAL e AMOUR, 2020). Logo, com a expansão do uso da internet e o aumento das violações israelenses contra os palestinos, uma nova geração apareceu na Diáspora, que expressou o desejo de se reconectar com a pátria.

Para compor a análise necessária à pesquisa, o referencial teórico contempla os estudos no campo do jornalismo humanitário, que assume um papel crucial na forma como cidadãos, agentes e organizações em todo o mundo respondem às emergências e ao sofrimento humano. Os estudos em torno dessa prática jornalística focam em estabelecer quais tópicos e crises tendem a ter mais ou menos cobertura da mídia.

Scott, Bunce e Wright (2018), importantes referências do jornalismo humanitário, consideram que a prática jornalística pode ser traduzida como uma atividade centrada na pauta das crises humanitárias e os seus atores sociais (SCOTT, BUNCE, WRIGHT, 2018). A pesquisadora e doutora Cilene Victor (2020), uma das maiores referências da temática na imprensa nacional, explica que para nortear o debate e contribuir para o entendimento de quais pautas compõem o universo do jornalismo humanitário, é necessário recorrer às definições de crise e emergência humanitária adotadas pela ONU e os seus estados-membros (VICTOR, 2020).

Como um dos resultados parciais desta pesquisa de doutorado, foi realizada análise de conteúdo, de base quantitativa, para identificar o perfil da cobertura da imprensa latino-americana na cobertura dos acontecimentos de maio de 2021 na Palestina. Para isso, foram selecionados seis veículos, sendo três brasileiros, Folha de S.Paulo, O Estado de S. Paulo e O Globo, dois argentinos, La Prensa e Clarín, e um chileno, o La Nación. O período da análise se concentrou no mês de maio de 2021, com início no dia 4, uma semana antes do ataque das forças israelenses, ocorrido no dia 10, e término no dia 28 de maio, uma semana após o cessar-fogo, anunciado no dia 21. A ideia de contemplar na análise uma semana antes dos ataques foi a tentativa de levantar notícias e reportagens sobre a Palestina sem conexão com conflitos, mas não houve registros. Do mesmo modo, manter a busca de matérias uma semana após o cessar-fogo teve o propósito de verificar possíveis desdobramentos da cobertura, como a intensificação da crise humanitária no território ocupado.

Importante registrar que os autores deste artigo fizeram uso de recursos de inteligência artificial, especificamente o R Studio, uma linguagem de programação que possibilita raspagem (scraping) e mineração (mining) de dados.

Diante dos dilemas éticos do uso de inteligência artificial para raspagem de dados de sites de notícias, uma vez que trata-se de conteúdo pago, os autores optaram pelo levantamento nos acervos online dos sete jornais, por meio do serviço disponível a assinantes, e aplicaram o R Studio apenas para fazer a mineração.

Na primeira fase da pesquisa que ampara este artigo, o foco esteve na cobertura do tema por três jornais brasileiros. No período de 4 a 28 de maio de 2021, o levantamento realizado nos arquivos dos três veículos, com o uso das palavras-chave “Palestina”, “Sheikh Jarrad” e “Mesquita de Al-Aqsa”, resultou em 186 reportagens, sendo 71 matérias na Folha de S.Paulo, 65 no O Estado de S. Paulo e 50 no O Globo.

Os gráficos a seguir mostram a procedência das informações divididas em categorias como: redação, agências de notícias, enviados internacionais, correspondentes internacionais, traduções ou republicações de conteúdo de veículos estrangeiros. Em cada um dos três veículos é possível constatar a predominância das agências de notícias do chamado Norte Global.

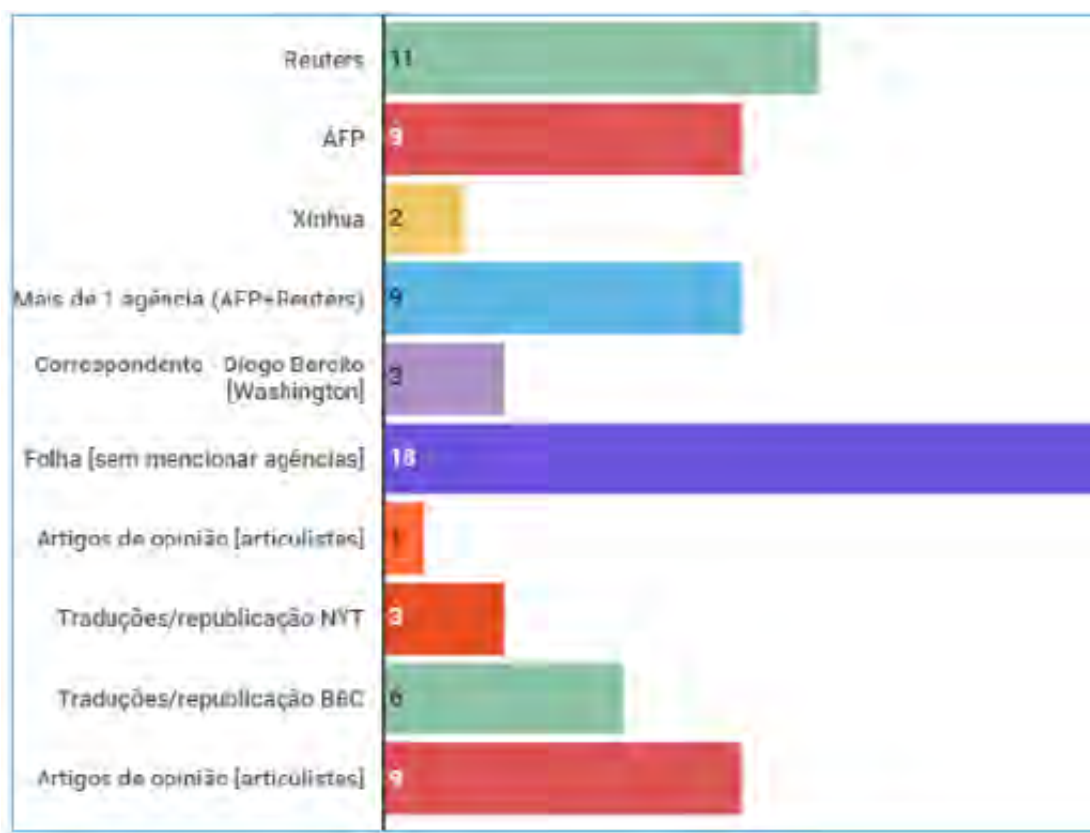
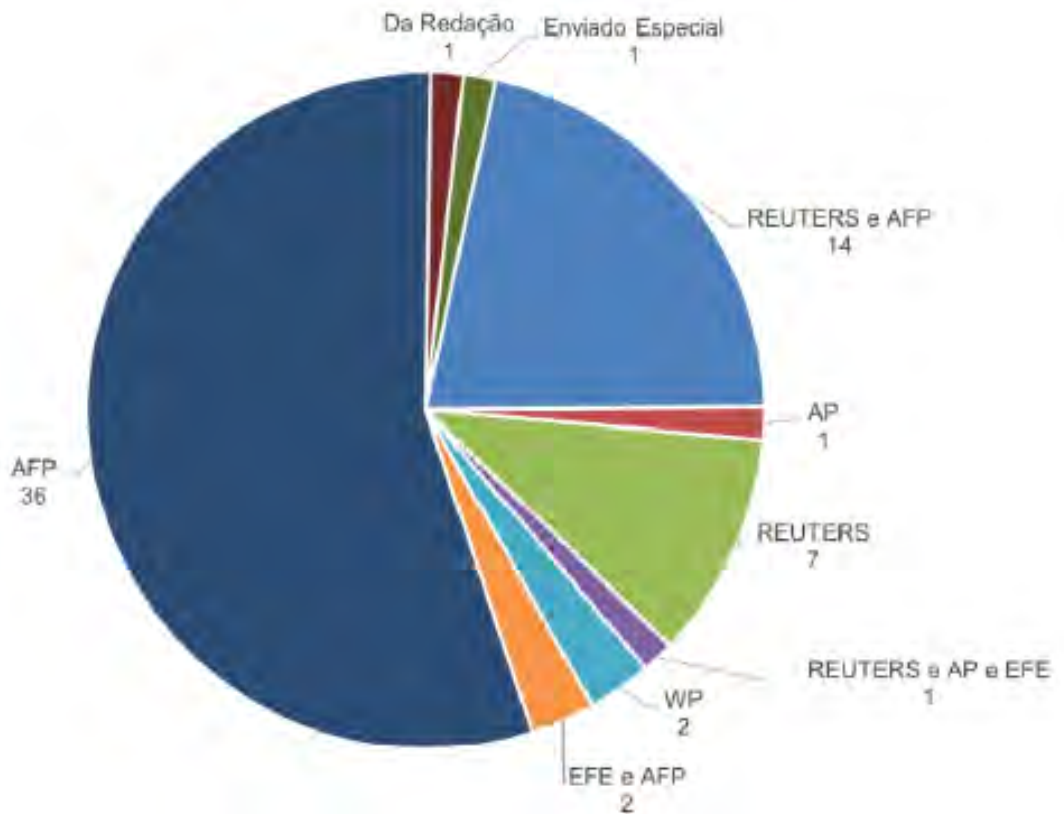


Gráfico 1 – A presença das agências de notícias na Folha de S.Paulo

Fonte: os autores, 2022.

Observa-se no Gráfico 1 que a Reuters apareceu em notícias que tinham como fonte agências internacionais e as matérias onde não eram identificadas a fonte, classificadas na categoria jornal Folha de S.Paulo (sem mencionar agências), foi a que apresentou os maiores resultados.



*Gráfico 2 – A presença das agências de notícias no Estado de S. Paulo:
Fonte: os autores, 2022.*

Já no jornal Estado de S. Paulo, a cobertura sobre os ataques israelenses contra os palestinos na Faixa de Gaza foi baseada, mais da metade, em artigos e notícias de agências internacionais em particular, como AFP e Reuters. Isso sugere que no Estadão a narrativa de agências internacionais, como AFP e WP e AP e EFE, predominou na cobertura das notícias sobre a Palestina.

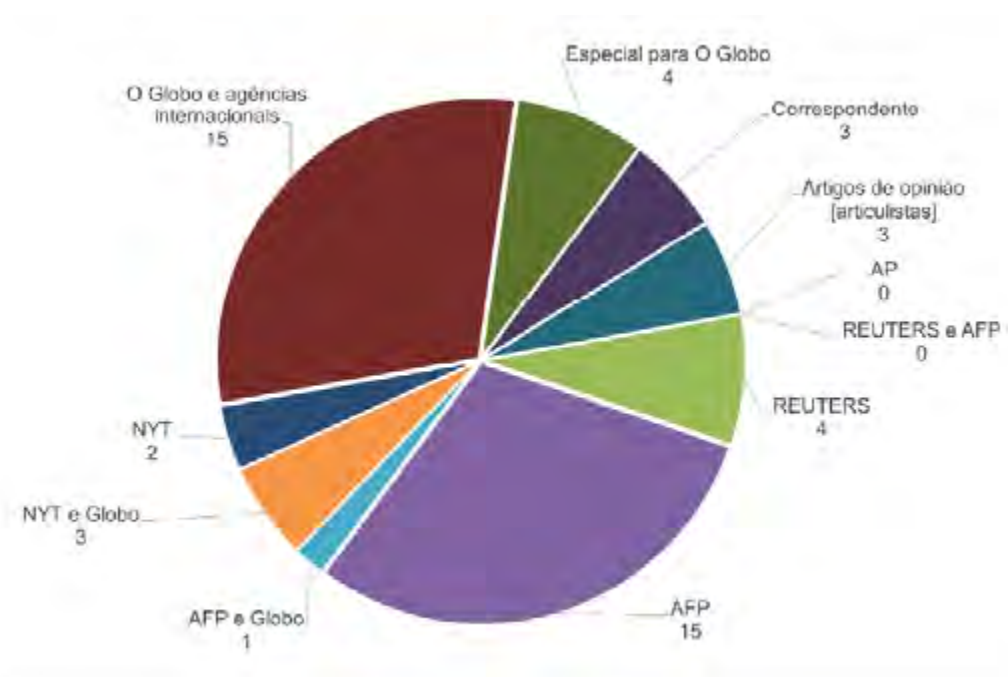


Gráfico 3 – A presença das agências de notícias no O Globo:

Fonte: os autores, 2022.

A Agência Internacional AFP e algumas outras agências internacionais, com as quais o jornal O Globo trabalha, estiveram presentes na cobertura do ataque israelense à Faixa de Gaza em 2021, com foco em relatar artigos de opinião, como evidenciados no gráfico na categoria correspondente e articulistas.



Gráfico 4 – Predominâncias das agências de notícias - fórmula conflito Israel-Palestina e islamofobia

Fonte: os autores, 2022.

Com dados dos três veículos brasileiros, ou seja, considerando as 186 ma-

térias levantadas, a nuvem de palavras a seguir mostra a predominância das agências de notícias e da fórmula “conflito Israel-Palestina”. Como as palavras “confronto” e “conflito” apareceram mais de uma vez nas matérias e usadas como sinônimo e ambas em cruzamentos com “Israel e Palestina”, “Israelenses e palestinos” e “Israel e Hamas”, a nuvem de palavras sintetizou a expressão “conflito Israel-Palestina”, com 184 matérias. Já a expressão “confronto/conflito entre Israel e Hamas”, ou simplesmente “conflito Israel e Hamas”, apareceu em 112 matérias. Nessas 112 matérias, a associação entre Hamas e o islã esteve presente em 44 delas (39% do total). Nas 44 matérias, as expressões mais usadas para definir o Hamas foram “grupo militante islâmico”; “grupo extremista islâmico”; “milícias islâmicas”.

Considerações

Na segunda fase, o levantamento previa o levantamento de outros quatro veículos, dois chilenos, La Nación e El Mercurio, e dois argentinos, Clarín e La Prensa. Com exceção do El Mercurio, foi possível realizar o levantamento manual no acervo disponível aos assinantes, resultando em 117 matérias, sendo 32 no La Nación, 48 no Clarín e 37 no La Prensa. Deve-se salientar, no entanto, que alguns limites na plataforma de busca dificultaram a adoção do mesmo percurso feito para a análise das reportagens dos três veículos brasileiros, visando identificar a predominância das agências de notícias e a fórmula do conflito Israel-Palestina. Desta forma, a análise de conteúdo quantitativa dos veículos chilenos e argentinos não foi contemplada neste artigo.

A análise de conteúdo de base quantitativa traz pistas importantes sobre a estreita correlação entre a predominância das agências de notícias na cobertura dos acontecimentos de maio de 2021 nos três veículos e a fórmula do “conflito Israel-Palestina”, o que tende a encobrir a crise humanitária na Palestina e joga luz apenas sobre os acontecimentos factuais, com foco em conflitos, ataques e ofensivas. Outro achado da análise foram os indícios de islamofobia ao definirem o Hamas como um grupo extremista ou uma milícia e ao associarem ao islã.

Referências

- ALJAMAL, Y. Pillars of solidarity with the Palestinian people: A Palestinian perspective. ASA Conference. Hawaii: Sakarya University, 2019. Disponível em: <<https://www.researchgate.net/publication/339089912>>. Acesso em: 10/11/2021.
- BARDIN, L. Análise de conteúdo. Lisboa: Ed. Edições 70, 1979.
- BERCITO, D. Comunidade árabe é 6% da população brasileira, diz pesquisa.

- ANAB, 2021. Disponível em: <https://bit.ly/3BsFsWs>. Acesso em: 10/11/2021.
- GHABRA, S. Life is safe generation of dreams and failures, 2018. Disponível em: <https://bit.ly/313IO5S>. Acesso em: 10/11/2021.
- GHABRA, S, Palestinians in Kuwait: The Family and the Politics of Survival, 2019. Disponível em: <https://bit.ly/3GuPrhU>. Acesso em: 10/11/2021.
- HALL, Stuart. Pensando a Diáspora (Reflexões Sobre a Terra no Exterior). In: Da Diáspora: Identidades e Mediações Culturais. Liv Sovik (org.). Tradução Adelaide La Guardia Resende. Belo Horizonte: Editora UFMG; Brasília: Representação da Unesco no Brasil, 2003.
- GÜNTHER, H. Pesquisa qualitativa versus pesquisa quantitativa: esta é a questão? Psicologia: teoria e pesquisa, v. 22, p. 201-209, 2006.
- JARDIM, D. F. Os imigrantes palestinos na América Latina. Estudos avançados, v. 20, p. 171-181, 2006.
- MAIA, R. C. M. Mídia e lutas por reconhecimento. São Paulo: Ed. Paulus, 2018.
- SALAH, M. Os Palestinos da América do Sul: O Gênio Desaparecido, 2019. Disponível em: <https://bit.ly/2ZnFYru>. Acesso em: 10/11/2021.
- SOARES, M. C. Representações e comunicação: uma relação em crise. LÍBERO, n. 20, p. 47-56, 2016.
- SOARES, M. C. Representações e comunicação: uma relação em crise. LÍBERO, n. 20, p. 47-56, 2016.
- TRAQUINA, N. Teorias do jornalismo. Porque as notícias são como são. Florianópolis: Ed. Insular, vol. 1, 2005.
- TUCHMAN, G. As notícias como uma realidade construída. In: ESTEVES, J. P. Comunicação e sociedade. Lisboa: Livros Horizonte, 2009. p. 93-106.
- VICTOR, C. Migração venezuelana na perspectiva do jornalismo humanitário. In: FARIAS, L. A.; LEMOS, E.; REBECHI, C. N. (Orgs.). Opinião pública, comunicação e organizações: convergência e perspectivas contemporâneas. São Paulo: Abrapcorp, 2020. p. 89-115.

ARNALDO JABOR COMO RECEPTOR: A democracia brasileira sob os olhos de um cineasta-jornalista de classe média urbana

GABRIEL MARQUES FERNANDES⁷⁰ (PPGEAHC-UPM)

ORIENTADORA: PROF.^a. DR.^a. ROSANGELA PATRIOTA RAMOS⁷¹ (PPGEACH-UPM)

RESUMO: Este ensaio científico tem como objetivo apresentar as possíveis fontes e metodologias para a pesquisa de Doutorado Acadêmico “Arnaldo Jabor como receptor: a democracia brasileira sob os olhos de um cineasta-jornalista de classe média urbana” – submetida ao Programa de Pós-Graduação em Educação, Arte e História da Cultura, do Centro de Educação, Filosofia e Teologia, da Universidade Presbiteriana Mackenzie (PPGEAHC/CEFT/UPM), na linha “Culturas e Artes na Contemporaneidade” (edital IN-RE-24/2022). Tem-se como intuito, nessa investigação, que se encontra em estágio inicial (começo da reformulação do pré-projeto), compreender como o sujeito histórico Arnaldo Jabor, objeto do estudo, atua politicamente, por meio da cultura (Cinema e Imprensa), em um momento de resistência democrática, ao longo da Ditadura Civil-Militar, e implementação do Estado Democrático de Direito, durante a Nova República, ao significar, em diferentes

70 Doutorando em Educação, Arte e História da Cultura no Programa de Pós-Graduação em Educação, Arte e História da Cultura do Centro de Educação, Filosofia e Teologia da Universidade Presbiteriana Mackenzie (PPGEAHC/CEFT/UPM) - Mestre em História Social (2022) pelo Programa de Pós-Graduação em História do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia (PPGHI/INHIS/UFU)

71 Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação, Artes e História da Cultura da Universidade Presbiteriana Mackenzie e Pesquisadora do CNPq. É editora da *Fênix – Revista de História e Estudos Culturais*. É coordenadora do GT Nacional de História Cultural da ANPUH e da Rede Internacional de Pesquisa em História e Culturas Contemporâneas. Publicou *Vianinha – um dramaturgo no coração de seu tempo* (São Paulo: Hucitec, 1999); *A Crítica de um Teatro Crítico* (São Paulo: Perspectiva, 2007), *Teatro Brasileiro: ideias de uma história* (em coautoria com J. Guinsburg. São Paulo: Perspectiva, 2012); *História e Teatro: discussões para o tempo presente* (São Paulo: Edições Verona, 2013) e *Antonio Fagundes no Palco da História: um ator* (São Paulo: Perspectiva, 2018). É organizadora com Jacó Guinsburg de *A Cena em Aula – itinerários de um Professor em devir* (EDUSP, 2009), entre outras publicações.

temporalidades, sua posição diante do assunto da democracia no Brasil. Quais são suas perspectivas sobre o tema? Para isso, apresentar-se-á, neste texto, o objeto, problema e hipótese de pesquisa, destacando a lacuna da proposta da futura tese (com base no levantamento realizado no Catálogo de Teses & Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior [CAPES]), encaminhando, então, possíveis delimitações de fontes e metodologias para o desenvolvimento do trabalho.

PALAVRAS-CHAVE: Arnaldo Jabor; Cultura Brasileira; Democracia no Brasil.

Introdução

O sujeito histórico Arnaldo Jabor (1940-2022) foi um popular mediador cultural⁷² da democracia brasileira pela perspectiva da classe média urbana; atuando, centralmente⁷³, como cineasta (1964-1990)⁷⁴, vinculando-se ao Cinema Novo (RAMOS, 1987), e como jornalista (1990-2022)⁷⁵, vinculando-se, principalmente, ao Grupo Globo (através do jornal [O Globo], televisão [Rede Globo] e rádio [Rádio CBN]) (ARNALDO, 2022).

Com o falecimento de Jabor, em 15 de fevereiro de 2022, muitos de seus colegas de trabalho foram à imprensa para fazer uma homenagem à sua carreira. O jornalista Luís Nassif (2022), ao ver o comentário de Sílvio Tendler, relata suas impressões:

Assisto na Globonews o comentário emocionado do grande

72 Ou seja, um artista/intelectual que produz conhecimento e comunicação de ideais, que interfere na vida política e social do país (GOMES; HANSEN, 2016).

73 Antes de dirigir seu primeiro curta-metragem, *O Circo* (1965), Jabor foi ativo no Centro Popular de Cultura da União Nacional dos Estudantes (CPC/UNE), atuando em *O Movimento* (FERNANDES, 2019) e, também, na roteirização, direção e produção de peças de teatro – sua peça mais conhecida foi *A estória do Formiguinho ou Deus ajuda os bão*, de 1962 (PEIXOTO [org.], 1989). Em outros momentos de sua carreira, Jabor teve alguns de seus filmes, como *Eu Te Amo* (1981) e *Eu sei que vou te amar* (1986), encenados no teatro. Essa experiência de Jabor no Teatro não será, a princípio, explorada na pesquisa – por conta a relevância dessa atuação diante do Cinema e Jornalismo.

74 Filmes: *O Circo*, *A Opinião Pública* (1967), *Pindorama* (1971), *Toda Nudez Será Castigada* (1973), *O Casamento* (1975), *Tudo Bem* (1978), *Eu te amo*, *Eu sei que vou te amar*, *Amor à primeira vista: Carnaval* (1990), *A Suprema Felicidade* (2010) e *Meu Último Desejo* (ainda não lançado) (ARNALDO, 2022).

75 Para além do Grupo Globo, Jabor participou de outras empresas da imprensa (como: *Folha de S. Paulo*, *Estadão*, *O Tempo*, dentre outras (FERNANDES, 2019)), entretanto, sem o mesmo fluxo e intensidade ao se comprar com O Globo. Publicou, fruto de suas crônicas e comentários na Rádio CBN, as obras *Os Canibais estão na sala de jantar* (1993), *Brasil na Cabeça* (1995), *Sanduíches de Realidade* (1997), *A invasão das Salsichas gigantes* (2001), *Amor é prosa, sexo é poesia* (2003), *Pornopolítica* (2006), *Eu sei que vou te amar* (2007), *Amigos Ouvintes* (2009), *Infância* (2013) e *O Malabarista* (2014) – além de ser convidado para escrever textos para diversos outros livros, como *Carnaval* (Cláudio Edinger, 1996), *o Livros dos Sentimentos* (Maria Isabel Borja e Márcio Vassallo, 2006), dentre outros.

Silvio Tendler sobre Arnaldo Jabor, falecido hoje. Fala mais sobre Jabor cineasta. Mas transpõe para o trabalho jornalístico a mesma personalidade do cineasta, supostamente fruto do questionamento que sempre imprimiu em seu trabalho de cineasta. Coloca o Jabor jornalista como sendo animado pelo mesmo inconformismo de Jabor cineasta. E explica sua guinada para a direita como reação contra a ascensão do petismo, que jogou para segundo plano a vanguarda de esquerda do período anterior (NASSIF, 2022).

Observamos, nessa interpretação de Tendler/Nassif sobre a carreira de Jabor, uma disputa explicativa sobre a memória do mediador, no que tange os comentários sobre a política nacional, entre sua carreira como cineasta e jornalista. Qual espectro ideológico Jabor, um sujeito da classe média urbana, situa suas significações sobre a democracia⁷⁶ (problema de pesquisa)? Existirá, como destaca Tendler (NASSIF, 2022), uma “guinada” à “direita”, entretanto, que preserva um sentido de “vanguarda de esquerda” em seu posicionamento (hipótese, inicial, a ser investigada)?

É necessário, para verificarmos a originalidade desse problema e hipótese, recortando, posteriormente, fontes e metodologias de pesquisa, revisarmos a bibliografia existente sobre Arnaldo Jabor.

Arnaldo Jabor: um Estado Atual da Arte

O Catálogo de Teses & Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), é um sistema que aglutina a produção bibliográfica de todos os Programas de Pós-Graduação, reconhecidos pelo Ministério da Educação (MEC), desde 1987. Ao pesquisarmos a palavra-chave “Arnaldo Jabor”, encontraremos 34 resultados – apenas 05 desses são teses de doutorado.

76 Tomar Arnaldo Jabor como objeto de pesquisa coloca em foco dois momentos do debate democrático no Brasil. O primeiro, por meio da resistência democrática ao longo da Ditadura Civil-Militar e, em segundo, a vivência da estrutura democrática planejada pelo regime militar, posta em prática na Nova República (CARVALHO, 2019). Questionar como um mediador cultural, cineasta-jornalista, de alto impacto, pensa a democracia é fazer da tese um espaço de reflexão sobre a polifonia da conceituação de democracia via cultura, que, segundo Francisco Weffort, em *Por que democracia?* (1984), era uma categoria clamada por todos os setores da sociedade, desde “mdbistas” (FERNANDES, 2022), até os dirigentes (CARVALHO, 2019). Em outras palavras, problematizar Jabor, nesse sentido, se justifica, pois, a proposta, aqui, é desconstruir o Fato Histórico, na chave teórico-metodológica do historiador Carlos Alberto Vesentini, em *A Teia do Fato: uma proposta de estudo sobre a memória histórica* (1997), da ideia de democracia no Brasil, destacando os projetos “vencedores” e “vencidos” – já que, entende-se, aqui, o fato não como um acontecimento, mas como uma narrativa do complexos processos históricos que são transubstanciados pelos dirigentes, povoando a memória histórica da sociedade como uma espécie de “verdade” comum a todos os setores.

Em *Um cinema brasileiro antropofágico?* (2002 – publicada, em livro, em 2008), da doutora em Ciências da Comunicação, pela Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo (ECA/USP), Maria Guiomar Pessoa de Almeida Ramos, investiga-se não apenas o Arnaldo Jabor em sua cinematografia, mas, também, outros cineastas, escolhendo filmes que dialogassem com o conceito de antropofagia de Oswald de Andrade. A obra apresenta uma instigante análise estrutural, orientada por Ismail Xavier, sobre *Pindorama* (Arnaldo Jabor, 1971), aproximando-o, também, do conceito de Grotesco, na obra de Mikhail Bakhtin, e de Peste, cunhado por Arthur Artaud.

Já em 2008, a doutora em Teoria Literária, no Curso de Teoria Literária na Universidade Federal de Santa Catarina (USFC), Jade Granda Dutra Martins, produziu a tese *Nelson Rodrigues e sua cena: teatro da dupla tensão, cinema da síntese*, que avalia o possível fracasso das adaptações da dramaturgia de Nelson Rodrigues para o cinema, com exceção de *Toda Nudez Será Castigada* (Arnaldo Jabor, 1973), que é analisada na chave de Ismail Xavier.

Em uma parceria intercontinental (entre Universidade Federal de Pernambuco [UFPE] e Université Paris Sorbonne – Paris IV), a tese *Arcaísmos e modernidade: as contradições dos modelos femininos e masculinos no cinema brasileiro da ditadura – um olhar sobre os filmes de Ana Carolina e Arnaldo Jabor*, de 2010, publicada, em livro, em 2016, do doutor em História, Alberto Inácio da Silva, apresenta uma análise da filmografia de Jabor (conjuntamente com a de Ana Carolina) enfatizando no problema do gênero, focando, centralmente, nas obras *Eu Te Amo* (Arnaldo Jabor, 1981) e *Eu Sei que vou te amar* (Arnaldo Jabor, 1986), mantendo uma forma de análise estética influenciada, também, por Ismail Xavier.

A última tese, enfim, que trata da cinematografia de Jabor é *Da passividade à luta política: as imagens da classe trabalhadora no cinema documentário brasileiro*, de 2015, apresentada no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal da Bahia (UFBA), escrita pelo doutor em Ciências Sociais, Rodrigo Oliveira Lessa, analisa a representação da classe trabalhadora no cinema documentário brasileiro, tomando, como um dos filmes/objeto, *A Opinião Pública* (Arnaldo Jabor, 1967), em uma forma de análise estética estrutural, com autores como Marcel Martin, György Lukács, Theodor Adorno, Walter Benjamin, Ismail Xavier, Fernão Pessoa Ramos, dentre outros.

Por fim, a última tese trata da produção de Jabor como jornalista na Rádio CBN e Jornal da Globo. *Midiatização e circulação de sentidos nas Manifestações de Junho de 2013*, apresentada, em 2015, pela doutora em Comunica-

ção Social, Patrícia Rangel Moreira Bezerra, ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Universidade Metodista de São Paulo (UMESP), demonstrando as contrariedades dos comentários de Jabor, transmitidos dentre 7 de junho até 28 de junho, sobre as Jornadas de Junho/Julho de 2013 - tendo como base, para compreender o fenômeno da midiatização, os trabalhos de José Luiz Braga, Antonio Fausto Neto e Laan Mendes de Barros. Ao realizar esse breve panorama do Estado Atual da Arte sobre Arnaldo Jabor, fundamentado no universo do Catálogo da CAPES, conseguimos perceber que não há uma investigação que trata, centralmente, de Jabor (vinculando suas produções a acontecimentos políticos e culturais gerais), muito menos unindo dois campos de atuações centrais dentro de sua carreira, o Cinema e o Jornalismo. Nesse sentido, quais são as fontes e metodologias para que esta futura tese preencha essa lacuna?

Entre fontes e caminhos metodológicos

Para dar conta, então, de responder ao problema de pesquisa, testar a hipótese extraída de Tendler/Nassif e preencher a lacuna identificada no Estado Atual da Arte, optou-se, nessa investigação, por estabelecer um diálogo interdisciplinar, no campo das Ciências Humanas, com História e Estética.

Entender-se-á a democracia por meio de Arnaldo Jabor; ou seja: o *rés-do-chão* desta pesquisa é a História, que tem, em seu cerne, a dimensão, primeiramente, indutiva da pesquisa científica.

Tomando como base o Método Crítico, exposto pelos historiadores Charles V. Langlois e Charles Seignobos, em *Introdução aos Estudos Históricos* (1946), as etapas da pesquisa na História são: Heurística, Operações Analíticas e Operações Sintéticas. O historiador deverá, sempre, partir da seleção de documento, organizando as fontes em torno de um objeto de pesquisa, para, posteriormente, o restante do procedimento.

Quais documentos são necessários para darmos conta de identificar, analisar e compreender a relação entre as ideias comunicadas por Jabor, em sua carreira como cineasta e jornalista, sobre o assunto da democracia nacional?

Para captarmos a perspectiva de Jabor em sua carreira como cineasta, acredito que é válido lembrarmos de Wolfgang Iser (importante teórico, dos Estudos Literários, da Escola de Constança⁷⁷), no capítulo “O Jogo do Texto” (2011), onde ele aponta que há um abismo, uma distorção, entre autor, texto

77 “A Estética da Recepção (conhecida, também, como Teoria da Recepção) é uma vertente da teoria da literatura que surge na segunda metade do século XX, centralmente na Alemanha, embasada por teóricos, da Escola de Constança, como Hans Robert Jauss, Karlheinz Stierle e Wolfgang Iser” (FERNANDES, 2022, p. 250).

e leitor; sendo a interpretação um jogo que lida com esses três elementos de forma autônoma e articulada. O que isso quer dizer?

O investigador, para considerar uma mensagem de uma linguagem, não deve, exclusivamente, excluir o autor, o texto ou o leitor, muito menos, por exemplo, dizer que a intenção de um texto é explicada, exclusivamente, pela intenção do autor. Portanto, para compreender o prisma de Jabor como cineasta, não basta, apenas, analisar seus filmes, mas sim tomar, como fonte, suas interpretações autojustificadoras⁷⁸, publicadas na imprensa, colocando-as em diálogo com as intenções do texto e do leitor.

No que tange sua carreira como Jornalista, a partir da década de 1990, Jabor passa a escrever em jornais, participar de telejornais e, também, rádios – entretanto, ao invés de comentar suas obras, comenta, diretamente, a situação do país. Seus comentários políticos e culturais, em formato sonoro, escrito e audiovisuais, serão as fontes para compreendermos suas ideias como mediador cultural.

Portanto, diante da estética das interpretações autojustificadoras e crônicas (escritas, audiovisuais e sonoras), esta pesquisa de doutorado, partindo do Método Crítico, irá historicizar as ideias de Jabor sobre a democracia brasileira, entendendo como ele recebe os acontecimentos políticos e estéticos da nação, culminando, então, em uma tese que apresentará uma biografia intelectual⁷⁹ do cineasta-jornalista.

Considerações Finais

Entender Arnaldo Jabor como um receptor, que tem, na cultura capitalista, seu lugar marcado no caldo ideológico da classe média urbana, da política e estética de seu tempo, comentando, em sua carreira como cineasta e jornalista, sobre os diferentes momentos da implementação, de maneira abstrata e prática da democracia, exige uma tese que se coloca em espaços de fronteiras – é nesse sentido, então, que trabalhar no campo interdisciplinar das Ciências Humanas é fundamental (distinguindo o futuro produto final deste pré-projeto das tese disciplinares [Comunicação, Teoria Literária, História e

78 Conceito cunhado por Alcides Freire Ramos, em *Canibalismo dos Fracos: Cinema e História do Brasil* (2002), para designar a fonte que apresenta a significação de um filme feita pelos produtores/roteiristas/diretores da obra realizada – os autores.

79 A categoria de “Biografia”, aqui, é compreendido por meio da obra *O Pequeno X: da Biografia à História* (Sabina Loriga, 2011), onde não se considera uma biografia como uma escritura heroica, narcisista ou egótica, mas sim, como uma forma de apreender a densidade social por meio de um ser humano, já que o sujeito é um indivíduo transpassado pelas relações sociais, constituindo uma experiência singular na dimensão temporal – o adjetivo “Intelectual” destaca que as fontes para se entender o objeto serão as ideias deixadas pelo mediador, não curiosidades do seu cotidiano ou suas ações (DOSSE, 2009).

Ciências Sociais] encontradas em nossa revisão).

Nesse sentido, a linha de pesquisa que esse pré-projeto se insere, “Culturas e Artes na Contemporaneidade”, confere lastro teórico-metodológico para compreender Jabor não apenas como um cineasta ou jornalista, mas como um sujeito histórico-social que usa o Cinema e Imprensa como veículos para mediação cultural de sua interpretação sobre a democracia Brasileira, abrindo o debate para o campo da História Cultural, Filosofia, Cultura de Mídia, Psicologia, Estudos Culturais, dentre outros.

Para conseguirmos preencher a lacuna identificada no Estado Atual da Arte, por meio das fontes de interpretações autojustificadoras e crônicas, será necessário fazermos o uso da recepção que Jabor das diversas políticas e estéticas que vivencia, compreendendo a relação entre suas representações sobre a democracia e sua biografia intelectual. Feito isso, espera-se, então, responder ao problema (Qual espectro ideológico Jabor, um sujeito da classe média urbana, situa suas significações sobre a democracia problema de pesquisa?) e testar a hipótese de pesquisa (Existirá, como destaca Tandler (NASSIF, 2022), uma “guinada” à “direita”, entretanto, que preserva um sentido de “vanguarda de esquerda” em seu posicionamento?) que orientam nossos mergulho científico.

Referências

- A OPINIÃO Pública. Direção de Arnaldo Jabor. Rio de Janeiro: Verba S.A.; Film-Indústria, 1967. (78 min.)
- A SUPREMA Felicidade. Direção de Arnaldo Jabor. Rio de Janeiro: Paramount Brazil, 2010 (125 min.).
- AMOR à primeira vista: Carnaval. Direção de Arnaldo Jabor. França: Telecip and Reteitalia, 1990 (26 min.).
- ARNALDO Jabor deixa filme inédito “Meu último desejo”, baseado em conto de Rubem Fonseca. G1, Rio de Janeiro, 15 de fev. 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/pop-arte/noticia/2022/02/15/arnaldo-jabor-deixa-filme-inedito-meu-ultimo-desejo-baseado-em-conto-de-rubem-fonseca.ghtml>. Acesso em: 15 de ago. 2022.
- ARNALDO Jabor, cineasta, cronista e jornalista, explorou a paixão por histórias e pela realidade. G1, Rio de Janeiro, 15 de fev. 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/pop-arte/noticia/2022/02/15/arnaldo-jabor-cineasta-cronista-e-jornalista-explorou-a-paixao-por-historias-e-pela-realidade.ghtml>. Acesso em: 15 de ago. 2022.
- BEZERRA, Patrícia Rangel Moreira. Miatização e circulação de sentidos nas Manifestações de Junho de 2013. 2015. 175 f. Tese (Comunicação Social) – Universidade Metodista de São Paulo, 2015. Disponível em: <http://tede.metodista.br/jspui/handle/tede/1507>. Acesso em: 03 mai. 2022.

- BORJA, Maria Isabel; VASSALLO, Márcio (org.). O livro dos sentimentos: crônicas, contos e poemas para jogar com as emoções. Rio de Janeiro: Guarda-chuva, 2006.
- CARVALHO, Aloysio Castelo de. Liberalização e tutela militar: o governo Geisel. Rio de Janeiro: Consequência, 2019.
- DOSSE, François. O Desafio Biográfico: escrever uma vida. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009. b
- EDINGER, Claudio. Carnaval. São Paulo: Dorea Books and Art, 1996.
- EU sei que vou te amar. Direção de Arnaldo Jabor. Rio de Janeiro: Empresa Brasileira de Filmes S.A. (Embrafilme); Sagitário Produções Cinematográficas Ltda., 1986 (105 min.).
- EU Te Amo. Direção de Arnaldo Jabor. Rio de Janeiro: Flávia Filmes, 1981 (108 min.).
- FERNANDES, Gabriel Marques. Afetos do Conservadorismo: Tudo Bem (Arnaldo Jabor, 1978) – desnudando a classe média brasileira. São Paulo: Edições Verona, 2022.
- GOMES, Angela de Castro; HANSEN, Patrícia Santos. Apresentação – Intelectuais, mediação cultural e projetos políticos: uma introdução para a delimitação do objeto de estudo. In: GOMES, Angela de Castro; HANSEN, Patrícia Santos (orgs.). Intelectuais mediadores: práticas culturais e ação política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016, p. 07 – 37.
- ISER, Wolfgang. O Jogo do Texto. In: LIMA, Luiz Costa (org.). A Literatura e o leitor: textos de estética da recepção. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011, p. 105 -118.
- JABOR, Arnaldo. Pornopolítica: paixões e taras na vida brasileira. Rio de Janeiro: Objetiva, 2006.
- JABOR, Arnaldo. A Invasão das Salsichas Gigantes. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.
- JABOR, Arnaldo. Amigos Ouvintes. Rio de Janeiro: Globo, 2009.
- JABOR, Arnaldo. Amor é prosa, sexo é poesia. Rio de Janeiro: Objetiva, 2004.
- JABOR, Arnaldo. Brasil na Cabeça. São Paulo: Siciliano, 1995.
- JABOR, Arnaldo. Eu sei que vou te amar. Rio de Janeiro: Objetiva, 2007.
- JABOR, Arnaldo. Infância. Rio de Janeiro: Objetiva, 2013.
- JABOR, Arnaldo. O Malabarista. Rio de Janeiro: Objetiva, 2014.
- JABOR, Arnaldo. Os Canibais Estão na Sala de Jantar. São Paulo: Siciliano, 1993.
- JABOR, Arnaldo. Sanduíches de Realidades e outros escritos. Rio de Janeiro: Objetiva, 1997.
- LANGLOIS, Charles V.; SEIGNOBOS, Charles. Introdução aos estudos históricos. São Paulo: Renascença, 1946.
- LESSA, Rodrigo Oliveira. Da passividade à luta política: as imagens da classe trabalhadora no cinema documentário brasileiro. 2015. 208 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Federal da Bahia, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/19015>. Acesso em: 11 abr. 2022.

- LORIGA, Sabina. O Pequeno X: da Biografia à História. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.
- MARTINS, Jade Granda Dutra. Nelson Rodrigues e sua cena: teatro da dupla tensão, cinema da síntese. 2008. 602 f. Tese (Doutorado em Literatura) – Universidade Federal de Santa Catarina, 2008. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/91588>. Acesso em: 11 abr. 2022.
- NASSIF, Luis. Arnaldo Jabor, da esquerda festiva à direita rancorosa. GGN – O Jornal de Todos os Brasis, São Paulo, 19 fev. 2022. Disponível em: <https://jornalggn.com.br/editoria/politica/arnaldo-jabor-da-esquerda-festiva-a-direita-rancorosa-por-luis-nassif/>. Acesso em: 30 mar. 2022.
- O CASAMENTO. Direção de Arnaldo Jabor. Rio de Janeiro: Ventania Produções Cinematográficas Ltda.; Produções Cinematográficas R. F. Farias Ltda.; Sagitário Produções Cinematográficas Ltda., 1975 (111 min.).
- O CIRCO. Direção de Arnaldo Jabor. Rio de Janeiro: Sagitário Produções Cinematográficas Ltda.; Itamarati; Sphan – Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico, 1965 (28 min.).
- PEIXOTO, Fernando (org.). O Melhor Teatro do CPC da UNE. São Paulo: Global, 1989.
- PINDORAMA. Direção de Arnaldo Jabor. Rio de Janeiro: Companhia Cinematográfica Vera Cruz; Kamera Filmes Ltda, 1971 (95 min.).
- RAMOS, Alcides Freire. Canibalismo dos fracos: cinema e história do Brasil. Bauru: EDUSC, 2002.
- RAMOS, Fernão Pessoa. Os Novos rumos do Cinema Brasileiro (1955 – 1970). In: RAMOS, Fernão Pessoa (Org.). História do Cinema Brasileiro. São Paulo: Arte Editora, 1987, p. 299-397.
- RAMOS, Guiomar. Um cinema brasileiro antropofágico? (1970-1974). São Paulo: ANNABLUME editora, 2008.
- SILVA, Alberto da. Genre et dictature dans le cinéma brésilien: les films d'Ana Carolina et Arnaldo Jabor. Paris: Editions Hispaniques, 2016.
- TODA Nudez Será Castigada. Direção de Arnaldo Jabor. Rio de Janeiro: Empresa Brasileira de Filmes S.A. (Embrafilme), 1973 (103 min.).
- TUDO Bem. Direção de Arnaldo Jabor. Rio de Janeiro: Embrafilme; Sagitário Produções Cinematográficas Ltda.; Embrafilme – Empresa Brasileira de Filmes S.A., 2006 (111 min.). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=aAtFNR-yeKII>. Acesso em: 25/02/2019.
- VESENTINI, Carlos Alberto. A teia do fato: uma proposta de estudo sobre a memória histórica. São Paulo: Hucitec, 1997.
- WEFFORT, Francisco. Por que democracia? São Paulo: Editora Brasiliense, 1984

PARA VER “ADELANTE”: Uma visão da cobertura da migração venezuelana na imprensa brasileira sob as lentes do Jornalismo de Paz

RODRIGO BORGES DELFIM⁸⁰ (UMESP)

ORIENTADORA: PROF. DR^a. CILENE VICTOR DA SILVA⁸¹ (UMESP)

RESUMO: Apesar de sua importância histórica e contemporânea, as migrações muitas vezes são vistas de modo depreciativo, especialmente quando compreendem pessoas que se deslocam de países do chamado Sul Global para as grandes potências econômicas. Esse olhar negativo também se faz notar na mídia, com a reprodução de valores, declarações e narrativas que desconsideram o contexto mais amplo da migração - seja nas causas como em suas implicações. A partir desse contexto, este artigo tem como objetivo mostrar o Jornalismo de Paz como um caminho possível para qualificação da abordagem desse fenômeno junto aos meios de comunicação, tomando a migração venezuelana como exemplo.

PALAVRAS-CHAVE: jornalismo de paz; migração venezuelana; refugiados

Introdução

Embora a migração seja um fato essencialmente humano, ela é constantemente interpretada sob uma visão soberanista, securitária, nacionalista e

80 Mestre em Comunicação Social pela Universidade Metodista de São Paulo e pesquisador do grupo de pesquisa Jornalismo Humanitário e Media Interventions, e graduado em Jornalismo pela PUC-SP. Tem focado em temas ligados à política internacional e nacional, deslocamentos humanos e políticas públicas. É fundador e responsável pelo portal MigraMundo, site de jornalismo independente especializado em notícias sobre migrações no Brasil e no exterior.

81 Professora titular do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Metodista de São Paulo (UMESP), onde é uma das líderes do grupo de pesquisa “Jornalismo Humanitário e Media Interventions” e docente do curso de graduação em Jornalismo. É também professora da Faculdade Paulus de Comunicação - FAPCOM.

xenófoba, que coloca o migrante como um estranho à porta e, portanto, algo a ser evitado (BAUMAN, 2017). Um tratamento que se faz notar tanto no contexto global quanto no brasileiro. Além disso, há o desafio de superar uma visão da migração como algo de âmbito particular de cada nação para uma abordagem que contemple sua interface internacional e global, sem perder de vista as ações que esse movimento gera no contexto local.

Via de regra, o tratamento jornalístico adotado na cobertura da migração e sua repercussão têm contribuído para reforçar o que Bauman (2017) chamou de “pânico moral”, na acepção de Cohen (1972). Alguns exemplos das consequências desse pânico moral disseminado acerca das migrações podem ser notados em pesquisas recentes de opinião. Em 2018, um levantamento conduzido pelo Instituto Ipsos indicou que as sociedades nacionais tendem a superestimar a presença de imigrantes em relação à população total de um país. Dos 37 países pesquisados, apenas três não apresentaram uma percepção do número de imigrantes no país acima da realidade (IPSOS, 2018). No Brasil, por exemplo, a visão da sociedade é de que, em cada 100 pessoas, 30 seriam imigrantes - a proporção real à época, no entanto, era bem menor, de 0,4%.

Ainda no caso brasileiro, tal percepção distorcida refletiu diretamente no resultado de uma outra pesquisa, elaborada também em 2018 pelo Instituto Datafolha. Nela, 67% dos entrevistados se disseram favoráveis a um endurecimento no controle de entrada de imigrantes no país (MANTOVANI, 2018).

A migração venezuelana no Brasil

Pelo menos desde 2015, a Venezuela vivencia uma crise generalizada que tem levado a um acentuado êxodo da população para outros países, especialmente os localizados na América do Sul, incluindo o Brasil. Naturalmente, a migração venezuelana em direção ao território nacional se tornou uma pauta presente nos meios de comunicação.

De acordo com dados compilados pela Plataforma Regional de Coordenação Interagencial Response for Venezuelans, a R4V, existem cerca de 351 mil venezuelanos vivendo no Brasil, sendo 229 mil com autorização de residência no Brasil, 48.789 na condição de refugiados e outros 92 mil aguardando resposta sobre o pedido de refúgio (R4V, 2022, online). Com sobras, os venezuelanos representam atualmente a maior população refugiada no Brasil e o principal fluxo migratório em direção ao país na atualidade, que conta com aproximadamente 1,3 milhão de imigrantes (OBMigra, 2021). Por outro lado, vale a ressalva que o Brasil é o quinto maior destino dos venezuelanos que deixam a Venezuela, atrás de Colômbia, Peru, Equador e Chile.

Esse fluxo migratório tem levado tanto à criação de políticas públicas locais e em nível nacional para sua gerência quanto despertado interesse dos veículos de comunicação e de agentes públicos com envolvimento no tema. Essa relação, contudo, é carregada de tensão e não é raro ver o jornalismo como um meio amplificador dessas tensões. Por outro lado, em vez de atuar como gasolina em relação ao fogo, potencializando-o, ele também pode funcionar como água, colaborando para seu controle.

O principal ponto de entrada dos venezuelanos no Brasil é o estado de Roraima, o mais ao norte no território nacional. O ingresso por terra se dá especialmente entre as cidades de Santa Elena de Uaurén, no lado venezuelano da fronteira, e Pacaraima, já no lado brasileiro, em um movimento que foi ganhando intensidade especialmente a partir de 2016. A presença venezuelana em Roraima e a necessidade de conferir uma resposta rápida a essa demanda levou ao Estado instituições nacionais e internacionais que passaram a se debruçar sobre o tema, com o intuito de oferecer atendimento emergencial e assistência aos venezuelanos, especialmente nas cidades de Boa Vista e Pacaraima. Essa acolhida e demais ações destinadas ao gerenciamento da migração venezuelana, no entanto, convivem com um ambiente de tensão junto à população local, que em diversos momentos se manifesta de modo hostil ou mesmo violento fisicamente contra os migrantes venezuelanos (SARMENTO e RODRIGUES, 2018).

Um dos casos mais emblemáticos ocorreu em 18 de agosto de 2018, em Pacaraima. Em reação a um assalto e agressão a um comerciante local, que teria sido cometido por venezuelanos, parte da população da cidade foi às ruas protestar contra os migrantes do país vizinho. O ato foi seguido por ações de vandalismo e violência verbal e física contra venezuelanos que estavam nas ruas, que tiveram pertences queimados. Cerca de 1.200 nacionais do país vizinho foram expulsos para o lado venezuelano da fronteira, o que foi celebrado pelos manifestantes brasileiros com a entonação do Hino Nacional Brasileiro (MENDONÇA, 2018).

A presença de venezuelanos em Roraima tornou ainda mais evidente a precariedade dos serviços públicos disponíveis no Estado, como saúde, educação e habitação. Além de atender à demanda local, esses serviços também começaram a ser utilizados pelos migrantes que chegavam do país vizinho. Além disso, os venezuelanos passaram a ser vistos por parte dos roraimenses como concorrentes no mercado de trabalho (MENDONÇA, 2018). Esse elemento também é usado como elemento por políticos locais, que defendem medidas como a construção de “campos de refugiados” em Roraima para que estes sejam retirados das ruas das cidades roraimenses (AGÊNCIA SENADO, 2019), ou mesmo o fechamento da fronteira com a Venezuela

como formas de lidar com o fluxo migratório.

Tal cenário se tornou ainda mais complexo sob o signo da pandemia de Covid-19, na qual os venezuelanos foram alvo das restrições mais severas para ingresso em território brasileiro, a despeito do próprio governo federal reconhecer o país vizinho desde junho de 2019 como local de grave e generalizada violação de direitos humanos. As medidas restritivas destinadas especificamente aos venezuelanos só foram abolidas em junho de 2021, depois de seguidos protestos de entidades da sociedade civil e do próprio Judiciário, quando provocado por essas associações (DELFIM, 2021).

Soma-se ainda a esse contexto o fato de a migração, mesmo sendo explorada de forma oportunista por determinadas figuras públicas, em nível municipal, estadual ou federal, não ser compreendida como uma questão social a ser tratada de forma propositiva. Apesar do crescimento do debate público e político a seu respeito, a elaboração de políticas para a população migrante permanece pouco desenvolvida e tem sido composta, basicamente, por ações pontuais e de caráter emergencial, ao passo que o fenômeno demanda, sobretudo, ações de caráter duradouro. O caso da migração venezuelana levou à criação da Operação Acolhida, em abril de 2018, com o intuito de redistribuir os imigrantes do país vizinho que chegam a Roraima para outros Estados brasileiros, mas a capacidade dessa ação vai pouco além desse objetivo.

O jornalismo diante das migrações

Importante teórico das migrações, o sociólogo franco-argelino Abdelmalek Sayad sentencia que “não se pode escrever inocentemente sobre a imigração e sobre os imigrantes”, “sem se interrogar acerca do estatuto social e científico desse objeto” (SAYAD, 1998, p.21). E também questiona: “Como fazer uma sociologia do pequeno sem que essa sociologia seja pequena”? (SAYAD, 1998, p.22). Essa provocação também cabe ao jornalismo, considerando o seu papel como esfera pública e como gerador de memória sobre os fatos que noticia. E a temática migratória, que ganhou destaque no Brasil especialmente ao longo da última década, impulsionada sobretudo pela migração haitiana e venezuelana, que será foco deste artigo, é um exemplo dessa problematização.

Os acontecimentos de agosto de 2018 em Pacaraima, bem como outros fatos marcantes da migração venezuelana no Brasil, se encaixam bem na provocação feita por Sayad, além de levantarem um necessário debate sobre como o jornalismo pode contribuir para evitar tal clima de animosidade, ajudando a levar esclarecimento sobre um tema complexo e multifacetado como

a migração. Afinal, cabe ao profissional desta área o desafio de traduzir um conhecimento que ainda soa cifrado para um público leigo, ainda concorrendo com teorias equivocadas e a forte disseminação de desinformação. Essa tarefa de tradução é facilitada à medida que o jornalista se apropria do tema, podendo explicar tanto as origens das questões debatidas quanto possíveis caminhos para sua superação. Por outro lado, ignorar tais ferramentas e se deixar levar “ao sabor da corrente”, como declarações públicas sem o devido contexto, levam ao caminho oposto e geram um círculo vicioso.

O entendimento sobre as migrações que chega ao grande público passa constantemente pela intermediação do jornalismo e de seus agentes, entre eles jornalistas, redatores, fotógrafos e editores. Na visão de Traquina, o jornalista é “participante ativo na definição e construção de notícias e, por consequência, na construção da realidade” (TRAQUINA, 2005, p.58). Na prática, no entanto, a realidade deixa dúvidas acerca dessa consciência do papel do jornalista na construção dessa realidade, o que tem sido objeto constante de pesquisa.

Deve-se ter em vista que, ao abordar a temática migratória, o jornalista se vê diante dos motivos que levam a pessoa a se deslocar. Dessa forma, entra em contato com seu sofrimento, aumentando a complexidade do assunto e exigindo desse profissional da comunicação um exercício de compreensão da realidade que somente uma abordagem humanitária tem sido capaz de dar conta (VICTOR, 2018). Ou seja, o jornalista precisa ao menos levar em conta a dimensão humana em seu trabalho, da ideia de pauta ao resultado final de uma reportagem. Ainda, em complemento à visão humanitária, está ao alcance do jornalismo e de seus profissionais adotar práticas que se esquivam da promoção dos discursos de ódio e dos conflitos não construtivos, preceitos do jornalismo de paz (VICTOR, 2018)

Esse novo olhar e práticas sobre temas humanitários, por outro lado, se chocam com os critérios tradicionais de noticiabilidade, que tendem a normalizar situações trágicas que persistem por um longo tempo, especialmente quando reportadas sem uma contextualização apropriada (VICTOR, 2018). As migrações precipitadas e potencializadas pelas desigualdades globais, conflitos e perseguições diversas se inserem nesse cenário e, portanto, correm o risco de serem normatizadas pelos padrões correntes para definição de notícia. Logo, a renovação do olhar e da abordagem sobre temas humanitários, orientando-as para uma visão mais ampla e propositiva, passam por repensar o fazer jornalístico, sem perder de vista a objetividade necessária a essa prática.

O Jornalismo de Paz

Uma dessas novas lentes possíveis e propostas por esta pesquisa é expressa pelos estudos e práticas do Jornalismo de Paz. O termo e o conceito foram desenvolvidos a partir dos anos 1970 pelo sociólogo norueguês Johan Galtung, um dos expoentes globais dos estudos ligados à paz. Trata-se de uma série de iniciativas, disseminadas em diferentes áreas do saber, empenhadas em conceder respostas às interrogações sobre as causas que desencadeiam ações violentas, bem como apresentar propostas que incidam sobre a sua superação. Dessa forma, visa-se fazer valer os preceitos para o fomento de uma “cultura de paz”, em diálogo com o que prevê o artigo 7º da Resolução A/RES/53/243 de 1.999 da Assembleia Geral das Nações Unidas, que aponta justamente para o papel informativo e educativo dos meios de comunicação como elementos para esse fim. Já o artigo 8º do mesmo documento reforça essa importância, ao incluir os jornalistas como um dos agentes que possui papel-chave para a implementação e promoção dessa cultura de paz (ONU, 1999).

Embora muito associada pura e simplesmente à ausência de guerras, a paz é conceitualmente mais complexa, com pelo menos duas grandes ramificações apresentadas por Galtung (1984), a paz negativa e a paz positiva. A primeira compreende simplesmente a ausência de conflitos, ignorando os fatores que levam a esse estado. Já a segunda é entendida tanto pela compreensão dos entremeios desses embates quanto pelos ideais de equilíbrio, cooperação e integração. Ou seja, a paz positiva rejeita fortemente o silêncio sobre os conflitos, pois entende que a superação destes depende do debate e da ação sobre suas causas e efeitos.

Pelo seu caráter investigativo e questionador da realidade, bem como pela capacidade de contar histórias, de contextualizar e relacionar fatos, o jornalismo se encaixa como uma importante ferramenta para o fomento a um ambiente favorável à paz positiva. Para tal, o Jornalismo de Paz busca entender as origens de um determinado conflito e suas nuances para que se possa vislumbrar os caminhos alternativos para sua solução. Uma tarefa que é obtida por meio da aplicação de preceitos básicos de um bom jornalismo, como a contextualização e a checagem de fatos, o entendimento e apresentação correta de dados concretos e a polifonia, ou seja, a abertura de espaço para múltiplas vozes envolvidas.

Victor e Sanches (2020) acrescentam ainda que esse novo meio de enxergar e operar a prática jornalística, expressa pelo Jornalismo de Paz, surgiu com o intuito inicial de se opor à tendência da imprensa mundial de privilegiar a cobertura da guerra, polarizada entre vitória e derrota, violência e propagan-

da – em seu sentido marxista –, assim como também as causas promovidas pelas elites e establishments (VICTOR; SANCHES, 2020, p. 234). Semelhante percepção já era apontada anos antes também por Lynch e McGoldrick (2007) a respeito da cobertura jornalística ter uma tendência a supervalorizar respostas violentas e menosprezar as não-violentas, além de enfatizar as declarações oficiais, conforme identificaram em seus estudos sobre o jornalismo de paz, atualizando os postulados de Galtung (LYNCH; MCGOLDRICK, 2007). Outro elemento que reforça o Jornalismo de Paz como uma alternativa para a cobertura das migrações é o fato de propor uma cobertura distinta daquela que basicamente gira em torno de eventos factuais e do declaratório de figuras públicas, sem um devido aprofundamento da questão.

Dada a amplitude de fatores presentes na questão migratória, um processo em constante transformação, o Jornalismo de Paz emerge como um caminho no mínimo interessante para um melhor entendimento desse movimento humano e social. Pela sua própria natureza de questionar e buscar respostas sobre as origens de um conflito para entender os caminhos possíveis para sua solução, o Jornalismo de Paz vai além da cobertura meramente factual e centrada em figuras oficiais que costuma ser aplicada ao fenômeno migratório. Ao mesmo tempo, deixa claro que modelos convencionais de Jornalismo vêm se mostrando insuficientes para dar conta dessa complexidade que permeia a questão migratória e demandam alternativas.

A partir de Galtung, Lynch e McGoldrick, Youngblood (2017) elencou dez elementos básicos que caracterizam o Jornalismo de Paz, aplicado às migrações:

1. Considere as consequências. Pergunte-se qual o impacto que a entrevista ou história pode ter no bem-estar dos migrantes e refugiados, de suas famílias e de outros migrantes, além da capacidade de organizações não-governamentais e agências internacionais de atender as necessidades básicas dos migrantes;
2. Dê margem de manobra para garantir anonimato ou dar apenas o primeiro nome em entrevistas, de forma a preservar a identidade do entrevistado quando necessário, levando-se em conta que pessoas deslocadas e suas famílias podem ser alvos de perseguição e outros tipos de violência caso suas identidades reais sejam divulgadas;
3. Seja simpático e facilite discussões sobre traumas e outros eventos sensíveis ao migrante;

4. Evite disseminação de propaganda, independente da fonte, isso porque mesmo refugiados e aqueles que trabalham junto a eles já possuem suas próprias agendas de interesses;
5. Em campos de refugiados, seja especialmente cuidadoso para evitar a disseminação de falsos rumores;
6. Não use linguagens e imagens que reforcem estereótipos, racismo, sexismo e xenofobia;
7. Sempre peça permissão antes de tirar qualquer fotografia - lembre-se do item 2 desta lista
8. Investigar propriamente e reportar histórias de refugiados que oferecem contra-narrativas que desmascaram estereótipos e desafiam narrativas negativas.
9. Fazer parcerias e empregar parceiros antes que sejam eles mesmos migrantes e refugiados
10. Humanize os indivíduos e suas histórias. Procure por exemplos que ilustrem grandes estatísticas ou tendências. (YOUNGBLOOD, 2017)

Uma análise da cobertura da migração venezuelana

Para melhor entendimento de como o Jornalismo de Paz contribuiria para uma abordagem mais sensata das migrações, esta pesquisa optou por analisar de forma quantitativa a cobertura feita sobre a migração venezuelana pelos três maiores jornais impressos brasileiros, a Folha de S. Paulo, O Estado de São Paulo e O Globo, à luz dos preceitos do Jornalismo de Paz citados por Youngblood (2017). Para este primeiro retrato, os veículos foram analisados a partir das fontes utilizadas para a elaboração de cada material publicado. São elas: fontes oficiais, os próprios venezuelanos; a sociedade civil organizada e outras entidades de fiscalização ligadas ao tema migratório; e especialistas.

Embora baseados na Região Sudeste, a milhares de quilômetros do epicentro da migração venezuelana, tais veículos ostentam uma reputação nacional que confere um peso especial à cobertura realizada por esses jornais. Ao mesmo tempo, essas três organizações de mídia contam com uma estrutura multimídia que permite uma abordagem mais abrangente do tema migratório, além de servirem como referência sobre como o assunto começou a ser

tratado quando ganhou projeção nacional.

Como a migração venezuelana é um processo ainda em curso, especialmente em razão da proximidade com o Brasil e pela profundidade da crise que atravessa, esta pesquisa optou por analisar as reportagens publicadas nesses veículos, relacionadas a quatro eventos considerados principais para entendimento desse fluxo migratório contemporâneo:

1. outubro de 2016 a março de 2017: contempla o início de uma cobertura de caráter nacional da migração venezuelana e a repercussão de tentativas de lidar com esse fluxo, como a deportação em massa de imigrantes venezuelanos indígenas da etnia warao e a reação contrária de organismos como o Ministério Público Federal;
2. abril de 2018: início oficial da interiorização de venezuelanos para outras regiões do Brasil, organizada pela Operação Acolhida;
3. agosto de 2018: contempla os acontecimentos relacionados ao dia 18 do referido mês, quando venezuelanos foram atacados por brasileiros e expulsos de Pacaraima pela população local;
4. março de 2020 a junho de 2021: período que compreende o início da pandemia de Covid-19 e das restrições adicionais em relação aos venezuelanos ao final da vigência dessas medidas.

Considerando os três veículos e os quatro períodos selecionados para análise, esta reportagem levantou a publicação de 122 reportagens e notas escritas, excluindo outros tipos de materiais, como artigos de opinião e registros fotográficos. Dentre esse montante, 52 textos, ou 42% do total, se referem aos acontecimentos de agosto de 2018, sendo o assunto que mais despertou interesse das organizações de mídia. Esse elemento reforça a postura adotada mais frequentemente pelos meios de comunicação de destinar uma maior atenção às questões na fronteira Brasil-Venezuela justamente quando motivada por acontecimentos violentos, como os que se sucederam em Pacaraima.

Por outro lado, os demais períodos tiveram uma cobertura bem menos constante dos veículos analisados. Eles contemplam medidas, ainda que limitadas, de gerenciar o fluxo venezuelano, como a interiorização, e as portarias que, ora concederam autorização de residência, ora fecharam a fronteira por causa da pandemia de Covid-19. Durante o intervalo mais longo sob análise desta pesquisa, de março de 2020 a junho de 2021, que engloba a fase agu-

da da pandemia de Covid-19 e as primeiras medidas de flexibilização, foram apenas 35 das 135 matérias identificadas.

As fontes oficiais, que contemplam agentes públicos em geral e autoridades dos poderes executivo e legislativo foram ouvidas e incluídas em 94 dos 122 textos analisados, o que corresponde a 77%, mais de dois terços do total, sendo de longe a principal fonte utilizada pelos meios de comunicação analisados. Desse montante, ainda 56, ou 41,5% do total, tinham as informações fornecidas por organismos oficiais como únicas fontes. Quando considerado o total de matérias com uma única fonte, esse número chega a 89, representando 72%.

Por outro lado, os venezuelanos foram citados como fontes das reportagens em 36 das 135 analisadas, o equivalente a 26% do total. Embora uma parte considerável das reportagens traga esse grupo entre as partes ouvidas, ele costuma aparecer nesses meios de comunicação sob um aspecto meramente assistencialista e secundário. Dentro dos períodos analisados, não foi encontrada nenhuma reportagem ou nota com valorização de habilidades e outros aspectos positivos da pessoa migrante do país vizinho.

Além disso, um outro elemento que salta aos olhos no conjunto das reportagens publicadas acerca da migração venezuelana nos recortes analisados é a quase ausência de fontes que procurem trazer um entendimento sobre essa movimentação, especialmente pesquisadores. Das 122 reportagens e notas publicadas, apenas nove, ou seja, 7,3% do total analisado, contavam com esse olhar externo sobre o fenômeno migratório. Por fim, 39 dos textos, ou 28% do total analisado, continham manifestações de algum representante da sociedade civil local ou de organizações oficiais que atuam como fiscalizadoras do poder público, como a Defensoria Pública da União, o Ministério Público Federal e agências da ONU, especialmente o ACNUR e a OIM. Esse grupo, na prática, foi o que mais atuou como contraponto às fontes oficiais, quando acionado e incluído no material publicado pelos veículos analisados, o que aconteceu em pouco mais de um quarto das ocorrências.

O levantamento apontou que apenas 14 das 122 reportagens e notas continham três ou mais tipos de fontes consultadas a publicadas, 11% do total. Especialmente pelo seu caráter complexo, as migrações demandam, sempre que possível, uma gama maior de olhares para ser melhor compreendido, seja pelo próprio jornalista, seja pelo veículo de comunicação e pelo público leitor.

Mesmo sendo preliminares e permitindo ainda uma série de outros cruzamentos e reflexões, os dados citados neste artigo acerca das reportagens publicadas nos jornais analisados sobre a migração venezuelana são sufi-

cientos para demonstrar que a cobertura feita a respeito do tema tem batido de frente com algumas das principais recomendações do Jornalismo de Paz destinadas a qualificar o conteúdo produzido sobre as migrações.

Considerações finais

Embora o volume de material levantado pela pesquisa exclua a hipótese do tema da migração venezuelana constituir algo ignorado pelos meios de comunicação, sua análise mostra que a quantidade não significa necessariamente uma cobertura de qualidade sobre o tema. A pouca variedade de fontes consultadas, a falta de um contraponto às declarações oficiais e teores questionáveis que venham a apresentar, o enfoque em situações de violência e a posição subalterna oferecida ao migrante venezuelano estão entre os elementos que levam essa cobertura a montar para o público leitor um cenário negativo acerca do fenômeno. Dessa forma, reforça-se junto à sociedade a migração como um problema político, de segurança pública ou mesmo de soberania nacional, quando o próprio marco normativo nacional, expresso sobretudo pela Constituição Federal, Lei de Migração e Lei de Refúgio, aponta justamente o contrário, ao prever uma abordagem com foco nos direitos humanos.

Partindo dessas reflexões advindas tanto dos estudos e práticas do jornalismo como de outros campos do saber, fica evidente a contribuição que o jornalismo pode dar à sociedade - em âmbito local e global - quando aborda as migrações de forma sensata, ajudando a fomentar uma opinião pública lúcida a respeito da questão (VICTOR, 2021). E trazendo o debate para o cenário brasileiro, a migração venezuelana se encaixa perfeitamente como um estudo de caso para aplicação prática dessa ferramenta.

Por fim, cabe aos jornalistas conferir sentido para o leitor local sobre o porquê deste ou daquele assunto externo ser importante a ponto de ter espaço em um determinado veículo de comunicação. Uma tarefa que se torna ainda mais desafiadora quando se vive uma situação de interregno, como bem definem Bauman e Mauro (2016), na qual o que era parâmetro no passado não serve mais, e tampouco se tem clareza sobre quais serão os que nortearão o futuro. E poucos temas deixam esse interregno tão em evidência quanto a migração.

A migração, pelo seu caráter transdisciplinar e multifacetado, serve como grande pretexto e estímulo para aplicação desse novo olhar possibilitado pelo Jornalismo de Paz. Em uma analogia ao gosto do que costuma fazer Galtung para exemplificar a aplicação dos estudos para a paz, os óculos podem combinar diferentes tipos de lentes para propiciar ao seu usuário uma

visão mais nítida da realidade, corrigindo problemas de visão gerados por questões como astigmatismo e miopia ou hipermetropia. Da mesma forma, as lentes do jornalismo de paz, associadas a um olhar mais humanizado sobre um tema essencialmente humano, oferecem elementos que permitem um entendimento mais claro do fenômeno migratório, bem como possíveis caminhos para lidar ou mesmo superar as situações de violência e outros tipos de conflito em meio a ele. Esses recursos e novas lentes, por sua vez, são repassados ao público que terá acesso ao material produzido pelo jornalista, ajudando a criar um ciclo mais saudável de notícia e difusão de conhecimento e informação.

Referências

- AGÊNCIA SENADO. Chico Rodrigues sugere criação de campo de refugiados venezuelanos em Roraima. 18.nov.2029. Disponível em: <https://bit.ly/3O5TKmQ>
- AGNEZ, Luciane Fassarella. Correspondente internacional: uma carreira em transição. Appris Editora, 1ª edição. Curitiba, 2017
- BAUMAN, Zygmunt. Estranhos à nossa porta. Rio de Janeiro: Zahar, 2017
- _____; MAURO, Ezio. Babel: entre a incerteza e a esperança. Rio de Janeiro: Zahar, 2016
- FGV DAPP. Análise de redes sobre imigrantes venezuelanos aponta para o desafio migratório em Roraima. Março 2018. Disponível em: <https://bit.ly/3Gh5Er0>
- IPSOS, Instituto. Perigos da Percepção 2018. Disponível em: <https://bit.ly/3hWJoYI>
- LYNCH, J.; MCGOLDRICK, A. Peace Journalism. In: WEBEL, C.; GALTUNG, J. (Orgs.). Handbook of Peace and Conflict Studies. Nova York: Routledge, 2007. p. 248-264.
- MANTOVANI, Flávia. 67% dos brasileiros defendem maior controle da entrada de imigrantes. Folha de S.Paulo, 28.dez.2018. Disponível em: <https://bit.ly/3ISSbMJ>
- MENDONÇA, Heloísa. O “monstro da xenofobia” ronda a porta de entrada de venezuelanos no Brasil. El País Brasil, 27.ago.2018. Disponível em: <https://bit.ly/3NJk1aP>
- NATALI, João Batista. Jornalismo Internacional. São Paulo, Contexto, 2004
- SARMENTO, Gilmara; RODRIGUES, Francilene. Entre a acolhida e o rechaço: breves notas sobre a violência e os paradoxos da migração venezuelana para o Brasil. In: BAENINGER, Rosana; JAROCHINSKI, João Carlos (coord). Migrações Venezuelanas. Editora da Unicamp, Campinas, 2018, p. 242-249
- ONU; AG. Resolução n.53/243 – Declaração sobre uma Cultura de Paz. 6.out.1999 Disponível em: <https://bit.ly/3zxCtPf>
- SAYAD, Abdelmalek. A imigração e os paradoxos da alteridade. São Paulo: Edusp, 1998

- TRAQUINA, Nelson. Teorias do Jornalismo. Porque as notícias são como elas são. 2.ed. Florianópolis: Insular, 2005
- _____. Teorias do Jornalismo. A tribo jornalística - uma comunidade interpretativa e transacional. Florianópolis: Insular, 2008
- VICTOR, Cilene; SANCHES, Lilian. Crise Humanitária e os Deslocamentos Internos por Conflitos e Desastres sob a Lentes do Jornalismo Humanitário e de Paz. In. Prometeus – Journal of Philosophy. v. 12, n. 34, Sep-dec, 2020, p. 225-245
- VICTOR, Cilene. Perspectives from Latin America. In FENGLER, Susanne; LENGAUER, Monika (eds.). Reporting on Migrants and Refugees: Global perspectives. Erich Brost-Institute for International Journalism. Dortmund, 2021
- VICTOR, Cilene. Jornalistas e a lesão moral da pandemia – comunicação de riscos antes do jornalismo humanitário e de paz. In VICTOR, Cilene; SOUSA, Cidoval (org.). A pandemia na sociedade de riscos – perspectivas da comunicação. Edupeb, Campina Grande, 2021
- YOUNGBLOOD, S. Peace Journalism principles and practices: responsibly reporting conflicts, reconciliation, and solutions. Nova York: Routledge, 2017.

O ADOLESCENTE NOS SERVIÇOS DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS NO MUNICÍPIO DE OSASCO⁸²

ANA CAROLINE DE JESUS (FAPCOM)

GISLAINE BARBOSA DOS SANTOS (FAPCOM)

TACIANA DA PAZ FREITAS (FAPCOM)

ORIENTADORA: PROF.^a. SAMARA KELLY XAVIER E SILVA⁸³

RESUMO: Este trabalho teve como objetivo compreender o acesso do adolescente inserido no Sistema Único de Assistência Social especificamente na proteção social básica nos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos do município de Osasco em São Paulo. A análise se concentrou no SCFV partindo da hipótese de que os serviços específicos para adolescentes estariam concentrados na proteção especial quando as situações de violação de direitos já se concretizaram, deste modo o trabalho de prevenção aos riscos e vulnerabilidades junto a esse público não estaria se concretizando na proteção social básica. Foi realizada uma pesquisa qualitativa mista entre análise bibliográfica e pesquisa de campo. A pesquisa bibliográfica buscou compreender os conceitos de adolescência, adolescência no Brasil, e, os

82 Artigo apresentado à Faculdade Paulus de Tecnologia e Comunicação (FAPCOM) como projeto de conclusão de curso de pós-graduação / Lato Sensu em Gestão de Serviços do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), sob orientação da Professora Mestre Samara Kelly Xavier e Silva.

83 Graduada em licenciatura plena e bacharelado em História pela Universidade Estadual Paulista - Júlio de Mesquita Filho. Tem experiência na área de História, com ênfase em História Oral, memória e teoria social marxiana e marxista. Mestre em Serviço Social pela PUC-SP, especialista em Trabalho Social com Famílias pela FAPSS-SP. Professora de ensino fundamental II e médio do SESI São Bernardo do Campo-SP.

marcos normativos a respeito dessa temática, em especial sobre como os adolescentes são atendidos no SUAS. Os resultados da pesquisa de campo demonstram que ainda que na teoria crianças e adolescentes tenham prioridade de acordo com o ECA, na prática os adolescentes não recebem a mesma atenção destinada às crianças.

Palavras-chave: Adolescente, SCFV, Assistência Social

Introdução

A partir da Constituição de 1988, o país passa a ter uma perspectiva de construção de um padrão público universal de proteção social, conforme citado no artigo 6º que são direitos sociais: a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados.

No artigo 227 da CF/88, institui que “É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à dignidade, ao respeito, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Com a promulgação da Constituição Federal, a Assistência Social passa a fazer parte do tripé da Seguridade Social, que engloba as áreas de Saúde, Previdência e Assistência Social. Sendo este um dos mais importantes progressos na política social do país. Assim, a assistência social, agora como política de direitos, se insere no campo da responsabilidade estatal, rompendo com os laços históricos de atendimento à criança e adolescente, e a população em geral com cunho de benemerência, exercido caridosamente por aqueles que se compadecem com a situação de exclusão do outro. Porque a partir da Constituição Cidadã rompe-se com o paradigma da doutrina da situação irregular instituída pelos Códigos de Menores, para inaugurar o paradigma da doutrina da proteção integral. O Estado, sem entrar no mérito da discussão quanto à qualidade das ações, se torna o agente articulador da implantação e execução dos direitos sociais ao cidadão brasileiro.

O Estatuto da Criança e do Adolescente promulgado em 1990, considerada uma lei inovadora que teve a participação dos cidadãos nos processos, formulação, execução e monitoramento das políticas públicas de atendimento à infância e à adolescência. Destacamos seus princípios fundamentais:

- + **Proteção Integral:** abrangendo os aspectos que lhes garantam um desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social em

condições de liberdade e de dignidade.

- + Corresponsabilidade: Família, Sociedade e Estado
- + Prioridade Absoluta: em todos os campos (proteção e socorro, atendimento nos serviços públicos, políticas sociais, destinação de recursos públicos, na justiça). Requer presteza, dando a brevidade desse período etário de formação.
- + Condições peculiares de desenvolvimento: A criança é sujeito de direitos do presente: pessoa em processo de formação e desenvolvimento, requerendo presteza devido a brevidade desse período etário (formulação gradativa de juízos e valores não instantâneos aos 18 anos.)

É importante ressaltar que não existe uma hierarquia entre as esferas da família, sociedade e Estado, sendo assim todos são responsáveis pelas crianças e adolescentes.

1.1 Concepções da adolescência

Para falar sobre o público adolescente é importante entender esse fenômeno do desenvolvimento, a adolescência, tema abordado tanto no cotidiano das pessoas como em estudos e pesquisas. Conforme consta no dicionário da língua portuguesa Aurélio (2000, p.18) adolescência significa: “período da vida humana que começa com a puberdade e se caracteriza por mudanças corporais e psicológicas, estendendo-se, aproximadamente, dos 12 aos 20 anos”.

Já a Organização Mundial da Saúde define:

A adolescência é a etapa da vida compreendida entre a infância e a fase adulta, marcada por um complexo processo de crescimento e desenvolvimento biopsicossocial. A Organização Mundial da Saúde circunscreve a adolescência à segunda década da vida (de 10 a 19 anos) e considera que a juventude se estende dos 15 aos 24 anos. Esses conceitos comportam desdobramentos, identificando-se adolescentes jovens (de 15 a 19 anos) e adultos jovens (de 20 a 24 anos). (Brasil, 2007, p. 7)

Já o Estatuto da Criança e Adolescente (Lei nº8069/1990), em seu artigo 2º Considera-se criança, para os efeitos desta lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade. Destacamos ainda nesta lei o artigo 6º que indica que na interpretação

da lei seja considerada a condição peculiar das crianças e dos adolescentes como pessoas em desenvolvimento.

1.2 Histórico dos Direitos das Crianças e Adolescentes

No Brasil o olhar para a infância e adolescência foi tratado com ações de repressão e institucionalização. O Código de Menores:

Baseava-se na chamada “doutrina da situação irregular”, a qual considerava os menores como objeto de medidas judiciais quando encontrados em situação irregular, ou seja, privados de condições essenciais à sua subsistência, saúde e instrução obrigatória, vítimas de maus tratos, em perigo moral, com desvio de conduta e autores de ato infracional. Em outras palavras, os “menores” eram levados para os tribunais independentemente de sua situação estar vinculada a uma questão social ou a uma questão judicial de conflito com a lei. (ALMEIDA et al., 2008)

Em se tratando do campo da assistência social Sposati (1990, citado por Almeida et al., 2008) aponta que:

A política de proteção à infância absorve características da assistência social da época, ou seja: 1) mantém suas relações travestidas de ajuda; 2) suas práticas mal atingem a opinião pública; 3) ao se constituir em ajuda, põe-se imediatamente no campo do não direito; 4) constitui forma seletiva e discriminada de atenção ao segmento mais pauperizado, mais espoliado da população” (ALMEIDA et al., 2008)

Os autores Almeida et al em resumo afirmam que: “dos anos 1930 até os anos 1980, o que ocorreu na área da infância foi um processo de institucionalização e consolidação das diretrizes e orientações no então Código de Menores” (ALMEIDA et al., 2008).

O Código de Menores de 1927 doutrina da Situação Irregular, destinava-se aos carentes, abandonados, inadaptados e infratores. Visava a Proteção e vigilância, porém a intenção era apenas vigiar, também havia um grande interesse em controle social da pobreza.

Os direitos das crianças e adolescentes tiveram um avanço grande a partir da publicação da Declaração Universal dos Direitos da Criança pela Organização das Nações Unidas em 1959, documento foi ratificado pelo Brasil, em suma a declaração objetivava uma infância feliz, tendo como princípios

a proteção especial para o desenvolvimento físico, mental, moral e espiritual, direito a receber educação gratuita e compulsória (ao menos no grau primário) proteção contra quaisquer formas de negligência, crueldade e exploração, prioridade em atendimentos de saúde, ser protegida de discriminação racial ou religiosa.

O Brasil acompanhou os demais países o que pode ser observado a partir dos marcos normativos mais recentes: Constituição Federal (1988), o Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), a Lei Orgânica de Assistência Social (1993) e o Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária (2006) que estabelece em perspectiva jurídica normativa um olhar diferenciado para a infância e adolescência. Neste sentido, a partir deste momento histórico em cenário nacional concretiza-se a proteção social às crianças e adolescentes com prioridade para o convívio familiar e comunitário estabelecido enquanto direito do cidadão e dever do Estado.

2.1 Política da Assistência Social:

A Política Nacional de Assistência Social – PNAS, define as Proteções afiançadas pela Assistência Social, estabelece uma estrutura que divide a assistência em dois níveis de Proteção: Básica e Especial, sendo que a proteção especial subdividida em média e alta complexidade.

De acordo com a Política Nacional de Assistência Social “A proteção social deve garantir as seguintes seguranças: segurança de sobrevivência (de rendimento e de autonomia); de acolhida; de convivência ou vivência familiar.” (BRASIL, 2004).

A operacionalização desses níveis de proteção foi regulamentada a partir da Resolução do Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS nº 109/2009 que trata da Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais a qual padroniza os serviços das proteções, apresenta os conteúdos essenciais para atendimento nos serviços ofertados pela Política da Assistência Social, estabelecendo as formas de acesso, os objetivos e resultados esperados ao público atendido.

Considerando a categoria adolescente na política da assistência, buscamos compreender por que os adolescentes são “pouco” evidenciados ou quase nunca priorizados, apenas quando cometem atos infracionais ou algo semelhante, quando tem seus direitos violados.

Nesse sentido, entendemos a necessidade de considerar as peculiaridades dos indivíduos e construir mediação, construindo significado mediado da realidade concreta para poder

intervir de maneira eficaz na perspectiva da transformação e/ou superação da mesma. (VERGARA, 2003, p.2)

Adolescentes e suas famílias sofrem as expressões da questão social e a perspectiva da política da assistência social é desenvolver um trabalho social para encerrar o ciclo de violação, garantindo os direitos conforme determina as legislações proporcionando aos adolescentes e suas famílias a inserção na proteção social do município de Osasco.

No que tange ao público a ser atendido podemos verificar que o atendimento e/ou acompanhamento ao adolescente se dá em ambas as proteções. Na Proteção Social Básica no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) e na Proteção Social Especial no Serviço de proteção social a adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de Liberdade e Serviço de Acolhimento Institucional. Apesar de serem destacados estes três serviços os adolescentes são também acompanhados quando suas famílias são incluídas no Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) e/ou Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI), porém os serviços destacados são específicos para adolescentes. A seguir caracterizamos os serviços:

O SCFV é ofertado complementar ao PAIF, funciona no CRAS ou em Centros de convivência, possui caráter preventivo e proativo e os usuários são divididos em grupos e faixas etárias considerando as especificidades dos ciclos de vida. A Tipificação aponta descrição específica para os seguintes grupos: crianças de até 06 anos; Crianças e Adolescentes entre 6 à 15 anos; Adolescentes e Jovens de 15 a 17 anos; Jovens de 18 a 29 anos; Adultos de 30 a 59 anos; Idosos. Sendo assim os adolescentes estão contemplados em 2 grupos do SCFV.

De acordo com a Tipificação Nacional (MDS, 2009), o SCFV para a faixa etária de 6 a 15 anos tem por foco a constituição de espaço de convivência, formação para a participação e cidadania, de modo que se desenvolvam o protagonismo e a autonomia das crianças e adolescentes, a partir de seus interesses, demandas e potencialidades. (SILVA, 2016)

No que diz respeito aos adolescentes entre 15 à 17 anos inseridos nos SCFV há também uma preocupação na formação geral para o mundo do trabalho. “Pela descrição do SCFV, nota-se uma perspectiva em coerência com doutrina da proteção integral à criança e ao adolescente, expressa no ECA, com elementos que contribuem no processo desses sujeitos em direção a uma formação cidadã e integral.” (SILVA, 2016)

Já na Proteção Social Especial são dois os serviços específicos para adolescentes: Serviço de proteção social a adolescentes em cumprimento de me-

dida socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC) – MSE-LA/PSC, o qual tem por finalidade:

Prover atenção socioassistencial e acompanhamento a adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto, determinadas judicialmente. Deve contribuir para o acesso a direitos e para a ressignificação de valores na vida pessoal e social dos adolescentes e jovens. Para a oferta do serviço faz-se necessário a observância da responsabilização face ao ato infracional praticado, cujos direitos e obrigações devem ser assegurados de acordo com as legislações e normativas específicas para o cumprimento da medida.

A Assistência Social atua com contribuição significativa para o acesso aos direitos e ressignificação de valores na vida pessoal e social dos adolescentes e jovens. Para a oferta do serviço faz-se necessário a observância da responsabilização face ao ato infracional praticado, cujos direitos e obrigações devem ser assegurados de acordo com as legislações e normativas específicas para o cumprimento da medida.

A operacionalização relaciona-se ao detalhamento das atividades necessárias à efetivação das decisões tomadas, cabendo aos técnicos sua consubstanciação em planos, programas e projetos, e, na ocasião oportuna, em sistematização das medidas para sua implementação. (BAPTISTA, 2007, p. 23)

Segundo a reflexão de BAPTISTA o acompanhamento social ao adolescente deve ser realizado de forma sistemática, com frequência mínima semanal que garanta o acompanhamento contínuo e possibilite o desenvolvimento do PIA, onde sua operacionalização é necessário a participação do adolescente e da família, devendo conter os objetivos e metas a serem alcançados durante o cumprimento da medida, perspectivas de vida futura, dentre outros aspectos a serem acrescidos, de acordo com as necessidades e interesses do adolescente. “Neste enfoque, o planejamento é a ferramenta para pensar e agir dentro de uma sistemática analítica própria, estudando as situações prevendo seus limites e suas possibilidades propondo objetivos, definindo estratégias.” (BAPTISTA, 2007, p.14)

No acompanhamento da medida de Prestação de Serviços à Comunidade o serviço deverá identificar no município os locais para a prestação de serviços, a exemplo de: entidades sociais, programas comunitários, hospitais, escolas e outros serviços governamentais.

A prestação dos serviços deverá se configurar em tarefas gratuitas e de interesse geral, com jornada máxima de oito horas semanais, sem prejuízo da escola ou do trabalho, no caso de adolescentes maiores de 16 anos ou na condição de aprendiz a partir dos 14 anos. A inserção do adolescente em qualquer dessas alternativas deve ser compatível com suas aptidões e favorecedora de seu desenvolvimento pessoal e social. (BRASIL, 2009).

Por fim, o Serviço de Acolhimento Institucional é outro serviço da Proteção Social Especial, caracterizado como de alta complexidade e quando destinado para crianças e adolescentes e tem a seguinte descrição:

Acolhimento provisório e excepcional para crianças e adolescentes de ambos os sexos, inclusive crianças e adolescentes com deficiência, sob medida de proteção (Art. 98 do Estatuto da Criança e do Adolescente) e em situação de risco pessoal e social, cujas famílias ou responsáveis encontrem-se temporariamente impossibilitados de cumprir sua função de cuidado e proteção. As unidades não devem distanciar-se excessivamente, do ponto de vista geográfico e socioeconômico, da comunidade de origem das crianças e adolescentes atendidos. Grupos de crianças e adolescentes com vínculos de parentesco – irmãos, primos etc., devem ser atendidos na mesma unidade. O acolhimento será feito até que seja possível o retorno à família de origem (nuclear ou extensa) ou colocação em família substituta. (BRASIL, 2009)

3 Análise dos dados

Considerando os serviços específicos para adolescentes na faixa etária compreendida entre os 12 e 18 anos incompletos se concentram na proteção social especial de média e alta complexidade, há a hipótese de que o trabalho de prevenção aos riscos e vulnerabilidades junto aos adolescentes não se concretizaria na proteção social básica, como consequência eles somente são acessados na proteção especial quando a situação de violação já se concretizou. Neste estudo então optamos por buscar compreender como se dá o atendimento e o acompanhamento dos adolescentes na Proteção Social Básica, especificamente nos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos.

Foram enviados e-mails para a Supervisão da Diretoria de Proteção Social Básica e para o Setor de Vigilância Socioassistencial do município de Osasco. Solicitamos alguns dados para nortear a pesquisa, foram três questões:

1. Saber quantos e quais são os SCFV; 2. Desses SCFV quais são específicos para Crianças e Adolescentes; e; 3. Saber a quantidade de atendimentos para crianças e adolescentes.

De acordo com os dados obtidos do setor de Vigilância Socioassistencial dos SCFV são 65 ofertas nas diferentes faixas etárias, sendo 15 para o público de 7 a 14 e outras 11 para adolescentes entre 15 e 17 anos. Ou seja, 23% e 17% respectivamente, das ofertas abrangem adolescentes, porém esse valor não pode ser levado em total consideração, já que não é possível identificar no primeiro grupo (07 a 14 anos) a quantidade real de crianças e adolescentes, já que esse grupo é misto.

A partir dos dados recebidos da Supervisão da Diretoria de Proteção Social Básica - DPSB - reproduzimos a tabela a seguir omitindo o nome das organizações e CRAS a fim de garantir o sigilo das informações para apresentarmos a quantidade de ofertas de serviços.

UNIDADES	META	TOTAL INSERIDO	TOTAL Público Prioritário
OSC1 (Criança)	60	60	32
OSC 2 (Criança)	90	90	80
OSC 3 (Criança)	30	40	18
OSC 3 (Adolescente)	30	20	12
OSC 4 (Criança)	75	92	44
OSC 5 (Criança)	60	60	57
OSC 6 (Criança)	60	91	25
OSC 7 (Criança)	30	51	36
OSC 7 (Adolescente)	40	39	21
OSC 8 (Criança)	60	80	32
CRAS 1 (Criança)	x	69	5
CRAS 1 (Adolescente)	x	6	2
CRAS 2 (Criança)	x	13	7
CRAS 3 (Criança)	x	27	5
Total	535	738	376
Total Criança	465	673	341
Total Adolescente	70	65	35

Curiosamente a DPSB não faz a distinção entre crianças e adolescentes conforme o ECA ao apresentar os dados para esta pesquisa, desta forma considerou o grupo que abrange a faixa etária de 07 a 14 anos como crianças e somente a faixa etária entre 15 à 17 anos como adolescentes. Levando em conta essa divisão sugerida pela DPSB teríamos então inseridas nos SCFV cerca de 10 vezes mais crianças do que adolescentes, sendo 673 crianças e 65 adolescentes. Porém estamos neste estudo utilizando o conceito do ECA que determina como adolescentes as pessoas na faixa etária entre 12 à 18 anos incompletos.

A faixa etária dos 07 a 14 anos abrange crianças e adolescentes, avaliamos inicialmente que essa divisão deixa num “limbo” os adolescentes entre 12 à 14 anos. Visto que por exemplo as atividades propostas para crianças de 8 anos são muito diferentes das propostas para adolescentes de 13 anos, são graus muito distintos do desenvolvimento. Sendo assim, o dado de que seriam 10 vezes mais crianças e adolescentes acaba não sendo real, por considerar criança e adolescente em faixa etária diferente do ECA. Neste ponto é importante destacar que essa divisão que separa grupos entre 07 à 14 anos vem da Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, sendo assim, não se trata de uma problemática exclusiva do município de Osasco.

Após receber dos setores essas informações, foi aplicado um formulário com questões de múltipla escolha e duas questões abertas, via internet direcionadas a profissionais, técnicos ou coordenadores responsáveis pelo atendimento dos adolescentes nos SCFV que possuem termo de colaboração ativo com a Secretária de Assistência Social.

Foram recebidas 6 respostas, consideramos que se trata de uma boa amostragem, foram 4 de organizações sociais e 2 de CRAS, sendo 3 da região norte e 3 da região centro/sul. Responderam à pesquisa: 4 assistentes sociais, 1 terapeuta ocupacional e 1 pedagoga em formação, as quais ocupavam os cargos de Coordenação, Assistente Social e Gestora de Organização. Todos regularmente contratados em regime CLT no caso das organizações sociais e efetivos no caso dos CRAS.

Observamos que pelo menos 4 dos 6 serviços fazem a divisão em subgrupos na faixa etária entre 6 e 15 anos, respeitando as diferenças entre crianças (06 a 09 – 10 a 12) e adolescentes (13 a 14). Deste modo entendemos que essas subdivisões são benéficas aos usuários atendidos, já que as atividades podem ser mais focadas nos diferentes graus de desenvolvimento das crianças e adolescentes.

Assim como as hipóteses que geraram esse estudo os participantes em sua maioria consideraram que os adolescentes não são vistos como público prio-

ritário da política, foram 4 das 6 respostas. Isso pode ser demonstrado inclusive na falta de capacitação profissional. Apenas 1 dos profissionais afirmou ter recebido capacitação específica para atuar com o público adolescente.

Podemos observar que 83% dos participantes afirmou acreditar que os adolescentes evadem mais que as crianças nos SCFV, quando questionados a respeito dos fatores que motivariam a evasão dos adolescentes os participantes em sua maioria, 5 dos 6 associam a evasão dos adolescentes ao fator trabalho, mencionam a dificuldade de manter os adolescentes no SCFV pois esse público estaria interessado em trabalhar e não participar das atividades propostas, devido a fatores de vulnerabilidade social e insuficiente acesso a renda:

“Essa faixa etária procura capacitação profissional, inserção no mercado de trabalho, o SCFV não tem esse cunho, acaba não sendo atrativo e gera evasão”. (Participante 1)

“Diante da situação de vulnerabilidade das famílias, vários adolescentes abandonam o projeto para entrar no mercado de trabalho informal, para tentar suprir as necessidades básicas de sobrevivência do jovem e da própria família” (Participante 3)

“Também frente a urgência de uma colocação no mercado de trabalho, alguns adolescentes trocam o projeto por uma promessa de curso profissionalizante associado a uma vaga de emprego, a grande maioria das vezes, esses cursos são pagos e a própria família se mobilizam tirando o recurso financeiro do orçamento que já é precário.” (Participante 3)

“Xs adolescentes da região que atendemos são pressionados a entrar no mundo do trabalho o quanto antes, assim as atividades propostas muitas vezes são vistas como perda de tempo, tanto por elxs, quanto pelxs responsáveis.” (Participante 6)

Destacamos que 04 dos participantes avaliam que as atividades ofertadas pelos serviços não seriam atrativas, este pode ser apontado como motivos para não participação dos adolescentes bem como a evasão deles. Inclusive alguns dos participantes indicaram a falta de atividades atrativas para essa faixa etária, quando questionados a respeito dos motivos para evasão dos adolescentes nos SCFV:

“Falta de atividades atrativas para a faixa etária.” (Participante 5)

“Há escassez de materiais e meios tecnológicos que possibilitem uma interação atrativa para xs adolescente” (Participante 6)

Também foram 04 o número de participantes que avaliou que as atividades ofertadas não eram inovadoras. Apesar de avaliarem que as atividades não seriam atrativas ou inovadoras, 83% dos participantes avaliaram que o espaço de convivência visa a participação e cidadania e protagonismo dos adolescentes, esse mesmo percentual avaliou que a metodologia utilizada respeitava as diferenças que existem de desenvolvimento emocional, social e intelectual deste público em constante evolução.

Os participantes foram estimulados a expor quais seriam os principais problemas enfrentados para manter os adolescentes nos Serviços, as respostas apresentam sugestões de mudanças para o atendimento deste público, giram em torno de contrapartida financeira para estimular a participação, maior aproximação da família, capacitação, planejamento, recursos tecnológicos, entre outros:

“O maior problema é a ausência do poder público, fragilizando todo o sistema. As famílias enfrentam dificuldades para suprir o mínimo necessário para a sobrevivência.” (Participante 3)

“Aproximar as famílias e ressaltar a importância da atenção e cuidado visto a necessidade de suporte de muitos deles. Ausência de rede de suporte de saúde para identificação de diagnósticos tardio de doenças.” (Participante 1)

Falta de profissional capacitado para trabalho com o público em questão. (Participante 2)

“Escassez de materiais e meios tecnológicos” (Participante 4)

“Acúmulo de funções por parte dxs profissionais, que muitas vezes não conseguem focar no planejamento das atividades”

Podemos observar que apesar de terem como objetivo a participação cidadã, o protagonismo, ofertando uma metodologia que respeita os anseios e necessidades de adolescentes os serviços de convivência e fortalecimento de vínculos não tem conseguido ser atrativos ou inovadores para adolescentes. Trata-se de um público em constante transformação, por um lado anseia por atividades atrativas, que despertem o interesse e a atenção, por outro refletem expressões da questão social, demandando contrapartida financeira, a fim de contribuir com suas famílias.

Considerações Finais

A UNICEF publicou um estudo denominado: “Pobreza na infância e na adolescência”, com base na PNAD – Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílio – de 2015, do IBGE, o qual aponta que 06 em cada 10 crianças e adolescentes brasileiros vivem em situação de pobreza.

“A pobreza na infância e na adolescência tem múltiplas dimensões que vão além do dinheiro, ela é o resultado da inter-relação entre privações, exclusões e as diferentes vulnerabilidades a que meninas e meninos estão expostos e que impactam seu bem-estar” (UNICEF, 2018, p.6).

Para além da questão econômica o estudo demonstra que a maioria das crianças e adolescentes brasileiros têm dificuldade em acessar a direitos sociais. Com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) 2015, foram analisados a renda familiar de meninas e meninos brasileiros de até 17 anos e o acesso deles a seis direitos básicos: educação, informação, água, saneamento, moradia e proteção contra o trabalho infantil. A ausência de um ou mais desses seis direitos coloca meninas e meninos em uma situação de “privações múltiplas” – uma vez que os direitos humanos não são divisíveis, têm de ser assegurados conjuntamente. (UNICEF, 2018).

Diante deste contexto de desproteções que as crianças e adolescentes podem estar submetidos à diversas situações de violação de direitos, a presente pesquisa tem relevância social, buscando revelar como estão sendo inseridos os adolescentes na proteção social básica no município de Osasco. A partir das análises realizadas neste trabalho, podemos concluir que a Política de Assistência Social Municipal de Osasco precisa avançar muito no que diz respeito ao atendimento de adolescentes nos SCFV.

Apesar dos avanços na legislação específica para atendimento de adolescentes nos SCFV, ainda há um sinuoso caminho a percorrer, nos deparamos com uma conjuntura política em que ocorre o desmonte das políticas sociais, especificamente as que atendem crianças e adolescentes. Em Osasco observamos que poucos profissionais têm sido capacitados para pensar e executar as ações junto aos adolescentes, embora haja esforço para que as ações sejam realizadas, os profissionais têm que contar com o máximo da criatividade, já que os recursos são escassos. Assim a oferta das ações enfrenta múltiplos limites, ainda que as ações dos SCFV tenham cunho socioeducativo, seu descumprimento ou a falta de atenção para essa demanda aflige um direito fundamental preconizado na CF de 1988, que é o direito a convivência familiar e comunitária.

Ainda que o ECA não diferencie crianças de adolescentes na prática em

Osasco isso acontece, as crianças têm até 10 vezes mais oferta de SCFV do que os adolescentes. As equipes não recebem treinamento específico para essa faixa etária, muitas vezes focam em atividades em empregabilidade, não sendo adequadas para todos os adolescentes, os mais novos (12 à 14 anos) ficam num limbo, por não estarem sequer na idade de se prepararem para o mercado de trabalho. Os SCFV precisam se atualizar e ofertar atividades atrativas e inovadoras para esse público, investindo em tecnologia e comunicação adequada a eles a fim de manter o interesse nas atividades, diversificar oficinas e propostas, agir com velocidade e ter recursos financeiros para atender as demandas desse público em peculiar situação de desenvolvimento.

Referências

- ALMEIDA, Suely Souza de et al. Da Avaliação de Programas Sociais à Constituição de Políticas Públicas: a área da criança e do adolescente. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008.
- BAPTISTA, Myrian Veras. Planejamento Social: intencionalidade e instrumentação. 2. ed. São Paulo: Veras Editora, 2007.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, [2019]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 1 jun. 2019.
- _____. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 1 jun. 2019.
- _____. Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8742.htm. Acesso em: 1 jun. 2019.
- _____. Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária. Brasília – DF, 2006.
- _____. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Área de Saúde do Adolescente e do Jovem. Marco Legal: Saúde, um Direito de Adolescentes. Série A. Normas e Manuais Técnicos. Brasília, 2007.
- _____. Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. Texto da Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009. Publicada no Diário Oficial da União em 25 de novembro de 2009. Brasília, novembro de 2009.
- _____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. Orientações técnicas sobre o serviço de convivência e fortalecimento de vínculos para crianças e adolescentes de 6 a 15 anos. Prioridade Para Crianças e Adolescentes Integrantes do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil. Brasília: MDS, 2010.

- CHAGAS, Mirela Eufrásio das; FUCHS, Dr^a. Andréa Márcia Santiago Lohmeyer. Convivência Familiar e Comunitária na Proteção Básica: a articulação entre os serviços na garantia de direitos. In: II SEMINÁRIO NACIONAL DE SERVIÇO SOCIAL, TRABALHO E POLÍTICAS SOCIAIS, 2., 2017, Florianópolis. Anais [...]. Florianópolis: UFSC, 2017. p. 01-10. Disponível em:
https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/180019/101_00320.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 01 jun. 2019.
- CRISTO, Lidiane de Aleluia. Proteção Social e Juventude: unificação do Projovem adolescente ao Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV em Manaus. 2017. 173 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2017.
- Declaração Universal dos Direitos da Criança. Disponível em: <https://crianca.mppr.mp.br/pagina-1069.html#>. Acesso em: 04 jan. 2020.
- SILVA, Késsia Oliveira da. 2016. O adolescente como sujeito da política de Assistência Social: A contribuição do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos. Brasília: Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Serviço Social) - Universidade de Brasília, 2016.
- VERGARA, Eva Maria Bitencourt. O significado da categoria mediação no serviço social. Seminário Nacional Estado e Políticas Sociais. UNIOESTE. Paraná, Cascavel: 2003.
- UNICEF (Brasil). Pobreza na Infância e na Adolescência. 2018. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/relatorios/pobreza-na-infancia-e-na-adolescencia>. Acesso em: 04 jan. 2020.

MEDIADORA — PROF^a. DR^a. FERNANDA
BULDAG (FAPCOM)

Caminhos entre viadutos e pontes

ESCUA QUALIFICADA NO SUAS: Metodologia fundamental⁸⁴

CELMAR BRITO DE SOUSA (FAPCOM)

PAULO FELIX PINHEIRO (FAPCOM)

RAFAEL VIEIRA PIRES DO NASCIMENTO (FAPCOM)

ROBERTA BEATRIZ CIRILLO ATTENE (FAPCOM)

ORIENTADORA: PROF^a. SAMARA KELLY XAVIER E SILVA⁸⁵ (FAPCOM)

RESUMO: Este trabalho tem por objetivo compreender a importância da escuta qualificada dentro do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), com intuito de trazer a reflexão de sua materialização no cotidiano profissional para com os atendidos desta política social. Para tanto, são analisadas as formas de materialização da escuta no SUAS, suas limitações, paradigmas e resultados. Diante da falta de debates teóricos sobre a escuta qualificada no SUAS, este estudo é, portanto, desenvolvido com a colaboração de diversos saberes teóricos e através de uma visão multidisciplinar advinda da formação dos pesquisadores, sendo assim administradas a partir de pesquisas bibliográficas, possibilitando uma análise completa sobre o ser humano e o trabalho profissional no SUAS. Conclui-se, portanto, que esta pesquisa amplia o debate a respeito do assunto e ressalta sua relevância no âmbito profissional.

PALAVRAS-CHAVE: Escuta qualificada; SUAS; Protagonismo; Autonomia.

84 Artigo apresentado à Faculdade Paulus de Tecnologia e Comunicação (FAPCOM) como projeto de conclusão de curso de pós-graduação / Lato Sensu em Gestão de Serviços do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), sob orientação de Samara Kelly Xavier e Silva. A versão preliminar do artigo está publicada na revista Paulus Social (2021, p. 18 a 21).

85 Graduada em licenciatura plena e bacharelado em História pela Universidade Estadual Paulista - Júlio de Mesquita Filho. Tem experiência na área de História, com ênfase em História Oral, memória e teoria social marxiana e marxista. Mestre em Serviço Social pela PUC-SP, especialista em Trabalho Social com Famílias pela FAPSS-SP. Professora de ensino fundamental II e médio do SESI São Bernardo do Campo-SP.

Introdução

Compreender o ser humano é analisá-lo pela perspectiva da totalidade social, o qual constitui-se em um conjunto de mediações, demandas e possibilidades a respeito do ser, ampliando os cenários e diálogos (abertos e colaborativos) de maneira a entendê-lo nas mais diversas formas de expressão, sem prejulgamentos ou predisposições.

Em um contexto social vivenciado na pandemia do coronavírus - Sars-Cov-2 (Covid-19), destaca-se a importância do trabalho colaborativo e ampliado na Assistência Social. São ocasiões como estas que se exige rápida adaptação nas formas de atendimento, implicando nas metodologias, ferramentas e diretrizes PHOMENTA (2020).

O artigo provoca reflexão no exercício profissional do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), através da atuação que vise a colaboração, o sentir, o ouvir e a atenção especial à pessoa atendida. Através da escuta qualificada, busca-se rever procedimentos e ampliar formas de trabalho, de modo que o atendido venha exercer o protagonismo e a autonomia na escrita de sua história, sendo o profissional da Assistência o apoiador deste processo.

A escuta qualificada não é algo desconhecido ou distante das formações profissionais no SUAS, pois desde a entrada da pessoa atendida, quando na acolhida, dá-se início a este processo. Entretanto, diante dos desafios e limitações da materialização como ferramenta e método, a escuta demonstra-se como diferencial, possibilitando assim resgatar a dignidade humana da pessoa atendida, como preconiza a CONSTITUIÇÃO FEDERAL (1988).

Limitações estas como: quadro de recursos humanos ineficiente diante da demanda de atendimento; número elevado de atendimentos; condições estruturais e de trabalho inadequados; adaptações as medidas sanitárias e regulatórias; bem como questões políticas, sociais e econômicas neoliberais são aspectos que impactam a vivência da escuta qualificada.

Com base em análises teóricas pautadas em autores como: Paulo Freire, Iamamoto, Christian Dunker, Cláudio Tebas, Dallari, Faleiros, Barroco, Levitsky e Ziblatt este trabalho propõe um olhar para a materialização da metodologia da escuta qualificada como valorização da pessoa atendida para como autora de sua vida e história, elucidando seu protagonismo e autonomia, objetivos essenciais da Assistência Social.

1. Sistema Único da Assistência Social (SUAS)

Segundo o Ministério da Cidadania (MDS, 2020), o SUAS é um serviço público que organiza de forma descentralizada os atendimentos socioassis-

tenciais no Brasil. Possui um modelo de gestão participativa, que permite a mobilização nas três esferas de governo para a execução e o financiamento da Política Nacional de Assistência Social (PNAS).

Não mais na lógica de caridade, meritocracia, mas, como direito de todos os cidadãos brasileiros, realizando-se a partir de ações integradas entre a iniciativa pública, privada e da sociedade civil, tendo por objetivo garantir a proteção social à família, à infância, à adolescência, à velhice; amparo a crianças e adolescentes em vulnerabilidade social; à promoção da integração ao mercado de trabalho, à reabilitação, à comunidade e o pagamento de benefícios aos idosos e às pessoas com deficiência.

Para entender os desafios da materialização da escuta qualificada na Assistência Social, faz-se necessário compreender o surgimento do SUAS no Brasil e a configuração atual dos atendimentos sociais na política social, com base na Norma Operacional Básica do Serviço Único de Assistência Social (NOB/SUAS, 2012).

Segundo IAMAMOTO (2007), o capitalismo e a produção de bens de consumo marcam as fortes pressões sociais pela busca dos direitos trabalhistas, sociais e acessos à saúde, educação e trabalho. A partir de inúmeros movimentos sociais, culminou na criação, em 1988, da Constituição Federal do Brasil, como forma de democratização e garantia de direitos sociais.

Após anos de debate e negociações com o Governo, é sancionado em 07 de dezembro de 1993, a Lei nº 8.742 - Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), criando, dessa forma, a política pública de direito do cidadão e dever do Estado.

A partir de 2003, com o amplo processo de participação na IV Conferência Nacional de Assistência Social, acendeu um verdadeiro divisor de águas na história do Brasil, rompendo com a visão assistencialista para um modelo de gestão regulamentado e efetivo, previsto como SUAS.

A Assistência prevê, portanto, a proteção social como garantia de inclusão a todos os cidadãos que se encontram em situação de vulnerabilidade e/ou em situação de risco, inserindo-os na rede de proteção social local.

Os serviços de proteção especial têm estreita interface com o sistema de garantia de direitos, exigindo, muitas vezes, uma gestão mais complexa e compartilhada com o Poder Judiciário, Ministério Público e outros órgãos e ações do Executivo.

Neste sentido, a escuta qualificada, enquanto metodologia, destaca-se como de suma relevância para aprimorar os atendimentos no SUAS, desde o planejamento das normativas, no desenvolvimento dos instrumentais como PIA

(Plano Individual de Atendimento) e PAF (Plano de Atendimento Familiar), nas entrevistas com os atendidos, nas visitas domiciliares, na análise dos serviços e nas estratégias de atendimento e intervenção social.

2. Escuta qualificada: conceitos e vivências no SUAS

Pensar no que é escutar, implica considerar seu conceito em diversos âmbitos: etimológico, teórico e materialização na política social. No que tange a etimologia do termo escuta, segundo o dicionário online PRIBERAM (2020), a palavra escutar tem sua origem no latim com a palavra “auscultare”, que significa “ouvir com atenção”.

Enquanto na teoria, a escuta se baseia no diferenciar o ouvir do escutar que, de acordo com PERFUNCIO (2017), o principal aspecto que possibilita fazer esta diferenciação, é que “ouvir é receber o som”, e escutar “[...] dá trabalho, exige concentração e esforço. Trata-se de compreender, tentar sentir como se sente o outro” (sic).

Para a materialização na Assistência, se faz necessário, portanto, entender a visão do Ministério da Cidadania (MDS, 2019) que norteia as iniciativas desta política social, o qual descreve que a escuta qualificada deve ser compreendida no âmbito do SUAS, como um processo transversal em que os profissionais da Assistência devem exercer sua atuação de maneira a entender as necessidades e potencialidades dos usuários, com objetividade, compromisso e responsabilidade.

Sendo assim, refletindo sobre as diferenças entre o “ouvir x escutar”, provocada pelo conceito do ato biológico de ouvir, remete a absorção de estímulos sonoros e a compreensão e/ou interpretação de tais sons, assim como ao próprio verbo “escutar”, que perpassa os conceitos físicos e biológicos, e passa a abranger a dialética profissional e social de perceber o outro.

Dessa forma, a escuta qualificada no SUAS demonstra-se como ferramenta metodológica essencial de leitura, compreensão, interação e intervenção para com a realidade social das pessoas que são contempladas por esta política, possibilitando compreender as potencialidades para transformação social.

A escuta qualificada no SUAS pressupõe uma análise de não apenas o sujeito isolado, mas de uma leitura que contemple a realidade do atendido como um todo, analisando os aspectos socioculturais, econômicos, questões de gênero, fatores psicológicos, emocionais e territoriais, e quaisquer aspectos que sejam de relevância na vida dos que são contemplados por esta política.

Por meio de uma avaliação multidisciplinar e transversal, contribuir com a autonomia e protagonismo de todos os envolvidos, dos atendidos aos profissionais, em especial atenção com os menos favorecidos socialmente.

Neste sentido, assim como ressalta WASSERMAN (2003, p. 99) quanto a importância da geopolítica territorial na modernidade, as questões do sujeito não se restringem a ele, mas devem compreender os diversos aspectos que o envolvem, como cultura, gênero, etnia, território, formação, e todo aspecto de relevância na vivência da população atendida, como é o caso no qual algumas sociedades são semelhantes no que tange a religião e hábitos cotidianos, mas se separam pela distância geopolítica.

Conforme SANTOS (1987), o território deve ser compreendido tanto no aspecto físico e espacial, como também por uma óptica das relações e vivências das pessoas ali inseridas.

A escuta qualificada estabelece canais para aprofundar o entendimento sobre o sujeito a partir do momento que viabiliza espaços de diálogo e trocas entre o profissional e o atendido, demonstrando que, assim como em um iceberg, existe muito mais a ser explorado do que é apresentado em um primeiro momento (ponta do iceberg), a escuta prevê um aprofundamento da totalidade que envolve o atendido.

No próximo capítulo, portanto, serão aprofundados os estudos sobre a escuta qualificada, e sua materialização no SUAS, para reflexão dos profissionais da Assistência quanto às possibilidades que são abertas a partir de sua vivência.

3. Importância da materialização da escuta qualificada no SUAS: protagonismo e autonomia do atendido

Sabendo que a escuta qualificada é um dos grandes alicerces para a execução da Assistência e que sua metodologia possibilita uma atuação ampla e transversal, compreendendo não apenas o indivíduo, mas toda a realidade que o envolve, o sujeito não é, portanto, responsabilizado como culpado de suas fragilidades, mas passa a ser considerado como detentor de autonomia frente à realidade em que está inserido.

Sendo assim, uma vivência completa da escuta, pautada na responsabilidade, ética profissional, respeito e visão de desenvolvimento do indivíduo, proporciona resultados qualitativos satisfatórios, assim como previsto na formação básica da Assistência Social.

3.1. Conceito de protagonismo e autonomia

A etimologia da palavra protagonismo, segundo o dicionário PRIBERAM (2020), visa fortalecer o personagem principal de uma narrativa, seja em obras literárias, teatrais ou musicais, que aplicando a vida particular do ser, vem dar valor e destaque a pessoa e suas necessidades em qualquer situação.

No contexto teórico de FARIAS e VARELA (2016) alcançar o protagonismo social é permitir ao sujeito contemplar sua plenitude, participando ativamente dos processos de decisão, consumo e produção, a partir da mediação das práticas sociais. É por meio do protagonismo social que o sujeito se torna peça principal e fundamental da transformação de sua própria realidade.

Aliado ao protagonismo, através do exercício de intermediação educacional conjunta, há o desenvolvimento da autonomia, o que, para o dicionário MICHAELIS (2020), é a capacidade de autogovernar-se, de dirigir-se por suas próprias leis ou vontade; ato de soberania.

Para o teórico BIESTEK (1960), o exercício da responsabilidade da autonomia é fundamental para o desenvolvimento da personalidade intelectual, social, espiritual e emocional, através da decisão livre para escolher os meios viáveis a partir do apoio do serviço social durante os casos atendidos.

Segundo FREIRE em “Pedagogia da Autonomia” (1996), ensinar é um processo que exige respeito à curiosidade, ao gosto estético do educando, a sua inquietude, linguagem e as suas diferenças.

Como os demais saberes, esta demanda do educador é um exercício permanente a partir da convivência, por meio da criação de vínculos com os educandos e pela a postura curiosa e aberta que o educador assume e, ao mesmo tempo, provoca a eles a se assumirem enquanto sujeitos sócio-históricos culturais do ato de conhecer.

Todo conhecimento que a pessoa detém é fruto das suas vivências, sejam elas positivas ou negativas. Nesse contexto, educar uma pessoa, não no sentido de transferir conteúdo e sim, contribuir com o desenvolvimento da percepção da realidade, é permiti-la dotar da capacidade de dar-se conta de si própria, de quem é, do que é formada.

Segundo DALLARI (1984) uma das formas mais eficientes de participação política é o trabalho de conscientização da percepção do ser humano e da preservação da liberdade ao pensar e agir por suas próprias responsabilidades.

Este processo é importante para o profissional e para a pessoa atendida, não necessariamente nessa ordem, porque, ao tratar de forma a manter sempre

esse princípio de receptividade, de abertura e disponibilidade, a experiência do atendimento se torna, de fato, um encontro e troca de saberes, onde não existem saberes mais ou menos, mas saberes diferentes, além do que, esse atendimento sem subjugação ou subordinação do outro rompe com a lógica utilitarista, mercadológica e coisificação do ser humano, que tanto a Política Nacional de Assistência Social batalha para desmistificar. Haja visto que tem como princípio a dignidade do cidadão.

Assim, conforme SANCHES E SILVA (2019) o encontro com o outro é marcado pelo imprevisível, fomentando a criação conjunta dos códigos que servirão de base para a própria relação, muitas vezes, identificado pela pessoa atendida, mas não subscrito a ela.

Observando o indivíduo como ele é, e não apenas em fragmentos pautados nas circunstâncias e situações vividas exclusivamente nos momentos das visitas domiciliares, dos atendimentos individuais ou grupais, a pessoa que atende (o educador/profissional), deve observar e registrar compreendendo que há inúmeros fatores, repertórios e contextos que interferem no desenvolvimento da autonomia do outro e nos momentos de protagonismo de suas vivências.

A escuta tem em sua essência a disponibilidade de abertura para o outro, respeitar o tempo e o silêncio. Escutar os não ditos no processo de atendimento   uma arte sutil, que toda pessoa que atende tem condição de desenvolver.

Nesse sentido, ENDO E SOUZA (2009), ressaltam como Freud encontrou na arte a potência para interrogar o mundo. A arte é a revelação dos avessos e sombras do espírito humano, dos obscuros, das paixões e, sobretudo, o compromisso com a verdade, como   o exemplo de projetos sociais que se utilizam da arte como forma de reflexão das sua própria vida e história, de liberdade de expressão, autoconhecimento, ampliação de mundo, redução de danos e impactos diante dos problemas sociais enfrentados no cotidiano.

FREDERICO (2000) analisando Lukács diz que a vida cotidiana é o ponto de partida e o ponto de chegada:   dela que prov m a necessidade de o homem objetivar-se, ir além de seus limites habituais; e   para a vida cotidiana que retornam os produtos de suas objetivações. Com isso a vida social dos homens   permanentemente enriquecida com as aquisições advindas das conquistas da arte e da ciência.

A partir da reflexão acerca da função exercida pela arte na vida cotidiana dos homens, Lukács aponta uma divisão entre o senso comum dos homens mergulhados na cotidianidade e as formas superiores de consciência que vão além desses limites. Ressalta que Heller também discute essa questão,

dizendo que é na própria vivência na cotidianidade que os homens encontram modos de superação da vida alienada, estranhada e reificada.

O uso da arte no cotidiano do trabalho social, assim como todas as atividades lúdica-artísticas da proteção social básica e especial são objetivações do ser social que elevam o homem acima de sua cotidianidade, essas ações/atividades nascem para responder às necessidades vitais postas pela vida e, por isso mesmo retornam ao cotidiano para enriquecê-lo. A vida cotidiana é a fonte e a desembocadura de todas as atividades espirituais do homem.

As atividades, por exemplo, nos serviços de convivência social e comunitária são objetivações da superação do senso comum do cotidiano em que vivem. Porque expressam a realidade depois de terem refletido seus cotidianos e desenvolverem essa reflexão como uma manifestação artística (ou deveriam). Por exemplo, nas peças de teatros e vivências musicais e danças, crianças, adolescentes e suas famílias intuitivamente percebem que o mundo exterior existe de modo independente de sua consciência.

Mas o conhecimento das coisas fica bloqueado por outra característica da cotidianidade: a vinculação imediata entre teoria e prática, que conduz a uma imediatez do comportamento restrito à aparência manipulável das coisas, e desconhecedor da essência constitutiva dos fenômenos. Isso porque o reflexo próprio da vida cotidiana pressupõe um “materialismo espontâneo”.

A fragmentação do mundo das aparências impede que os homens estabeleçam relação entre os fenômenos e se estranhem consigo e com o gênero humano. E é aqui que entra a escuta qualificada, que é a arte que fará esse movimento de desvelar o mundo. Juntos, educadores e educandos farão a leitura do mundo e da realidade.

Essa superação do cotidiano, também é a superação desse cotidiano alienado. Quando a garota ou garoto encena, eles reconhecem que aquela personagem é um ganho de conhecimento para humanidade, eles, então, se reconhecem no gênero humano. Nesse prisma, reconhece a importância da escuta qualificada como uma metodologia eficaz no desenvolvimento da autonomia e protagonismo da pessoa atendida.

3.2. Escuta qualificada como metodologia estratégica para impulsionar o protagonismo e autonomia do indivíduo

Conforme NOB/SUAS (2005), a proteção social de Assistência Social, ao ter por direção o desenvolvimento humano e os direitos de cidadania, vislumbra as garantias de segurança na: acolhida, renda, convívio ou vivência familiar, comunitária e social, desenvolvimento da autonomia individual, familiar e so-

cial, e, a sobrevivência a riscos circunstanciais.

O princípio de matricialidade sociofamiliar significa que a família é o núcleo social básico de acolhida, convívio, autonomia, sustentabilidade e protagonismo social.

Segundo BARROCO (2006), a história e formação do País, demonstra que a sociabilidade não ensinou às pessoas o processo de escuta de si e do outro. O formato de ensino pautado no capitalismo não prevê, em sua estrutura, uma escuta efetiva, mas um padrão de ensino que reforce as visões vigentes no período, em especial, a partir da desconstrução do sujeito advindo do sistema de produção.

Para FREIRE (1996), quando não se estabelece uma “intimidade” entre os educandos e a experiência social que eles têm como indivíduos e, ao entrar no estado de escuta de si, a pessoa irá se permitir o contato com as suas necessidades fundamentais, o que dá abertura para o desenvolvimento da empatia, ao perceber no outro a mesma necessidade; ou seja, que o outro também não foi educado a se escutar, e portanto, um depende do outro para aprender e desenvolver o processo de escuta.

A vivência da escuta qualificada sobre o outro, não se reduz, portanto, a enxergar ou escutar exclusivamente para fins de registros técnicos-obrigatórios, mas uma verdadeira amplitude do processo pautado na visão global do ser, de suas necessidades e potencialidades. Esta ação demanda tempo, confiança e construção de vínculos, para que ocorra o exercício de reconhecimento e respeito das camadas inerentes ao indivíduo.

Desse modo, é primordial que o trabalhador social no SUAS escute, olhe e cuide da saúde física e mental, reconhecendo as fronteiras e sentimentos para que possa colaborar efetivamente com os assistidos e, assim, proporcionar o desenvolvimento social, psíquico, emocional, sensorial e de reconhecimento da existência dos atendidos, de maneira a auxiliá-los na escrita de suas histórias, objetivos e intenções, com atenção ao seu protagonismo e autonomia.

Entretanto, é diante da precarização do trabalho do SUAS, como ressalta ANDRADE e MORAIS (2017) na construção e aprimoramento da PNAS (Política Nacional da Assistência Social), em especial, pela quantidade de profissionais por serviços definidos pela NOB/RH, assim como documentos que direcionam modelos de atendimento, que por vezes acabam tornando o atendimento social em uma atuação mecânica limitando a personalização e aprofundamento para cada atendido, como previsto no SUAS.

Demonstra-se uma vivência social importante a fim de quebrar paradigmas

como o julgamento duro às decisões e práticas dos mais necessitados, bem como considerar as mesmas dificuldades a todos os atendidos só porque vivem no mesmo território ou situação econômica, no qual as pessoas são invisibilizadas e não escutadas.

4. Paradigmas da Escuta Qualificada no SUAS

Apesar de um dos principais alicerces da Assistência Social ser um modelo de gestão participativa, fomentando a autonomia e o protagonismo do sujeito frente à própria realidade, deixando de apenas ser sujeito às determinações da conjuntura política vigente, o que tem-se vivenciado e compreendido, como um dos principais desafios da Assistência, é a ‘coisificação’ do sujeito, que ocorre por diversos motivos, entre eles: a influência política, o excesso de demandas por território e das limitações nas estruturas administrativas dentro da Assistência Social. Além do que, é próprio do sistema capitalista, a desumanização, para que assim se naturalizem as hierarquias sociais.

Ao analisar as políticas sociais, o enfoque histórico da Assistência Social no País e sua relação com o estado capitalista, segundo FALEIROS (2000) nota-se o fortalecimento da injustiça e desigualdade social, que pela ótica do marxismo estruturalista, até o consumo se mostra como forma de produção determinada que visa a manutenção do sistema de privilégios vigentes. Até mesmo o que será desejado é algo condicionado a perpetuar os moldes previstos no sistema produtivo.

O indivíduo marginalizado, portanto, tem gradualmente sua autonomia retirada, sendo necessário que siga direcionamentos regidos pela tutela do Estado, a fim de retomar sua produtividade o quanto antes ou, caso contrário, deixará de ser considerado um indivíduo de valor na sociedade.

Compreendendo a tendenciosidade das políticas sociais em retirar a autonomia do sujeito, a Assistência Social é constantemente compelida a não contemplar o indivíduo em sua totalidade, mas a ser avaliado por meio de um crivo sistemático que apenas vislumbra a manutenção da produção.

Para pensar sobre o fenômeno que ocorre a depreciação da individualidade do sujeito, que passa a se tornar gradualmente apenas um extrato do que produz, utiliza-se o termo “coisificação”, o qual “o valor da vida se torna mera mercadoria quando o próprio Estado passa a valorar e valorizar o “ter humano”, o qual deixa de observar e efetivar os direitos do trabalho”. (SANTOS e GOÉS, 2019, p.302).

Na maior parte das vezes vivencia-se as práticas mecanizadas e burocratizadas, decorrentes de inúmeros fatores como o excesso de demanda de

atendimentos nos serviços, e a tendência de 'coisificar' os indivíduos assistidos por esta política, atentando-se, portanto, ao evidente contraste entre conceito e materialização das orientações propostas na Assistência Social.

Entre eles, a distinção da previsão e a ação quando abordadas as regulamentações de Recursos Humanos (RH), no qual um dos pontos que impactam a materialização efetiva da escuta qualificada advém das limitações do quadro de colaboradores proposto na NOB/RH – Norma Operacional Básica de Recursos Humanos.

Pensar, portanto, na instauração de um CRAS a cada 5.000 famílias referenciadas, nas grandes metrópoles se torna um formato utópico, pois em nenhuma das cidades que tal formato se enquadra, há um número de serviços equivalentes para contemplar as famílias que seriam assistidas nessas regiões. A título de exemplo, a Prefeitura de São Paulo (2020, online) divulgou o funcionamento de 54 CRAS dentro do município, sendo previsto o atendimento para um montante de 12,3 milhões de habitantes na região, para o mesmo período.

A incidência de fatores que são um empecilho ao desenvolvimento de uma escuta qualificada presente e ativa dentro da Assistência Social tem aumentado gradualmente, como é o caso noticiado no site A CIDADE ON (2020, online), em que durante o período da pandemia de COVID-19, o CRAS de Campinas registrou um aumento de 137% nos atendimentos, o que ressalta o crescimento da demanda do município sem a adequação do quadro de RH no serviço, o que implica na vivência da escuta por completo.

A escuta qualificada, apesar das limitações indicadas anteriormente, é fundamental em vários âmbitos previstos na Assistência Social, visando contemplar um dos alicerces das políticas do SUAS que prevê justamente o fomento do protagonismo e a autonomia da população atendida.

Considerações finais

Com base nas pesquisas realizadas, diante da alta demanda de atendimentos na Assistência Social, da ausência de análises teóricas sistematizadas sobre a escuta qualificada no SUAS e dos quadros profissionais reduzidos, da tendenciosidade de coisificar os indivíduos e suas demandas, depreciando os processos sociais e culturais em que aquela população se encontra inserida, percebe-se a dificuldade da atuação profissional pautada nos aspectos fundamentais da Constituição Federal de 1988 e dos princípios e diretrizes da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS, 1993), PNAS (2004) e SUAS (2011).

A consideração da escuta qualificada como metodologia a ser materializada no cotidiano da prática profissional no SUAS, objetivando o desenvolvimento do indivíduo e sua realidade, permite criar caminhos e possibilidades para a concretização do protagonismo e da autonomia do sujeito, endossando o valor das particularidades, potencialidades e as necessidades da pessoa atendida.

Este estudo propõe, portanto, a reflexão dos profissionais do SUAS em ampliar a vivência da escuta qualificada, mesmo diante das limitações, considerando o valor da vivência para com o atendido, ampliando as possibilidades do sujeito frente à sua história e vida, e proporcionando a essência da Assistência Social.

Sugere-se, portanto, a continuidade deste estudo, que inicia com a análise e o conhecimento teórico multidisciplinar para uma visão também da pesquisa de campo com dados do impacto da metodologia na vida dos atendidos, fatores estes não identificados em atuais pesquisas.

Referências

- A CIDADE ON (Campinas) (org.). Atendimentos do CRAS aumentam 137% durante a pandemia. 2020. Disponível em: <<https://www.acidadeon.com/campinas/cotidiano/cidades/NOT,0,0,1549149,atendimentos+do+cras+aumentam+137+durante+a+pandemia.aspx>>. Acesso em: 01 dez. 2020.
- ANDRADE, Anne Graça de Sousa; MORAIS, Normanda Araujo de. Avaliação do Atendimento Recebido no CRAS por Famílias Usuárias. *Psicol. cienc. Prof.* Brasília, v. 37, n. 2, p. 378-392, Jus 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932017000200378&lng=en&nrm=iso>. Acesso realizado em 17 dez.2020.
- ATTENE, R. B. C., NASCIMENTO, R. V. P. do; PINHEIRO, P. F., SOUSA, C. B. de. A importância da escuta qualificada como metodologia essencial para o protagonismo e a autonomia das pessoas atendidas no SUAS. *Revista Paulus Social*, v. 3, n. 9, edição especial sobre a pós-graduação, p. 18-21, 2021.
- BARROCO, Maria Lucia Silva. Ética, direitos humanos e diversidade. *cadernos especiais*, v. 1, n. 37, p. 14-29, 2006.
- BIESTEK, Félix P. O relacionamento em serviço social de casos. Trad. Mercedes Marchant. Porto Alegre: PUC-RS, 1960.
- BRASIL, (2004). Ministério de desenvolvimento social e combate à fome. Política Nacional de Assistência Social (PNAS) - Brasília, secretaria Nacional de Assistência Social.
- BRASIL, (2005) Ministério de desenvolvimento social e combate à fome. Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS - NOB/SUAS, Secretaria Nacional de Assistência S nº 109, de 11 de novembro de 2009, publicada no DOU

- BRASIL, Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Atualizada em 2008.
- BRASIL. Lei no 8.742, de 7 de dezembro de 1993. Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS). Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8742.html>. Acesso em 10/12/2020.
- BRASIL. NOB-RH/SUAS. Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS, 2006.
- BUBER, Martin. Do diálogo e do dialógico. São Paulo: Centauro, 2006.
- DALLARI, Dalmo de Abreu. Elementos da teoria geral do Estado. 23ª ed. São Paulo: Saraiva, 2003.
- DALLARI, Dalmo de Abreu. O que é participação política. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- DUNKER, Christian O palhaço e o psicanalista: como escutar os outros pode transformar vidas / Christian Dunker, Cláudio Thebas. – São Paulo: Planeta do Brasil, 2019.
- FALEIROS, Vicente de Paula. A política social do estado capitalista. 8ª ed. Rev. São Paulo: Cortez, 2000.
- FAOUR, Carla. A arte de escutar. Rio de Janeiro: Agir Editora Ltda., 2009.
- FRAN - Coração tambor (videoclipe oficial). Roteiro: Fran. Música: Coração Tambor. [S.I.]: Black Tape, 2020. (5 min.), Vídeo Online, son., color. Legendado. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=xrxg46dezJ8>>. Acesso em: 01 dez. 2020.
- FREDERICO, Celso. Cotidiano e arte em Lukács. Estudos avançados, v. 14, n. 40, p. 299-308, 2000.
- FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa / Paulo Freire. São Paulo: Paz e terra, 1996.
- GRAGNANI, Juliana. Por que o coronavírus mata mais as pessoas negras e pobres no Brasil e no mundo. 2020. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-53338421>>. Acesso em: 01 dez. 2020.
- GUEDES FARIAS, Maria Giovanna; VARELA, Aida. A mediação da informação e o protagonismo social: experimentando a construção de um modelo em uma comunidade brasileira. Investigación Bibliotecológica: archivonomía, bibliotecología e información, [S.I.], v. 31, n. 73, p. 91-110, oct. 2017. ISSN 2448-8321. Disponível em: <<http://rev-ib.unam.mx/ib/index.php/ib/article/view/57848>>. Acesso em: 01 dez. 2020 doi: <http://dx.doi.org/10.22201/ii-bi.24488321xe.2017.73.57848>.
- IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. de. O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional. 8.ed. São Paulo: Cortez, 2005.
- LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. Como as democracias morrem. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.
- MBEMBE, Achille. Necropolítica. Artes & Ensaios, v. 32, 2016, p. 123-151.

- MDS. Parâmetros de atuação do sistema único de assistência social (suas) no sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência. Brasília, 2019. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/webarquivos/arquivo/assistencia_social/consulta_publica/parametros_consulta_publica.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2020.
- PERFÔNCIO, Ana Lúcia. A diferença entre ouvir e escutar. E para o surdo como seria esta diferença? 2017. Disponível em: <<https://www.sindromedeusherbrasil.com.br/single-post/2017/09/22/a-diferenca-entre-ouvir-e-escutar-e-para-o-surdo-como-seria-esta-diferenca#:~:text=ouvir%20%c3%a9%20receber%20o%20som,exige%20concentra%c3%a7%c3%a3o%20e%20esfor%c3%a7o%20intelectual>>. Acesso em: 01 dez. 2020.
- PHOMENTA. Como o novo coronavírus impacta as ONGs e os seus atendidos?. Disponível em: <<https://www.phomenta.com.br/o-impacto-do-coronavirus>>. Acesso realizado em 15 nov 2020.
- PREFEITURA DE SÃO PAULO, Centro de Referência de Assistência Social. Disponível em: <https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/assistencia_social/protecao_social_basica/index.php?p=1906>. Acesso em: 01 dez. 2020.
- PRIBERAM, Dicionário online. Autonomia. Disponível em: <<http://https://dicionario.priberam.org/autonomia>>. Acesso em: 15 nov. 2020.
- PRIBERAM, Dicionário online. Escutar. Disponível em: <<http://https://dicionario.priberam.org/escutar>>. Acesso em: 15 nov. 2020.
- PRIBERAM, Dicionário online. Protagonismo. Disponível em: <<http://https://dicionario.priberam.org/protagonismo>>. Acesso em: 15 nov. 2020.
- SAFATLE, Vladimir. Para além da necropolítica. 2020. Disponível em: <<https://racismoambiental.net.br/2020/10/24/para-alem-da-necropolitica-por-vladimir-safatle/>>. Acesso em: 01 dez. 2020.
- SANCHES, Natália; SILVA, Rafael Bianchi. A escuta qualificada na assistência social: Da postura diagnóstica às formas (po)éticas de escutar. Estud. pesquis. psicol., Rio de Janeiro, v. 19, n. 3, p. 604-622, set. 2019. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-42812019000300004&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 1 dez. 2020.
- SANTOS, Amany Maria de Karla Rovani dos; GÓES, Winnícius Pereira. A coisificação do homem pelo homem e a degradação humana no ambiente laboral. Disponível em: <<https://facnopar.com.br/conteudo-arquivos/arquivo-2019-08-28-15670132394004.pdf>>. Acesso em: 01 dez. 2020.
- SANTOS, Milton. O espaço do cidadão. São Paulo: Nobel, 1987.
- SOUZA, E. e ENDO, P. Sigmund Freud. Porto Alegre: L-PM, 2009.
- TARJA, Alex. Todos nós vamos morrer um dia: veja as falas de Bolsonaro sobre o coronavírus. 2020. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2020/05/01/todos-nos-vamos-morrer-um-dia-as-frases-de-bolsonaro-durante-a-pandemia.htm>>. Acesso em: 01 dez. 2020.
- WASSERMAN, Claudia. Problemas teóricos que envolvem a questão da identidade coletiva e a formação de novas identidades. Semina: ciências humanas e sociais, Londrina, p. 93-100, 29 jul. 2003. Disponível em: <http://www.uel.br/re>

vistas/uel/index.php/seminasoc/article/viewfile/3856/3095. Acesso em: 1 dez. 2020.

WHO. Coronavírus dashboard. 2020. Disponível em: <<https://covid19.who.int/table>>. Acesso em: 10/12/2020.

O ENFOQUE DO MERCADO EDITORIAL À LITERATURA MILITANTE DE LIMA BARRETO: Análise dos paratextos em sua obra de ficção

AMANDA DE MOURA COSTA (FAPCOM)⁸⁶

ORIENTADORA: PROF^a. DR^a. LILIAN CREPALDI DE OLIVEIRA (FAPCOM)⁸⁷

RESUMO: Lima Barreto foi uma das mais prolíficas e importantes vozes no romance e na crônica brasileira em sua geração, no início do século XX. O autor, negro e periférico, pregava uma literatura munida de função social, divergindo da maioria de seus contemporâneos. O presente trabalho investiga a vida do autor sob o viés de sua “literatura militante”, dando enfoque à forma como o mercado editorial aborda esse aspecto, por meio da análise de paratextos em quatro edições de sua obra de ficção. Através de pesquisas bibliográficas e exploratórias, é possível observar que a abordagem e os pontos enaltecidos modificam nas edições, dialogando com a época de publicação ou promovendo determinados anacronismos.

PALAVRAS-CHAVE Lima Barreto. Literatura militante. Literatura brasileira. Racismo. Subúrbio.

O primeiro romance de Lima Barreto a ser publicado foi Recordações do escrivo Isaiás Caminha, em 1909. O autor, que já tinha uma carreira no meio jornalístico e sempre foi muito prolífico em sua produção, tinha outros títulos em fase de finalização, como Vida e Morte de M. J. Gonzaga de Sá. Porém, escolheu a história de Isaiás Caminha para sua estreia (BARBOSA, 2017).

86 Jornalista formada em Comunicação Social - Jornalismo pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp) e especialista em Produção Editorial pelo Programa de Pós-graduação Lato Sensu da Faculdade Paulus de Tecnologia e Comunicação (Fapcom).

87 Pesquisadora de pós-doutorado na Universidade Nova de Lisboa. Doutora em Comunicação e Semiótica pela PUC-SP (bolsista Capes), mestre em Ciências da Comunicação pela USP (bolsista CNPq), bacharel em Jornalismo pela Universidade Metodista de São Paulo (bolsista Fapesp) e bacharel e licenciada em História pela USP.

O livro tem como protagonista um jovem negro, suburbano, que vê suas esperanças destruídas pela “cidade grande” e seus preconceitos. Além disso, com o fictício jornal O Globo, cria uma sátira mordaz ao Correio da Manhã, periódico de grande circulação no Rio de Janeiro à época.

Segundo Lima Barreto, em carta a Esmaragdo de Freitas:

O meu fim foi fazer ver que um rapaz nas condições do Isaías, com todas as disposições, pode falhar, não em virtude de suas qualidades intrínsecas, mas, batido, esmagado, prensado pelo preconceito com o seu cortejo, que é, creio, cousa fora dele... Se lá pus certas figuras e o jornal, foi para escandalizar e provocar atenção para a minha brochura (BARBOSA, 2017, n.p.).

Essa decisão sumariza o fato de que Lima Barreto sempre construiu suas obras com propósitos muito claros, pautando-se na crença de que a literatura, diferentemente da arte erudita, muito aclamada em seu tempo, deveria conectar-se com as camadas populares da sociedade e suas demandas, bem como “atingir”, por meio de ferramentas como o humor e a sátira, os detentores de poder, a exemplo dos políticos e da imprensa.

A partir desses preceitos, Lima Barreto cunhou o termo literatura militante para definir o seu fazer literário e o que ele defendia enquanto prática artística.

De acordo com Corrêa,

Lima Barreto enfatiza sua ideia de literatura militante como uma prática ancorada num vínculo humanista, de base cristã, de entendimento mútuo numa sociedade. Para ele, a literatura e as artes em geral eram formas de comunicação, pois tinham a capacidade de tornar comuns determinadas ideias que ligassem e unissem as sociedades e seus membros (CORRÊA, 2017, p. 13).

Lima Barreto morreu aos 41 anos, em 1922, e deixou escritos que foram publicados postumamente. Na década de 1950, o primeiro biógrafo do autor, Francisco de Assis Barbosa, coordenou e reuniu a publicação da obra integral do escritor carioca em 17 volumes, pela editora Brasiliense, levando ao público textos até então inéditos.

Tendo em vista o termo literatura militante e as ideias nele contidas, este artigo delimita, como problema de pesquisa: como o mercado editorial retrata o aspecto militante da literatura de ficção de Lima Barreto? Partindo da hipótese de que tal viés vem ou não à tona de acordo com edições, convidados

escolhidos para compor a fortuna crítica e época de publicação da edição. O objetivo geral é, portanto, mapear como diferentes edições impressas abordam o aspecto militante da obra literária de Lima Barreto. A partir desse foco, busca-se compreender o conceito de literatura militante cunhado por Lima Barreto, interpretar os textos de apoio e notas inseridas nas edições selecionadas e diagnosticar como os paratextos de cada edição contribuem para a contextualização da obra do autor e como dialogam com a contemporaneidade de sua publicação.

A metodologia adotada para a elaboração é a pesquisa bibliográfica e exploratória. De acordo com Gil,

a principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente [...] A pesquisa bibliográfica também é indispensável nos estudos históricos. Em muitas situações, não há outra maneira de conhecer os fatos passados senão com base em dados secundários (GIL, 1989, p. 71).

Para a escolha e delimitação das edições analisadas, considerou-se o critério de seleção de publicações lançadas nos últimos 25 anos, que contivessem algum paratexto, não fossem edições diferentes do mesmo título, tampouco edições raras.

As edições impressas selecionadas como objeto de interpretação foram: Clara dos Anjos e outras histórias (Biblioteca Folha - 1997); Os bruzundangas (Martin Claret - 2013); Recordações do escrivão Isaías Caminha (Penguin Companhia - 2010); e Triste fim de Policarpo Quaresma (Antofágica - 2021).

A literatura militante como reflexo de uma vida

Lima Barreto viveu a maior parte de sua vida e a totalidade de vida adulta durante a República Velha (1889-1930), e presenciou a consolidação de aspectos que pautariam a história do regime republicano brasileiro até o século XXI, tais como a questão do nepotismo, a burocracia exacerbada, o racismo estrutural, a exaltação às culturas imperialistas e o crescimento dos subúrbios, principalmente no contexto do Rio de Janeiro.

Esses temas e a crítica a eles permeiam a obra do autor, tornando sua biografia um fator de grande relevância para maior compreensão de seu legado para a literatura e para a história social brasileira. No conjunto de ideias reunidos nos escritos de Lima Barreto, observa-se um “socialismo maximalista, tão emotivo nas raízes quanto penetrante nas análises” (BOSI, 2017, p. 339).

O autor nasceu em 1881, sete anos antes da assinatura da Lei Áurea, que aboliu oficialmente a escravatura no Brasil. Sua mãe, Amália Augusta Barreto, foi filha da alforriada Geraldina Leocádia da Conceição, e não teve a paternidade reconhecida, embora acredite-se que seu pai foi seu padrinho, o médico e senhor de escravos dr. Manuel Feliciano Pereira de Carvalho (SCHWARCZ, 2017, p. 31). O pai do escritor, João Henriques de Lima Barreto, teve ascendência semelhante à da futura esposa, sendo filho da escravizada Carlota Maria dos Anjos com um português (paternidade também não reconhecida oficialmente).

A história familiar do autor reflete a vivência de grande parte da população negra no período pós-abolição no Brasil, que, após os séculos de escravidão, viu-se “livre” e desamparada, tendo em vista que o processo de finalização do regime escravocrata no país se deu sem a imposição de qualquer auxílio ou garantia aos recém-libertos. As consequências dessa falta de políticas compensatórias são explicitadas por Florestan Fernandes:

Em conseqüência, ao contrário do que se poderia supor, em vez de favorecer, as alternativas da nova situação econômica brasileira solapavam, comprometiam ou arruinavam, inexoravelmente, a posição do negro nas relações de produção e como agente de trabalho. Assim se explica por que o clamor por medidas compulsórias - que obrigassem o ex-escravo ao trabalho e o “protegessem”, promovendo sua adaptação ao estilo de vida emergente – se tenha extinguido com relativa rapidez e sem deixar nenhum fruto ou qualquer vestígio de generosidade. Perdendo sua importância privilegiada de como mão-de-obra exclusiva, ele também perdeu todo o interesse que possuía para as camadas dominantes. A legislação, os poderes públicos e os círculos politicamente ativos da sociedade se mantiveram indiferentes e inertes diante de um drama material e moral que sempre fora claramente reconhecido e previsto, largando-se o negro ao penoso destino que estava em condições de criar por ele e para ele mesmo (FERNANDES, 2008, p.32).

Com as mudanças na organização social da virada do século, ocorreram também mudanças na paisagem urbana do Rio de Janeiro. A reforma urbana promovida por Pereira Passos, que tinha entre seus intuitos o de assemelhar a capital carioca à capital francesa, agiu diretamente para a marginalização da população negra e pobre da cidade.

Sob um discurso higienista, a administração pública do Rio de Janeiro promoveu operações violentas para a destruição dos cortiços, apoiada por empresários interessados na especulação imobiliária de regiões centrais da cidade:

O crescimento da cidade para novas áreas tornou-se factível a partir dos anos 1870 devido à expansão das linhas de bonde. Pouco a pouco, fazendas e chácaras foram sendo compradas e loteadas, numa conjunção de interesses entre empresários da área de transportes e agentes do capital imobiliário (CHALHOUB, 1996, p. 52).

Sendo assim, a população que ocupava os cortiços e moradias coletivas passou a se “espalhar” para regiões menos centrais, que passaram a ser conhecidas como subúrbios (no plural, devido a sua descentralidade), enquanto mais membros da elite se acomodavam no centro da capital.

Desde 1903, Lima Barreto foi um morador do subúrbio: foi do bairro de Todos os Santos que assinou seus romances e também dessa região que extraiu a essência da maioria de seus personagens.

Sendo assim, Lima Barreto esteve tanto geograficamente quanto ideologicamente afastado da tradicional intelectualidade de seu tempo. Sendo negro e de origem pobre em uma sociedade racista e estratificada, ao expor questões sociais deixadas em segundo plano (ou ignoradas) pelos literatos da época e criticar ferrenhamente as instituições vigentes, ocupou um espaço de marginalidade entre seus contemporâneos.

Destacam-se os episódios em que o autor se candidatou à Academia Brasileira de Letras. Foram três as tentativas, todas já no fim de sua vida (entre 1917 e 1921) e sem sucesso. Na última, o próprio Lima Barreto retirou-se do pleito pela vaga que pertencera à Paulo Barreto (João do Rio), como um gesto de derrota e de certeza de seu não-pertencimento.

Assim como Isaías Caminha, o autor viveu e pautou-se na crença do estudo como caminho para a ascensão social e para a aquisição de uma posição de respeitabilidade, frequentemente negada aos negros no contexto pós-abolicionista. Sua história familiar reforçava essa convicção: a mãe fora professora; e o pai, tipógrafo. Entretanto, com a morte da mãe, ainda em sua infância, e o declínio profissional e de saúde mental de seu pai, começou a encontrar dificuldades em traçar o caminho almejado quando precisou largar os estudos para sustentar a família na adolescência.

Por quase toda a vida adulta, sofreu com o alcoolismo, doença que também fez parte da vida do pai. Além disso, sofreu alucinações e episódios de perturbação mental, agravados pelo consumo excessivo de álcool, o que resultou em duas internações em hospícios. À época, o alcoolismo era frequentemente associado à loucura, como fator agravante ou associado.

Assim como com o alcoolismo, a loucura, conforme termo generalista utilizado no período para designar os distúrbios mentais, também se fez presente

na vida do autor por meio da figura do pai. João Henriques de Lima Barreto sofreu com alucinações e mania de perseguição desde a juventude de Lima Barreto (BARBOSA, 2017). Antes disso, após o declínio de sua carreira como tipógrafo (por questões políticas), o pai do futuro escritor foi administrador das Colônias de Alienados na Ilha do Governador.

Por conseguinte, a loucura tornou-se um tema recorrente na obra de Lima Barreto. Em Triste fim de Policarpo Quaresma, por exemplo, o personagem do título apresenta diversas semelhanças com o pai do autor. João Henriques e Policarpo Quaresma apresentam, de repente, comportamentos estranhos e inadequados socialmente, deixando desnorteados seus amigos e familiares (ARANTES, 2008). Há ainda a aproximação de cenário, visto que o sítio da Ilha do Governador inspirou Lima Barreto a construir a propriedade rural de seu protagonista patriota.

As passagens por hospícios e o contato com as camadas mais vulneráveis da sociedade, obtidos tanto pela residência no subúrbio quanto pelos hábitos boêmios, intensificaram o tom melancólico de suas narrativas. O Diário do Hospício e O Cemitério dos Vivos são textos escritos pelo autor à época de sua segunda internação, em 1920, sendo o segundo a ficcionalização (incabada, devido à morte do escritor) das memórias registradas no primeiro.

Os episódios vividos e presenciados pelo autor deram o tom e a temática aos seus escritos. Esse aspecto não alienado da produção literária faz parte da concepção de literatura militante de Lima Barreto, que foi aludida anteriormente por ele, mas encontra-se “oficializada” em seu texto de 1918 à A.B.C, denominado exatamente de Literatura militante:

A começar por Anatole France, a grande literatura tem sido militante [...] Eles (livros de France) nada têm de contemplativos, de plásticos, de incolores. Todas, ou quase todas as suas obras, se não visam a propaganda de um credo social, têm por mira um escopo sociológico. Militam. Isto em geral dentro daquele preceito de Guyau que achava na obra de arte o destino de revelar umas almas às outras, de restabelecer entre elas uma ligação necessária ao mútuo entendimento dos homens. Eu chamo e tenho chamado de militantes às obras que têm semelhante escopo (BARRETO, 2017, n.p).

A conceituação e explicação que Lima Barreto aplica ao termo evidenciam suas influências. O autor afirma que teve familiaridade com a expressão em um texto de Eça de Queirós, no qual o português destaca essa característica militante à literatura francesa, em detrimento da literatura portuguesa. Para a sua literatura militante, entretanto, Lima Barreto agrega mais ascendências e

significados. Entre a perspectiva do autor português e do autor brasileiro, entretanto, encontra-se em comum a síntese da literatura militante como “uma prática de ação social em oposição a outra baseada no idílio e na contemplação” (CORRÊA, 2017, p. 12).

Tal como sugerido por Eça de Queirós, Lima Barreto bebe da fonte e referencia a literatura militante de autores franceses como Anatole France, Hippolyte Taine, Jean-Marie Guyau e, sobretudo, Ferdinand Brunetière. De fato, os literatos franceses do século XIX desempenharam um papel importante na interpretação de uma arte munida de função social:

Dizer que ela (a arte) exprime a sociedade constitui hoje verdadeiro truísmo; mas houve tempo em que foi novidade e representou algo historicamente considerável. No que toca mais particularmente à literatura, isto se esboçou no século XVIII, quando filósofos como Vico sentiram a sua correlação com as civilizações, Voltaire, com as instituições, Herder, com os povos. Talvez tenha sido Madame de Stael, na França, quem primeiro formulou e esboçou sistematicamente a verdade que a literatura é também um produto social, exprimindo condições de cada civilização em que ocorre. Durante o século XIX não se foi muito além desta verificação de ordem geral, adequada mais aos panoramas do que aos casos concretos, mesmo quando Taine introduziu o conceito mais flexível e rico de momento, para completar o meio e a raça dos tratadistas anteriores (MELLO E SOUSA, 2000, p. 18).

O projeto de literatura militante de Lima Barreto não se restringiu apenas às temáticas levantadas, mas se estendeu ao estilo e à linguagem de seus textos. O autor tinha como objetivo levar suas mensagens a uma vastidão de leitores. Para isso, entregou-se a uma espécie de “descaracterização do estilo”, como posto por Sevcenko (1998, p. 167), em que aquilo que tinha a comunicar vinha à frente da forma como seria comunicado.

Abordagem da literatura militante pelo mercado editorial

Nesta seção, encontram-se os resultados da interpretação dos paratextos de quatro edições selecionadas da obra ficcional de Lima Barreto, publicadas por diferentes editoras ao longo de quatro décadas (1990, 2000, 2010 e 2020).

Seguindo o critério de cronologia de publicação, a primeira análise é a de Clara dos Anjos (Biblioteca Folha/Ediouro - 1997). A edição resgata o prefácio escrito por Sérgio Buarque de Holanda, em 1948, para a Coleção Obras

Completas (organizada por Francisco de Assis Barbosa), da editora Brasiliense.

A edição apresenta, além do texto integral de Clara dos Anjos, os contos Um especialista; O filho da Gabriela; A nova Califórnia; O homem que sabia javanês; Um e outro; Miss Edith e seu tio; e Como o “homem” chegou. Não constam notas de rodapé nos textos e tampouco algum esclarecimento a respeito da seleção de contos escolhidos para compor o volume. Sendo assim, o único paratexto além do prefácio originário de 1948 é uma breve biografia (uma página e meia) intitulada Lima Barreto: a justiça que tardava.

Em ambos os textos extras apresentados, a literatura militante não é citada. Na biografia, é citado o preconceito de que o autor foi vítima, e classifica-se sua obra, muito em decorrência dessas vivências, como “muitas vezes irregular, sofrida e tendenciosa”.

Contudo, destaca-se, nos dois, uma comparação entre Lima Barreto e Machado de Assis que permeia toda a discussão pré-textual. O prefácio de Sérgio Buarque de Holanda data de um período em que parte da obra do escritor carioca sequer havia sido publicada anteriormente, e eram escassos os estudos em cima da obra do autor. Sendo assim, não há relação com outros pontos de vista sobre o texto prefaciado.

A comparação com Machado de Assis aponta um debate que estava em voga na ocasião: o contraste entre os dois autores negros e cariocas, um realista e outro pré-moderno. Entretanto, já desponta como um texto anacrônico para a publicação em 1997, considerando as mudanças nas discussões sociais, um diferente contexto histórico e os avanços nos estudos acerca da obra de Lima Barreto.

Talvez pelo fato de Machado de Assis ser mais canônico em 1948 do que o autor da obra prefaciada, há uma exaltação ao seu estilo e à sua literatura (em detrimento aos de Lima Barreto) no texto de Sérgio Buarque de Holanda.

Sem a evolução, ocorrida na segunda metade do século XX, dos estudos e debates raciais a respeito da condição do negro em ambientes excludentes como aqueles pelos quais Lima Barreto circulou (ou tentou circular), há a menção, mais de uma vez no texto, à suscetibilidade do autor às humilhações sofridas, colocando tal posicionamento como uma barreira para a construção de uma arte mais “pura” e livre de subjetividades pessoais.

A segunda edição analisada é a de Os bruzundangas (Martin Claret - 2013 - 2ª edição). O volume faz parte da coleção A obra-prima de cada autor e conta com uma seção de Contextualização da obra, composta pelo texto O pré-modernismo de Lima Barreto, de Cristina Garófalo Porini; além dos sub-

títulos (da própria editora), sendo um sobre Os bruzundangas e outro sobre Lima Barreto. Constam ainda, ao final da edição, um glossário, um questionário; 4 questões de vestibular que se relacionam com a obra vinculada e 77 notas de rodapé.

Os textos na parte de Contextualização da obra são breves, contendo a média de uma página, cada um. Não há menção à literatura militante, embora o escrito de Cristina Garófalo Porini faça uma aproximação com o conceito ao classificar o fazer literário de Lima Barreto como uma “literatura engajada”. Quanto às notas de rodapé da edição, observa-se que elas possuem um caráter menos analítico e mais factual.

Conforme já mencionado, o livro foi escrito em uma época em que as referências europeias, principalmente francesas, eram muito presentes. Em razão disso, a maior parte das referências a intelectuais e obras feitas ao longo do texto de Lima Barreto são de nomes europeus. Entretanto, verifica-se que o tom das notas da edição em questão exacerba esse aspecto eurocêntrico ao desconsiderar a análise de referências à cultura africana presentes no texto. Ao fim do capítulo A nobreza da Bruzundanga, por exemplo, há a menção de alguns nobres da história, sendo um francês (Duque de Montmorency), um português (Conde de Vidigueira), um espanhol (Duque de Alba) e o brasileiro “Dom Obá II, d’África”, brasileiro descendente de africanos conhecido para a historiografia como Cândido da Fonseca Galvão. Justamente este último é o único a não ser descrito em nota de rodapé.

A terceira edição analisada é a publicação de Recordações do escritor Isaías Caminha (Penguin Companhia das Letras - 2010). O volume conta com introdução de Alfredo Bosi, escrita especificamente para essa edição; e resgata o prefácio de Francisco de Assis Barbosa produzido para a edição de 1961 do mesmo título pela editora Brasiliense. Há um total de 108 notas de rodapé, produzidas pela historiadora Isabel Lustosa; uma cronologia da vida do autor do título publicado; e um breve currículo dos quatro nomes que assinam os textos no livro, incluindo a autora das notas.

Neste caso, assim como na edição de Clara dos Anjos, também há o resgate de um texto de cerca de 50 anos antes da data da edição para a composição da fortuna crítica. Contudo, observa-se uma adequação muito maior do texto de Francisco de Assis Barbosa com a contemporaneidade e suas discussões. Isso pode ser explicado em razão de Barbosa ser um precursor nos estudos barretianos e tido até hoje como fonte essencial de pesquisa sobre a obra do autor de Isaías Caminha. A presença do texto de Alfredo Bosi também concatena o texto do século anterior com o contexto de 2010.

Nos paratextos da edição, a literatura militante é mencionada por Francisco

de Assis Barbosa e sua teoria e inserção na obra de Lima Barreto são explicadas com detalhes.

Ademais, os paratextos da edição convergem no que diz respeito a evidenciar o aspecto social da arte do escritor. Na introdução de Alfredo Bosi, o foco está mais em Recordações do escrivão Isaías Caminha, mas sob um viés capaz de traçar paralelos entre a realidade colocada na obra ficcional e os reflexos do íntimo de Lima Barreto projetados em sua criação.

Por fim, as notas de Isabel Lustosa são apresentadas com o texto Lima Barreto em seu tempo, no qual a historiadora esclarece a metodologia seguida para a produção das notas e o viés histórico que permeia suas inserções ao longo da edição. É apresentada, ainda, a bibliografia consultada para a produção das notas. Ao longo da leitura, atesta-se, de fato, uma atenção dada ao fator de contextualização histórica. O texto de Recordações do escrivão Isaías Caminha é todo construído como um roman à clef e o aparato editorial auxilia o leitor a compreender quem são as figuras e instituições satirizadas.

A edição mais recente analisada é a de Triste fim de Policarpo Quaresma (Antofágica - 2021). Nela, há uma apresentação escrita por Criolo, e pós-fácios de Ferréz, Fernanda Felisberto e Jorge Augusto, este que também assina as notas de rodapé e notas complementares inseridas no miolo da publicação.

Destaca-se, neste caso, o aspecto da representatividade trabalhado na escolha editorial dos autores dos textos de apoio, que, como Lima Barreto, são negros. A questão da negritude é um tema evidenciado nos paratextos, o que dialoga com o avanço das discussões raciais e demandas por representatividade na época da publicação.

Com a presença de escritores não acadêmicos (Criolo e Ferréz) na composição dos textos de apoio, abre-se também o caminho para um diálogo mais lírico e menos formal com a produção literária e o universo de Lima Barreto, onde evidencia-se a condição periférica e suburbana do autor.

O termo literatura militante é mencionado em uma citação de Lima Barreto no texto de Fernanda Felisberto, cujo título é Lima Barreto negociando o esquecimento nacional.

Fernanda Felisberto postula que,

trabalhar Lima Barreto significa reverenciar um homem negro e um autor que construiu um projeto literário próprio, com um ponto de vista fincado na experiência negra em pleno processo do pós-abolição, no qual se repetia uma busca por se “desvinilhar” completamente de Portugal (BARRETO, 2021, p. 382).

As notas da edição dividem-se em notas de rodapé, focadas no esclarecimento imediato de nomes e termos pouco conhecidos na atualidade; e uma parte, logo após o fim do texto original, dedicada a notas complementares, que abarcam explicações e contextualizações históricas e culturais, bem como comentários críticos feitos por parte do pesquisador responsável.

Considerações finais

A partir dos estudos e das interpretações feitas, é possível diagnosticar que a militância presente na literatura de Lima Barreto passou a ser mais considerada e compreendida como fator intrínseco ao tipo de literatura produzido pelo autor. É de grande relevância para a compreensão de uma obra literária o entendimento de seu contexto social e histórico, bem como o de seu autor, conforme corroborado por Antônio Candido:

Devido a um e outro motivo, à medida que remontamos na história temos a impressão duma presença cada vez maior do coletivo nas obras; e é certo, como já sabemos, que forças sociais condicionantes guiam o artista em grau maior ou menor. Em primeiro lugar, determinando a ocasião da obra ser produzida; em segundo, julgando da necessidade dela ser produzida; em terceiro. Se vai ou não se tornar um bem coletivo. (MELLO E SOUZA, 2000, p. 23).

Os paratextos das edições analisadas acompanham a evolução de discussões e pautas raciais e sociais, além de manifestar pensamentos da época de sua publicação: como as questões de representatividade e lugar de fala (segundo conceito de Djamilia Ribeiro) na edição da Antofágica de 2021, a mais recente entre as analisadas, na qual os textos de apoio são todos escritos por pessoas negras.

A análise dos paratextos escritos ao longo das últimas décadas propiciou a constatação de que o uso do termo negro para designar afrodescendentes era evitado em textos mais antigos. Apenas a edição de 2021 da Antofágica caracteriza Lima Barreto como um autor negro, enquanto as outras ainda utilizam o termo mulato, visto como pejorativo por parte da população atualmente.

Essa valorização e aceitação das origens afrodescendentes dialoga com dados recentes do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que divulgou que, em 2019, a parcela da população que se autodeclarou como preta cresceu em 36% com relação às autodeclarações em 2012.

Referências

- ARANTES, M. A. Estranhos interiores: a loucura em triste fim de Policarpo Quaresma. *Psicologia em Estudo*, Maringá, v. 13, n. 4, p. 875-883, dez. 2008. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/pe/a/59FrWfsPVXYQNPWpkPKsQgv/?lang=pt>>. Acesso em: 24 set. 2011.
- BARBOSA, F. A. A vida de Lima Barreto: 1881-1922. 11. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.
- BARRETO, L. A nova californiana. Seleção, apresentação e notas de Flávio Moreira da Costa. Rio de Janeiro: Revan, 1993.
- BARRETO, L. Diário do hospício e o cemitério dos vivos. Prefácio Alfredo Bosi; organização e notas Augusto Massi e Murilo Marcondes de Moura. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.
- BARRETO, L. Os bruzundangas. 2. ed. São Paulo: Martin Claret, 2013. (Coleção A obra-prima de cada autor).
- BARRETO, L. Recordações do escrivão Isaías Caminha. Introdução de Alfredo Bosi; prefácio de Assis Barbosa; notas de Isabel Lustosa. São Paulo: Penguin Classics; Companhia das Letras, 2010.
- BARRETO, L. Triste fim de Policarpo Quaresma. Textos complementares de Jorge Augusto, Criolo, Fernanda Felizberto e Ferrez. 1. ed. Rio de Janeiro: Antofágica, 2021.
- BOSI, A. Figuras do eu nas recordações de Isaías Caminha. In: BARRETO, L. Recordações do escrivão Isaías Caminha. Introdução de Alfredo Bosi; prefácio de Assis Barbosa; notas de Isabel Lustosa. São Paulo: Penguin Classics; Companhia das Letras, 2010.
- BOSI, A. História concisa da literatura brasileira. 52. ed. São Paulo: Cultrix, 2017.
- CHALHOUB, S. Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte imperial. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- CORRÊA, F. B. A literatura militante de Lima Barreto. In: BARRETO, L. Crônicas da bruzundanga. Rio de Janeiro: E-galaxia, 2017. p. 7-76. (Coleção Lima Barreto e a literatura).
- DESLANDES, S. F.; GOMES, R.; MINAYO, C. S. (org.). Pesquisa social: teoria, método e criatividade. 28. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.
- FERNANDES, F. A integração do negro na sociedade de classes (o legado da “raça branca”). Prefácio de Antônio Sérgio Alfredo Guimarães. 5. ed. São Paulo: Globo, 2008. v. 1. (Coleção Obras reunidas de Florestan Fernandes).
- GANDRA, A. Flip 2017 homenageia Lima Barreto. Agência Brasil, Rio de Janeiro, 24 jul. 2017. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/cultura/noticia/2017-07/flip-2017-homenageia-lima-barreto>>. Acesso em: 25 set. 2011.
- GARCIA, S. A triste república de Lima Barreto. *Época*, São Paulo, 30 jun. 2017. Disponível em: <<https://epoca.oglobo.globo.com/cultura/noticia/2017/06/triste-republica-de-lima-barreto.html>>. Acesso em: 24 set. 2011.
- GIL, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa social. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1989.

- HOLANDA, S. B. Prefácio. In: BARRETO, L. Clara dos Anjos e outras histórias. Rio de Janeiro: Ediouro; São Paulo: Publifolha, 1997. (Biblioteca Folha).
- MELLO E SOUZA, A. C. Literatura e sociedade. 8. ed. São Paulo: T. A. Queiroz; Publifolha, 2000. (Coleção Grandes nomes do pensamento brasileiro).
- OLIVEIRA, A. P. G. Razão ao avesso: uma análise da representação da loucura, dos loucos e dos manicômios em Cemitério dos vivos e Diário do hospício, de Lima Barreto, e um Estranho no ninho, de Ken Kesey. 2017. 77 f. Dissertação (Mestrado em Letras) — Centro de Letras e Comunicação, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2017. Disponível em: <http://guaiaca.ufpel.edu.br/bitstream/prefix/3578/1/Dissertacao_Ana_Paula_Giehl_de_Oliveira.pdf>. Acesso em: 24 set. 2011.
- RIBEIRO, D. O que é lugar de fala? 1. ed. Belo Horizonte: Letramento, 2017.
- ROMÃO, A. P. F. Os bruzundangas: uma alegoria da 1ª República. 2012. 78 f. Dissertação (Mestrado em Letras) - Programa de Pós-Graduação em Letras, Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita, São José do Rio Preto, 2012. Disponível em: <<https://repositorio.unesp.br/handle/11449/94189>>. Acesso em: 24 set. 2011.
- SCHWARCZ, L. M. Lima Barreto: triste visionário. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.
- SEVCENKO, N. (org.). República: da Belle Époque à Era do rádio. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. v. 3. (Coleção História da vida privada no Brasil).
- SILVEIRA, D. Com alta crescente de autodeclarados pretos e pardos, população branca tem queda de 3% em 8 anos, diz IBGE. G1, Rio de Janeiro, 06 maio 2020. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/noticia/2020/05/06/com-alta-crescente-de-autodeclarados-pretos-e-pardos-populacao-branca-tem-queda-de-3percent-em-8-anos-diz-ibge.ghtml>>. Acesso em: 24 set. 2011.
- SOBRINHO NETO, J. M. A. Uma outra face da Belle Époque carioca: o cotidiano nos subúrbios nas crônicas de Lima Barreto. 2010. 138 f. Dissertação (Mestrado em História) - Centro de Humanidades, Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2010. Disponível em: <<http://dspace.sti.ufcg.edu.br:8080/xmlui/handle/riufcg/1908>>. Acesso em: 24 set. 2011.

TEMA: CONTAÇÃO DE HISTÓRIAS NO
AMBIENTE ORGANIZACIONAL: Um
estudo desta estratégia para promover o
desenvolvimento profissional

FLAVIO LIMA PONZIO (PPGEAHC-UPM)⁸⁸

ORIENTADORA: PROF^a. DR^a. ISABEL ORESTES SILVEIRA (PPGEAHC-UPM)⁸⁹

RESUMO: A formação e aprimoramento profissional nas organizações tem tido momentos evolutivos bem característicos. O objetivo é alcançar a excelência em performance. A metodologia de Contação de Histórias tem sido adotada desde os anos 2000 como um recurso barato e que pode ser aplicado em qualquer forma de treinamento, seja presencial ou on line. Neste artigo, ainda uma amostra marcial fruto da qualificação para o mestrado em Educação, Arte e História da Cultura, abordamos desde as primeiras formas de linguagem do ser humano (pinturas rupestres) até os dias atuais, passando pela literatura, presente em todas as formas de expressão. Ainda abordamos o desenvolvimento da criança e do adolescente através da repetição, o que inicialmente, nos leva a perceber que a Cotação de Histórias pode ser utilizada como repetição do comportamento de alguém por outro alguém.

PALAVRAS-CHAVE: Desenvolvimento; Aprendizagem; Contação de Histórias; Aprimoramento Profissional.

88 Flávio é Mestrando em Educação, Arte e História da Cultura na Universidade Presbiteriana Mackenzie e professor da cadeira de Gestão de Pessoas no curso de extensão da Fundação Vanzolini. Possui Especialização em Marketing pela Business School São Paulo, é Pós-graduado em Administração de Empresas pela FAAP e Formação em Psicologia pela Uni FMU.

89 Isabel possui Pós-Doutorado no IA/UNESP (Instituto de Artes da Universidade Estadual Paulista) em Comunicação e Semiótica: Signo e Significação nas Mídias, pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Mestre em Artes Visuais, pelo IA - Instituto de Artes da UNESP - Universidade Estadual Paulista - São Paulo. Bacharel em Pedagogia pela Universidade São Marcos, Licenciatura em Pedagogia pela Universidade São Marcos. Bacharel em Educação Artística pela Universidade Presbiteriana Mackenzie (1995). Possui especialização (Lato Sensu) em Fundamentos Psicopedagógicos da Arte e da Comunicação pela Universidade Presbiteriana Mackenzie. É docente da Universidade Presbiteriana Mackenzie.

Tendo mais de trinta anos de atuação profissional na área de Recursos Humanos de várias empresas, nacionais e multinacionais, sempre na área de Desenvolvimento Organizacional percebo algumas mudanças nas metodologias para a entrega dos treinamentos técnico e comportamental ao longo das últimas três décadas.

Lá pelos anos 1990, treinamento era sinônimo de sala de aula com professores e alunos num mesmo ambiente. O papel do professor / facilitador era primordial e essencial para que o evento acontecesse. Materiais físicos eram distribuídos para o sucesso do curso.

Por volta do ano 2000 isto começou a mudar. Algumas empresas, principalmente nos EUA (Microsoft, Apple, Hewlett Packard por exemplo) iniciaram ações chamadas de E-learning ou CBT - Computer Based Training ou, em português, TBC – Treinamento Baseado no Computador. O E-learning, quando surgiu, e até hoje, carrega uma característica de ser aquele curso em que se exige a máquina (Computador, Ipad, Smartphone) e um usuário sozinho do outro lado do ecrã, interagindo somente com a máquina.

Muito se usa até hoje das técnicas de jogos ou, adotando um termo dos experts em treinamento: a chamada gamificação – termo proveniente da palavra game – jogo – em inglês além de simulações da realidade profissional.

Ao chegarmos à década de 2010, uma nova modalidade de treinamento comportamental começou a ser discutida nestas mesmas reuniões dos profissionais de treinamento. O que se chamou de Contação de Histórias tornou-se um novo modo de se ensinar comportamentos. A ideia proposta pela Contação de Histórias não é, de modo algum, nova. Trata-se apenas de se colocar um profissional que tenha sido bem-sucedido em suas ações profissionais para contar sua história de vida a outros que estejam interessados em aprimorar seus comportamentos profissionais. Normalmente, buscam-se pessoas de destaque no mercado. Executivos que se reinventaram ou reinventaram suas empresas, jovens profissionais que foram capazes de criar pequenas fortunas, “gurus” de gestão que passaram por dificuldades e como as superaram. Com isto, a ideia é que soluções ainda não pensadas por todos possam ser difundidas e gerem aprendizados, aprimorando as atitudes no ambiente de trabalho. Um bom número de empresas hoje espera que um profissional seja cada vez mais respeitoso e inclusivo em relação à diversidade, tenha um planejamento de trabalho mais efetivo, faça o correto gerenciamento de pessoas e resultados, lidere pelo exemplo, que esteja alinhado com as diversas mudanças tecnológicas que surgem constantemente, entre outras atitudes.

Diante desta forma de aprendizado é interessante entender se, efetivamente,

a Contação de Histórias tem efeito sobre as pessoas que os assistem a ponto de alterarem alguns de seus comportamentos baseando-se nos exemplos contados por outros.

Além disto, esperam também que as atitudes de todos estejam alinhadas com os valores da empresa. Por exemplo: uma empresa que tenha como valor o respeito e se depare com profissionais que tratam colegas e subordinados com grosserias, diminuem a imagem de uns diante de outros, comunicam-se de forma rude etc. Quando se percebem estes tipos de atitudes a empresa poderá até terminar o contrato de trabalho, mas, antes disto, recomenda-se que se tente orientar este profissional mostrando caminhos para melhoria.

O Porquê da pesquisa

Podemos verificar que, na história e na arte, observam-se exemplos de histórias que transformaram vidas. Os textos teatrais são repletos de histórias que trazem valores e reflexões sobre o comportamento humano.

A área acadêmica também tem se utilizado do recurso da Contação de Histórias. Professores dos diversos graus da educação utilizam-se, muitas vezes, de exemplos de vida de pensadores e teóricos para sugerir ações de seus alunos.

Podemos ainda dizer que muito da cultura da civilização foi transmitida através de histórias contadas por gerações e gerações ao longo do tempo.

Diante destes exemplos, podemos verificar que o diálogo, seja ele oral ou escrito, tem permitido a evolução do ser humano. As corporações só sobrevivem porque seus membros se comunicam, transmitindo aos novos colaboradores qual é a cultura e os valores de uma determinada empresa.

No entanto, revisitando analiticamente as ações que implementei em diversas empresas para o aprimoramento das lideranças, verifiquei, em diversas situações, que as pessoas tendem a manter suas verdades como absolutas. Ao ouvirem histórias de pessoas de sucesso e as atitudes que tiveram ao enfrentar desafios, percebi que estas histórias impactavam positivamente quando eram contadas, mas que os ouvintes voltavam a suas verdades enraizadas logo em seguida. Trago aqui um exemplo do que digo acima: quando trabalhava numa grande corporação americana, estávamos tentando abandonar ações de controle extremo dos funcionários e busca de culpados pelos erros, para implantar uma cultura de confiança, na qual as pessoas se sentissem capazes e creditadas em suas capacidades, fazendo entregas cada vez melhores. Como uma das iniciativas para isso, promovemos uma palestra de um empreendedor brasileiro, que

num dado momento de sua palestra comenta:

“Podemos fazer um mapa para seguir um caminho. Neste mapa existe um rio que deveremos atravessar a nado. Porém, ao chegarmos a este ponto, em nossa caminhada física e não apenas mental, percebemos que o rio secou. Assim, teremos que rever nossa ação de nadar para atravessar o rio, ou iremos nadar no seco. Portanto, ao fazer seu planejamento estratégico saiba que terá que rever suas ações constantemente para não ter que nadar na terra” (informação verbal)⁹⁰.”

O que se pretendia com esta mensagem era que os líderes da empresa se permitissem alterar seus planos de trabalho sempre que necessário. Obviamente que não esperávamos que, apenas com esta palestra, as atitudes em relação à rigidez com os planos e ações estratégicas fossem imediatamente alteradas. No entanto, o que se viu foi a necessidade de revisitarmos esta mensagem constantemente, pois o que estava arraigado na mente dos gestores, não se modificou, apesar de elogiarem grandemente a palestra e o palestrante.

Muitas histórias são divertidas, outras emocionais, mas podem acabar por propiciar, a quem as ouve, ter empatia com quem conta sua história, ou seja, exercitar o colocar-se no lugar do outro. Com isso, poderão perceber as motivações do outro para ter agido deste ou daquele modo e como isto faz ou não sentido em suas próprias vidas. Por isso, algumas instituições já estão ofertando cursos para a formação de Contadores de histórias como o SESC e a Endeavor para citar algumas.

Nas organizações, em particular, a Contação de Histórias tem sido indicada para as seguintes propostas: divulgar normas e valores, desenvolver confiança e comprometimento, transformar conhecimentos tácitos em explícitos, facilitar o desaprender, gerar conexões emocionais.

Individualmente ou coletivamente, histórias nos ajudam a criar um senso sobre nosso passado e pensar em futuros possíveis.

Os objetivos

Identificar quais são os teóricos que pesquisaram sobre a importância da Contação de Histórias, seus argumentos sobre os aspectos positivos e negativos desta metodologia para a promoção de mudanças de comportamento dos profissionais.

Apresentaremos algumas definições abordadas pela literatura, ao longo

do tempo, sobre o tema Contação de histórias e sua relação com a mudança de comportamentos na organização. Esclarecer e evidenciar as diferenças entre a atividade de contar histórias como forma de entretenimento, e a utilidade dessa prática como estratégia andragógica⁹¹. Pretendemos, ainda, compreender como a Contação de Histórias pode ser utilizada como um recurso estratégico comunicacional por meio da construção de narrativas no contexto das organizações.

Analisar como nuances relacionados à entonação, gestual, linguagem etc. causam maior ou menor interesse nos espectadores.

Não menos importante é a investigação de exemplos de como as tecnologias da era digital podem transformar as informações do primeiro narrador em potencial material para novos narradores, desdobrando estas histórias em sites, blogs, comunidades virtuais em rede etc. Interessa-nos conhecer esse processo dinâmico que se desdobra e gera novas narrativas do conteúdo inicial e tomam dimensões que superam a própria história inicial ou o fato em si. Mais especificamente queremos entender se os exemplos de vida apresentados geraram uma memória seletiva nos que as ouviram, a ponto de se tornarem referências direcionadoras de suas atitudes no dia a dia de trabalho.

Quando falamos de memória, não podemos deixar de citar o que chamamos de memória seletiva. Na verdade, ela é a única que existe. No relato de diversos casos relatados por Sigmund Freud⁹² podemos perceber que seus pacientes, quando relatavam fatos de suas vidas, acabavam por ressaltar alguns aspectos em detrimento de outros. Isto se dá por diversas razões: proteger-nos de vivências desagradáveis, ter sido um momento extremamente prazeroso, marcar situações que podem ser importantes mais à frente em nossas vidas etc.

Vemos que as pessoas adotam comportamentos que lhes parecem mais adequados e fixam os momentos em que estes deram certo. Por terem sido bem-sucedidos, criam padrões atitudinais e, a mudança destas atitudes, é sempre mais difícil de se alcançar.

O Problema de pesquisa

Quais são as estratégias comunicativas utilizadas pelos Contadores de Histórias para compartilhar suas habilidades e conhecimentos e despertarem o

91 Andragogia – ciência que estuda a educação para adultos para alcançar uma aprendizagem efetiva e o desenvolvimento de habilidades e conhecimentos.

92 Sigmund Freud – um médico neurologista e psiquiatra austríaco criador da psicanálise e que viveu de 1856 a 1939

interesse das plateias por apreender o que lhes é contado. Através da pesquisa teórica / bibliográfica e entrevistas com profissionais que se utilizam desta metodologia, relacionar estas estratégias com o aprimoramento dos comportamentos organizacionais, sobre os quais já trouxemos exemplos anteriormente.

A hipótese

Com minha experiência profissional já citada, acredito que a Contação de Histórias é muito bem recebida por quem as ouve e pode gerar boas reflexões no espectador sobre as maneiras de ver e pensar o mundo corporativo. Isto ainda pode ser fruto de muitos estudos, e a proposta aqui é trazer uma análise de algumas publicações e ensaios sobre este instrumento de desenvolvimento humano. Com estas análises, poderemos entender um pouco mais sobre como a Contação de Histórias tem sido vista por estudiosos do assunto e como se tem avaliado o valor que ela tem para a mudança de atitude no dia a dia de um profissional.

A Metodologia

Trata-se de uma pesquisa básica, de natureza qualitativa, na qual a base bibliográfica apresenta diversos estudiosos da educação humana que demonstram como a Contação de Histórias tem estado presente em nossas vidas. Para isso, autores como CHARTIER (2002), BORGES (2017), COGO (2012), RIBEIRO (2014), RUBIRA (2006) serão alguns dos pesquisadores visitados para se alcançar este intuito.

Com estes dados, e tendo como orientadoras as teorias de aprendizagem de, Mellander (2011), Knowles, Holton III e Swanson (2009), Terenzzo e Palácios (2016) poderemos fazer uma análise qualitativa sobre as contribuições que a Contação de Histórias pode trazer para a aprendizagem de comportamentos corporativos.

Serão realizadas duas entrevistas com Contadores de Histórias: Gustavo Caetano - palestrante e autor do livro “Pense Simples” (2017) - e Cecília Pinzon Reynes - consultora de Recursos Humanos.

Desta forma, nossa pesquisa contará com dois processos distintos e complementares para responder ao problema apresentado: a) levantamento das bibliografias relativas à contação de histórias; e b) entrevista estruturada com base em questionário focado nas estratégias utilizadas para a Contação de Histórias.

Capítulo 1 - A Contação de história para a formação da cultura e desenvolvimento humano

Nosso objetivo aqui é mostrar o processo da comunicação humana e sua evolução, desde os homens das cavernas, que já se expressavam através das pinturas rupestres, passando pelos primeiros registros da linguagem oral e escrita e chegando à tecnologia que nos permite hoje ter acesso a diversas histórias rapidamente.

É certo que o ser humano tem a necessidade de se comunicar, seja para conseguir algo de alguém, para mostrar seus feitos e/ou seus pensamentos e crenças a outros, mesmo que estes sejam de gerações ainda por vir.

Uma prática ancestral: das pinturas rupestres à tradição da linguagem oral e escrita

Nossa intenção aqui é fazer uma rápida análise das pinturas rupestres e como podemos interpretá-las como as primeiras formas de se contar algo a alguém pois parecem ser, até hoje, as primeiras manifestações da vontade do homem de registrar o que viu e viveu, pode se dizer que já há ali uma intenção de contar algo a alguém.

O homem antes de aprender a falar, aprendeu a comunicar-se através da visão. A partir do momento que os homens deixaram de ser nômades e passaram a fixar-se em uma determinada região, passaram a ter mais tempo disponível, dele fazendo uso para dedicar-se à arte da comunicação, ou seja, os desenhos rupestres encontrados por pesquisadores em diversos sítios arqueológicos, nos paredões das cavernas e dos rochedos ao ar livre, como se fossem os grafites dos dias atuais. (PARELLADA, 2009 apud GROBEL e TELLES, 2014 p.4).

Ao dedicarmos um tempo para analisar algumas destas manifestações do homem, muitas delas nos trazem imagens de animais de diversas formas. Talvez nossos ancestrais mais longínquos quisessem mostrar àqueles humanos, que não saíam das cavernas, o que estavam encontrando no ambiente externo (FIGURA: 1).



*Figura 1 - Crédito: L. Guichard-Perazio-Smergc/
Divulgação
Pintura rupestre na caverna Chauvet, no sul da França*

Menghin, em seu artigo “Las Pinturas Rupestres de La Patagonia” (1952), classifica a arte rupestre em três grupos principais. O primeiro trata de “negativos” de mãos, ou seja, imagens de mãos humanas que se obtinham através da imposição das mãos sobre as rochas e seu contorno. O segundo grupo diz respeito às pinturas de homens na companhia de iguais ou em frente a outros animais. Também é comum, neste segundo grupo, encontramos a representação do que parece ser uma dança ou algum tipo de reunião humana.

O terceiro grupo diz respeito aos desenhos de signos, símbolos com diferentes disfarces. Muitas vezes estes símbolos são desenhados em espaços bastante grandes, formando figuras curiosas, às vezes com formas animais, mas sem um significado muito claro (FIGURA: 2).



*Fig. 2 – Morro do Avencal em Santa Catarina
In A Arte Rupestre no Brasil – Madu Gaspar – 2.a
edição – Zahar – 2003 – pág. 17*

Quando vamos em busca dos significados destas representações humanas arqueológicas, podemos verificar uma indicação da cognição humana mais rudimentar e que foi evoluindo com o tempo.

O que vemos na arqueologia e na arte rupestre são testemunhos do modo vital de pensarmos, o nosso aparato cognitivo. Como modo vital, entendemos a estrutura do pensamento humano. Como o pensar abarca diversas faculdades do intelecto humano, trabalhamos com o conceito de cognição, que por si só sugere os diversos modos e artifícios utilizados pelo nosso cérebro para produzir e reproduzir conhecimento, comunicação, manifestações simbólicas (GUEDES, 2014 p. 27).

A comunicação está relacionada com a cognição, que trata de todo o processo que o ser humano se utiliza para a compreensão do que o cerca e que define sua linguagem, formas de expressão, aquisição de conhecimento etc. Estas expressões simbólicas que as figuras rupestres nos trazem são as primeiras manifestações registradas da cognição humana.

A ciência entende que o homem, antes de falar, comunicava-se através da visão. Quando a vida nômade foi abandonada e ele fixou-se em certas regiões, passou a registrar, nas paredes das cavernas, o seu dia a dia e suas conquistas, através de pictogramas que usamos até hoje. Com isso, ultrapassavam a barreira linguística, através de símbolos e desenhos que poderiam ser entendidos por qualquer um.

Como nos diz Guedes (2014, p. 34)

De forma, ainda que sumária, compreendemos a criação dos sinais rupestres como a designação de uma coisa através da outra. Ou seja, a materialização de um conceito mental através das formas e correlações que as pinturas e gravuras rupestres são dispostas e elaboradas nos suportes rochosos (GUEDES, 2014 p.34).

Para evoluirmos no tempo, pelos registros existentes encontrados até aqui, nos parece ter sido possível que a oralidade aparecesse após a escrita. Alguns dizem que a linguagem oral surgiu há 50 mil anos atrás e outros há meio milhão de anos. Pesquisas com fósseis de nossos ancestrais indicam uma evolução do diafragma como o principal indício do início da fala. Ao mesmo tempo, quando fósseis de épocas diferentes da evolução humana são comparados, já se percebem alterações nos diafragmas em civilizações mais novas e, por isso, podemos dizer que houve uma evolução significativa desde a origem da linguagem humana falada.

Estudiosos dos primatas descobriram que eles tinham “palavras” para expressar ideias como “águia”, “leopardo”, ou apenas “cuidado”.

Há dúvidas se estas “palavras” seriam a origem das primeiras falas dos seres humanos pois também se acredita que sons como “shh”, “psst”, “wow” parecem ter sido os primeiros sons, e que ainda se mantém até hoje em praticamente todas as línguas.

No entanto, elas ainda não possuem sintaxe (organização das palavras para a criação de frases) e a passagem de ideias e mensagens mais complexas. Uma grande capacidade de comunicação foi exigida do ser humano para que ele conseguisse construir narrativas, contar histórias e até suas possíveis fantasias.

Desta forma, para podermos imaginar quando as primeiras histórias surgiram, com começo, meio e fim, com sentidos amplos e lógicos, temos que pensar o quanto a evolução da linguagem aconteceu.

Essa capacidade de conversar é vista como uma das principais transições no processo de evolução. E, por isso, as pessoas se interessam, há muito tempo, pelas origens da linguagem verbal.

Todas as linguagens humanas faladas têm um pequeno número de fonemas que podem ser hierarquicamente combinados e recombinados em dezenas, centenas, milhares de referenciais de palavras e significados.

Palavras, por sua vez, podem ser flexivelmente combinadas num número referencial infinito de romances, sentenças com

significados e outros tantos significados. Estes significados podem conter informações sobre diversos aspectos virtuais sobre o ambiente físico ou social. A linguagem falada, então, é altamente criativa e potencialmente informativa (TALLERMAN & GIBSON, 2014 p.125).

Com o que Tallerman e Gibson nos traz, podemos imaginar que a linguagem complexa que o ser humano utiliza hoje, exige um grau de cognição bem maior do que a antiga linguagem de sinais.

O homem, ao aprender a falar de forma mais organizada, passou a poder se comunicar mais clara e diretamente com seus pares.

Contar histórias com diferentes linguagens.

E o homem aprendeu a falar. Criou diferentes formas para se comunicar, aprofundou a linguagem e evoluiu em seu potencial de contar histórias. E, o interessante nesta evolução, é que o homem acabou por criar símbolos, agora mais complexos do que apenas desenhos e que, se combinados em milhões de formas diferentes, poderiam comunicar tudo que queria. Isto o tornou mais social.

Assim, o homem foi capaz de transmitir sua cultura, seus credos, seus meios. Pode-se dizer que a cultura se perpetuou e evoluiu por conta da existência da escrita, que permitiu a perpetuação de diferentes verdades e mesmo a contestação destas verdades e sua evolução para novas verdades das sociedades e suas culturas.

Precisamos entender a cultura a partir da ideia de sua dupla função de orientadora e tradutora de processos comunicativos, materializados em múltiplos sistemas simbólicos, convicções e valores, responsáveis tanto pela manutenção e reprodução de sistemas culturais e sociais quanto por sua constante transformação. As discussões teóricas sobre cultura sinalizam, assim, nitidamente, uma tendência a entendê-la como saber coletivo produzido por processos cognitivos e comunicativos heterogêneos, em função dos quais os indivíduos definem as suas esferas de realidade. Essa situação reflete-se de forma potencializada nos diálogos com uma dimensão igualmente complexa: a literatura (OLINTO e SCHOLLHAMMER, 2003 p. 7).

A literatura se faz presente nas diversas formas de comunicação. Um jornalista ao escrever sobre um fato, usa dos artefatos e, até de subterfúgios da literatura, para dar colorido ao que quer contar. Um autor teatral, antes

de poder encenar sua peça, usou-se da literatura para escrever o que quer mostrar aos outros. O mesmo para o cineasta, o compositor musical, o cronista etc.

Assim, torna-se bastante difícil separar todos os outros meios de comunicação da contação de histórias presente na literatura, pois ela está na base de todos eles.

O teatro, por exemplo, sempre exerceu grande influência na sociedade, chegando a deflagrar revoluções políticas e protestos ruidosos em diversos países. Patriota, ao citar os textos teatrais do século XIX e sua forma de expressão, através de uma linguagem mais naturalista e alcançando públicos maiores, nos diz

O teatro deixou de ser destinado a um público específico para, potencialmente, atingir a população em geral e, com isso, trouxe discussões estéticas e políticas que propiciaram, de maneira gradativa, a construção de um comprometimento com as lutas sociais, bem como externaram o caráter histórico e político das opções estéticas. (PATRIOTA, 2013 p. 8 e 9)

Temos um exemplo que, de imediato, pode parecer pouco provável que possamos chamá-lo de literatura: a história em quadrinhos. Por mais que possa parecer um exemplo pobre de literatura, os japoneses o veem como arte. O Mangá⁹³ é valorizado como arte e como forma de demonstrar valores e crenças de seus autores, retratando a cultura na qual estão inseridos.

Tanto o que se escreveu como o que se contou oralmente em algum momento, pode ser chamado de literatura, ou seja, podemos falar de literatura oral, como nos diz John Sutherland (SUTHERLAND, 2019).

A maior elaboração na narrativa permitiu ao homem inventar, fantasiar, além de apenas contar fatos vividos. Não podemos esquecer que a história só existe porque foi contada por alguém e segundo sua interpretação dos fatos. Ou seja, podem haver várias histórias diferentes da verdade absoluta, que, talvez, nunca venha a ser conhecida.

A emoção como parte da interpretação de uma história

Quando contamos uma história, ou parte dela, colocamos nossa visão dos fatos que se sucederam para lhes dar sentido e, este sentido, é variável de uma pessoa para outra. Poderíamos falar de duas verdades ou duas ficções, pois cada lado do conflito irá contar o ocorrido sob pontos-de-vista diferen-

93 Mangá - palavra usada para designar as histórias em quadrinhos no Japão, possuindo estilo característico ou não.

tes. Um psicólogo, se não aceitar o que um paciente relata como verdade, o processo terapêutico não seguirá para lugar algum. Assim, vemos que história e ficção são conceitos próximos e não necessariamente opostos. Não podemos negar, portanto, que a emoção está totalmente envolvida em nossas narrativas.

Não há razão sem emoção, logo, podemos dizer que o jogo do ensino e aprendizagem são atos cognitivos emocionais. Tal enfoque facilita compreender as aprendizagens, detectar as falhas psicológicas e cerebrais que incidem nos processos iniciais de ensino, promover a empatia, o altruísmo e a colaboração, conseguir a atenção por meio do fomento da curiosidade, e um grande etecetera de benefícios pedagógicos. (MORA, 2019 – p 264).

Portanto, tudo começa em “ligar” primeiro a emoção para que haja atenção. Assim, ao associarmos a Contação de Histórias a tudo o que falamos até aqui, podemos entender que, quanto mais uma história contada se aproximar ou tocar a emoção de alguém, mais esta terá fixação mnemônica, podendo gerar aprendizado. Uma história mais direcionada para a razão, poderá ou não apresentar fixação, novamente quanto mais conseguir gerar emoção em quem a ouve.

Damásio afirma que as emoções e a razão não são dissociadas como propôs Descartes (DAMÁSIO, 2012). Ainda se ouve muito que a razão é o contrário da emoção. Entretanto, Damásio mostra, em seus trabalhos, que pessoas que possuem alguma deficiência na região do cérebro responsável pelas emoções apresentam dificuldades de aprendizado.

Podemos ver assim que as emoções são fundamentais no processo de aprendizagem, pois geram sentimentos, geram mesmo atos racionais, utilizados para aprender. Assim, as emoções iniciam o processo.

Por longo tempo, o componente emocional tem sido descuidado na educação institucionalizada. As contribuições científicas recentes auxiliam a resolução dessa deficiência, uma vez que revela e comprova a dimensão emocional do aprendizado. As crianças e educadores estão sempre envolvidos em emoções. (DAMÁSIO. 2012 p 9)

A emoção e os mitos criados pela humanidade, são palavras que se conversam e muito. Citando Sutherland (2019), ele nos fala da criação do mito como forma de fortalecer os valores da humanidade. Através do uso do mito nas narrativas, os heróis tornam-se invencíveis e capazes de derrotar inimigos muito mais poderosos que eles próprios, usando astúcia e inventividade.

Nestas epopeias, as emoções afloram, pois gigantes são derrotados, inimigos bem armados podem sucumbir a uma inteligência maior, etc. Isto torna as histórias interessantes e o leitor/ouvinte acaba por deixar-se envolver, ficando curioso por saber como a situação irá se resolver. Valores de invencibilidade atrelada ao uso de habilidades cognitivas, fazem o mais humilde e fraco ser humano sentir-se capaz de vencer suas dificuldades. Por isso as histórias ganham valor.

Há obras literárias que se tornaram clássicas. Vale deixar clara a diferença entre “clássicos literários” e “literatura clássica”. O primeiro termo diz respeito a obras que, por sua importância e contribuição para a cultura da humanidade, devem ser lidas e estudadas, independente de quando foram escritas. Já o termo “literatura clássica” refere-se às obras da antiguidade grega e romana.

Todas trazem contribuições, sejam elas de diferentes finalidades. Novamente estamos aqui propondo que a Contação de Histórias tem um intuito: mostrar algo a alguém e fazê-lo pensar no que acabou de ouvir ou ler.

[...] Mas uma resposta melhor seria que a literatura é a mente humana no auge de seu talento para expressar e interpretar o mundo ao nosso redor. A literatura, em sua melhor forma, não simplifica, mas expande nossas mentes e sensibilidades numa medida pela qual podemos lidar melhor com a complexidade – mesmo que, como acontece muitas vezes, não concordemos muitas vezes com aquilo que estamos lendo (SUTHERLAND, 2019, p.14).

Evoluindo em nossa análise, vejamos o exemplo do teatro e do cinema. O quanto não nos deixamos levar por histórias que assistimos e que retratam nossas vidas, com suas alegrias e sofrimentos.

Estas duas formas de representação da história traz um quê de encantamento e nos permite uma catarse ao vermos muito do que vivemos ali apresentado de forma ilustrada com personagens, figurinos, cenários, efeitos especiais que nos encantam e, ao mesmo tempo, transmitem valores, cultura, posições críticas etc.

Para ilustrarmos um pouco a contribuição do teatro como uma interpretação da realidade e de seu papel de transmissor de conceitos e valores, vamos citar uma análise, um tanto o quanto divertida, sobre Hamlet, um clássico do teatro escrito por William Shakespeare.

Os sábios de todas as épocas estudaram e concluíram que o defeito trágico de Hamlet é a indecisão. Ele é um sonhador,

que gosta mais de sofrer do que da justiça em si. Mesmo que o comportamento de Hamlet não faça sentido, ele não parece algo que o autor tenha idealizado para a sua própria conveniência – gerar cenas malucas e engraçadas – e sim para mostrar como as pessoas se comportam de maneira ineficaz na vida real. Assistir a Hamlet tentando vingar o pai é assistir ao seu filho adolescente procurando emprego. (NEWMAN, 2014. Pág. 99)

Seja ou não Hamlet um exemplo a ser seguido, quando o autor procura mostrar que as pessoas agem de maneira ineficaz, na vida real, aqui pode morar a lição a ser aprendida.

No dito popular: “Quem conta um conto aumenta um ponto”, confirma-se a dependência da história de quem a conta. Podemos citar a memória, interesses pessoais diversos, forma de registro utilizada no momento de um acontecimento e até mesmo a personalidade para concluirmos que a história sempre é dependente.

As diferentes interpretações e personalidades dos “contadores da história” poderão abordar aspectos inusitados para uns e muito claro para outros.

Quero citar uma frase de Carlos Drummond de Andrade (1902 – 1987), que, em sua genialidade, comenta sobre a história: “A parte do romance que a História contém é visível; menos visível é a parte histórica”. De forma simples, Drummond consegue resumir um pouco do que falamos sobre história.

No mundo contemporâneo, muitas e diferentes mídias têm contribuído para a disseminação de histórias. Não vamos entrar aqui na ceara sobre as faladas fake news.

Ao falarmos de Rádio, TV, Cinema, Youtube, Facebook, LinkedIn, e o que vier, estamos falando de meios de comunicação de massa que podem atingir e influenciar muitas pessoas e de forma rápida.

Vejamos como exemplo o experimento realizado inicialmente em 1999 intitulado “O Buraco na Parede” do professor indiano Mitra⁹⁴. Nele, um computador é incrustado em uma parede deixando apenas a tela aparecendo para quem passava pela área. Ali foram expostos vídeos sobre novidades tecnológicas e curiosidades sobre o mundo todo. A curiosidade e interesse das crianças foi tamanha que se formaram aglomerações em volta desta tela e, os assuntos ali expostos, começaram a ganhar repercussão nas comunidades indianas onde este experimento foi realizado. Principalmente crianças

94 Sugata Mitra - cientista da computação conhecido por seu experimento “O Buraco na Parede”. É professor de Tecnologia Educacional da Universidade de Newcastle, Inglaterra. Em 2012 foi professor visitante no MIT.

e adolescentes começaram a buscar formas de saber mais sobre tais assuntos, formando grupos de interesses e chamando os adultos e professores a trazerem mais informações. Com isto, a aprendizagem se deu de um modo inesperado. O autoaprendizado foi estimulado por meio de fatos e histórias ali contados e, logicamente, pela riqueza de imagens e sons anteriormente não vistos por aquelas crianças. Criou-se a tal memória emocional positiva que levou à aprendizagem.

Para terminarmos esta “viagem” desde o surgimento da linguagem humana até as possibilidades que a tecnologia nos traz hoje, cito uma frase de Sutherland “Os seres humanos são animais contadores de histórias. Isso remonta ao mais longínquo passado identificável da nossa espécie” (SUTHERLAND, 2019, p. 91).

Sejam estes contos baseados em fatos ou ficções, não podemos abandonar seu valor para a construção das sociedades como as conhecemos hoje.

O desenvolvimento humano alcançado por meio da repetição dos exemplos

Quando nos voltamos para a análise do desenvolvimento cognitivo humano, não podemos subtrair o valor que a repetição de exemplos tem para o alcance de novas habilidades e conhecimentos. Um bebê, até mais ou menos seu primeiro ano de vida, experiencia estímulos e sensações que ainda lhe parecem sem significado. Estes significados vão sendo formados aos poucos em sua mente, conforme os resultados que cada sensação e sua possível reação a eles, lhe traz.

O ser humano está, então, na constante busca do equilíbrio em suas formas de agir, utilizando-se, de formas combinadas e recombinações, de esquemas mentais anteriormente formados para se alcançar este equilíbrio.

Assim sendo, poderíamos dizer que o desenvolvimento é um processo que busca atingir formas de equilíbrio cada vez melhores, ou, dito de outra maneira, é um processo de equilíbrio sucessiva que tende a uma forma final, qual seja a aquisição do pensamento operacional formal (RAPPAPORT, 1981 p. 62)

Temos que considerar, então, que a observação do outro e como ele reage ao ambiente e seus estímulos, trazem muita aprendizagem e dão ao ser humano mais recursos em seus esforços de assimilação de conhecimentos.

A inteligência humana, observada através da cognição e como esta nos permite reagir ao mundo, por si só, poderia então explicar como a linguagem

surge, ou seja, de maneira simplista, a linguagem se daria pela observação e repetição, passando pelos processos de assimilação e acomodação até estruturar novos esquemas.

A adolescência é uma fase de transformações hormonais que não exige comprovação por teorias ou pesquisas. Maior estrutura corporal, pelos pelo corpo, formas mais sinuosas ou retilíneas, mudança na voz etc., não podem ser negadas.

Erikson concentrou seus estudos e teorias na adaptação social do ser humano nesta fase da vida. Muito do que ele traz, diz respeito à busca deste adolescente por uma identificação social maior ou menor com algum grupo. O adolescente está atento aos diversos estímulos que o meio lhe traz e copiando este ou aquele que lhe traga mais sentido.

Assim, podemos dizer que a Contação de Histórias, por tudo que relatamos até aqui, tem seu lugar na formação do ser humano, ser biológico e social e pesquisaremos, baseado em estudos e publicações anteriores, o valor efetivo desta ação para o aprimoramento da sociedade do trabalho.

Capítulo 2 - Análise de Contadores de Histórias e como suas narrativas contribuem para o aprimoramento profissional de quem as ouve.

Neste capítulo, traremos duas entrevistas com Contadores de Histórias que usam esta estratégia para compartilhar suas habilidades e conhecimentos. Com base nestas entrevistas, faremos uma análise da importância de aspectos como o gestual, a entonação, a linguagem utilizada etc. e sua contribuição para a absorção dos conteúdos. Traremos citações dos diversos textos de Carmine Galo que apresenta alguns ensinamentos sobre como contar histórias e como convencer as pessoas.

Capítulo 3 - Possibilidades Narrativas e sua possível influência no aprimoramento profissional

Com uma análise sobre os diversos aspectos da Contação de Histórias até aqui visitadas, traremos uma conclusão sobre a contribuição deste recurso para a evolução do ser humano e para o aprimoramento profissional, baseado nas publicações sobre o assunto.

Nosso exame da questão basear-se-á em autores como Walter Benjamin em seu ensaio “O Narrador”, Marcel Proust e sua preocupação com a estética do texto, Janine Kurnoff e Lee Lazarus em sua publicação “Everyday Busi-

ness Storytelling” e, também, Carmine Galo e sua análise sobre o poder de Steve Jobs para convencer os mais diversos públicos.

Conclusão

Nosso intuito foi mostrar, até aqui, o papel da linguagem na evolução humana, suas variantes textuais ou orais e como nos envolvemos com as histórias que nos são apresentadas, desde o início de nossas vidas, para nossa formação como indivíduo e, como consequência, para a construção da sociedade e sua evolução. Esta pesquisa não tem o intuito de esgotar o assunto, nem mesmo, de trazer uma resposta única à pergunta proposta. Tem, sim, a intenção de apresentar uma reflexão sobre o assunto, abrindo caminhos para novas pesquisas que ampliem esta análise.

Referências

- ANDRADE, Carlos Drummond de. “O Averso das coisas”. Rio de Janeiro: Ed. Record, 1987, p. 74.
- BASTOS, Angélica. “Sobre a lembrança: Uma abordagem psicanalítica dos limites estruturais da memória” em artigo para a Universidade Federal do Rio de Janeiro em 1999.
- CERTEAU, Michel De. “A história, ciência e ficção”. In: História e Psicanálise: entre ciência e ficção. Belo Horizonte: Autêntica, 2011, p. 71.
- COGO, Rodrigo Silveira. Da memória ao Contação de Histórias: em busca de novas narrativas organizacionais. Escola de Comunicações e Artes – Universidade de São Paulo. São Paulo, 2012
- DAMÁSIO, Antonio. “O erro de Descartes – Emoção, Razão e o Cérebro Humano” Editora Companhia das Letras, 2012, p. 8.
- GALLATIN, Judith. Adolescência e Individualidade. Ed. Harper & How do Brasil Ltda. São Paulo. 1978, pág. 220 a 223
- KNOWLES, Malcolm S.; HOLTON III, Elwood F.; SWANSON, Richard A. Aprendizagem de Resultados: uma abordagem prática para aumentar a efetividade da educação corporativa. 1.a edição. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.
- LEME, Rogério. T&D e a Mensuração de Resultados e ROI de Treinamento Integrado. 1.a edição. São Paulo: QualityMark, 2010.
- MARINO, Caroline. “O desenvolvimento pessoal virou um vício?” revista Você S.A. Maio 2020, págs. 53 e 54
- MELLANDER, Klas. O Poder da Aprendizagem – potencializando o fator humano nas organizações. 13.a edição. São Paulo: Cultrix/Amana, 2011.
- MIRAZON, Lahr Marta, & FOLEY, Robert. “Human Evolution Write Small.” Nature 431.7012 (2004): 1043–1044. Web.

- MORA, Fernando. "Neuroeducacion. Solo se puede aprender lo que se ama". Ed. Alianza, Madri, 2019, p. 264.
- NEWMAN, SanDr^a. História da Literatura Ocidental sem as partes chatas. Editora Cultrix. São Paulo, 2014 – p. 99
- OLIVEIRA, Ivone de Lourdes & MOREIRA, Jeane Caroline de Oliveira. CONTAÇÃO DE HISTÓRIAS NAS ORGANIZAÇÕES: um recurso estratégico para interagir com os interlocutores no cenário contemporâneo em artigo para o Congresso da Associação Latinoamericana dos Investigadores da Comunicação - Costa Rica 2018.
- PALMEIRA, Cristina Gomes. ROI de treinamento, capacitação e formação profissional – Retorno do Investimento. 2.a edição. QualityMark .São Paulo:2008.
- RAMOS, Rosângela Patriota. "História e Teatro: Discussões para o tempo presente". Edições Verona. São Paulo 2013. Págs 8 e 9.
- RAPPAPORT, Clara Regina; FIORI, Wagner da Rocha; DAVIS, Cláudia. Psicologia do Desenvolvimento – Teorias do Desenvolvimento Conceitos Fundamentais Vol. 1. E.P.U. São Paulo. 1981. Págs 55 a 59
- RAPPAPORT, Clara Regina; FIORI, Wagner da Rocha; DAVIS, Cláudia. Psicologia do Desenvolvimento – A Idade Pré-escolar Vol. 3. E.P.U. São Paulo. 1981 Págs. 55 a 58
- SOLE, Deborah & WILSON, Daniel Gray. Contação de Histórias in Organizations: The power and traps of using stories to share knowledge in organizations
LILA Harvard University – Graduate School of Education
- SUTHERLAND, John. Uma Breve História da Literatura. L&PM. Porto Alegre, 2019 págs. 14, 20, 21 e 91.
- TALLERMAN, Maggie & GIBSON, Kathleen R. "The Oxford Handbook of Language Evolution", Oxford University Press, 2011 – p. 125
- WHITE, Hayden. O texto histórico como artefato literário. In: Trópicos do Discurso: ensaios sobre a crítica da cultura. 2 ed., São Paulo: EDUSP, 2014, p. 101.

LIVROS INFANTIS PARADIDÁTICOS E INFORMATIVOS: Possibilidades de convergência entre ciência e poesia

MARINA DA SILVA DANIEL (FAPCOM)⁹⁵

ORIENTADORA: PROF.^a DÍLVIA LUDVICHAK (FAPCOM)⁹⁶

RESUMO: Este trabalho tem como ponto de partida a reflexão a respeito dos livros infantis paradidáticos e informativos. Tendo a característica em comum de informar sobre algum tema, esses livros podem ser importantes aliados no processo de ensino e aprendizagem. Neste trabalho, a partir do questionamento de quais seriam os possíveis meios de potencializar a efetividade e o alcance dos livros paradidáticos e informativos de ciências, propõe-se que a sua construção seja feita utilizando-se o gênero poético. Desse modo, o trabalho tem como objetivo identificar os benefícios da convergência entre o gênero poético e a ciência a fim de produzir livros infantis paradidáticos e informativos. Para isso, nos embasando em algumas referências da área como a pesquisadora Ana Garralón, começaremos descrevendo as características dos livros infantis paradidáticos e informativos, incluindo as suas aproximações e distinções em relação ao livro didático. Depois, iremos discorrer sobre a poesia como percurso para o aprendizado, incluindo o aprendizado científico. Para isso, iremos evidenciar que a poesia e a ciência possuem muito em comum, como a criatividade e a imaginação. Como resultado, apresentaremos razões para incentivar a construção de livros infantis paradidáticos e informativos

95 Licenciada em Química e bacharel em Ciência & Tecnologia pela Universidade Federal do ABC – UFABC e pós-graduada em Produção Editorial pela Faculdade Paulus de Tecnologia e Comunicação – FAPCOM.

96 Jornalista, com especialização em Religião e Cultura e Literatura (PUC). Mestre em Ciências da Religião (UMESP). Editora na PAULUS Editora e professora do Curso de Pós-graduação em Produção Editorial da Faculdade Paulus de Tecnologia e Comunicação – FAPCOM. É autora de livros infantojuvenis: Na cozinha do chef Brasil; Em que você acredita?; Chef Brasil – saboreando histórias; Mazzaropi, um jeca bem brasileiro; Favela; Luiz lua, Gonzaga estrela – o rei do Baião; Travessias; Benigna – a menina mártir do sertão do Cariri.

com o gênero poético, visando favorecer o ensino e aguçando a aprendizagem de forma sensível, por meio de todos os recursos disponíveis.

PALAVRAS-CHAVE: ciência; poesia; livro infantil.

Introdução

Os livros infantis correspondem a uma importante parcela do mercado editorial. Entre os diversos tipos de livros destinados às crianças, encontram-se os livros paradidáticos e informativos. Com a principal intenção de informar sobre determinado assunto, os livros paradidáticos e informativos têm definição complexa e podem assumir diversas características, mas possuem em comum o espaço para o lúdico e para a imaginação.

Relacionado a essas duas últimas características, o uso da poesia em sala de aula representa uma potente aliada para construir relações de ensino e aprendizagem que favoreçam o desenvolvimento do lúdico, da imaginação, da criatividade e da sensibilidade, inclusive nas aulas de ciências.

Esse artigo pretende, em um primeiro momento, definir as diferenças e aproximações entre os livros didáticos, paradidáticos e informativos. Depois, iremos discorrer sobre o uso da poesia como percurso para o aprendizado, incluindo o aprendizado científico. Por fim, iremos comentar sobre como a poesia e a ciência podem se unir para a construção de livros infantis paradidáticos e informativos.

1. Os livros didáticos, paradidáticos e informativos

O objeto de estudo deste trabalho são os livros infantis paradidáticos e informativos, porém, inicialmente, vamos definir as características e esclarecer quais seriam as diferenças e aproximações existentes entre os livros didáticos, paradidáticos e informativos.

Segundo Lajolo (1996), os livros didáticos são aqueles utilizados de modo sistemático em aulas e cursos, para fins escolares. Direcionado para dois tipos de leitores – professor e aluno –, o livro didático faz parte do processo de ensino e aprendizagem de modo coletivo sob orientação do professor. De modo geral, esses livros apresentam textos informativos sobre determinada disciplina escolar, imagens, elementos gráficos e atividades, sendo que todos esses itens precisam objetivar a aprendizagem.

Já os livros paradidáticos possuem definição mais complexa e difusa. Segundo Campello e Silva (2018), há uma tendência em definir os livros paradidáticos como uma complementação ao livro didático, sendo sua função “in-

centivar a aprendizagem, tornando mais interessante o estudo de um tema” (CAMPELLO; SILVA, 2018, p. 65).

Os livros paradidáticos surgiram do interesse das editoras em incentivar a leitura, ao mesmo tempo em que insurgiam nas escolas discussões sobre a necessidade de novas propostas pedagógicas e inovação didática; desse modo, os paradidáticos, apresentando função complementar, contribuiriam para a inovação na aprendizagem (CAMPELLO; SILVA, 2018).

Campello e Silva (2018, p. 74) apontam que alguns autores diferenciam os paradidáticos informativos dos ficcionais: “quando determinado livro paradidático trata de assunto ligado a uma disciplina do currículo escolar, servindo para complementar o livro didático adotado, ele costuma ser chamado de informativo.” Já os paradidáticos ficcionais seriam os livros de ficção de leitura extraclasse que contêm elementos pedagógicos, pretendendo ensinar algo (CAMPELLO; SILVA, 2018).

De todo modo, destaca-se que os paradidáticos, para além da faceta informativa, apresentam natureza lúdica, o que os difere dos didáticos.

Os livros informativos também apresentam definição mais complexa. Segundo Garralón (2015), os livros informativos são aqueles considerados de “não ficção”. Eles divulgam informação de forma atraente, por meio de uma composição complexa envolvendo textos, imagens e ilustrações, podendo conter ainda itens paratextuais como glossário e bibliografia (GARRALÓN, 2015). Devido a essa complexidade, eles são produzidos, no geral, por uma equipe grande e especializada (GARRALÓN, 2015).

Esses livros não estão fragmentados em disciplinas e são produzidos de forma dissociada do livro didático, ainda que algumas escolas possam usá-los como ferramenta (GARRALÓN, 2015). Por não se restringirem à sala de aula, eles não precisam do intermédio de professores, podendo ser lidos na biblioteca e em casa, o que permite instigar a aprendizagem livre e independente – a autoaprendizagem (GARRALÓN, 2015). Isso também contribui para que eles se caracterizem como bons recursos para que as crianças se desenvolvam como pessoas críticas (GARRALÓN, 2015).

A respeito da ludicidade que difere os livros paradidáticos dos didáticos, Garralón (2015, pág. 44) comenta sobre algo presente nos livros informativos que parece se aproximar dessa característica, a chamada “função lúdica”:

Há também uma função dos livros informativos difícil de quantificar e de avaliar. É o que Soumy (1985) denomina como “função lúdica”, isto é, uma maneira de se aproximar do livro que não foi provocada por uma busca específica e que

acontece quando o leitor se diverte com as imagens, com a descoberta de um tema inesperado ou com o que imagina, por exemplo, ao contemplar um atlas. [...]

Garralón (2015, pág. 47) destaca uma característica que agrega mais complexidade a esse tipo de produção. Segundo ela:

Os livros informativos para crianças não podem se limitar apenas a dar explicações sobre determinado tema. Precisam também transmitir informações sobre como a ciência e os cientistas trabalham os métodos e os procedimentos que são utilizados nas pesquisas e a maneira como se comprova o conhecimento científico, com toda sua vitalidade e mutabilidade. [...]

Explorar a característica citada acima pode enriquecer a obra, à medida que possibilita explicar sobre a mutabilidade da ciência, seu caráter coletivo e seus processos de desenvolvimento ao longo da História relacionados com os avanços tecnológicos.

Diante do exposto, percebe-se que esses três tipos de livros possuem em comum a intenção de informar. O didático está praticamente todo voltado para este fim, enquanto o paradidático e o informativo possuem outras camadas, como a ludicidade. Ao contrário dos paradidáticos, os informativos não são complementares aos didáticos e não têm seu uso focado na sala de aula. Apesar de se parecerem bastante, os livros informativos aparentam possuir definição ainda mais difícil, além de contemplarem uma variedade maior de obras, indo de livros para bebês a biografias, e temas que vão de artesanato a política (GARRALÓN, 2015).

A fim de explorar as diversas possibilidades dos livros paradidáticos e informativos, vamos abordar nos próximos tópicos de que maneira se relacionam a poesia e a ciência, e como a união dessas esferas pode contribuir para o aprendizado e para a construção de livros paradidáticos e informativos.

2. A poesia como percurso para o aprendizado

Antes de tecer as relações entre aprendizado, poesia e ciência, convém trazer uma breve concepção acerca do que seria a poesia. Segundo Aquino e Carvalho (2018), a poesia está relacionada com o ser humano e com tudo o que o completa e humaniza, sendo “uma materialização do belo e do estético transmitido pelo poeta por meio de palavras ou imagens” (AQUINO; CARVALHO, 2018, p. 103). Segundo as autoras, a poesia causa encantamento e emoção, e, quando presente em um texto, permite que

a imaginação flua durante a leitura.

A fim de justificar o uso da poesia no processo de ensino e aprendizagem, as autoras defendem que a poesia é uma arte que se manifesta em diversos momentos e situações, por isso, também acontece no ambiente escolar (AQUINO; CARVALHO, 2018).

Para Aquino e Carvalho (2018, p. 105), “pode-se dizer que a poesia é fundamental para a aprendizagem dos estudantes e que pode começar desde a infância, visto que, a poesia possibilita o aprender por meio de imagens, sons, ritmos e palavras. Com isso [o estudante] aprenderá de forma lúdica e eficaz.”

Aquino e Carvalho (2018) concluem que a poesia possui um papel importante na formação intelectual e social de crianças e adolescentes, e contribui para o seu desenvolvimento cognitivo. Já Lima, Ramos e Piassi (2020) afirmam que vivências estéticas (como as proporcionadas pela poesia) contribuem para desenvolver a sensibilidade, a percepção e a interpretação plural da realidade.

2.1. A poesia e o ensino de ciências

Diante do exposto acima, conclui-se que a poesia pode contribuir para o processo de ensino e aprendizagem de crianças e adolescentes. Mas isso seria possível quando o assunto é ensino de ciências?

A princípio, pode causar estranheza a ideia de unir poesia e ciência, ou utilizar poemas nas aulas de ciências como um recurso de ensino e aprendizagem. No entanto, vários autores descrevem as aproximações existentes entre poesia e ciência, e outros relatam trabalhos desenvolvidos em sala de aula unindo essas duas esferas. Além disso, podemos citar alguns poetas que fizeram uso de temas envolvendo ciência em suas obras, como por exemplo, Vinicius de Moraes nos poemas “A bomba atômica” e “A rosa de Hiroshima”, ou Carlos Drummond de Andrade no poema “A bomba”, todos relacionados ao ataque atômico em Hiroshima; podemos citar também o livro “Epifania das estrelas para Galileu Galilei” de Álvaro Pacheco, todo composto em versos, relatando a história de um dos maiores cientistas de todos os tempos. De singular destaque encontra-se o poeta Augusto dos Anjos, que compôs diversos poemas incorporando palavras típicas do vocabulário do cientista, como “amoníaco”, “carbono”, “átomos” e “moléculas”.

Ainda assim, para alguns parece existir o senso comum de que arte e ciência são áreas muito diferentes, e por isso, não dialogam. Entretanto, segundo Lima, Ramos e Piassi (2020), essa separação entre arte e ciência não existia

até o período da Renascença: foi a partir do período moderno que essa cisão começou a acontecer. A partir de então, a ciência adotou progressivamente uma perspectiva lógico-matemática, enquanto a arte, por sua vez, passou a adotar a subjetividade (LIMA; RAMOS; PIASSI, 2020). E são nessas diferenças entre esses saberes que alguns autores se baseiam para afirmar que arte e ciência se aproximam e se complementam (LIMA; RAMOS; PIASSI, 2020).

Segundo Moreira (2002, p. 17), “existem relações profundas entre Ciência, cultura e arte no processo de criação humana”. Para o autor, a poesia e a arte fornecem “uma visão complementar e indispensável da experiência humana” (MOREIRA, 2002, p. 18). Para Lima, Ramos e Piassi (2020), é comum que os professores usem poemas ou letras de músicas nas aulas de ciências, visando alcançar o interesse dos alunos e mostrar que a literatura possui uma forma singular de falar sobre algum tema, sendo complementar à visão científica.

Para além das diferenças entre essas áreas do saber, arte e ciência possuem alguns aspectos em comum, a destacar: a criatividade e a imaginação.

Lima, Ramos e Piassi (2020) destacam que a criatividade e a imaginação possuem papel central na ciência e na arte. Ainda sobre isso, Moreira (2002, p. 17) afirma:

Ciência e poesia pertencem à mesma busca imaginativa humana, embora ligadas a domínios diferentes de conhecimento e valor. A visão poética cresce da intuição criativa, da experiência humana singular e do conhecimento do poeta. A Ciência gira em torno do fazer concreto, da construção de imagens comuns, da experiência compartilhada e da edificação do conhecimento coletivo sobre o mundo circundante. [...] As aproximações entre Ciência e poesia revelam-se, no entanto, muito ricas, se olhadas dentro de um mesmo sentimento do mundo. A criatividade e a imaginação são o húmus comum de que se nutrem. Na origem desses dois movimentos, as incertezas de uma realidade complexa que demanda várias faces que podem transformar-se em versos, em gedankens ou ser representados por formas matemáticas.

A respeito da criatividade, ressalta-se que ela se diferencia na arte e na ciência, uma vez que esta última é afetada pelos limites oriundos dos dados empíricos e da coerência teórica (LIMA; RAMOS; PIASSI, 2020).

Quando pensamos na união de arte e ciência na sala de aula, Moreira (2002) defende que a arte e a poesia não podem ser excluídas de atividades interdisciplinares, inclusive as de ciências. Como benefícios dessa união, Lima,

Ramos e Piassi (2020) afirmam que a utilização de poesia nas aulas de ciências contribui com a formação crítica dos alunos, enquanto Ferreira (2010) relaciona o uso de diferentes linguagens artísticas com a possibilidade de propiciar um ensino de ciências que desenvolva a criatividade, a imaginação e a sensibilidade.

3. Os livros infantis paradidáticos e informativos, a poesia e o ensino de ciências

Diante do exposto até aqui, de que maneira podemos relacionar os livros infantis paradidáticos e informativos, a poesia e o ensino de ciências?

Tendo em vista que os livros infantis paradidáticos e informativos possuem como característica principal informar sobre algum assunto, permitindo espaço para o lúdico e para a imaginação, acreditamos que o gênero poético seja uma alternativa para a composição desses tipos de livros em detrimento do uso da prosa, inclusive para livros cujos temas sejam científicos. A utilização do gênero poético para compor esses livros poderia contribuir para enriquecê-los e potencializar os processos de ensino e aprendizagem.

Para justificar a convergência entre poesia e ciência visando a construção de livros infantis paradidáticos e informativos, vamos partir de alguns pontos. O primeiro deles se baseia na suposta “frieza” característica do texto científico: é muito comum associar esses textos a certa neutralidade e objetividade, até mesmo quando o assunto são os livros informativos (GARRALÓN, 2015). Sobre isso, Lopes (2005, p. 416) afirma:

O registro dito científico não incorpora a emoção da atividade científica. Embora a ciência seja emocionante, os textos científicos, por exemplo, não incluem a emoção da descoberta, a paixão pelo fazer científico; não são emocionados, por isso não emocionam. A ciência é emocionante, mas o registro que se faz dela é, na maior parte das vezes, muito frio e não inclui o papel da intuição na prática científica – o que acentua a errônea visão dicotômica de que a ciência se baseia na razão e a arte na emoção.

Em contrapartida, também existem livros informativos que buscam apresentar um “texto expressivo”, capaz de despertar sentimentos, e no qual o cientista transmita sua paixão (GARRALÓN, 2015). Sobre isso, Garralón (2015, p. 96) afirma: “Transmitir paixão por um tema é a melhor maneira de divulgá-lo. Em textos de divulgação, a narração tem estado cada vez mais presente, assim como o uso da primeira pessoa, a emoção, a dúvida e um vocabulário mais acessível”. A partir disso, podemos destacar a capacida-

de que o gênero poético tem de emprestar emoção ao texto, deixando-o menos “frio”: “A arte pode ajudar a popularizar a ciência porque pode contribuir para conferir emoção aos temas da ciência” (LOPES, 2005, p. 416). Logo, um poema sobre algum assunto científico tem a possibilidade de ser visto de forma mais amigável por aqueles que, por motivos diversos, possam ter alguma aversão à ciência, além de ajudar a desconstruir a ideia de que o texto científico é sempre “frio”. Desse modo, o aprendizado pode ocorrer de forma facilitada.

O segundo ponto se baseia na escolha da linguagem para compor esses livros. Sobre isso, Garralón (2015, p. 60) afirma:

O uso correto da linguagem ajuda a ampliar a percepção do mundo. Traz novos significados, oferece diferentes matizes. Um bom divulgador científico dará especial importância ao uso da linguagem ao se comunicar. As crianças necessitam aprender muitas coisas e o mundo precisa ser um lugar familiar para elas.

A partir do trecho acima, podemos dizer que a escolha pela linguagem poética para compor livros informativos representa uma alternativa interessante, sobretudo no que tange a essa aproximação para o “lugar familiar” para as crianças, isto é, destinar à poesia esse lugar familiar, que pode ser entendido também sob a perspectiva de um lugar de afeto.

Ainda sobre a escolha da linguagem, Garralón (2015, p. 85) comenta sobre a importância do uso de recursos a fim de facilitar a compreensão do texto:

A função comunicativa do texto não é somente referencial, mas se abre a outras funções, como a metalinguística, a expressiva, a conotativa e, especialmente a poética, pois recorrendo a recursos expressivos, como a comparação, a metáfora e a metonímia materializa-se aquela velha maneira de compreender o que é distante e abstrato com o que é próximo e conhecido.

Sendo assim, o texto poético, lançando mão de artefatos característicos como a comparação e a metáfora, contribuiria para auxiliar na compreensão de temas complexos, tornando-os mais palpáveis.

Desse modo, acreditamos que a escolha por aliar a poesia e a ciência na construção de livros infantis paradidáticos e informativos pode ser uma oportunidade de promover a aprendizagem científica sob um novo olhar. Essa alternativa se mostra capaz de potencializar as diversas explorações das linguagens, o desenvolvimento da imaginação, da criatividade e da sensibi-

lidade, além de permitir o aprendizado por meio dos sons e ritmos de forma lúdica, sensível, plural e inclusiva.

Considerações finais

Dentro da vastidão de possibilidades que propicia o mercado editorial para o público infantil, os livros paradidáticos e informativos representam uma parcela importante a ser explorada. Apesar da complexa definição, as suas múltiplas possibilidades de abordagens, temas e gêneros textuais permitem que eles sejam produzidos de diversas maneiras, sem contar a possibilidade de que sejam adotados em conjunto com os livros didáticos, outra categoria muito importante para o setor editorial.

Pensando nessas múltiplas possibilidades de construção de livros infantis paradidáticos e informativos, consideramos relevante a proposta de elaborar tais livros unindo o gênero poético e a temática de ciências. Ao contrário do que pode parecer, poesia e ciência têm muito em comum: poetas e cientistas têm na criatividade e na imaginação a origem de seu trabalho; eles percebem o mundo da mesma maneira, apenas fazem uso de recursos diferentes para descrevê-lo. Há no trabalho do cientista e do poeta um caráter experimental, artesanal de fazer.

A opção pelo gênero poético na construção de livros infantis paradidáticos e informativos de ciências poderia contribuir para enriquecer o processo de ensino e aprendizagem, tendo em vista que essa união poderia resultar em obras que favorecem a aprendizagem por meio de diferentes tipos de linguagens, de sons, ritmos, sensibilidade e ludicidade, contemplando e incluindo um maior número de leitores.

Referências

- AQUINO, Naiara Gomes de Sousa; CARVALHO, Maria Goretti Quintiliano. Poesia e aprendizagem significativa: uma metodologia viável no processo formativo. *Revista Interação Interdisciplinar*. v. 4, n. 1, 102-112, ago./dez. 2018. Disponível em: <https://publicacoes.unifimes.edu.br/index.php/interacao/article/view/481/624>. Acesso em: 15 set. 2022.
- CAMPELLO, Bernadete Santos; SILVA, Eduardo Valadares da. Subsídios para esclarecimento do conceito de livro paradidático. *Biblioteca Escolar em Revista*. Ribeirão Preto, v. 6, n. 1, 64-80, 2018. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/berev/article/view/143430/147738>. Acesso em: 15 set. 2022.
- FERREIRA, Francisco Romão. Ciência e arte: investigações sobre identidades, diferenças e diálogos. *Educação e Pesquisa*. São Paulo, v. 36, n. 1, 261-280, jan./abr. 2010. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ep/article/>

view/28230/30062. Acesso em: 15 set. 2022.

GARRALÓN, Ana. Ler e saber: os livros informativos para crianças. 1. ed. São Paulo: Pulo do Gato, 2015.

LAJOLO, Marisa. Livro didático: um (quase) manual do usuário. Em aberto. Brasília, n. 69, 3-9, jan./mar. 1996. Disponível em: <http://www.rbep.inep.gov.br/ojs3/index.php/emaberto/article/download/2368/2107>. Acesso em: 15 set. 2022.

LIMA, Guilherme da Silva; RAMOS, João Eduardo Fernandes; PIASSI, Luís Paulo de Carvalho. Ciência, poesia, filosofia: diálogos críticos da teoria à sala de aula. Educação em Revista. Belo Horizonte, v. 36, 1-20, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/edrevista/article/view/37819/29482>. Acesso em: 15 set. 2022.

LOPES, Thelma. Luz, arte, ciência... ação! História, Ciências, Saúde – Manguinhos. Rio de Janeiro, v. 12 (suplemento), 401-418, 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/hcsm/a/JMkkYbkXgdDQWPd8zfLbTZg/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 15 set. 2022.

MOREIRA, Ildeu de Castro. Poesia na sala da aula de ciências? – A literatura poética e possíveis usos didáticos. Física na Escola. v. 3, n. 1, 17-23, 2002. Disponível em: <http://www.sbfisica.org.br/fne/Vol3/Num1/a07.pdf>. Acesso em: 15 set. 2022.

MEDIADOR — PROF. DR. MARCEL
MENDES (UPM)



Mirantes de experimentação

IMPROVISAÇÃO, COMPOSIÇÃO E INTERPRETAÇÃO: Produção musical no ensino médio com o uso de tecnologias digitais

FABIO SARDO (PPGEHAC-UPM)⁹⁷

ORIENTADORA: PROF^a. DR^a. MIRIAN CELESTE FERREIRA DIAS MARTINS (PPGEAHC-UPM)⁹⁸

RESUMO: Este artigo aborda parte de uma pesquisa em andamento no Programa de Pós-Graduação em Arte, Educação e História da Cultura, na Universidade Presbiteriana Mackenzie, que tem por objetivos pesquisar os jovens e a relação com tecnologias digitais e música; a abordagem da utilização da tecnologia digital e música proposta na BNCC do Novo Ensino Médio; aplicativos digitais utilizados para aprendizagem, composição e improvisação musical; pesquisa de campo com estudantes do Ensino Médio.

PALAVRAS-CHAVE: Música; Tecnologia Digital; Ensino Médio.

Introdução

A sociedade contemporânea reflete a difusão de informações no cenário mundial por meio das tecnologias digitais, e nesse processo se inseri o cenário educacional que apontam novos paradigmas, reflexões e práticas no processo de ensino e aprendizagem na contemporaneidade.

Os estudantes têm que ter acesso e estar capacitados para usar as tecnologias digitais em atividades diferenciadas e significativas, tendo a necessida-

97 Mestre em educação musical USP - ECA (2012). Doutorando em Educação, Arte e História da Cultura (pesquisa em Educação Musical) - Universidade Mackenzie. Possui graduação em Música - Faculdades Metropolitanas Unidas. Autor do livro - Por toda parte da editora FTD.

98 Doutora em Educação pela Universidade de São Paulo (SP, Brasil) e Professora do Curso de Pós-graduação em Educação, Arte e História da Cultura e do Curso de Pedagogia da Universidade Presbiteriana Mackenzie onde coordena os Grupos de Pesquisa: Arte na Pedagogia e Mediação Cultural: provocações e mediações estéticas

de de conhecer e compreender o que significa habitar numa sociedade digital conectada em rede, onde a construção de conhecimento e informação pode ser compartilhada e colaborativa.

A Música não ficou alheia à esta evolução, nas últimas décadas, verificamos uma influência crescente das tecnologias no desenvolvimento musical, “seja nos seus mecanismos de produção, distribuição, ou mesmo em seus estilos e tendências” (Gohn 2001, p. 1). O avanço de pesquisas sobre as tecnologias digitais ao longo dos anos tem sido tema de vários estudos, proporcionando novas formas de aprender e ensinar música em diversos contextos educacionais.

Frequentemente são criados aplicativos e softwares que reproduzem sons de instrumentos musicais tradicionais ou novas formas de sonorização por meio de sintetizadores⁹⁹ e samplers¹⁰⁰. Nas últimas décadas foram criados inúmeros aplicativos gratuitos relacionados as práticas musicais, que possibilitam processos de educação, produção musical, trocas de experiências e conhecimentos.

Esta pesquisa tem por objetivo refletir acerca da educação musical no ensino médio em tempos tecnológicos digitais, envolvendo a improvisação e a composição musical, pois a escolar não pode ficar alheia as possibilidades tecnológicas da contemporaneidade.

Desde o início da minha formação e práticas musicais a composição e improvisação estão presentes, primeiramente no jazz, posteriormente na música brasileira, mais especificamente no choro, na música flamenco e na livre improvisação.

A aprendizagem e a conseqüente prática da improvisação proporcionam ao estudante de música o desenvolvimento e o aprimoramento de certas habilidades musicais que possibilitam a ampliação da compreensão de conceitos musicais, o desenvolvimento de um estilo próprio e o aumento de competências tais como expressividade, flexibilidade e adaptabilidade (SARDO, 2012, p. 9).

99 Sintetizador é um instrumento musical eletrônico projetado para produzir sons gerados através da manipulação direta de correntes elétricas (sintetizadores analógicos), leitura de dados contidos numa memória (sintetizadores digitais), ou manipulação matemática de valores com o uso de tecnologia digital incluindo computadores (modulação física) ou uma combinação de diversos métodos.

100 Sampler é um equipamento que consegue armazenar eletronicamente amostras (*samples*) de sons numa memória e reproduzi-los posteriormente, um a um ou de forma conjunta. É majoritariamente utilizado em contexto musical, como equipamento de estúdio ou instrumento, seja integrando uma banda ou compondo toda uma obra musical equivalendo a um arranjo completo.

No percurso da minha formação acadêmica decidi aprofundar meus estudos em relação ao ensino da música por meio da improvisação. Primeiramente, como aluno especial na disciplina “Os Territórios da Livre Improvisação: Pensamento e Ação Musical em Tempo Real” ministrada pelo professor Rogério Costa no curso de pós-graduação da ECA-USP em 2005. Posteriormente, segui meus estudos como aluno regular no curso de Mestrado da ECA-USP e desta forma tive contato com a prática da livre improvisação por meio da Orquestra Errante em 2011 e 2012, e com os autores Chefa Alonso e Pierre Schaeffer. Também pude me aprofundar com propostas, reflexões e jogos de improvisação do educador Koellreutter por meio da disciplina “O Jogo da Improvisação na Proposta Pedagógica de H-J Koellreutter”, ministrada pela Prof(a). Dr(a). Maria Teresa Alencar de Brito.

Por meio das aulas e pesquisa de mestrado conheci melhor as experiências de improvisação musical dos educadores Teca Alencar de Brito, Koellreutter, Violeta Gainza e Rogério Costa, que utilizam, além de outras estratégias, a improvisação musical como recurso para experiências criativas, diálogos, debates, proporcionando vivências e conscientização de aspectos musicais fundamentais, desta forma pude incorporar gradativamente em minhas aulas jogos de improvisação com finalidades pedagógicas e produção musical.

A composição musical na escolar de educação básica pode proporcionar um conjunto de processos criativos que lidam com a experimentação, a seleção, a organização, a execução e a apreciação de diversos elementos musicais. É uma forma de criar espaço para que os estudantes desenvolvam um trabalho autoral com a música, em sintonia com as concepções que orientam sua prática pedagógica. Nesse sentido, a composição não está inserida simplesmente como atividade da aula de música, uma tarefa a ser desenvolvida com os estudantes, mas como uma visão mais ampla que esta relacionada no processo de conceber a música e a educação em sua vida.

Experiências em composição podem levar os alunos a desenvolverem sua própria voz nessa forma de discurso simbólico. Durante esse processo, ideias musicais podem ser transformadas, assumindo novos níveis expressivos e significados, articulando assim sua vida intelectual e afetiva (FRANÇA e SWANWICK, 2002, p.6).

A pesquisa em andamento aborda consideração acerca da utilização da tecnologia digital nas aulas de música do ensino médio; os jovens e a relação com tecnologias digitais e música, no processo de escuta, distribuição, edição e composição musical; BNCC e as tecnologias digitais, também

conhecidas por TDICs, incorporadas às práticas docentes como meio para promover novas formas de aprendizagens dentro do contexto da atualidade; a inclusão digital no Brasil, numa sociedade marcada pelas desigualdades sociais; processos de produção musical no ensino médio por meio da improvisação e composição musical e as pesquisas acadêmicas sobre aulas de música com utilização da tecnologia digitais.

Em seguida, trata da pesquisa de campo em escolas do ensino médio. Pesquisa em andamento, meses de agosto e setembro de 2022, na Escola Estadual Padre Agnaldo Sebastião Viera, na cidade de Santo André, estado de São Paulo; na Escola Estadual João Galeão Carvalhal, na cidade de Santo André, estado de São Paulo.

1. Consideração acerca da utilização da tecnologia digital nas aulas de música do Ensino Médio

OS JOVENS E A RELAÇÃO COM TECNOLOGIAS DIGITAIS E MÚSICA

Os estudantes das escolas de Ensino Médio, na sua maioria, se utilizam de diversos recursos tecnológicos em suas vivências musicais cotidianas, principalmente para escuta e distribuição, alguns também utilizam no contexto da produção musical, composição, gravação e edição. Novas formas de produção musical com utilização de tecnologias digitais utilizam aplicativos gratuitos ou de baixo custo, disponíveis para celulares, viabilizando a produção e distribuição imediata das músicas pela internet.

Atualmente, aplicativos e softwares, disponíveis gratuitamente, são capazes de gravar performances musicais com qualidade próxima de um estúdio profissional, além de ferramentas e instrumentos virtuais que igualmente lhes permitem recriar à execução de uma banda inteira com apenas uma pessoa.

A utilização das tecnologias tem sido discutido na área educacional, revelando possibilidades, dúvidas e questionamentos por educadores e gestores, na busca de ações efetivas para desenvolver as práticas escolares. O recurso da tecnologia digital na produção musical, diretamente ligado à composição, improvisação, interpretação e edição, deve ser ensinado na escola de educação básica, aproximando-se da vivência musical da atualidade.

O ensino de música nas escolas deve ampliar o universo musical dos alunos, acolher a música que os alunos trazem em sua bagagem e dialogar com as novas tecnologias, desenvolvendo o caminho da educação musical que envolva novas metodologias pode atrair e dar novo sentido à música na escola.

Ao integrar as tecnologias digitais nas aulas de música, os alunos podem aproximar a escola do seu dia a dia, pois a tecnologia musical já faz parte

do cotidiano da maioria dos jovens, além de compartilhar seu aprendizado musical em diferentes momentos.

É importante o professor conhecer os gostos musicais dos estudantes, sobre suas experiências, como se relacionam com a música, quais finalidades e objetivos, se tocam algum instrumento, se compõem músicas, suas preferências, principais plataformas que utilizam para ouvir música e assistir apresentações. É interessante também investigar como percebem a música presente nos diferentes espaços digitais ou analógicos, como, por exemplo, trilhas sonoras de games e filmes e as músicas que circulam nas redes sociais.

A dinâmica contemporânea apresenta intensa velocidade e transformações em diversas formas de relações. Nesse contexto, estão as escolas, que são desafiadas a preparar indivíduos para acompanhar o cenário em constante movimento. Os currículos escolares buscam formas de adequação das mutações vigentes, desta forma, dependem constantemente de um olhar e compreensão atualizados das transformações sociais.

2. BNCC e as Tecnologias no Novo Ensino Médio

Na BNCC (Base Nacional Comum Curricular), documento normativo que define o conjunto de aprendizagens essenciais para todos os estudantes da educação básica, na etapa do ensino médio é apontado o uso da aprendizagem por meio da tecnologia digital por meio dos Eixos Estruturantes: Investigação científica e Processos criativos (Competências e Habilidades¹⁰¹).

As tecnologias digitais da informação e comunicação, também conhecidas por TDICs, têm modificado formas de se comunicar, de se relacionar e de aprender. Em diversas áreas da educação, as TDICs têm sido incorporadas às práticas docentes como meio para promover novas formas de aprendizagens, possibilitando frequentemente aprendizagens mais significativas, alinhando o processo de ensino-aprendizagem à realidade dos estudantes e despertando maior interesse e engajamento dos alunos em todas as etapas da Educação Básica.

Assim, propostas de trabalho que possibilitem aos estudantes o acesso a saberes sobre o mundo digital e a práticas da cultura digital devem também ser priorizadas, já que impactam seu dia a dia nos vários campos de atuação social. Sua utilização na escola não só possibilita maior apropriação

101 Na BNCC, competência é definida como a mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas, cognitivas e socioemocionais), atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho.

técnica e crítica desses recursos, como também é determinante para uma aprendizagem significativa e autônoma pelos estudantes (BRASIL, 2018, p. 478)

As tecnologias digitais não são acessíveis a todos os estudantes da educação básica do território Nacional. Nesse sentido, é necessário promover o acesso, a alfabetização e o letramento digital, tornando acessíveis as tecnologias e as informações que circulam nos meios digitais e oportunizando a inclusão digital.

Nessa perspectiva, para além da cultura do impresso (ou da palavra escrita), que deve continuar tendo centralidade na educação escolar, é preciso considerar a cultura digital, os multiletramentos¹⁰², os novos letramentos, entre outras denominações que procuram designar novas práticas sociais e de linguagem (BRASIL, 2018, p.478).

A BNCC faz referência, por meio do desenvolvimento de competência e habilidades, o uso crítico e responsável das tecnologias digitais, tanto de forma transversal, relacionado em todas as áreas de conhecimento e disposta em diversas competências e habilidades, tendo como objetivo aprendizagens específicas relacionadas as disciplinas e competências relacionadas ao próprio uso das tecnologias, recursos e linguagens digitais, como destaca a competência geral:

EMIFCG02 Posicionar-se com base em critérios científicos, éticos e estéticos, utilizando dados, fatos e evidências para respaldar conclusões, opiniões e argumentos, por meio de afirmações claras, ordenadas, coerentes e compreensíveis, sempre respeitando valores universais, como liberdade, democracia, justiça social, pluralidade, solidariedade e sustentabilidade.

EMIFCG04 Reconhecer e analisar diferentes manifestações criativas, artísticas e culturais, por meio de vivências presenciais e virtuais que ampliem a visão de mundo, sensibilidade, criticidade e criatividade.

EMIFLGG02 Levantar e testar hipóteses sobre a organização, o funcionamento e/ou os efeitos de sentido de enunciados e discursos materializados nas diversas línguas e linguagens

102 O termo multiletramentos foi cunhado por um grupo de professores e pesquisadores dos letramentos, denominado *New London Group* (Grupo de Nova Londres), em meados da década de 90, nos Estados Unidos. O prefixo “multi” diz respeito à multiculturalidade das sociedades globalizadas e à multimodalidade dos textos que circulam nelas.

(imagens estáticas e em movimento; música; linguagens corporais e do movimento, entre outras), situando-os no contexto de um ou mais campos de atuação social e utilizando procedimentos e linguagens adequados à investigação científica.

EMIFLGG04 Reconhecer produtos e/ou processos criativos por meio de fruição, vivências e reflexão crítica sobre obras ou eventos de diferentes práticas artísticas, culturais e/ou corporais, ampliando o repertório/domínio pessoal sobre o funcionamento e os recursos da(s) língua(s) ou da(s) linguagem(ns).

EMIFLGG05 Selecionar e mobilizar intencionalmente, em um ou mais campos de atuação social, recursos criativos de diferentes línguas e linguagens (imagens estáticas e em movimento; música; linguagens corporais e do movimento, entre outras), para participar de projetos e/ou processos criativos (BRASIL, 2018, p. 35).

A todo momento surgem novos aplicativos que transformam formas de comunicação, informação, educação e entretenimento, por meio de novas ações e procedimentos. É necessário investir nos processos pedagógicos com o uso da tecnologia digital a fim de obter caminhos significativos.

Não são somente novos gêneros que surgem ou se transformam (como post, tweet, meme, mashup, playlist comentada, reportagem multimidiática, relato multimidiático, vlog, vídeo-minuto, political remix, tutoriais em vídeo, entre outros), mas novas ações, procedimentos e atividades (curtir, comentar, redistribuir, compartilhar, taguear, seguir/ser seguido, remidiar, remixar, curar, colecionar/descolecionar, colaborar etc.) que supõem o desenvolvimento de outras habilidades. Não se trata de substituição ou de simples convivência de mídias, mas de levar em conta como a coexistência e a convergência das mídias transforma as próprias mídias e seus usos e potencializa novas possibilidades de construção de sentidos (BRASL, 2018, p. 479).

Neste sentido, é importante entender a utilização das tecnologias digitais para aprendizagem musical, suas aplicações em experiências significativas e quais recursos de tecnologia digital podem auxiliar no processo musical de composição, improvisação e interpretação no Ensino Médio.

Referências

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018

Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/implementacao/praticas/caderno-de_praticas/aprofundamentos/193-tecnologias-digitais-da-informacao-e-comunicacao-no_contexto-escolar-possibilidades?highlight=WyJocSjd>. Acesso em 20 abril 2022.

FRANÇA, Cecília Cavaliere; SWANWICK, Keith. Composição, apreciação e performance na educação musical: teoria, pesquisa e prática. *Em pauta*, v. 13, n. 21, p. 5, 2002.

GOHN, D. M. (2001). A Tecnologia na Música. INTERCOM – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, XXIV Congresso Brasileiro da Comunicação. Campo Grande /MS, p- 1

SARDO, Fabio. A utilização da improvisação como estratégia no ensino da guitarra flamenco. Dissertação de Mestrado. Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (USP), 2012.

INFLUÊNCIAS CRIATIVAS ENTRE ARTISTAS, PROFESSORES E PESQUISADORES

HUGO DANIEL RIZOLLI MOREIRA¹⁰³ (PPGEAHC-UPM)

ORIENTADORA: PROF^a. DR^a REGINA LARA SILVEIRA MELLO¹⁰⁴ (PPGEAHC-UPM)

RESUMO: O artigo aqui proposto apresenta uma pesquisa de doutorado em andamento no Programa de Pós-Graduação em Educação, Arte e História da Cultura da Universidade Mackenzie, que está sendo construída a partir de experiências de professores, artistas e ex-orientandos do professor Wilton Azevedo, gerando processos criativos e inegáveis frutos estabelecidos em diálogos contemporâneos entre as linguagens da arte e a digitalidade. A pesquisa já foi qualificada pela banca e encontra-se na fase de entrevistas para dimensionar a potência e alcance desses diálogos. Essas representações perpassam por significativas experiências com hardwares, softwares, linguagem e autores contemporâneos como Ângelo Dimitre, Rita Varlesi, Dângela Nunes, Fernanda Bellicieri, Carolina Vigna e Lazlo Rahmeier, materializando as reverberações da Escritura Digital Expandida - termo cunhado por Azevedo - no aglutinamento das linguagens visuais, poesia, o verbo, o som e o corpo em movimento num único código, o digital. São associações, fatos, autores, experiências artísticas digitais, procedimentos e teorias que determinam a própria expansão dessa escritura na obra, nas pesquisas e trabalho docente desses pesquisadores. São significativos rastros que eles

103 Doutorando e Mestre em Educação, Arte e História da Cultura pela Universidade Presbiteriana Mackenzie (2020). Possui Pós-graduação em História da Arte pela Universidade São Judas Tadeu (2006). Possui Licenciatura e Bacharelado em Artes Visuais com ênfase em Design, pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas (2004). Artista Visual, pesquisa e desenvolve trabalhos relacionados à produção artística de crianças de 0 a 6 anos.

104 Docente Pesquisadora no Programa de Pós-Graduação em Educação, Arte e História da Cultura da Universidade Presbiteriana Mackenzie. Líder do grupo de pesquisa Arte e Linguagens Contemporâneas MACK-CNPq. Pesquisadora Colaboradora da VICARTE – Vidro e Cerâmica para as Artes-FCT/UBA Lisboa, Membro Pesquisador do Grupo Museu e Patrimônio da FAU-USP, conselho editorial da Revista ARA-USP. Membro da CRIABRASILIS-Associação Brasileira de Criatividade e Inovação. Membro do ICOM - International Committee for Museums and Collections of Glass.

carregam da escritura, protagonizados por influências criativas e escrituras digitais no âmbito da arte, da pesquisa e da docência. Essas escrituras e seus desdobramentos orbitam o ciberespaço num constante processo de possibilidades e descobertas exploradas por professores, artistas e pesquisadores.

PALAVRAS-CHAVE: escritura digital expandida; influências criativas; rastros criativos.

Considerações iniciais

O presente texto pretende apresentar fragmentos do percurso de uma pesquisa doutoral que investiga as influências criativas geradas em professores, artistas e pesquisadores a partir do conceito de Escritura Digital Expandida (forjado por pesquisas e experiências artísticas do professor Wilton Luiz de Azevedo), do Programa de Pós-Graduação em Educação, Arte e História da Cultura na Universidade Presbiteriana Mackenzie. Azevedo, falecido em 2016, explorava as possibilidades e congruências da poesia com linguagens contemporâneas da arte. O conceito de Escritura Digital Expandida, teorizado por Azevedo, se forma por experiências e parcerias com autores como Philadelpho Menezes, Sérgio Bairon, Alckmar Luiz dos Santos e Philippe Bootz, entre outros, e reverbera como potência criativa nas interlocuções com artistas-professores-pesquisadores que foram alunos ou orientandos de Azevedo.

Essas reflexões buscam compreender como essa escritura ressoa nos dispositivos digitais no diálogo da poesia com as linguagens da arte. Assim, a palavra poética, a imagem, o som e o movimento constituem uma linguagem expandida em seu espectro criativo, habitando dispositivos e linguagens contemporâneas no encontro e legitimação dessas escrituras.

Um dos pilares fundamentais dessa pesquisa é o contato e entrevistas com professores, pesquisadores e ex-orientandos de Azevedo. Foram selecionados alguns nomes, e seis deles estão sendo entrevistados. São: Dângela Nunes Abiorana, Fernanda Nardy Bellicieri, Carolina Vigna Prado, Ângelo Dimitre Gomes Guedes, Rita de Cássia Castilho Varlesi e Lazlo Rahmeier, que compartilharam experiências, pesquisas e processos criativos com Wilton Azevedo, como salienta a semioticista brasileira Cecília Salles:

O processo de criação, como processo de experimentação no tempo, mostra-se assim, uma permanente e ampla apreensão do conhecimento, que envolve, entre muitas outras questões, técnica e a compreensão daquilo que se quer das obras que estão sendo construídas. (SALLES, 2011, p. 156).

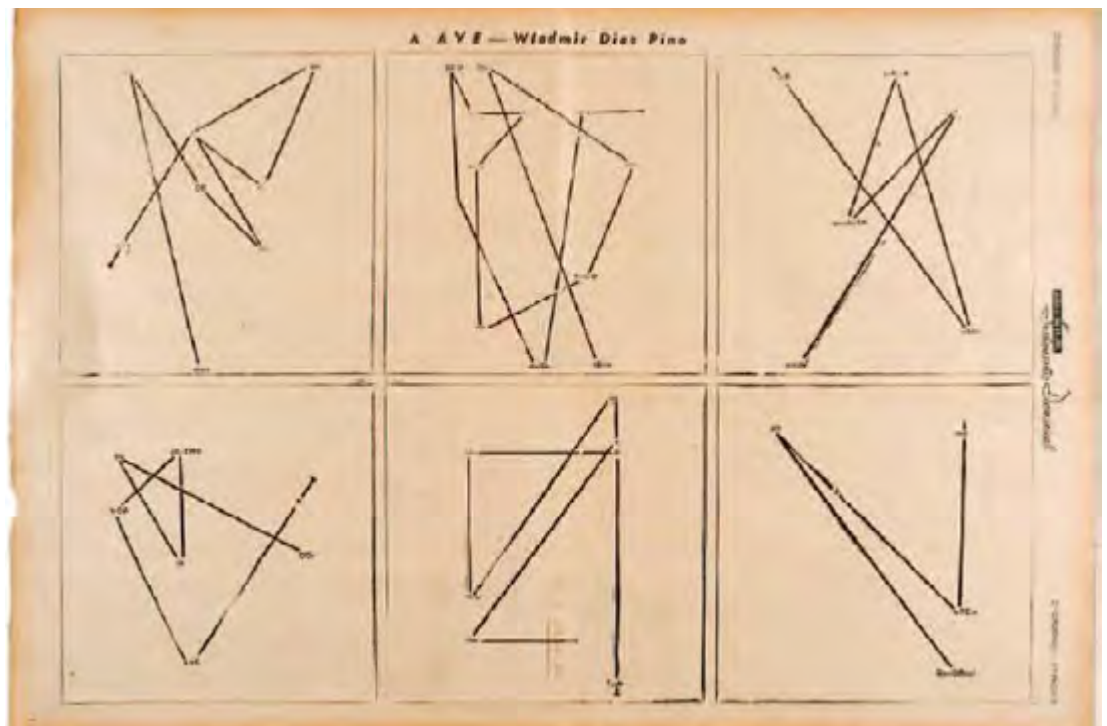
O cerne do objeto de pesquisa aqui explorado é pensar como as experiências da Escritura Digital Expandida refletem nos alunos de Wilton Azevedo, sejam por orientações docentes ou manifestações artísticas, a poesia e suas manifestações.

A linguagem poética inserida nas tecnologias computacionais apresenta novos conceitos e exemplos de uma poesia composta de palavra, imagem estática ou animada, som, hipertextualidade, hipermídia e interatividade, formatada pela linguagem de programação dos computadores, que vem se desenvolvendo nos meios digitais desde a segunda metade do século XX. Estamos diante das negociações poéticas com as linguagens artísticas e tecnológicas.

1. A poesia concreta e o software

A semente da Escritura Expandida surge principalmente depois dos poemas concretos, mas com certeza, não foram apenas estes passos dados com muito trabalho por artistas fundamentais na cena artística brasileira contemporânea que colocaram o Brasil no mapa internacional da poética e tecnologia, mas também as experiências de artistas e pesquisadores que se destacam nas décadas seguintes à Poesia Concreta.

Criado por Wladimir Dias-Pino (1927-2018), um dos mais importantes autores da Poesia Concreta no Brasil, *A Ave* (fig. 1), livro artesanal de tiragem reduzida, não mais do que 300 exemplares feitos a mão e nunca reeditado pelo autor, foi produzido com papéis transparentes, tinta e furador na gráfica caseira do próprio pai do artista. O livro foi elaborado a partir de 1948 e lançado apenas em abril de 1956, antes da Exposição Nacional de Arte Concreta. No decorrer da narrativa, em meio a fatos, palavras e caracteres, o verdadeiro personagem se impõe, a linguagem.



*Fig. 1: Wladimir Dias-Pino
Poema Concreto Ave
Fonte: própria.*

Essa poesia que amalgama diversas referências leva o leitor a uma minuciosa e quase artesanal exploração da linguagem, a palavra metáfora ou a palavra-montagem, que desenvolve na literatura uma espécie de palimpsesto onde cada detalhe cria uma espécie de espelho. Um conjunto de imagens que exige ao leitor um esforço paralelo de reinvenção da leitura frente ao feixe de possibilidades do material manipulado.

A fusão de linguagens alcança o meio digital, agora sustentada por dispositivos contemporâneos e softwares que incorporam a dimensão - verbivoco-visual - iniciada pelo romancista irlandês James Joyce (1882-1941) e explorada pela Poesia Concreta. Conforme as máquinas se tornam cada vez mais inteligentes, transformando-se em verdadeiras entidades que se moldam às capacidades humanas, mais esta busca incessante pela perfeição nos faz pensar que a materialidade terrestre é apenas um estágio provisório – uma passagem – e o programa, de acordo com o seu conceito, se torna uma verdadeira escritura, uma espécie de estado primitivo do verbo, tão exposto pela Poesia Concreta. A junção dessas linguagens num único objeto corresponde à essência da Escrita Digital Expandida, quando as estruturas visuais, sonoras e verbais são costuradas alinhavando o mapeamento dessa escritura em expansão.

Nesses contextos, uma atuação maquínica conhecida, original e única, é a do software denominado Aaron. Desenvolvido em 1968, pelo artista britânico

Harold Cohen (1928-2016), o programa é capaz de executar pinturas, com total autonomia, sem recorrer a uma de base de dados pré-estabelecida.

Há décadas, essa máquina está desenhando e ainda não é possível precisar que o estilo desenvolvido e expresso por ela, possa ser de seu criador. Cohen se negou a continuar desenvolvendo em suas pesquisas, um estudo que comprove que a máquina possua um estilo próprio, um estilo chamado de maquinaico. Interessante salientar aqui que essa pesquisa embrionária e precursora de outros tantos softwares que viriam a ser desenvolvidos, é a simulação da potencialidade da máquina de vir a ser, de tornar-se, e não sua comprovação de fato, porque o Aaron trata-se de um mecanismo autônomo que desenvolveu um percurso por décadas.

Muitas dessas experiências serviram de base para contemporâneas relações arte-software, e muitas delas aconteceram no Laboratório de Humanidades Digitais - LHUDI – nos domínios da Universidade Presbiteriana Mackenzie, fundado por Azevedo e pesquisadores parceiros. Entre essas práticas, inúmeros processos foram amalgamados pelo programa Modul8. Software presente no laboratório, o Modul8 é um programa que pode ser utilizado em performances visuais ao vivo. O Modul8 é uma ferramenta extremamente ágil e flexível para utilização em inúmeros modos de expressão, e performance artística, como shows ao vivo e produção de vídeo que têm se popularizado nas últimas décadas.

A interface do Modul8 (fig. 2) foi projetada principalmente para desempenho de vídeo em tempo real. Com base na metáfora de camada, encontrada nos principais pacotes de softwares de edição gráfica, o Modul8 permite composição de vídeo intuitiva. Tudo pode ser manipulado simultaneamente, tornando esta ferramenta o software ideal para criatividade improvisada espontânea e performances de vídeo em tempo real.



Fig. 2
Interface do software Modul8
Fonte: própria.

Combinando efeitos e filtros, composições espaciais e temporais, cada pedaço da mídia é uma camada e pode ser manipulada em tempo real. Todos os efeitos de cor, formas e variações podem ser associados em uma ampla variedade de possibilidades. Em vez de ser limitado por efeitos pré-definidos, você está no controle da ferramenta. As camadas de informações, que podem ser visuais, sonoras ou verbais, são organizadas pelo software a partir da fusão, recorte, sobreposição ou justaposição de informações na constituição dessa escritura digital.

Além disso, esse software permite o funcionamento de diversas funções simultaneamente, a partir do mouse e teclados, sob diversas interfaces, como exemplo, explorar um sinal de áudio para explorar e configurar teclas, botões, imagens, sons e movimento de forma síncrona, uma expressão da Escrita Digital Expandida, termo desenvolvido em pesquisa por Wilton Azevedo e colaboradores, ressignificando processos de aprendizagem explorados no LHUDI. O expediente produzido pelas novas tecnologias e por softwares como o Modul8 trouxeram novos recortes epistemológicos, científicos, para a investigação dessas novas escrituras, que o professor Azevedo busca teorizar na concepção e nos desdobramentos da Escrita Digital Expandida.

A programação passa a ser parte integrante dessa escritura em que os três códigos predominantes se integram quando pensamos em um método para realizá-lo [...] há um núcleo de signos se expandindo, criando um corpo virtual que existe

potencialmente como poética, mas nunca estará pronto, definido, acabado ou reconhecido – isto para a espécie humana que crivou sinais e inventou tecnologias para seu memorial passa a ser difícil de aceitar. (AZEVEDO, 2009, p. 34).

É nesse contexto que nascem as cartografias de linguagem aqui exploradas, um mapeamento que se inicia no contato, na experiência da tecnologia com processos investigativos, processos de formação de pesquisas e experiências docentes que se moldam em relações interdisciplinares, aproximações, tensionamentos e costuras entre as linguagens da arte e suas potenciais ressignificações na ambiência digital, a partir de processos formativos e experiências docentes.

Dessa forma, é inevitável considerar o avanço tecnológico como um dado fundamental para a Escrita Digital Expandida, pois essa pode ressignificar a própria produção artística e o fazer poético dos últimos séculos. As experiências que ajudam a configurar essa escritura acontecem nas interlocuções de pesquisa com importantes autores contemporâneos da cena acadêmica e artística brasileira, como Philadelpho Menezes, Sérgio Bairon, Alckmar Santos e Philippe Bootz, autores que compartilharam experiências criativas com Azevedo, na própria configuração dessa Escrita Digital Expandida. (fig. 3).



Fig. 3 - representação visual das influências entre professores-pesquisadores aquarela sobre papel mapeamento realizado pelo autor 2021

Esses parceiros de pesquisa e experimentações influenciam processos de criação entre professores-artistas-pesquisadores, tingidos por suas conexões digitais, em processos em desenvolvimento, mutáveis e experimentais, na forja da Escrita Digital Expandida, um percurso colaborativo, pedagógico e interdisciplinar ligando artistas e professores, na formulação de conceitos e resultados alcançados, de acordo com Antonia Osima Lopes, pesquisadora em Educação da UNICAMP.

Dessa forma, professores e especialistas não terão que agir de modo compartimentado. O trabalho pedagógico deverá estar voltado para o engajamento permanente de todos os elementos envolvidos no processo, cada um contribuindo dentro de suas potencialidades e limitações. (LO-PES, 1996, p. 51).

2. Os rastros criativos

Esses processos e reflexões geram potentes rastros criativos no âmbito dessas escrituras e reverberam nas experiências e pesquisas de professores-artistas-pesquisadores, que foram alunos ou orientandos de Azevedo, ressignificando as linguagens da arte pavimentando novos códigos contemporâneos.

2.1 A Imagem Contemporânea: Ângelo Dimitre

Tratando-se de códigos, nos deparamos com a experiência do professor e pesquisador Ângelo Dimitre Gomes Guedes, a explorar a relação entre os códigos visuais, sonoros e verbais, tema que sempre fascinou inúmeros teóricos e artistas.

Fotógrafo, Dimitre desenvolveu vários projetos com a imagem contemporânea, entre eles, Fluxo-Sonoridades (fig. 4), com performance de Fernanda Bellicieri. Nesse ensaio, apresenta um fluxo contínuo de um processo de criação colaborativo e interdisciplinar, envolvendo uma troca entre as múltiplas linguagens, meios e formas articuladas pelos autores em suas respectivas experiências.

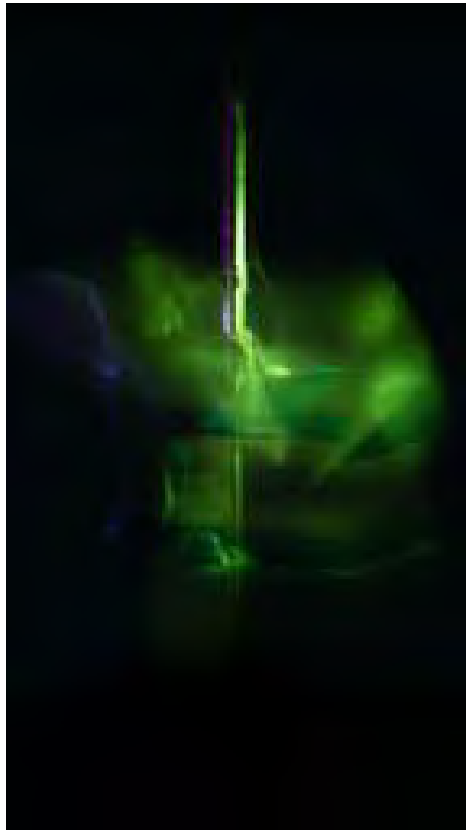


Fig. 4 - Ângelo Dimitre

Fotografia - Série: Fluxo-Sonoridades

Disponível em: < <https://angelodimitre.com> > Acesso em: 12 dez. 2022

Essa e outras experiências demonstram assim, potentes evidências criativas estabelecidas pelas relações, projeções e influências que se configuram da percepção e pesquisas emergidas no LHUDI, conforme salienta o professor e artista Sérgio Bairon, com que Azevedo compartilhou diversas experiências construtivas na consolidação do conceito de escritura expandida.

A liberdade da ação imagética na arte pressupõe, em essência, uma igual liberdade de interpretação e expressão. Longe do domínio técnico “conteudístico”, a compreensão pode possibilitar um estar-no-mundo que promova o encontro daquele que interpreta com o que é interpretado, ao ponto de esta promoção revelar os horizontes envolvidos (BAIRON, 1995, p. 199).

Guedes, ex-orientando de Azevedo, também utiliza da repetição na construção imagética a partir dos recursos fotográficos e digitais. Guedes repete a forma num jogo simbólico de luz e sombra, uma composição em cores que se adapta ao campo visual e insinua um rastro percorrido na fotografia estabelecido pela narrativa da imagem e na interpretação do espectador.

2.2. Cartografias do corpo-performance: Rita Varlesi

Outro processo artístico que ressignifica essas conexões é o projeto *Átame*: a angústia do precário, performance produzida pela Prof^a Dr^a Rita Varlesi, ex-aluna da UPM em parceria com a pesquisadora Thais Gonçalves. Nele, apresenta-se uma fragmentação em um cenário de pós-rompimento amoroso em que o invólucro segmentado da personagem se torna materialmente presente a partir do modo de navegar pela obra (fig. 5).



*Fig. 5 - Rita Varlesi; Thais Gonçalves - *Átame - A angústia do precário - Videopoema digital - 2006**
Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=jJ>>
Acesso em: 16. set. 2021

Opera-se aqui, uma dupla articulação em que a multiplicidade de versões da composição e a tentativa de reconstituição do corpo perdido constituem-se como invariavelmente frustradas diante de uma inquietude entre os elementos humanos e maquínicos, que juntam o modo de ser da personagem com o percurso visual da obra.

A partir dessa narrativa hipermídia e do poema *Átame*, Varlesi processa um emaranhado de probabilidades da linguagem computacional. São formatações conceituais e concepções visuais da personagem agregando tipos físicos femininos montados em uma única pessoa.

Esses papéis foram elaborados explorando características da sensualidade e sexualidade feminina, construindo a imagem da personagem por fotos, filmagens e produção gráfica. Tal montagem foi associada por um software

presente nos computadores do laboratório, o Modul8, já referenciado aqui, a partir de uma narrativa sonora e forma escrita de poema, promovendo o envolvimento emocional do espectador com a então manifestação digital.

A própria escritura expandida em *Átame* incorpora a performance no seu desenvolvimento, na construção da persona a partir de dispositivos e possibilidades digitais, como inúmeros projetos desenvolvidos no LHUDI da Universidade Mackenzie.

2.3. O corpo-máquina: Dângela Nunes Abiorana

A professora Dângela Nunes Abiorana pesquisa o corpo. Não a representação do corpo na pintura, tema tão caro à história da arte, mas sua pesquisa surge a partir das experiências de artistas da arte cinética, no início do século XXI.

Parte de processos que envolvem o corpo humano e o movimento, principalmente o corpo humano aplicado a sistemas, baseados em aspectos da cibernética, passando pelas relações homem-máquina.

Em face dessas experiências, Abiorana salienta que caem por terra os limites entre música, palavra, cor, som, etc... traduzidos agora por sequências expressas pelo numérico, aglutinando e associando tais componentes, a própria essência da escritura expandida.

Agora, as máquinas não só reproduzem, mas passam a criar símbolos, agora “pintados” pelo meio digital. A partir dessas mudanças, cada vez mais a cibernética foi se firmando como ciência, criando signos e símbolos explorados por diversas áreas do conhecimento, entre elas, produzindo linguagem artística ressignificadas por processos e suportes digitais.

Um dos trabalhos que buscou esse desafio foi *Loopoesia* (2011) - A poética da mesmice (fig. 6) retirando desta escritura matemática mais randômica, uma leitura poética como signo de leitura e interpretação programática. A obra de Wilton Azevedo, é um experimento poético que busca estabelecer o estranhamento de modelos e a mudança de significado, provocando assim, a possibilidade de surgirem várias poesias dentro de uma montagem signica e poética.

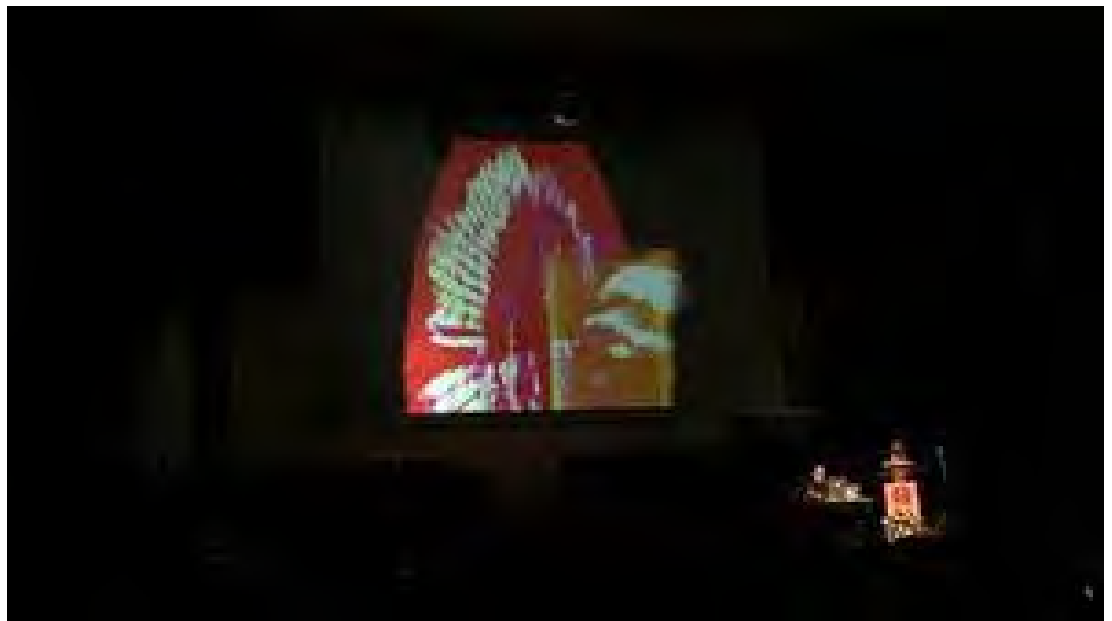


Fig. 6 - Wilton Azevedo

Frame de Loopoesia - Videopoema digital

Fonte própria

Essa experiência se apoia em onze pequenos poemas trabalhados em imagem de animação de no máximo oito segundos cada, em uma velocidade de 0,001 segundos por frame, gravado em CD-ROM, mídia disponível à época. Porém, o CD-ROM não possuía um setup, que organize uma disposição ou configuração de leitura, ou seja, uma programação específica que determinasse a velocidade da gravação, e é nesse instante, que ocorre a poética da mesmice. Ao ser executado, o computador o faz em uma velocidade específica, porque a velocidade original não foi pré-programada nesta escritura. Assim, o artista possibilitou que cada software distinto, em diferentes contextos maquínicos, fizesse da leitura do conjunto de poesias de uma maneira diferente, arranjos poéticos que nunca se repetem e provavelmente nunca se repetirão como poesia digital. O filósofo tcheco Vilém Flusser, referência teórica do século XX que trata das ressignificações que a arte sofre com a evolução do mundo digital, e uma das bases teóricas dessa pesquisa afirma:

Podemos observar sempre melhor como o comportamento do indivíduo e da sociedade vai sendo programado por diferentes aparelhos. E podemos observar, além disto, o comportamento dos “instrumentos inteligentes”, dos quais conhecemos os programas, e nos quais reconhecemos nosso próprio comportamento. Isto é: podemos observar sempre melhor o quanto a visão programática vai deixando de ser “teórica”, e vai sendo aplicada na prática. [...] se persistirmos em pensar finalisticamente, se continuarmos a procurar descobrir os programadores por detrás dos programas, e desmistificar

seus motivos, perderemos de vista o que é essencial na cena.
(FLUSSER, 2011, p. 43).

Assim, a cada novo software, ou em cada uma de suas atualizações, a leitura era feita com maior velocidade. Com o passar do tempo passamos a conviver com computadores cada vez mais velozes, quando ficou cada vez menos possível ouvir ou entender a poesia que estava sendo lida pelo espectador. Assim, a obra armazenada no CD-ROM está desaparecendo, tanto pela velocidade das máquinas atuais, quanto pela extinção de leitores de certas mídias, como o CD-ROM. São conexões entre o corpo, a máquina e os sistemas digitais que ajudam a configurar essas novas escrituras denominadas digitais.

2.4. A experiência corpo-texto e o software: Fernanda Nardy Bellicieri

Outro exemplo de influências criativas estabelecidas no LHUDI é o trabalho doutoral de Fernanda Nardy Bellicieri, uma das últimas orientandas de Azevedo, que revela narrativas a partir da experiência com o Teatro de Arquivo, e possui origem na transcrição denominada corpo-texto, um processo autoral derivado da percepção do sujeito em seu espaço e tempo, e estruturado por algoritmos dependentes pela construção cênica com ênfase na linguagem analógica e sua expansibilidade na linguagem digital.

Suas experiências são forjadas no processamento e no uso do algoritmo enquanto conceito e na casualidade; já a lógica do Teatro de Arquivo ancora-se no software e também no dado atual, além da corporeidade transcrita.

Nessa ambiência, Azevedo e Bellicieri desenvolveram alguns experimentos com o Teatro de Arquivo, uma modalidade de expressão artística derivada da lógica hipermidiática não linear baseada no uso da casualidade e do algoritmo enquanto conceito, ou ainda, de desvelamento participativo do fenômeno performativo.

Tal dialética é ancorada no software e também no dado atual e na corporeidade transcrita: a partir de uma base de dados imputados em um algoritmo, tem-se a cena resultante enquanto imagem, verbo, som e dígitos, num trajeto que parte da experimentação do tempo real-perfomático, apontando a expansão dos códigos, a exemplificação da Escrita Digital Expandida, como em uma outra versão de *Átame: A angústia do precário* - (fig. 7), uma produção hipermídia de autoria de Azevedo.

Fundamental para que se entenda e se chegue à necessidade performática do tempo presente, um corpo-texto corporificado-oralizado e transformado

em movimento pelo performer (Fernanda Bellicieri), em uma de suas várias versões, também possui imagens produzidas, estáticas e em movimento, correlatas ao texto ou não, imagens de performance projetadas em tempo real, produzidas por câmeras que captam a cena do ponto de vista objetivo, além de poemas sonoros interpretados ao vivo, além de poemas sonoros pré-gravados por Wilton Azevedo, e composição musical. Os elementos aqui citados, são operados via software por Azevedo.

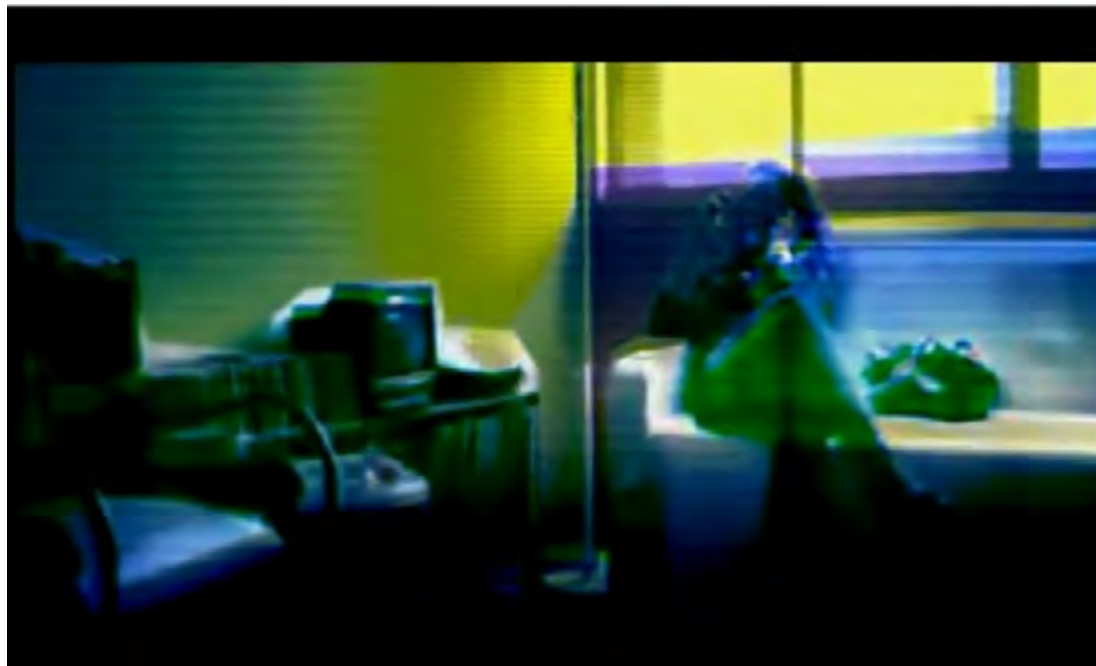


Fig. 7

Fernanda Bellicieri; Wilton Azevedo - Átame - A angústia do precário - Videopoema digital 2014

Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=jJI> >

Acesso em: 09 jan. 2022

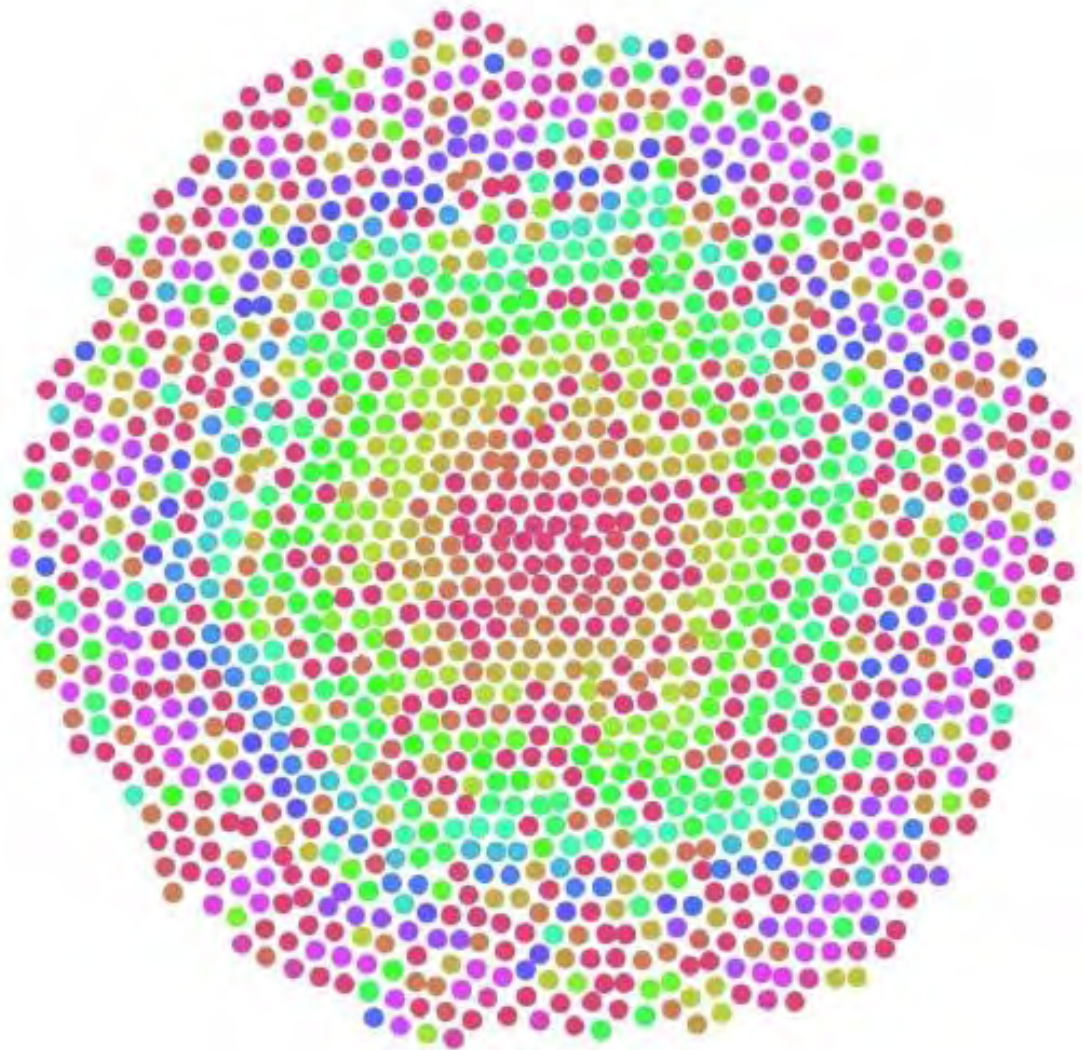
Átame, aqui é exposta por uma orquestração de códigos que agora se indistinguem e são projetados no ambiente cênico sob formas de imagem e som. E nesse ambiente cênico, que o performer responderá, dentro de seu próprio repertório de arquivos. essa resposta oral, ou sob forma de movimento, que serve também como variável na resultante do algoritmo da cena, em um percurso espiralado que torna os elementos, mais que interdependentes, equivalentes em Átame.

2.5. A Linguagem e os grafos: Carolina Vigna

A pesquisa doutoral de Vigna se apoia em visualidades, pela geração de dados a partir da obra de Van Gogh e de suas cartas para seu irmão Theo, na

interpretação e no entendimento dessa realidade como propostas artísticas e metacuratoriais.

A pesquisa e seus resultados são interdisciplinares e abrangem diversas áreas do conhecimento. Os registros e grafos de Vigna apresentam mapeamentos muitas vezes inusitados, onde forma, cor e espaço constituem novos limites da imagem geradas pelo computador, como elementos básicos da linguagem pictórica, como em “Luminância média das obras de Van Gogh” (fig. 8).



*Fig. 8 - Luminância média das obras de Van Gogh
Mapeamento de Carolina Vigna
Disponível em: <<http://tede.mackenzie.br>>.
Acesso em: 09 mar. 2022*

A luminância no mapeamento de Vigna descreve a medição da quantidade de emissão de luz, digitalizadas a partir das pinturas de Van Gogh apresentando a percepção de distribuição de brilho ou “luminosidade” em uma imagem, aqui referenciadas em imagens digitais.

2.6. Mapas musicais: Lazlo Rahmeier

São inúmeras as transformações culturais que emergiram após a Segunda Guerra Mundial e o holocausto, como movimentos de reconstrução, renovação e novas concepções e valores. Na música não podia ser diferente, num momento de abertura sonora para todo tipo de experimentações e quebras de ordens musicais previamente definidas. Lazlo Rahmeier, músico e pesquisador brasileiro, se dedica a explorar a potente obra de uma artista da vanguarda musical nacional, Jocy de Oliveira (1936).

As palavras da composição se sucedem umas às outras permitindo as relações de som e sentido, misturando material vocal gravado e sons eletrônicos, com palavras conectadas umas às outras, explorando também um grupo de consoantes, enfatizando uma “cor sonora” ao texto, uma cartografia de linguagens e sentidos.

A pesquisa de Rahmeier, aqui discutida e orientada por Azevedo, adere aos conceitos e caminhos desbravados pela Escritura Digital Expandida ao navegar pela obra de Jocy de Oliveira e captar como se pavimentou sua trajetória incorporando os meios eletrônicos em sua produção sonora, a extensão das técnicas de instrumentos acústicos, a espacialização do som e os elementos visuais tão bem explorados pelo autor por meio da interdisciplinaridade a partir de novas linguagens e tecnologias.

Após trabalhar sob a regência de personalidades musicais como Igor Stravinsky (1882-1971), Jocy incorpora a técnica e a estética de seus mestres, tornando-se pioneira no descobrimento de um trabalho multimídia a partir da linguagem da música no Brasil, envolvendo teatro, instalações, texto, artes visuais e vídeo, em um mapa que ilustra fragmentos da formação da obra da artista (fig. 9).

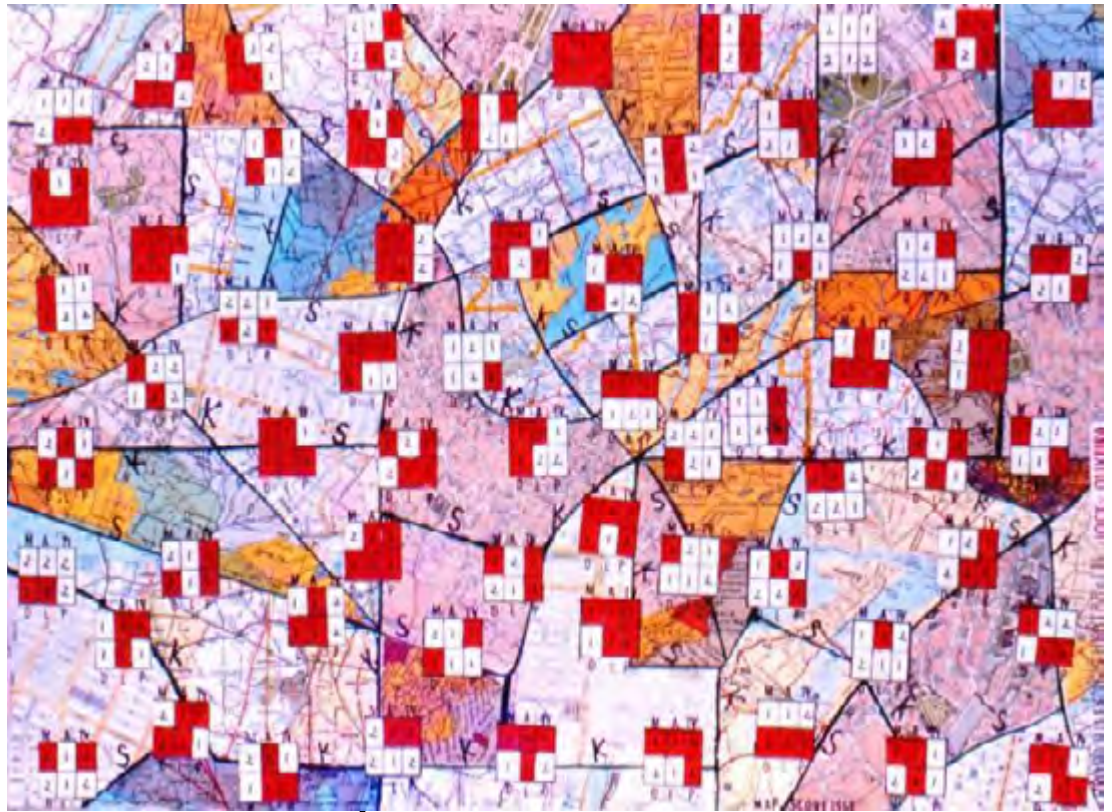


Fig. 9

Mapa-partitura, Teatro Probabilístico III

Arquivo pessoal de Jocy de Oliveira

Fonte: <<http://tede.mackenzie.br>>

Acesso em: 03 fev. 2022

Considerações finais

Esses rastros de criação tingem e potencializam os processos criativos do artista, de recursos manuais a estratégias e técnicas digitais. A crítica de arte e professora da UFRGS, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Iclea Borba Cattani, in Cattani apud Brites & Tessler (2002) alerta para manifestações como essa:

Arte é paixão, dedicação, criação, invenção. E a investigação e o método são instrumentos auxiliares do processo artístico em todas suas etapas, do processo de elaboração (pelo artista) à análise do teórico, do crítico, do historiador. (CATTANI apud BRITES & TESSLER, 2002, p. 40).

Assim, os processos e técnicas utilizados por artistas, professores e pesquisadores sofrem inevitavelmente uma dilatação criativa. Desenhos, fotografias, pinturas, etc. são gradativamente absorvidos pela matriz digital, incorporando letras, palavras, poesias, além de recursos sonoros e movimento. É

a digitalização poética das linguagens da arte nessa nova ambiência.

São percursos criativos que se misturam, ampliados pelos recursos procedimentais da máquina e pelas linguagens do software, que se constituem pelas experiências artísticas e procedimentais de professores-artistas-pesquisadores, revelando processos multifacetados e convergentes com a história de Wilton Azevedo e outros autores, de acordo com a pesquisadora Prof^a Dr^a Regina Lara Silveira Mello, que trabalhou com Azevedo no PPGEAHC na UPM.

[...] parece uma provocação interessante cogitar como ele se posicionaria em relação à escritura digital e seu potencial de relação entre o visual, o sonoro e o verbal, bem como outras variáveis do atual cenário. Mesmo com possíveis conflitos na aproximação das ideias selecionadas, este exercício parece contribuir para pensar processos de criação contemporâneos que articulem a escritura digital, que busquem intercâmbio de linguagens, novas potencialidades e novos rumos. (MELLO et al, 2016. p. 8-9).

São fronteiras criativas entre o visual, o sonoro e o verbal. Criações poéticas que desbravam as veredas de um território que continua em expansão. Essa cartografia ilustra associações e encontros entre máquinas, pessoas e processos criativos na conexão software-linguagem–poesia.

São órbitas de criação com as quais o artista se envolveu e que ganham potência no movimento e no alcance da internet e redes sociais, em plataformas digitais. Trechos percorridos num processo de expansão simbolizado por uma cartografia que une aspectos teórico-práticos e gerações de pesquisadores cromatizados pelo conceito de Escritura Digital Expandida, aqui representada por uma aquarela realizada pelo autor da pesquisa (fig. 10).



*Fig. 10 - Influências criativas entre alunos, professores e pesquisadores - aquarela sobre papel
mapeamento realizado pelo autor
2022*

Os presentes relatos reflexivos surgem no aprofundamento da pesquisa aqui proposta, no universo dos professores, artistas e pesquisadores entrevistados, seus valores, projetos de pesquisa, influências criativas e experimentações entre linguagens da arte e softwares, na potência dos rastros criativos entre artistas, professores e pesquisadores.

Referências

- AZEVEDO, Wilton. Interpoesia: O início da Escrita Expandida. Relatório (Pós-Doutorado) Universidade de Paris 8. Laboratoire de Paragraphe, Paris, 2009.
- BAIRON, Sérgio. Multimídia. São Paulo. Global Editora, 1995.
- BRITES, Bianca; TESSLER, Elida. (org.). O meio como ponto zero: metodologia da pesquisa em artes plásticas. Rio Grande do Sul: Editora da Universidade UFRGS, 2002.
- FLUSSER, Vilém. Pós-história: Vinte instantâneos e um modo de usar. São Paulo: Annablume, 2011.
- LOPES, Antonia Osima. Repensando a didática. Campinas: Papirus, 1996.
- MELLO, Regina Lara Silveira. et al. Wilton Azevedo: artista-pesquisador-professor - um percurso na cibercultura. ABCiber Associação Brasileira de Pesquisadores em Cibercultura, IX Simpósio Nacional ABCiber, São Paulo, 2016. Disponível em: <<http://www.abciber.org.br/anais-eletronicos/anais-eletronicos/textos-2/>>. Acesso em: 25 jul. 2019.
- SALLES, Cecília Almeida. Gesto inacabado: processo e criação artística. São Paulo: Intermeios, 2011

COMO OS PROFESSORES DAS LINGUAGENS ARTÍSTICAS APRENDEM A ENSINAR? QUAL A FUNDAMENTAÇÃO DE SUA AÇÃO DOCENTE?

DAVERSON MARCELINO (PPGEAHC-UPM)¹⁰⁵

FELIPE KASTECKAS (PPGEAHC-UPM)¹⁰⁶

RAQUEL RUSSO (PPGEAHC-UPM)¹⁰⁷

ORIENTADORA: PROF^a. DR^a. MARIA DA GRAÇA NICOLETTI MIZUKAMI (PPGEAHC-UPM)¹⁰⁸

RESUMO: O texto a seguir explora conversas obtidas com professores de artes visuais, música e museologia, com formações e experiências diversas, com carreira acadêmica desde a docência voltada às crianças, onde se ensina a arte de maneira lúdica, aguçando sua criatividade, até chegando à universidade, onde esse corpo docente entrevistado tem a premissa de formar um arte-educador com mentalidade crítico-social, além de enaltecer a cultura brasileira em seus detalhes, valorizando o artista do nosso país e a vasta diversidade étnico cultural. Essas conversas são fruto de uma curiosidade inicial: como o professor aprende a ensinar? Com isso, o artigo visa traçar o paralelo do trabalho na prática desses professores com o referencial teórico que eles adotam, mostrando assim que arte é algo que pode (e deve) ser ensinado.

PALAVRAS-CHAVE: educação, artes e cultura

105 Designer gráfico, Artista Visual

106 Bacharel em percussão, pós-graduado em Música Popular

107 Jornalista

108 Possui graduação em Pedagogia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (1970), mestrado em Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (1977) e doutorado em Ciências Humanas, também pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (1983), docente na Universidade Presbiteriana Mackenzie

Introdução

Em junho de 2022 realizamos uma série de entrevistas com professores universitários, perfazendo um total de nove, das quais fizemos um recorte de três da área de Artes, para compor esse trabalho. Os dados coletados por meio de formulário e gravação, foram realizados a partir de perguntas pré-definidas e orientadas pela Professora Doutora Maria da Graça Nicoletti Mizukami, para a disciplina de Teorias e Práticas Educacionais do Programa de Pós-Graduação em Educação, Arte e História da Cultura pela Universidade Presbiteriana Mackenzie. Com o resultado obtido, pudemos observar as vivências acadêmicas, políticas e sociais desses docentes, bem como entender como a prática educacional desses professores é influenciada por alguns autores teóricos dos processos educacionais e que a prática em boa parte foi fundamental para que pudessem exercer sua função docente.

Apresentação dos Professores: sua caracterização pessoal e profissional

Elencamos a seguir um pouco do perfil sociocultural de três dos professores entrevistados:

ENTREVISTADA 1 - Mulher de 40 anos, de ascendência nipônica, mestre e doutora pela ECA-USP, com 22 anos lecionando, sendo 4 na Universidade atual, atuando no período de 27 horas semanais. Ela também trabalha lecionando em cursos voltados a arte e cultura brasileira, sobretudo a dos povos indígenas.

ENTREVISTADO 2 - Homem de 60 anos, músico com mestrado em Educação, Arte e História da Cultura pela Universidade Presbiteriana Mackenzie e doutorado em Musicologia e Interdisciplinaridade pela Unesp, com 30 anos lecionando, sendo 7 na Universidade atual, atuando no período de 12 horas semanais, além de outras 20 horas como educador de atividades musicais no Sesc SP.

ENTREVISTADA 3 - Mulher de 53 anos, museóloga e historiadora com mestrado e doutorado em história, com 12 anos lecionando, na Universidade de Brasília- DF, atuando no período de 40 horas semanais, com dedicação exclusiva na UnB.

Questões dirigidas para a atuação e a aprendizagem docente

Motivo da escolha pela docência e pela área de formação?

ENTREVISTADA 1 - É militante política desde jovem, participante de correntes

ideológicas a favor das minorias, principalmente pelo feminismo, mulheres negras e também pelos povos originários. Tem muito contato com povos indígenas desde muito cedo, e sempre teve a concepção de que a escola é um espaço para transformação da sociedade. O educador tem uma enorme importância para essa mudança. Seu pai foi o maior motivador e influenciador para a escolha da formação nas artes, pois apesar de muito simples e sem formação universitária, sempre levou sua filha em museus, exposições de orquídeas, para fotografar flores, frutas na feira, etc.

ENTREVISTADO 2 – A docência surgiu por um acaso, pois tocava contrabaixo de forma amadora e foi convidado para lecionar em um Conservatório próximo onde morava. Aceitou o trabalho e se identificou prontamente, pelo fato de manter constante vínculo com o aprendizado e desenvolvimento com o mundo acadêmico.

ENTREVISTADO 3 - Minha área de formação (Museologia) é minha paixão desde a adolescência, já à docência veio como consequência e destino. Acho que sou uma museóloga que dá aulas e não uma professora. Um adendo: só fiz o mestrado e o doutorado em História porque na época não havia pós em Museologia.

Qual o papel do professor e da escola?

ENTREVISTADA 1 - Propiciar uma formação crítica, cidadã. A escola é um espaço social de troca, de formação ética, estética. O professor deve colaborar com essa mediação, essa formação. Estimular uma formação consciente do consumo, um entendimento mais amplo do mundo.

ENTREVISTADO 2 – Entende o professor como um mentor que não detém o saber, mas guia o aluno a alcançar os seus objetivos.

ENTREVISTADO 3 - Acho fundamental na formação do profissional, e na abertura para debates críticos.

Como você aprendeu a ser professor?

ENTREVISTADA 1 - Aprendeu na prática, sendo. Desde antes da graduação aprendeu com a vivência como estudante na escola. Veio das praxes do ensino. A militância também a ensinou muito pela convivência com outros professores. Suas vivências em assentamentos, quilombos etc. também trouxeram muita experiência como professora, pois ali ela observa outros tipos de ensinamentos que não somente os acadêmicos, mas muito também os sociais.

ENTREVISTADO 2 – Através dos cursos de formação, mas também com os próprios alunos, na prática. Compreendendo a educação como uma via de mão dupla em que através das dúvidas e também do conhecimento dos alunos o professor também aprende.

ENTREVISTADO 3 - Cheguei a fazer duas disciplinas de docência na faculdade de história, mas aprendi mesmo, dando aulas, por tentativa e erro. Tenho pena dos meus primeiros alunos...

Qual a contribuição do curso superior para a sua atuação como professor? E a de outros cursos?

ENTREVISTADA 1 - Essencial, pois só a prática não há uma assimilação total, é preciso muito repertório e muita bagagem teórica, que foi descobrir depois com o mestrado e mais profundamente com o doutorado. Ela fez também muitos cursos de arte e cultura em museus e escolas mais técnicas. Grupo de pesquisa também foi essencial, ela está a 12 anos num grupo da USP.

ENTREVISTADO 2 – Foi através da graduação que aprendeu sobre o ofício do músico, além de ter uma base sobre o trabalho de professor. O mestrado foi importante por trazer uma bagagem interdisciplinar, colocando-o em contato com outras áreas do saber. Ao longo de sua formação também participou de workshops e cursos de pequena duração que colaboraram bastante.

ENTREVISTADO 3 - Tive a oportunidade de fazer um curso que era muito ligado à prática aplicada, e isso me ajudou bastante na minha atuação profissional. Hoje, como professora, troco qualquer bom texto teórico por uma experiência prática. Minha formação em história certamente ajudou bastante, mas deixo um exemplo aqui: quando fui trabalhar no Mackenzie, senti falta de uma formação em administração e tive então a oportunidade de cursar uma pós-graduação em Gestão do Terceiro Setor. Eu já era mestre, mas a formação num curso Lato sensu foi fundamental. Fora este, vivo fazendo cursos, oficinas, participando de eventos, sempre aprendendo.

Quais fontes contribuem para a sua ação docente?

ENTREVISTADA 1 - Miriam Celeste, Sumaya Mattar (orientadora ECA/USP), Paulo Freire, Ana Mae Barbosa, Newton Duarte, Dermeval Saviani, Marx, Trotsky, Ernesto Che Guevara, bell hooks (Gloria Jean Watkins, ativista antirracista americana), Luiz Rufino (pedagogia das encruzilhadas) dentre vários outros.

ENTREVISTADO 2 – O educador Paulo Freire, o contra-baixista François Hab-

bath, o Educador Musical Hans Joachim Koellreuter, entre outros.

ENTREVISTADO 3 - Na UnB usamos os princípios de Darcy Ribeiro em toda sua ousadia. Isso é muito saudável para o nosso Curso de Museologia.

Em que fundamenta sua ação docente?

ENTREVISTADA 1 - Nas vivências das culturas que ela explora, quando ela dá um trabalho ela sempre procura fazer uma imersão nas diversas culturas do país, sobretudo as indígenas, quando por exemplo ela não apenas mostra sua arte, mas até mesmo chega a levar os alunos para conhecerem pessoalmente uma aldeia ou assentamento. Já chegou a levar até mesmo em quilombo.

ENTREVISTADO 2 – Em uma ação fundamentalmente social, com desdobramentos técnicos, sensoriais e intelectuais. Buscando a formação do cidadão, do músico e do professor.

ENTREVISTADO 3 - A maioria das minhas aulas são em laboratórios. Dou aula de Documentação de Acervos, então tenho uma coleção de mais de 400 objetos que os alunos devem pesquisar e catalogar e boa parte deles são coisas bem específicas de outras áreas de conhecimento (rochas, objetos da cultura popular, artefatos arqueológicos) que exige conhecimentos interdisciplinares.

Descreva uma aula e explique como a planejou, como ela ocorreu, se teve alguma modificação que precisou realizar em sala de aula.

ENTREVISTADA 1 - Apesar de ter um planejamento, ela segue também muito as vivências que percebe em sala de aula, adaptando muitas vezes sua prática para a linguagem dos alunos, principalmente quando vislumbra discussões políticas em sala de aula. Um exemplo disso foi uma aula onde os educandos discutiam sobre racismo, então ela apresentou Tereza de Benguela a eles, uma líder quilombola do século XVIII. Apresentou também um samba enredo que a escola Viradouro fez em 1994 em homenagem a líder, a partir daí, eles construíram uma música trazendo essa temática, que eles tiveram que apresentar através do Tic Toc aos seus colegas, inclusive com dança e fantasias.

ENTREVISTADO 2 - Em uma aula de prática de big band, onde o planejado era o ensaio de uma música do gênero Salsa, ao perceber a dificuldade dos alunos com o estilo o professor modificou a estrutura da aula dando atenção

para outras músicas e alertando os alunos da necessidade de estudarem a Salsa em casa. Já na aula seguinte, a música foi melhor desenvolvida, o que o fez acreditar que as pessoas envolvidas se atentaram para a necessidade de estudarem esse repertório fora da sala de aula.

ENTREVISTADO 3 - Na minha próxima aula de Documentação, vou falar sobre as várias possibilidades de identificação de Título e Autoria das obras de artes: primeiro vou apresentar o que os autores clássicos (serão 4 autores no caso) recomendam fazer. Depois vou mostrar vários slides (powerpoint) com os exemplos. Em seguida, vou começar a mostrar nos slides, exemplos que não se encaixam com o que os autores clássicos falaram e mostrar como é complicado a diversidade de objetos que tem num museu e como os alunos podem resolver os casos mais complexos. Na segunda parte da aula (a aula terá 4 horas) vou distribuir para os alunos diversas obras de arte e eles terão que identificar e informar corretamente o Título e a Autoria de cada obra.

Em sua opinião, como o professor continua a aprender a ser professor, a dar aulas, a se desenvolver profissionalmente?

ENTREVISTADA 1 - Com suas experiências com outros professores, vivências com os alunos, percebendo o que os atinge, como as novas tecnologias. Precisa ter atenção ao que chega ao seu público para poder explorar isso.

ENTREVISTADO 2 – Através da observação e reflexão, se atentando para aquilo que funciona ou não em sala de aula. Também importante permanecer estudando e se atualizando.

ENTREVISTADO 3 - Acredito que só praticando e gostando muito do que faz.

O que acha necessário para que os professores possam ensinar cada vez melhor?

ENTREVISTADA 1 - Ter abertura com o aluno, para ele possa enxergar no professor uma pessoa aberta para sempre ouvi-lo, com uma disponibilidade para que o aluno pergunte, estimulando sempre ao diálogo.

ENTREVISTADO 2 – Através do contrabaixista François Habbath entendeu que se o professor olhar para um aluno jovem e enxergar nele seu filho, e para um aluno de sua idade enxergar seu irmão, e com um mais velho ver o seu pai, certamente ele buscará desenvolver uma boa docência.

ENTREVISTADO 3 - Se atualizar sempre, e principalmente, continuar atuando enquanto profissional.

Quais as aprendizagens docentes decorrentes da pandemia?

ENTREVISTADA 1 - Otimizou o tempo, fez com que os professores pensassem as aulas de uma maneira nova, ampliou o conhecimento dos recursos tecnológicos. Percebeu que os alunos acabam tendo um certo problema de socialização na volta a sala de aula presencial, pois eles se acostumaram a dois anos de isolamento e agora muitos têm problemas com organização e em perceber que a escola não é sua casa. Isso não acontece com alunos universitários claro, mas está muito comum com as crianças.

ENTREVISTADO 2 – O uso das tecnologias digitais e cibernéticas, e a compreensão de que podemos nos adaptar e reinventar.

ENTREVISTADO 3 - A vida em primeiro lugar, mas ensino à distância não funciona.

Como você caracteriza um bom professor?

ENTREVISTADA 1 - Primeiramente é aquele que ouve o aluno, que se coloca no lugar dele e que tem um papel de mediador, que traz uma visão de mundo para agregar ao aluno, aquilo que ele já percebe, mas que oferece recursos para ele evoluir.

ENTREVISTADO 2 – Aquele que desenvolve a paixão do aluno pelo instrumento, que faz despertar a busca pelo saber.

ENTREVISTADO 3 - O que consegue estabelecer uma empatia com os alunos (e claro, domine o conteúdo).

Fazendo um balanço da sua vida profissional, o que você acha necessário, no momento em que se encontra?

ENTREVISTADA 1 - Aprender mais e mais sobre as diversas culturas indígenas brasileiras, pois foi tema de seu doutorado e, apesar dos 5 anos que ela pesquisou isso, ela percebe que ainda tem muito a aprender, a visitar e a explorar. Também quer aprender constantemente sobre as novas tecnologias que o aluno sempre está em contato, as novidades que viram moda para os jovens.

ENTREVISTADO 2 – No momento está aprendendo instrumentos de sopro, mas se não fosse este seu aprendizado atual, seria outra coisa. Aprender sempre é o caminho para ensinar.

ENTREVISTADO 3 - Quase tudo! A vida sempre traz novos desafios. No momento estou estudando madeiras de mobiliário colonial no Brasil para uma

disciplina que vou dar no próximo semestre, técnicas de costura e bordados da Mesopotâmia por volta do ano de 2300 a.C. para ver se será importante inserir como conteúdo numa outra disciplina, além de ligas metálicas vikings para a aula que darei de numismática na semana que vem. Sempre tem alguma coisa para aprender.

Quais conselhos ou sugestões você daria a um professor iniciante?

ENTREVISTADA 1 - O professor tem que estar disponível ao aluno, a ouvir e entender o aluno, a aprender que cada um tem suas histórias e precisa ter paciência para lidar com pessoas. Deve permanecer em constante aprendizado. Tem que respeitar as diversidades, pois ele não tem como negar os fatos.

ENTREVISTADO 2 – Fazer com paixão, ou não fazer.

ENTREVISTADO 3 - Só decida ser professor mesmo, se amar a profissão. E nunca ache que sabe tudo. Vale a pena também aprender novas tecnologias e entender as redes sociais que são os nossos concorrentes.

Na sua opinião, quais são os saberes que considera necessários à prática docente aos seus alunos de graduação ou licenciatura?

ENTREVISTADA 1 - Antes de mais nada deve-se aprender sobre a base da cultura brasileira: as culturas dos diversos povos indígenas e dos povos negros. Não tem como um aluno de artes ficar somente com uma visão euro centrada de artes, reproduzindo somente aquilo que veio da Europa. Nossa cultura depende dessa valorização, e o futuro professor de artes deve ter isso em mente.

ENTREVISTADO 2 – Conhecer as práticas e ensinamentos dos principais teóricos, estar em dia com seu instrumento e se afastar da arrogância. Na educação, o que importa é o outro.

ENTREVISTADO 3 - Como não temos licenciatura, nosso foco é na formação do profissional que vai trabalhar em museus. Temos algo próximo que é a Educação em Museus.

Quais são as perspectivas que você enxerga para o futuro da educação nas universidades, sobretudo na sua área?

ENTREVISTADA 1 - Apesar de otimista, ela diz que não vê com bons olhos, a não ser que, em suas palavras, se troque o presidente. Para ele, não há como melhorar, ainda mais com tantas medidas negativas para a educação pública, que cada vez mais é prejudicada com um movimento que desestimula o pensamento crítico social, plural e inclusivo. A universidade precisa ser um lugar de pesquisa, de exploração, de conhecimento. A universidade precisa estar atenta para atingir todos os estudantes, com infraestrutura tanto para um ensino à distância quanto ao presencial.

ENTREVISTADO 2 – Percebe uma desvalorização do saber e uma precarização no trabalho docente nas universidades brasileiras. Acredita ser absolutamente necessária a realização de concursos públicos nas universidades e entende que a retomando do desenvolvimento acadêmico no país só é possível com a saída do atual governo.

ENTREVISTADO 3 - As piores... Os cortes de verbas, a precariedade do ensino fundamental e médio que traz para as universidades alunos que mal entendem o que que leem, o imediatismo que desestimula a leitura de conteúdo mais aprofundados, e especificamente na minha área, a falta de incentivo à cultura. O que me mantém motivada é que sempre encontramos alguns poucos alunos maravilhosos, que valem por uma turma inteira.

Além dos questionamentos sobre docência e como aprenderam a lecionar, foram obtidos outros dados na pesquisa geral como: Sexo, idade, etnia, escolaridade, tempo de docência e horas semanais de trabalho. As áreas entrevistadas foram artes visuais, música, ciências sociais, história e pedagogia. Segue gráfico geral.



Relação entre os processos educacionais e vivências dos entrevistados com alguns teóricos da educação

No decorrer das conversas foram citados alguns teóricos que contribuem na prática docente dos entrevistados. Dos citados destacamos alguns, como a Professora Dr. Ana Mae Barbosa, estudiosa e revolucionária no ensino aprendizagem da Arte Educação no Brasil. Criadora da Abordagem Triangular, que consiste em três pilares: 1. Leitura de Imagem/ Fruição da Arte, que é o primeiro eixo dessa proposta, e se baseia nas diversas possibilidades do aluno entrar em contato com a arte, que nada mais é do que admirar, prestar atenção, saber identificar os elementos teóricos de uma determinada obra e sua apreciação. 2. Contextualização/História da Arte, se refere ao conhecimento artístico, entender como funciona o mundo da arte, seus movimentos. 3. Fazer Artístico/Produção Artística, compreendido como o momento criativo e pessoal, quando o aluno consegue realizar um trabalho sobre o assunto. Essa proposta foi e é amplamente utilizada em atividades com crianças, adolescentes e na formação de professores de arte, o que trouxe perceptíveis mudanças no ensino-aprendizagem de arte, juntamente com avanços legais nessa área no Brasil. Nesse sentido, Ana Mae Barbosa, relata em seu artigo: “Mudanças na Arte Educação”, escrito a partir de um curso que ministrou em Minas e em São Paulo, o que alguns professores tem percebido, com relação as mudanças na Arte Educação e como estão sendo percebidas por eles,

Maior compromisso com a cultura e a história, ... Ênfase na inter-relação entre o fazer, a leitura da obra de arte (apreciação interpretativa) e a contextualização histórica, social, antropológica e/ou estética da obra... A Arte na Educação como expressão pessoal e como cultura é um importante instrumento para a identificação cultural e o desenvolvimento individual. Através da Arte é possível desenvolver a percepção e a imaginação, apreender a realidade do meio ambiente, desenvolver a capacidade crítica, permitindo analisar a realidade percebida e desenvolver a criatividade de maneira a mudar a realidade que foi analisada... (BARBOSA, 2010)

Outra teórica citada pelos entrevistados, e a Professora Doutora Mirian Celeste Martins, que juntamente com Picosque e Guerra, possuem uma vasta publicação sobre teoria e prática do ensino de arte, arte e cultura, mediação cultural e muitos outros temas relacionados, que auxiliam professores a desenvolver a compreensão sobre as linguagens de arte e como aplicá-las. Com relação ao desenvolvimento da criança e o desenho, o livro Teoria e Prática do Ensino de Arte – A língua do mundo, Martins, Picosque e Guerra, trazem a ideia de elementos sempre presentes no desenvolvimento da crian-

ça que vão evoluindo de uma maneira espiralada, onde se inicia com a ação, depois a pesquisa, o exercício, a intenção, o símbolo, a organização, a regra, até a adoção da poética pessoal, vista na adolescência.

Cada movimento tem uma beleza e uma significação próprias, sendo necessária a compreensão de tudo o que ele envolve. Estudar esses momentos é compor um pano de fundo para a nossa leitura sobre o ser expressivo da criança e do jovem, alimentando nosso olhar para ver o grupo singular que está à nossa frente nas diversas salas de aula que trabalhamos. (MARTINS, PICOSQUE, GUERRA, 2010, p. 87)

Muitos outros autores de grande relevância como, Darcy Ribeiro, Dermeval Saviani, Paulo Freire, Cristina Risi, Edith Derdik, Bourdieu, Alarcão, Sumaya Mattar, Newton Duarte, Marx, Trotsky, Ernesto Che Guevara, Gloria Jean Watkins, Luiz Rufino, Francois Habbath, o Educador Musical Hans Joachim Koellreuter, estão presentes na formação original e continuada dos professores entrevistados, enriquecendo seu arcabouço teórico para a sua ação docente.

Sobre o que diz a legislação do ensino de artes no Brasil

O ensino de artes no Brasil, vem marcando presença na legislação da Educação Básica desde a Lei de Diretrizes e Bases de 1961, sob a lei número 4.024/61, para o ensino de 1º e 2º graus.

Ainda que pouco priorizado nessa época, o ensino de artes demarcou seu espaço e ganhou discussões para a lei subsequente, a LDB nº 5.692/71, que deu continuidade a anterior com a nomenclatura de Educação Artística. Nesse período a falta de preparo e formação dos professores, planejamento, metodologia e objetivos explícitos e claros acabaram por fragilizar a disciplina. Dessa forma, o Governo Federal criou cursos de curta duração e Licenciatura em Educação Artística, para sanar a falta de preparo dos professores, mesmo assim ainda havia grande descompasso no processo ensino-aprendizagem de Artes. Para melhorar esse quadro, na década de 1980 foram criadas Associações de arte-educadores que se reuniam em congressos, cursos e palestras para discutir o aprimoramento de seus conhecimentos e ações em Arte Educação da educação infantil a universidade. Anos mais tarde, a LDB nº 9.394/96 torna obrigatório o ensino de Artes nas escolas, devendo oferecer pelo menos quatro linguagens, musical, teatral, dança e artes visuais, mas o que se percebia é que as escolas em boa parte não propiciavam tais oportunidades. Na busca de tratar esses e outros problemas concernentes ao ensino aprendizagem de Artes, foram criados os PCNs (Parâmetros Cur-

riculares Nacionais) composto por seis cadernos, norteadores para as disciplinas, sendo um deles para a área de Artes, vigente desde 1997.

Sobre o ensino e aprendizagem de Artes, destacamos que:

A educação em arte propicia o desenvolvimento do pensamento artístico e da percepção estética, que caracterizam um modo próprio de ordenar e dar sentido à experiência humana: o aluno desenvolve sua sensibilidade, percepção e imaginação, tanto ao realizar formas artísticas quanto na ação de apreciar e conhecer as formas produzidas por ele e pelos colegas, pela natureza e nas diferentes culturas. (BRASIL, 1998, P. 19)

Diferente dos PCNs, que como o nome diz, parâmetros, o avanço da BNCC (Base Nacional Comum Curricular, 2017), com poder de lei, estabelece a obrigatoriedade para todas as escolas brasileiras, sejam elas públicas ou privadas que adotem esse documento para orientar o processo educacional, com validade também para Arte.

Considerações Finais

Esse artigo elaborado a partir de entrevistas com docentes, nos revela que apesar de os professores terem suas bases de estudo e participarem de cursos, oficinas e eventos, visando aprimorar seus conhecimentos, alguns deles afirmam que só aprenderam a ser professores no dia a dia, em sala de aula, na interação com os alunos. Também percebemos a relevância de alguns teóricos de artes na vida acadêmica desses professores, trazendo mais repertório, ampliando as possibilidades dentro do ensino aprendizagem de arte. Nas conversas os professores relatam que buscam por meio de diálogo, entender qual a base de conhecimento prévio de seus aluno e por vezes precisam seguir uma nova “trilha”, diferente da planejada, adaptando conteúdos a serem explorados de uma maneira mais orgânica, instigando e mediando o conhecimento por meio de ações interdisciplinares, usando e ajustando as ferramentas tecnológicas que estão à sua disposição para incentivar o saber no aluno, conectados à essas novas tecnologias, que vieram para ficar, ganhando força durante o período da pandemia de Covid-19 (2019/2022). E dessa forma, adequar os métodos de ensino através do mapeamento da realidade, de acordo com as necessidades de cada educando, trazendo mais sentido a dinâmica educacional, propiciando ações de conscientização e transformação, considerando o ensino da arte como ferramenta no desenvolvimento de agentes pensantes, sujeitos ativos, e não apenas objetos no processo educacional, gerando um ambiente de trocas de experiências com

uma via de mão dupla entre aluno e professor. Esse trabalho também aponta que os entrevistados possuem vivências político-sociais muito parecidas e anseiam por uma educação mais justa e igualitária, com maior incentivo cultural, estrutura e capital humano especializado.

Referências

- AEBLI, Hans. Didática Psicológica – Aplicação à didática de psicologia de Jean Piaget. São Paulo, SP: Companhia Editorial Nacional, 1974
- BARBOSA, Ana Mae. Tópicos Utópicos. Belo Horizonte, MG: Editora C/Arte, 2007. Disponível em : <https://repep.fflch.usp.br/sites/repep.fflch.usp.br/files/Topicos%20Utopicos%20BARBOSA_A.pdf>. Acessado em 08/09/2022
- CELESTE, Mirian; PICOSQUE, Gisa; GUERRA, M. Terezinha Telles. Teoria e Prática do Ensino de Arte, A linguagem do Mundo. São Paulo, SP: Editora FTD, 2010.
- SMITH, Louis M. Frederic Skinner. Tradução e organização. Alves, Maria Leila. Recife. PE. Editora Massangana, 2010.

Teses e Dissertações

- BARBOSA, Ana Mae. Mudanças na Arte/Educação. Disponível em:<<https://texsituras.files.wordpress.com/2010/04/anamae.pdf> > Acessado em 09/09/2022 às 19hs
- VIEIRA, Marcilio de Souza: As Reformas Educacionais e o ensino de Artes. Disponível em: <<https://periodicos.uepa.br/index.php/cocar/article/view/197/171>> Acessado em: 09/09/2022.

Documentos oficiais

- LDB: Lei de diretrizes e bases da educação nacional. – Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2017. Disponível em: <<https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/70320/65.pdf>>. Acessado em: 09/09/2022 às 19hs
- Brasil. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais : arte / Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília : MEC/SEF, 1997. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro06.pdf>> Acessado em: 10/09/2022 às 8hs.
- Brasil. Secretaria de Educação Fundamental. Base Nacional Comum Curricular. – Brasília: MEC/SEF, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf > Acessado em: 10/09/2022.

A ALTERIDADE NA COMUNICAÇÃO
COMUNITÁRIA: Uma análise comparativa
da atuação do 'O Cidadão' da Maré/RJ e 'De
olho na quebrada' de Heliópolis/SP durante a
pandemia do novo coronavírus¹⁰⁹.

LOUIS EDOA (UMESP)¹¹⁰

ORIENTADORA: PROF^a. DR^a. CILENE VICTOR (UMESP)¹¹¹

RESUMO: O presente artigo trata das possíveis relações entre alteridade e comunicação comunitária. Busca-se entender qual é o lugar que o outro ocupa nos projetos de comunicação que visam promover o protagonismo e a participação de quem era tido como mero consumidor de informação pela grande imprensa. Para isso, foi feita análise comparativa de dois projetos de comunicação comunitária: 'O cidadão da Maré', no Rio de Janeiro, e 'De olho na quebrada', da Heliópolis, em São Paulo. Entre os resultados, o estudo constatou que a alteridade pode contribuir para tornar a prática da comunicação comunitária mais humanizada e próxima de seu público e comunidade, gerando também melhor engajamento dos sujeitos.

PALAVRAS-CHAVE: Comunicação Comunitária. Alteridade. Jornalismo. Representatividade.

109 O presente trabalho foi realizado com apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - Brasil (CNPq) - Código de Financiamento 001.

110 Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social pela Universidade Metodista de São Paulo (PPGCOM-Umesp), bolsista CNPq. Membro dos Grupos de Pesquisa Jornalismo Humanitário e Media Interventions e Semio Humanitas da Umesp. Jornalista, graduado em Filosofia e em Teologia. Orientadora: Prof^a. Dr^a. Cilene Victor. Louisnelma40@gmail.com.

111 Professora titular do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Universidade Metodista (UMESP), onde é líder do grupo de pesquisa Jornalismo Humanitário e Intervenções na Mídia, professora da Faculdade Paulus de Comunicação (FAPCOM) e da FGV LAW. É Representante Honorária para a América Latina do International Center for Developing Peace Culture and Rationality, com sede em Qom, Irã.

Introdução

A comunicação comunitária se apresenta como alternativa no âmbito de produção de conteúdo. Ela atende as demandas da cidadania e serve como instrumento de mobilização social além de dialogar com outras instâncias da sociedade como o popular, serviços ligados a movimentos sociais e tem caminhos próprios e específicos. Ela é uma atividade de comunicação que se origina na comunidade.

Um de seus aspectos é o didatismo no processo de produção, onde o destaque é dado aos assuntos em função da importância para o grupo social, numa relação direta com o cotidiano das pessoas. No seu processo de produção, a comunicação comunitária quebra a lógica que garante aos poderosos grupos o privilégio da emissão e às massas a tarefa da recepção. O público deixa de ser mero depositário de informações escolhidas e traduzidas por um grupo de iluminados, de esclarecidos, e passa a ser encarado como cidadão e protagonista: privilegia-se a relação com o outro, como é o caso dos projetos de comunicação comunitária da Maré, no Rio de Janeiro, e da Heliópolis, em São Paulo. O outro, garantia da alteridade, permite uma leitura do mundo fora do eu e do egoísmo. O relacionamento com ele não pode ser baseado no plano da reciprocidade, pois o outro, diferente e mais desprovido que eu, convida a nossa responsabilidade, como pensava Dostoiévski (1879): somos todos culpados de tudo e de todos diante de todos, e eu mais que os outros. O outro nos ajuda a constituir e construir a nossa própria identidade, fruto da nossa responsabilidade. Onde a sua importância na comunicação como um todo e na comunitária em particular.

O artigo busca propor a alteridade como paradigma para a consecução da comunicação comunitária e da formação para a cidadania. Nisso, respondemos à pergunta: Qual é o lugar do outro nos projetos de comunicação comunitária da Maré e da Heliópolis? Isso porque, como afirma PAIVA (2007, p.137), as ações e projetos de comunicação comunitária “são todos muitos ativos, obtêm vitórias pelo fato de se incrustarem nos imensos vácuos deixados pelo poder público, especialmente em tudo o que se refere à educação”. E a autora completa, “cada vez mais e de forma muito mais agressiva, impõe-se a necessidade de se interpretar o conceito de comunicação comunitária. E esta é uma perspectiva animadora, porque se percebe que há em curso formas diferenciadas de compreensão e de conceituação” (PAIVA, 2007, p.137).

Recorremos a dois procedimentos metodológicos, revisão bibliográfica e análise de mídia. A revisão da bibliografia compreende os campos da filosofia social e comunicação, com ênfase nos conceitos de alteridade, em Lévinas

(2020) e Jodelet (1998), e de comunicação comunitária, em Peruzzo (1999) e Deliberador (2017). A análise midiática, por sua vez, foca nas ações dos projetos de comunicação comunitária ‘O cidadão da Maré’, do Conjunto de Favelas da Maré, no Rio de Janeiro, e ‘De olho na quebrada’, de Heliópolis, em São Paulo, com o propósito de identificar elementos centrais desse modelo de comunicação e entender como se dá a participação popular neles.

Desejamos contribuir com estudos no campo da comunicação e cidadania e, para isso, trazemos elementos novos, como o papel da alteridade para deixar os projetos mais humanos e próximos das pessoas e comunidades, uma vez que a ética da alteridade, como prática de vida, visa transformar as ações humanas a partir de dentro, algo preconizado pela comunicação comunitária ao fomentar o protagonismo das comunidades.

Teoria da comunicação comunitária

A comunicação comunitária tem como objetivo estimular a análise de situações-problemas nas comunidades com o intuito de enfrentá-las, propondo ações concretas por meio da elaboração de projetos e criação de condições e espaços para o protagonismo popular. Por isso, “[...] uma imprensa só pode ser considerada comunitária quando se estrutura e funciona como meio de comunicação autêntico de uma comunidade. Isto significa: produzido pela e para a comunidade” (MELO, 2006, p.126). Nessa perspectiva, o conhecimento não é propriedade de ninguém, mas fruto de compartilhamento comum.

Algumas características que conferem à comunicação comunitária um estilo totalmente diferente da grande mídia são: 1. a origem das pautas, ou seja, a localidade dá as cartas e procura dar conta de uma área restrita; 2. não se importa em ser pequena; 3. Proximidade com o público, aproxima-se do público e cria diálogo com ele, mas com profundidade e intensidade. Essa proximidade é por demandas ou expectativas, como no exemplo de projetos culturais e sociais desenvolvidos na comunidade, casos de violência e exclusão, problemas como o desemprego e a falta de escolas ou de postos de saúde. Geralmente, a reportagem discute assuntos de interesses da comunidade, buscando alcançar diversos ambientes sociais. Isso faz com que o surgimento da comunicação comunitária seja visto como uma força contra-hegemônica no campo comunicacional, “porque pensar a produção, os veículos, a proposta de uma comunicação comunitária como estratégia contra-hegemônica, significa reconhecer, em primeira instância, que toda produção midiática se situa no campo da produção hegemônica” (PAIVA, 2007, p.138), que busca o controle das massas.

Ao longo dos tempos, as discussões sobre comunicação em diversos setores da sociedade, como na Igreja, por exemplo, buscou estabelecer uma relação que mostra como a comunicação interfere nesses ambientes quando a tentativa é a de transformá-lo de dentro para dentro ou de dentro para fora e não de fora para dentro das comunidades. Um exemplo é o caso dos “estudos latino-americanos da comunicação que sinalizam os principais critérios de utilização da comunicação comunitária” (ÁVILA; DELIBERADOR, 2016, p.87) na consolidação da comunidade em torno de um mesmo ideal e o afastamento das massas do controle da grande mídia.

Nesse cenário, a mídia surge como educadora, constrói o mundo a partir de significados cada vez mais novos, mas próximos das populações. A relação que se cria pela mediação da mídia vai além de uma relação de emissor e receptor, é um ambiente inter-relacional que permite a criação de novos significados. Para Ávila e Deliberador (2016, p.90) “a partir deste cenário midiático, a comunicação comunitária e a mídia-educação são [...] como teorias correlatas e importantes para a construção da cidadania [...], junto a valores como o de pertencimento e participação”, promovendo, do mesmo modo, o surgimento de novos sentidos.

A comunicação comunitária, num mundo mediatizado e com grandes avanços tecnológicos como nosso, “apresenta-se como contrapartida, a fim de assegurar alguns valores que podem ser dispersos pelo emaranhado social, cujo enfoque é dado a partir da valorização da comunidade e do viés educativo” (ÁVILA; DELIBERADOR, 2016, p.91). Não se trata somente de produzir informações, mas de promover a formação para a cidadania dos protagonistas e destinatários que são as mesmas pessoas.

Ainda, entende-se a “comunicação popular e comunitária como instrumento e estratégia política, social e educativa da comunicação” (ÁVILA; DELIBERADOR, 2016, p.87). Isso porque ao participarem de uma prática que tem como objetivos os interesses e necessidades dos próprios grupos a que pertencem, ou nos quais participem, os sujeitos acabam inseridos “num processo de educação informal que contribui para a elaboração-reelaboração das culturas populares e formação para a cidadania” (PERUZZO, 1999, p.206), tornando-se líderes e levando esses valores para suas comunidades.

A partir desse panorama e do entendimento de Miani (apud ÁVILA e DELIBERADOR, 2016, p. 91), a comunicação comunitária pode ser definida como:

[...] processo de produção de experiências comunicativas, portanto uma prática social, desenvolvido no âmbito de uma comunidade com vistas à conquista da cidadania, através de práticas participativas, e possibilitando aos indivíduos intera-

gentes o resgate da sociabilidade perdida [...], essa modalidade de prática comunicativa participa de maneira significativa no processo de disputa pela hegemonia no campo da comunicação.

O termo comunidade aqui, segundo Ávila e Deliberador (2016), é fundamental no processo de construção e constituição e estimula o pertencimento bem como a participação prática ativa levando até ao resgate da vida social perdida. A comunidade é o lugar de estreitamento de laços e de vínculos entre sujeitos e territórios:

O que seria uma vida comunitária na atualidade? A primeira resposta assemelha-se a uma justificativa – aquela centrada na perspectiva de que, a partir da vida comunitária, tem-se a possibilidade da experimentação dos laços e vínculos entre os seres humanos, entre seres humanos e território, entre seres humanos e sua história, entre seres humanos e sua natureza, entre seres humanos e o cosmo (PAIVA, 2007, p.136).

Assim, a comunidade é o lugar da cidadania, onde há separação entre esfera pública e privada e o que conta é o indivíduo e seus direitos. O conceito de cidadania é entendido aqui além do simples direito de pertencer a uma nação, mas como lugar de garantia e proteção legal, com direito de se locomover, participação política e direito de expressão.

A comunicação comunitária, pensada a partir de tais princípios, tem como objetivo lutar pelo reconhecimento de seus interagentes e se contrapor à mídia hegemônica e suas práticas. Por isso, concordamos com Ávila e Deliberador (2016, p.92) quando afirmam que:

A concepção de comunicação comunitária leva em conta que ela busca uma sociabilidade perdida e, com isso, essa modalidade de comunicação luta pela disputa da hegemonia. Já a mídia-educação consiste em uma prática associada à comunicação comunitária no sentido de pensar e fazer a comunicação em conjunto, mas dá ênfase na leitura crítica da mídia, percebendo esta como expressão política da classe hegemônica. Do mesmo modo, utilizar a mídia como mediadora é um artefato da mídia-educação na contribuição para a cidadania do indivíduo.

Para recuperar essa sociabilidade perdida, a comunicação comunitária deve se afastar do discurso e práticas da mídia hegemônica e se revestir de um discurso mais próximo da realidade de seus interagentes. Nisso, muitos elementos como a linguagem, as ferramentas utilizadas para transmitir as

informações, os assuntos debatidos, a capacidade e facilidade de trocar informações precisam ser percebidos e implementados. De qualquer forma, a relação com a comunidade, seja local ou por vínculos, precisa levar em conta o conceito de comunidade e seu contexto de inserção.

Diferentemente daquilo que se pode pensar ou insinuar, a comunicação comunitária não busca assumir o papel da grande mídia na sociedade, mas suprir as lacunas deixadas por essa mídia que, na maioria das vezes, olha unicamente para os grandes centros urbanos e não contempla regiões periféricas. Essa impressão encontra sustentação em Ávila e Deliberador (2016, p. 100) quando afirmam: “faz-se necessário pontuar que a contribuição não pretende assumir o campo [...], mas sim dar um aporte comunicacional, percebendo as possibilidades e necessidades levantadas nos estudos de mídia-educação e comunicação comunitária”.

Essa relação entre mídia e educação, que acontece na comunicação comunitária, faz chegar àquilo que Deliberador (2017) vai chamar de comunicação dialógica. Esse tipo de comunicação, processo de articulação na formação de sujeitos receptores/produtores de conteúdo, acontece “quando a comunicação e a educação são assumidas pelo seu caráter dialógico, entende-se o educando não como receptor, mas sim como interlocutor na construção do conhecimento” (Deliberador, 2017, 353). Ela desperta o sentimento de pertencimento e inserção na realidade da comunidade como reflete Peruzzo (1995), prática que pode conhecer grande sucesso se o interagente/sujeito e a comunidade fossem olhados no âmbito da alteridade.

Alteridade e reconhecimento na comunicação

A alteridade implica na proximidade com o outro, absolutamente outro, incompreensível, transcendente, incontornável e totalmente diferente. Por meio dela, o outro não pode ser um meio, mas faz acontecer conosco (LÉVINAS, 2020). Assim, com base na alteridade, todos são responsáveis uns pelos outros e pela busca por justiça, independentemente de raça e etnia, crença e classe social. Falar da alteridade na comunicação comunitária pode parecer estranho, sobretudo por ser difícil encontrar uma ligação direta entre as duas áreas de conhecimento. Porém, descobre-se que existem várias possibilidades de aproximação entre os conceitos e seus lugares de sentidos quando se entende que os processos de comunicação não são mais pautados por paradigmas que obedecem unicamente a fluxos lineares, mas por relações de inter-ação, privilegiando a valorização da dinamicidade dos processos de trocas de informações, onde os sujeitos são atuantes (Cf. SHANNON e WEAVER, 1962), ou seja, processos dialógicos. Nessa perspectiva, a alteri-

dade é uma relação dialógica na qual se cria uma referência de compreensão do 'eu' pelas relações com outros interlocutores. Isso permite deduzir e sustentar a possibilidade da existência de uma relação entre comunicação comunitária e alteridade.

A questão do outro, seu lugar no discurso ou na comunicação, precisa ser preocupação na elaboração dos pensamentos. Lévinas (2020) por exemplo vai afirmar que a filosofia se preocupou mais com a questão do ser até o ponto de esquecer o 'outro'. Esse esquecimento culminou nos horrores da Segunda Guerra Mundial. Arruda (1998, p.17), olhando diferentemente, vai afirmar que “o desenho do outro, mais que um retrato, talvez seja um holograma: uma projeção em movimento, e como tal, também um pedaço de mim, prestes a esvaecer”. Considerando uma complementaridade entre Arruda e Lévinas, observamos que ao esquecer o 'outro', o sujeito se esquece de si mesmo. Mas, na outra ponta, existe uma distância entre os dois, pelo fato de que, para Lévinas, o outro não é absolutamente minha representação; é o caminho até o infinito, mas sempre me escapa (LÉVINAS, ANO, [importante uma referência aqui do Lévinas]).

O 'outro' pode não ser tão diferente de mim, pode ser até um semelhante, mas não pode ser conceituado nem situado. Sua semelhança é totalmente desconcertante, pois ao mesmo tempo que é familiar, não o é, como pensava Moscovici. Esse é o ponto de partida de Lévinas quando elabora a teoria da alteridade. Ele considera toda tentativa de assimilação como totalidade. “O absolutamente Outro é Outrem; não faz número comigo. A coletividade em que eu digo 'tu' ou 'nós' não é um plural de 'eu'. 'Eu', 'tu', não são indivíduos de um conceito comum” (LÉVINAS, 2020, p.25). Ou seja, não podemos reduzir o outro ao 'eu' ou ao 'mesmo', seria tirar toda sua individualidade correndo o risco de permanecer no campo da totalidade.

Para Lévinas, totalidade acontece sempre quando se pretende reduzir o Outro ao mesmo; expressão de dominação. “É a razão definida pelo Eu. Consiste na compreensão da ontologia como analogia ao indivíduo – único a existir – na sua individualidade” (MARTINS; LEPARGNEUR, 2014, p.5). Aqui, precisamos tomar uma certa distância do próprio Lévinas que apresenta uma possível obsessão pelo outro. Isso nos chama a ler bem seu pensamento para não cair na supervalorização do infinito e não da realidade. Por isso, seguimos com Martins e Lepargneur (2014) que pensam o infinito em Lévinas como um desejo. “A ideia do Infinito é Desejo. A necessidade é para ser satisfeita e desaparecer na similitude, ao passo que o desejo é para ser indefinidamente entretido pelo distanciamento do sujeito e do objeto cobijado”. Essa atitude permite manter cada sujeito numa relação saudável sem tentativa de dominação (MARTINS e LEPARGNEUR, 2014, p.22).

Jodelet (1998, p.47) pensa a alteridade como “produto de duplo processo de construção e exclusão social que, indissolavelmente ligados como dois lados duma mesma folha, mantém sua unidade por meio dum sistema de representações”. Ou seja, a alteridade tem duas possíveis faces de interpretação a diferenciar: a alteridade externa, voltada para as relações distantes; aproximação com o novo e a alteridade interna, voltada para as relações com o conhecido que permanece um diferente; por exemplo cor, raça, etnia etc. Em qualquer uma dessas duas possibilidades, não pode haver assimilação, pois toda assimilação ou tentativa é “uma posição dominante induz a uma procura de individuação que acentua os processos de diferenciação social, sem por isso induzir a alteridade” (JODELET, 1998, 54).

Segundo Lévinas, a alteridade exprime uma sabedoria pertinente para a consecução de uma comunicação ética, onde o sujeito é chamado ao ‘êxodo’: sair de si mesmo para ir ao encontro do outro. Com a ética da alteridade, no âmbito da comunicação, o homem, independentemente daquilo que exerce, precisa ser justo: justo com aquilo que faz, justo com o outro e justo consigo mesmo: é o princípio básico de toda ética que Lévinas expressa da seguinte maneira:

A justiça consiste em reconhecer em outrem o meu mestre. A igualdade entre pessoas nada significa por si mesma. [...] É o reconhecimento do seu privilégio de outrem, e da sua autoridade, acesso a outrem fora da retórica que é manhã, domínio e exploração (LÉVINAS. 2020, p.61).

Para Lévinas (2020), o outro representa a medida da minha justiça. Sua voz ensina a própria transcendência. O ensino manifesta todo o infinito da exterioridade. Lévinas convida incessantemente a uma abertura do ‘eu’ para o ‘outro’: convida a redescobrir o ‘visage’ do outro que interpela e chama à ação.

Na relação ética, segundo Lévinas, o outro me chama a responder. Por isso, reconhecer o outro como meu mestre, através da linguagem, da comunicação, do discurso, é fazer-lhe justiça. Então, é preciso ir ao encontro desse outro sem usar armas, máscara, mas sim se desvelando, permitindo que ele me conheça e que se manifeste também: precisa se apresentar ao outro. O caminho que Lévinas propõe é o itinerário feito por Abraão¹²: é responder a um chamado e decidir partir sem saber se terá possibilidade de um retorno. O ser humano, como pensado por Lévinas a partir da ideia de ‘visage’ e justiça, “exige que o ‘eu’ abandone o seu lugar privilegiado e se torne responsável, servidor, incapaz de matar ou de reduzir o outro em um conceito”

(MELO, 2003, p.119). Vale ressaltar que, para Lévinas, o rosto se apresenta e reclama justiça.

A compreensão do outro exige que ele continue sendo sempre 'Outro' e não 'outro-eu'. Na alteridade, situações de violência se explicam pelo primado do EU, e a redução do Outro ao Mesmo, como expressão de domínio. Consiste na pretensão de conceber o outro como 'outro-eu'. Em último, com Lévinas, o ser humano se descobre como pessoa na medida em que ele se abre para a dimensão da alteridade. Acolher a interpretação do outro é viver e construir um processo de humanização e de abertura ao mistério do Infinito. Isso nos faz pensar a comunicação como meio de encontrar o outro, independentemente do ambiente. Se o direito e a justiça almejam atribuir realmente a cada um o que lhe convém dentro de uma visão do Bem comum; como pensar a ética levinasiana no Brasil com suas assimetrias e iniquidades sociais? Como pensar ou integrar a ética da alteridade dentro da comunicação comunitária? Analisamos e comparamos as ações de dois projetos de comunicação comunitária na pandemia: 'O cidadão da Maré' e 'De olho na quebrada' para encontrar uma resposta.

Os projetos 'O cidadão da Maré/RJ' e 'De olho na quebrada de Heliópolis/SP'

Escolhemos os dois projetos por terem surgido em duas das maiores comunidades das principais cidades do Brasil, São Paulo e Rio de Janeiro. Heliópolis é classificada como a maior comunidade (favela) de São Paulo¹¹³, com aproximadamente 220 mil habitantes numa área de 1 milhão de metros quadrados. O projeto de comunicação comunitária 'De Olho na Quebrada' atua em colaboração com a ONG UNAS e busca contribuir para transformar Heliópolis e região num bairro educador, promovendo a cidadania e o desenvolvimento integral da comunidade¹¹⁴ por meio de diversas frentes, entre elas a comunicação.

Junto com a UNAS, o 'De Olho na Quebrada' tem como foco: reviver a grande história de Heliópolis, evitando que se percam as raízes e origem da comunidade e coletar dados que ajudam a lutar pelos direitos da comunidade. Para isso, os meios escolhidos por eles são as redes sociais, como Facebook, Instagram e Youtube. O projeto deu origem a um observatório que tem monitorado a região e gerado dados e informações sobre a comunidade para

113 <https://www.unas.org.br/heliopolis>. <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/heliopolis-maior-favela-de-sao-paulo-vai-ganhar-1o-parque-veja-imagens-da-obra/>

114 Segundo informação do Site da ONG UNAS. Disponível em: <https://www.unas.org.br/heliopolis>

grandes veículos de imprensa, como o Uol¹¹⁵; Portal G1¹¹⁶ e outros.

‘O Cidadão da Maré’ é o jornal comunitário do Conjunto de Favelas da Maré¹¹⁷, bairro localizado na Zona Norte do Rio de Janeiro, onde convivem cerca de 140 mil moradores espalhados em 16 favelas numa área de 800 mil m², menor que o bairro de Heliópolis em São Paulo. Ele é um dos projetos do Centro de Estudos e Ações Solidárias da Maré (Ceasm), que era impresso, antes de reduzir sua atuação unicamente para o digital.

‘O Cidadão’ é um dos projetos da ONG Ceasm que busca ampliar e consolidar o direito básico à comunicação para os moradores das 16 favelas que compõem o Conjunto de Favelas da Maré. Isso se deu por meio da produção e circulação de um jornal impresso com tiragem de 20 mil exemplares de distribuição gratuita nas escolas, organizações governamentais e não-governamentais e as associações de moradores. A partir de 2015, o projeto centrou sua ação nas redes sociais (Youtube, Facebook, Instagram) para atingir a grande maioria da população, promovendo a sua maior inserção na produção e distribuição de conteúdo para a comunidade. ‘O cidadão da Maré’ teve grande atuação na época de impresso que gerou vários estudos acadêmicos¹¹⁸, da graduação à Pós-Graduação, além de ser considerado um exemplo e modelo de comunicação comunitária integrada no Brasil e no mundo, tendo a população como protagonista na geração de conteúdo.

O lugar do outro visto pela comunicação comunitária: análise das ações dos projetos

A análise foca nas ações nas redes sociais, Facebook e Instagram, dos dois projetos, limitando-se em dois momentos específicos da pandemia: no início, dois primeiros meses, e um ano depois. Isso nos permite ter uma melhor base de comparação e verificação da constância.

Vale lembrar que as redes sociais, sites e publicações dos dois projetos permitem observar seus empenhos em promover diálogo e fomentar cidadania nas comunidades em que surgiram. Há neles elementos primordiais para

115 De olho na quebrada virou observatório de violência e saúde de Heliópolis. Disponível em: <https://www.uol.com.br/ecoa/ultimas-noticias/2020/11/09/de-olho-na-quebrada-virou-observatorio-de-violencia-e-sauda-de-heliopolis.htm>.

116 Heliópolis cria ‘observatório da quebrada’ após relatos de violência policial. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2019/12/05/heliopolis-cria-observatorio-da-quebrada-apos-relatos-de-violencia-policial.ghtml>.

117 Considerado o maior conjunto de favelas do Rio de Janeiro. <http://jornalocidadao.net/mare/>.

118 O Jornal O Cidadão é referência comunitária, nacional e internacional. Com mais de 16 anos de existência, o jornalismo cidadão feito por jornalistas comunitários atrai também estudantes e pesquisadores. <http://jornalocidadao.net/trabalhos-academicos/>

todo projeto que se identifica como de comunicação comunitária, pois ao protagonizar o diálogo e formar para cidadania, a comunicação comunitária permite que o sujeito tenha conhecimento e luta pelos seus direitos. Ainda, discursos e narrativas estimulam a reflexão crítica sobre os mais diversos assuntos, transformando informação em conhecimento e garantindo ao cidadão o direito de ampliar seu repertório intelectual. Ademais, democratiza a informação e incentiva as ações da cidadania pela proposta social, com objetivo claro de mobilização vinculada ao exercício da cidadania.

Trabalhar para a formação cidadã permite que os projetos de comunicação comunitária abram espaço para temas não costumeiramente tratados pela grande imprensa, criam resistência e garantam a pluralidade necessária em uma sociedade que se pretende democrática. Eles desempenham seu papel social que é promover e potencializar a articulação comunitária, via instituições ou por meio da evocação de uma comunidade determinada, provocando sua participação.

Esse objetivo está presente nas ações e nas redes oficiais dos projetos analisados. Observar essas principais características da comunicação comunitária permite desenhar a ponte que ela estabelece com a alteridade pelo fato de que, ao propiciar uma reflexão sobre o papel da imprensa nas comunidades, a comunicação comunitária apresenta a relação sujeitos-sujeitos (alteridade interna) e sujeitos-realidades (alteridade externa) no intuito de objetivar, despertar e reforçar a pertença e o compromisso com a comunidade (DELIBERADOR, 2017).

A primeira postagem do projeto 'De Olho na Quebrada' traz dados sobre os impactos da pandemia na comunidade. A postagem informa que 93% das famílias de Heliópolis, com renda mínima antes da pandemia, já haviam perdido sua renda mensal¹¹⁹. Em seguida, as postagens dos primeiros meses da pandemia tratam dos cuidados durante a emergência sanitária, como o incentivo ao uso de máscara e explicações sobre os contágios. A escolha da máscara, o passo a passo de seu uso, e os cuidados com a higiene foram também alguns dos assuntos. Na Maré, o trabalho seguiu na mesma linha. Informações sobre os cuidados com a doença, dicas sobre as medidas de proteção¹²⁰ e os possíveis impactos para as populações das favelas que compõem o conjunto.

'O Cidadão' realizou postagens de várias matérias em suas redes, sendo uma delas a entrevista coletiva da Fiocruz com comunicadores comunitários em que a população, pelos seus representantes, pôde tirar dúvidas sobre a

119 https://www.instagram.com/p/B_SndRygE70/?utm_source=ig_web_copy_link
120 https://www.instagram.com/p/B-GBIZJpCzd/?utm_source=ig_web_copy_link

doença. O importante dessas ações é a participação da comunidade e seu empenho em trazer informações para aqueles que mais precisam. Nisso, conseguiram também lutar contra a desinformação que muito atrapalhou o controle da pandemia no país.

A comunicação comunitária abre espaço para manifestações dos saberes e da cultura da população. Permitir que os sujeitos se expressem é lutar contra a dominação e a totalidade. É aceitar que o outro seja verdadeiramente 'Outro' na sua total subjetividade e infinitude: marcas centrais da alteridade. Além disso, permitir que as pessoas tenham possibilidades de participar do processo de produção daquilo que costumam receber não é somente fazer delas protagonistas, mas é reconhecê-las como sujeitos de valores e capacidades.

A participação das pessoas na produção e transmissão das mensagens, nos mecanismos de planejamento e na gestão do veículo de comunicação comunitária contribui para que elas se tronem sujeitos, se sintam capazes de fazer aquilo que estão acostumadas a receber pronto, se fazem protagonistas da comunicação e não somente receptores (PERUZZO, 1999, p.219).

Essa noção foi bem assimilada pelos líderes das duas comunidades e isso auxiliou durante a pandemia. Um exemplo é a produção de conteúdo efetiva e objetiva, informando a população da melhor forma possível. Um ano após o início da pandemia, os dois projetos se mantiveram na luta contra a doença, informando suas populações, participando ou criando outros projetos que ajudaram nessa luta. No caso de Heliópolis, um observatório de saúde foi iniciado e permitiu o acompanhamento da evolução dos casos de contágios, recuperação e óbitos na comunidade. Uma atualização era feita com certa frequência e tudo isso por jovens pesquisadores da comunidade. Essas ações se juntam a outras como o cadastro de famílias necessitadas para entrega de cestas, ajuda no cadastro para obtenção do auxílio emergencial¹²¹.

'O Cidadão' também seguiu firme nessa luta criando projetos como a Frente de Mobilização da Maré e a Campanha #MaréSolidáriaContraoCorona¹²² que buscaram não só conscientizar a população, mas participar na arrecadação de verbas e distribuição de cestas nas 16 favelas. A participação popular na criação de conteúdo foi um marco significativo, tendo como exemplo o contato com especialistas para obter informações precisas sobre a doença.

121 Projeto do Governo Federal suscitado durante a pandemia para ajudar famílias que perderam suas rendas devido à pandemia.

122 https://www.instagram.com/p/B-rnQgAJhGo/?utm_source=ig_web_copy_link; https://www.instagram.com/p/B_LMsZuJT5S/?utm_source=ig_web_copy_link

O grande foco no trabalho da Maré sempre foi no âmbito educacional e isso não veio a faltar durante a pandemia. A quantidade de painéis e oficinas realizados para formar e informar sobre a Covid-19, o acompanhamento dos casos de contágio, óbitos e comparação com o total das favelas do município do Rio de Janeiro são outros sinais da presença e atuação na comunidade.

Os dois projetos também intensificaram sua presença e atuação com produção de podcasts, vídeos oficinas e cartilhas para ajudar a população no combate à pandemia. A maioria das produções foi realizada por integrantes das comunidades, fazendo jus à classificação dos veículos como comunitários. A presença nas redes sociais possibilitou o maior alcance, visto que a maioria dos moradores das duas comunidades está presente nesses meios.

Considerações

Paulo Freire afirmava que a comunicação é um ato pedagógico e a educação é um ato comunicativo, fazendo uma síntese da inter-relação que existe entre as duas áreas de conhecimento e demonstrando que suas atuações vão além das instituições legais ou formais. Seguindo nesse caminho, justifica-se a existência dos meios de comunicação comunitária pelo fato de que, prosseguindo e mantendo firme seu propósito de formar para a cidadania, esses projetos, muitas vezes, conseguem mais entrada e alcance do que as instituições credenciadas. E uma grande característica deles é a preocupação com outro e pelo outro.

O outro, para Lévinas, é o meio pelo qual eu me descubro e me constituo como sujeito. Olhar o outro e lutar pela sua formação se faz por meio da educação pela alteridade. Somente assim se encontra o sentido da vida humana: a partir do rosto do outro. Diante da dor, da injustiça, não se pode ficar indiferente, ainda mais como comunicador, pesquisador, educador inserido na realidade de uma comunidade como Heliópolis ou a Maré. A condição de sofrimento, miséria e de invisibilização vivida pelo outro é um apelo que solicita uma resposta. E não pode ser qualquer resposta, mas uma que busca a justiça.

O presente trabalho olhou para os projetos de comunicação comunitária produzidos nas comunidades de Heliópolis, o De Olho na Quebrada, e no Conjunto de favelas da Maré, O Cidadão da Maré, para entender e identificar qual papel o outro ocupa na comunicação comunitária a partir da produção de conteúdo e se isso permitiu enxergar na alteridade um novo paradigma para a comunicação comunitária. Sem pretensão de fechar a pesquisa, que necessita ser continuada, observamos que a responsabilidade, anterior a qualquer consciência (DUSSEL, 1995), é a única resposta à situação infeliz

na qual se encontra o outro. Essa resposta está presente nas diferentes frentes levantadas pelos projetos para formação cidadã promovida pelas duas comunidades e essa formação necessita ser feita com os moradores: eles são protagonistas e não meros consumidores de conteúdos de terceiros.

Ainda, a presença nas redes sociais, visando alcançar um número cada vez maior de pessoas, empreendida pelos dois projetos, prova a preocupação para com as comunidades e os moradores. Por fim, percebemos que a ausência da alteridade em projetos de comunicação comunitária pode frear a constituição de uma relação de comunicação mais sólida. Por isso, podemos afirmar que projetos de comunicação comunitária precisam ser pautado na relação de alteridade para garantir a maior inclusão de todos.

Referências

- ARRUDA, Angela. O ambiente natural e seus habitantes no imaginário brasileiro. In: ARRUDA, Angela (Org). Representando a alteridade. Petrópolis, RJ: Vozes, p.17-46, 1998.
- ÁVILA, Otávio Cezarini; DELIBERADOR, Luzia M. Yamashita. Comunicação Comunitária na igreja: um debate por dentro da catequese. In. Comunicação & Informação, Goiânia, GO, v.19, n. 2, p. 86-105, jul./dez. 2016.
- JODELET, Denise. A alteridade como produto e processo psicossocial. In. ARRUDA, Angela (Org). Representando a alteridade. Petrópolis, RJ: Vozes, p. 47-67, 1998.
- LÉVINAS, Emmanuel. Totalidade e Infinito. Lisboa – Portugal: Edições 70, 2020.
- DELIBERADOR, Luzia Mitsue Yamashita. Mídia-educação na perspectiva da comunicação comunitária. In: SOARES, Ismar de Oliveira, VIANA; Claudemir Edson; XAVIER, Jurema Brasil (Orgs.). Educomunicação e suas áreas de intervenção: novos paradigmas para o diálogo intercultural. São Paulo: ABPEducom, p.353-359, 2017.
- MARTINS, Rogério Jolins; LEPARGNEUR, Hubert. Introdução a Lévinas: Pensar a ética no século XXI. São Paulo: Paulus. 2014.
- MELO, José Marques de. Teoria do jornalismo: identidades brasileiras. São Paulo: Paulus, 2006.
- MELO, Nélio Vieira de. A ética da alteridade em Emmanuel Lévinas. Porto Alegre: Edipucrs, 2003.
- PAIVA, Raquel. Para reinterpretar a comunicação comunitária. In: PAIVA, Raquel. O retorno da comunidade. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.
- PERUZZO, Cicilia M. Krohling. Comunicação Comunitária e Educação para a Cidadania. In. Comunicação & Informação, v.2, n.2, p.205-228, jul./dez. 1999.

ACOLHIDA: Dimensões do processo socioeducativo no acolhimento institucional

AGNALDO APARECIDO GEREMIAS (PPGEAHC-UPM)¹²³

ORIENTADOR: PROF. DR. JOÃO CLEMENTE DE SOUZA NETO (PPGEAHC-UPM)¹²⁴

RESUMO: O presente texto é o resultado das construções teóricas realizadas durante o processo de elaboração da tese de doutorado ainda em curso, cujo título provisório é Formação do educador social que atua no acolhimento institucional. Considerando as complexidades representadas pelo convívio particularmente institucionalizado do serviço de Acolhimento Institucional, o objetivo foi o de explorar as variadas dimensões do conceito de acolhida, entendido aqui como um conjunto de atitudes intencionais capazes de imprimir ao processo socioeducativo, as características pedagógicas, afetivas e relacionais necessárias à humanização do atendimento dedicado às crianças e adolescentes em situação de acolhimento. A metodologia escolhida foi a elaboração de um verbete, a partir de uma pesquisa bibliográfica, tendo como fio condutor da discussão teórica, as perspectivas do pensamento complexo.

123 Doutorando em Educação pela Universidade Mackenzie, Mestre em Educação pela Universidade Nove de Julho (UNINOVE), graduado em Pedagogia pela Universidade Luterana do Brasil e pós-graduado em Gestão de Políticas Públicas Integradas para Infância e Adolescência pela Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo. É membro do pool de professores formadores da Assistência Social da Paulus desde o ano de 2016. Atualmente, exerce o cargo de coordenador dos cursos de História, Geografia e Artes do Centro Universitário UNIBTA. Tem experiência nas áreas de Educação, Assistência Social, Arte-educação e Educação Social, com ênfase em gestão, execução de medidas socioeducativas em meio aberto, acolhimento institucional e desenvolvimento social.

124 Graduado em Ciências Sociais pela Faculdade Nossa Senhora Medianeira (1987), Mestre (1992) e Doutor (1997) em Ciências Sociais, e pós-doutor (2005) em Sociologia Clínica, pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). É professor adjunto, pesquisador e orientador no Programa de Pós-Graduação em Educação, Arte e História da Cultura e no curso de Graduação em Pedagogia da Universidade Presbiteriana Mackenzie. Membro do Centro de Investigação em Sociologia Económica e das Organizações (Socius – Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa), do Grupo de Pedagogia Social da USP e líder do Grupo de Pedagogia Social da Universidade Presbiteriana Mackenzie (UPM)

PALAVRAS-CHAVE: Acolhida. Acolhimento institucional. Educação Social. Pedagogia social

O Acolhimento E O Seu Contexto

Conforme a Política de Assistência Social vigente no Brasil, compete ao serviço de acolhimento institucional, acolher em caráter provisório e excepcional, crianças e adolescentes que se encontrem em situação de risco pessoal e social, na faixa etária de 0 a 17 anos e 11 meses, promovendo a orientação e apoio sociofamiliar, objetivando, sobretudo, preservar ou retomar os vínculos familiares e, na impossibilidade de implementação das referidas ações, encaminhá-los para um lar substituto.

Diante das situações de ruptura dos vínculos familiares e comunitários, o Estado torna-se responsável pela proteção das crianças e adolescentes, devendo, para tanto, promover o desenvolvimento de programas, ações e estratégias capazes de auxiliar na constituição de novos vínculos, todavia, sem perder de vista as possibilidades de reconstituição dos vínculos originais.

Por estar intimamente relacionado às perspectivas do cuidado e da proteção daqueles que se encontram numa situação peculiar e vital de desenvolvimento, o cotidiano do acolhimento institucional de crianças e adolescentes se apresenta como um permanente desafio. Somente a experiência de convívio nesse dia-a-dia permitirá ao sujeito, obter a real percepção de uma dinâmica representada por movimentos antagônicos, e complementares, que se constituem num verdadeiro “caos organizador¹²⁵”, característica complexa estreitamente atada à natureza de tudo aquilo que é vivo.

Não obstante, permeiam tal cotidiano os recursos humanos tidos como legalmente necessários, dentro de uma estrutura considerada normativamente como ideal e determinada com o objetivo de garantir o pleno funcionamento dos elementos institucionais da unidade que executa o serviço. Estes, todavia, nem sempre contemplam efetivamente os imperativos de uma ambiência vivencial de movimentos incessantes e permeados diuturnamente por uma única certeza: a presença implacável das incertezas.

Os dias num serviço de acolhimento parecem ter menos horas do que noutra lugar. Nenhuma relação espaço-temporal soará como suficiente para sanar

125 Em *O método 1*, Edgar Morin nos apresenta sua visão complexa acerca do Caos “[...] a ideia de caos começa por ser uma ideia energética; traz nos seus flancos ebulição, resplendor, turbulência. O caos é uma ideia anterior à distinção, à separação e à oposição; é, portanto, uma ideia de indistinção, de confusão entre potência destruidora e potência criadora, entre ordem e desordem, entre desintegração e organização, [...] O que é caos, é a desintegração organizadora”.

todas as dúvidas, para responder todas as indagações, para encontrar todas as soluções, para superar todos os desafios. O fim de um dia de trabalho nunca se traduzirá em plenitude, pois haverá sempre um tanto a se fazer, alguma minúcia a se complementar. Essa sensação de inacabamento, no entanto, ao mesmo tempo em que provoca angústias, revela uma realidade que, em grande medida, permite ao profissional imbuído da causa da infância e da adolescência, que atua no acolhimento institucional, quiçá, reconhecer seu “lugar no mundo”. A tomada de consciência acerca da importância desse lugar, todavia, exigirá desse profissional, a assunção de uma atitude corresponsável, se não pela solução das questões objetivas que envolvem os contextos das crianças e adolescentes afastados do seio familiar, ao menos pela garantia da qualidade dos aspectos pedagógicos, emocionais, relacionais e humanos imbricados no processo de institucionalização.

Seguindo esta toada, buscar-se-á desenvolver a partir daqui o conceito de Acolhida, uma complexa dimensão do convívio, haja vista sua intangibilidade, todavia, indispensável para que as relações humanas possam ser de fato humanas.

O Acolhimento E Acolhida

Ainda que o Sistema Único da Assistência Social (SUAS) traga em suas orientações a “segurança de acolhida”, descrevendo-a como uma ação que deve ser provida por meio da oferta pública de espaços e serviços para a realização da proteção social básica e especializada¹²⁶, faremos aqui uma proposição distinta desta, intencionando construir um novo conceito de Acolhida.

Antes de mergulharmos nas reflexões, necessário fazer uma breve distinção conceitual entre “acolhida” e “acolhimento”. Neste sentido, considerando que o Serviço de Acolhimento Institucional de Crianças e Adolescentes se apresenta como o lócus que desencadeou esta discussão, o termo “acolhimento”, nesta particular argumentação, traduz-se como a expressão literal deste componente essencial da Política Nacional da Assistência Social (PNAS) ou seja, o espaço físico no qual ele se encontra alocado, suas instalações, bens móveis e imóveis, recursos materiais, enfim, as condições objetivas capa-

¹²⁶ A política de Assistência Social no país, foi regulamentada pela Lei Federal Nº 8.742/93 –Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), impondo-se como dever do Estado e direito do cidadão, e se constituindo num conjunto de serviços, programas, projetos e benefícios, sendo estes de caráter permanente ou eventual e que tem como responsabilidade garantir proteção social ao conjunto da população. A assistência social organiza-se pelas proteções básica e especial de média e alta complexidade. Esta última, contempla os serviços de acolhimento institucional

zes de garantir o bom funcionamento e a exequibilidade prática do serviço. Numa metáfora pautada nas perspectivas da complexidade, o acolhimento pode ser considerado como o significante, a face prosaica da ação socioeducativa empreendida no serviço.

A Acolhida, por seu turno, é entendida aqui como um conjunto de atitudes intencionais capazes de imprimir ao processo de institucionalização das crianças e adolescentes, as características humanas necessárias à qualificação do convívio, expressas na relação entre a equipe de profissionais que atuam no serviço e aqueles(as) que se encontram sob seus cuidados. Acompanhando nossa metáfora apoiada na complexidade, se o Acolhimento representa o lado prosaico do serviço, ou seja, seu significante, a acolhida simboliza sua parcela poética, isto é, seu significado. Temos assim uma relação dialógica capaz de representar o acolhimento institucional. O acolhimento como o representante material, concreto do serviço e a acolhida como seu componente imaterial, intangível. Ambos os elementos ao mesmo tempo antagônicos e complementares, essenciais para que o todo representado pelo serviço possa pulsar e seguir seu caminho espiral de desenvolvimento.

Nos trechos textuais que virão a seguir, por intermédio de uma articulação reflexiva interdisciplinar entre autores, conhecimentos, saberes e práticas, mantendo, todavia, o pensamento complexo de Edgar Morin como fio condutor do debate, buscar-se-á explicitar algumas das dimensões da Acolhida passíveis de serem observadas, percebidas e exercitadas.

O esforço reflexivo aqui empreendido objetiva demonstrar que, ao tomarem consciência dos elementos que compõem o processo de acolhida, os profissionais do serviço poderão imprimir à sua prática ações intencionais capazes de trazer vida ao processo socioeducativo e de criar significados que lhe confirmam sentido.

A Acolhida E Suas Dimensões

A DIMENSÃO BIOLÓGICA

A primeira dimensão da acolhida que apresentaremos, revela como ponto de partida os aspectos biológicos da origem da relação humana que, apoiados na proposta evolutiva do desenvolvimento da humanidade, demonstram terem sido a gênese dos processos de ensino e aprendizagem (educativos).

Em sua obra *O que é Educação Popular*, Carlos Rodrigues Brandão apresenta-nos uma síntese do processo evolutivo vivenciado por nossos ancestrais primatas, quando se tornaram capazes de assumir a postura bípede. Destaca-se na aludida narrativa sua referência aos diferenciais anatômicos

provocados pela evolução biológica da espécie, as quais, a priori, por proporcionarem a aproximação afetiva entre a mãe e seu rebento, concederam as condições iniciais para que pudesse ocorrer a transmissão de conhecimentos entre as gerações:

[...] entre os macacos superiores [...] a mãe carrega o filho aconchegado à frente, no peito e não nas costas, como entre os macacos inferiores e os outros mamíferos. Amamenta os filhos face a face e os olhos se encontram enquanto o leite transfere a vida de uma ao outro. Crias de antropoides e humanídeos demoram muito tempo a “crescer” e, assim, dependem de relações afetivas estreitas com os pais durante uma longa e importante parte de suas vidas. Ora, essas trocas de olhares e gestos de afeição não estão longe de ser o repertório dos momentos que garantem o surgimento de sentimentos de “eu” e de “nós”, o que possibilita um relacionamento entre iguais, tão estável e profundo que possa ser, por isso mesmo, a condição de um modo diferente de ensinar-e-aprender. (BRANDÃO, 2017, posição, 122)

Semelhantemente, para a raça humana, o momento de afeto traduzido no abraço da mãe em seu filho, na troca de olhares entre ambos, expressa imagetivamente a relação vincular, o elo vital entre eles. Seguindo as considerações de Brandão, esse processo se revela como a origem do discernimento entre o “Eu” e o “Outro”, como o início do reconhecimento das relações de dependência e de interdependência característicos da existência humana, da vida em família e, conseqüentemente, da vida em sociedade.

Ora, imaginemos que justamente neste período - não só no período lactante, mas durante a infância ou adolescência - esse constructo relacional tenha que ser suprimido, tomado de assalto, por força da lei, justamente em razão da fragilização ou da ruptura da aludida relação. Imaginemos ainda que a manutenção dessa relação possa ser uma situação provocadora de iminentes riscos à integridade física e à vida da criança/adolescente. Eis aí configurado um dos principais contextos que culminam com o acolhimento institucional.

Uma vez confirmada a referida situação, a partir do momento em que o Estado necessite ocupar a lacuna deixada pela família, a relação que o(a) educador(a) social estabelecerá com a criança/adolescente tratar-se-á da essência do processo de acolhida. Esta, não suprirá, obviamente, a deficiência ou ausência dos vínculos familiares (estremecidos ou rompidos), tampouco se espera que seja capaz disso. Um profissional consciente, da dimensão biológica do processo de acolhida, no entanto, terá uma melhor compreen-

são dos nuances relacionais e emocionais nela imbricados. Poderá então empreender ações intencionais, as quais, neste caso, superariam as perspectivas estritas de cuidado e proteção que caracterizam o Trabalho Social, conforme assevera Fichtner (2009 apud MACHADO, 2013, p. 13):

O Trabalho Social se caracteriza por ajudar e cuidar. A Pedagogia Social se caracteriza por sua perspectiva pedagógica, educativa. Historicamente, estas duas perspectivas para o campo prático se desenvolveram autonomamente, mas ao mesmo tempo desenvolveram também interrelações entre ajuda e Educação, cuidado e Pedagogia.

Por intermédio de uma atitude consciente, apoiada na compreensão das perspectivas da acolhida, o educador se torna apto a fundamentar suas ações nas dimensões da Pedagogia Social¹²⁷. Tal atitude, possibilitará ao profissional transcender as zonas limítrofes do Trabalho Social, imprimindo à ação socioeducativa, um salto de qualidade, seja no que se refere ao atendimento dedicado à criança/adolescente, seja no que tange ao desenvolvimento e a valorização da sua profissionalidade.

O ENCONTRO E O CONVÍVIO

As próximas dimensões da acolhida que abordaremos - o Encontro e o Convívio – acham-se imiscuídos nas perspectivas dos “sentimentos de ‘Eu’ e de ‘Nós’”, já citados e, a partir das quais, Brandão (2017) descreve o processo educativo (ensino) como “um bailado de gestos de corpos dóceis, mãos hábeis, olhos acurados que se encontram face a face e, juntos olham em uma mesma direção”.

Essa particular consideração de Brandão estabelece um diálogo com Buber (1974). Ao discorrer sobre os aspectos transformadores da relação humana o autor transparece as zonas limítrofes do processo (socio) educativo: “Não tenho ensinamentos a transmitir... Tomo aquele que me ouve pela mão e o levo até a janela. Abro-a e aponto para fora. Não tenho ensinamento algum, mas conduzo um diálogo” (BUBER, 1974, p. 38). Seguindo a trilha reflexiva proporcionada por Buber, vale destacar do seu constructo teórico o conceito de Palavras-princípio descrito por Geremias (2020, p. 39, itálicos do autor):

[...] para Buber, cada atitude humana é atualizada por uma das palavras-princípio, Eu-Tu ou Eu-Isso, elementos concei-

127 Érico Ribas Machado destaca que a “Pedagogia Social é considerada a ciência da Educação Social”, enquanto que o “conceito de Trabalho Social aparece relacionado ao de Educação Social/ Pedagogia Social”.

tuais e centrais da sua teoria. A palavra-princípio, ao ser proferida, pronunciada, evidencia uma atitude de existência. Neste sentido, a relação humana não soa como uma propriedade do homem, mas algo que se encontra entre sua consciência e o mundo ou o objeto, revelando-se como um acontecimento entre ele e aquele com o qual se defronta.

Buber (1974) destaca que as palavras-princípio, ao serem pronunciadas, apresentam-se como ações do ser humano, por intermédio das quais ele pode se tornar ou não humano. Tais ações estabelecem a sua relação com o outro, sendo assim responsáveis pelo seu posicionamento no mundo. O autor propõe em sua teoria uma tentativa de trazer à tona os significados e sentidos mais profundos das palavras-princípio, sua intencionalidade, os movimentos que as provocam, aqueles que elas estimulam e que outorgam ao ser humano a possibilidade de se tornar um ser relacional e dialogal.

Numa breve reflexão sobre os conceitos apresentados por Buber, temos que a palavra-princípio Eu-isso, refere-se às relações reificadas, sem que haja a intenção de se construir uma relação aproximada, de afeto. Trata-se de um relacionamento estabelecido sob pontos de vista objetivos, de interesse, utilitaristas ou instrumentais. De outro lado, a palavra-princípio Eu-Tu, traduz-se pelas relações afáveis, estabelecidas com propósito da proximidade, da valorização dos encontros, concebendo estes como oportunidades únicas, exclusivas, insubstituíveis, por meio das quais a relação humana se torna apta para se converter em oportunidades reais de humanização.

O Tu encontra-se comigo. Mas sou eu quem entra em relação imediata com ele. Tal é a relação, o ser escolhido e o escolher, ao mesmo tempo ação e paixão. [...]. A união e a fusão em um ser total não pode ser realizada por mim e nem pode ser efetivada sem mim. O Eu se realiza na relação com o Tu; é tornando Eu que digo Tu. Toda vida atual é encontro. (BUBER, 1974, p. 49, itálicos do autor)

Trazendo a discussão de volta ao cerne do debate, no cotidiano do acolhimento institucional, o Encontro se apresenta como a dimensão-chave para o exercício da acolhida. É em razão do encontro, é para o encontro e por meio do encontro que Educador Social cria e implementa suas metodologias, estratégias e práticas, a fim de superar os desafios que se lhe apresentam. Neste sentido, ao enfrentar os ciclos permanentes de organização, desorganização, reintegração e reorganização¹²⁸, característicos de um abrigo,

128 O *Tetragrama Organizacional* proposto por Morin, assevera que os processos de auto-organização dos sistemas atuam em incessantes movimentos complementares entre organização, desorganização, reintegração, reorganização.

cremos que o educador necessita se apropriar dessa dimensão da acolhida, a fim de que possa perceber, reconhecer e, ao mesmo tempo valer-se de cada oportunidade pedagógica/educativa germinada no interior do convívio representado pelo acolhimento. Se, diante da implacabilidade do tempo, cada encontro é singular e irrecuperável, esse profissional da socioeducação necessita, de forma consciente e intencional, volvê-los de possibilidades relacionais em oportunidades sócio-pedagógicas capazes de contribuir para a transformação social daqueles que se encontram sob seus cuidados.

Seguindo no diálogo com Buber, mister considerar outra dimensão da acolhida: o Convívio, um componente essencial e concomitantemente desafiador do processo socioeducativo quando o assunto é o abrigo. Retomando elementos já explicitados anteriormente, se cada encontro se apresenta como um evento, particular, singular, único, algo que nunca se repete, o convívio, por seu turno, acha-se impregnado por nuances prosaicos, monótonos, algo que concede ao dia-a-dia a impressão de que as situações vivenciadas, em grande medida, são similares, quando comparadas umas às outras. Assim, o encontro, em face de sua virtude traduzida por meio da aproximação e do afeto pode ser considerado como vivência, uma vez que imprime à singularidade do acontecimento relacional um aspecto vital. O convívio, por sua vez, se concebido como monotonia revelar-se-á para aqueles que se encontram por ele absorvidos, como uma participação de uma mera experiência. Assim, ambos, socioeducador(a) e socioeducando incorrem em riscos de assumir, na relação de convívio, um lugar de mero experimentador:

O experimentador não participa do mundo: a experiência se realiza “nele” e não entre ele e o mundo. O mundo não toma parte da experiência. Ele se deixa experimentar, mas ele nada tem a ver com isso, pois, ele nada faz com isso e nada disso o atinge. O mundo como experiência diz respeito à palavra-princípio Eu-Issso. A palavra-princípio Eu-Tu fundamenta o mundo da relação (BUBER, p. 45, itálicos do autor)

Neste sentido, faz-se necessário subverter tal percepção do convívio, buscando traduzi-lo ao invés de experiência (experimento) em vivência (vida), por meio da criação de espaços que permitam a convivência (viver com). Concebido dessa forma, o convívio se apresenta como uma dimensão da acolhida que pode proporcionar aos partícipes do grupo social representado por educadores(as), socioeducandos e demais colaboradores do serviço de acolhimento, a possibilidade de exercitarem suas vidas um ao lado do outro sem que este “outro” seja considerado como outsider, mas como membro indissociável de um “eu coletivo”, isto é, um “Nós”, que por sua vez necessitará compartilhar os espaços de convivência. Esta conclusão, leva-nos a outro

elemento desafiador imbricado no processo socioeducativo desenvolvido no acolhimento institucional, que nos permite edificar a dimensão da acolhida que abordaremos a seguir: o Lugar.

ENTRE O LUGAR E O “NÃO LUGAR”

Em busca de definir um ponto de partida para o entendimento do conceito de lugar aqui proposto, tomemos por alicerce dessa elaboração, as questões relativas à moradia (deficiência ou ausência dela), um aspecto que se apresenta de forma recorrente nos históricos das famílias atendidas no serviço de acolhimento institucional. Tais famílias, cujas disfuncionalidades são multidimensionalmente compostas e que, apesar de despontarem, em grande medida, a partir de situações de violência, revelam, a constituição de um local de residência fixo, digno e sobretudo, próprio como uma das principais dificuldades (não pretendo adentrar à discussão do direito à propriedade, tal assunto necessita de um foro de discussão distinto deste). A detenção da propriedade de um imóvel, específico para a moradia e para o convívio cotidiano, soa para quaisquer núcleos familiares como uma possibilidade de redução das agruras e situações de incerteza impostas pela vida. Uma residência própria é capaz de conceder aos componentes de uma família a oportunidade de constituírem um espaço perene de solidariedade, de encontros, de convívio, isto é, um Lugar. Um lugar para estar, um lugar para retornar, um lugar de referência, um lugar seguro que os estará sempre aguardando depois de mais um dia de labor. Talvez tenhamos chegado assim, ao nosso conceito de lugar, ou seja, uma localidade concreta, tangível, real na qual o sujeito possa se apoiar e, no ir e vir do seu cotidiano seja capaz de estabelecer planos que lhe confirmem possibilidades de construir um devir inédito e viável¹²⁹.

Ora, se mesmo antes das circunstâncias que culminaram com o acolhimento institucional, a grande maioria das famílias já esbarraram nas aludidas dificuldades para a constituição de seus lugares, o que dizer dos sentimentos provocados pela ruptura repentina em razão da judicialização das suas relações? Se o lugar que até então as crianças e adolescentes haviam constituído como seus, junto de suas famílias, já sofria com o esgarçamento das relações, o afastamento decorrente da institucionalização resultará para eles no estremecimento de suas identidades, no desvio abrupto de suas histórias, na fragilização dos vínculos espaciais, vivenciais, emocionais que os unem.

Marc Augé (1994) apoiado nas construções teóricas de Merleau-Ponty assevera que um lugar só se constitui como lugar se for capaz de contribuir para

129 Para Paulo Freire, o “inédito viável” é, algo inédito, que ainda não foi claramente conhecido ou vivido. Não se trata, no entanto de um sonho intangível, mas sim de algo que pode vir a se tornar realidade.

a construção das identidades, das relações e da história dos sujeitos: “Se um lugar pode se definir como identitário, relacional e histórico, um espaço que não pode se definir nem como identitário, nem como relacional, nem como histórico, definirá um ‘não lugar’”. (AUGÉ, 1994, p. 73)

Ainda que tenha sido pensado normativamente para “ter aspecto semelhante ao de uma residência e estar inserido na comunidade, em áreas residenciais, oferecendo ambiente acolhedor e condições institucionais para o atendimento com padrões de dignidade” (BRASIL, 2009, p. 63, grifo nosso), o acolhimento institucional continua sendo um “não-lugar”. O simples fato de se constituir com o “aspecto semelhante ao de uma residência”, nunca o transformará num lugar.

De outro lado, os profissionais que atuam no acolhimento, sobretudo os educadores e educadoras necessitam tomar consciência de que para as crianças e adolescentes, o abrigo de fato não pode e não deve soar como um lugar. Os princípios da provisoriedade e da excepcionalidade consagrados na Lei 8069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), estabelecem esse limiar legal, determinando um prazo máximo de dois anos para que as crianças e adolescentes acolhidos sejam reintegrados as suas famílias ou, caso não haja essa possibilidade, sejam colocados num lar substituto. Agregue-se, sobretudo, a necessidade de educadoras e educadores atuem pedagogicamente, a fim de que esses meninos e meninas não construam vínculos relacionais no interior do abrigo, que dificultem a manutenção, a retomada, ou a (re)construção dos vínculos com sua família de origem/extensa.

Neste sentido, o acolhimento necessita ser conscientemente tomado como um não-lugar, todavia com as características positivas que o compõem, ou seja, um espaço de convívio temporário e de cuidado, emergencial e provisório, excepcional e momentaneamente indispensável para a garantia e a proteção integral das crianças e adolescentes.

Eis aí mais um desafio. No decorrer da relação espaço-tempo na qual se desenrola a medida de proteção de acolhimento, faz-se mister que se construa no cotidiano do serviço, um contexto de convívio, independentemente da heterogeneidade dos acolhidos. Este contexto, demandará sempre a necessidade de que exista uma mínima sensação de pertencimento daqueles que dele participam, a fim de que possa ser considerado como um lugar. De outro lado, as crianças e adolescentes só devem permanecer sob medida de proteção de forma breve e excepcional, sem nunca perder de vista a relação vincular com sua família de origem, algo que faz do acolhimento um não-lugar. Neste sentido, os questionamentos que devo deixar em aberto, haja vista que admito ainda não dispor de respostas são: Como constituir

um espaço de convívio no qual seja possível estabelecer práticas capazes de contemplar o acolhimento concomitantemente como um lugar, e como um não-lugar? Seria possível um lugar ser ao mesmo tempo um lugar e um não-lugar?

Edgar Morin, ao discorrer sobre o princípio da auto-eco-organização, apresenta-nos uma reflexão pautada na complexidade que sugere essa possibilidade:

Um aspecto chave da vida é que ela se regenera permanentemente a partir da morte de suas células, segundo a fórmula de Heráclito, “viver de morte, morrer de vida”; e as ideias antagônicas de morte e vida são, ao mesmo tempo, complementares e antagônicas. O princípio dialógico acaba justamente de ser ilustrado pela fórmula de Heráclito. Ele une dois princípios ou noções que deviam excluir-se reciprocamente, mas são indissociáveis em uma mesma realidade. [...] a dialógica permite assumir racionalmente a inseparabilidade de noções contraditórias para conceber um mesmo fenômeno complexo. Niels Bohr, por exemplo, reconheceu a necessidade de conceber partículas físicas como corpúsculos e como ondas, ao mesmo tempo. (MORIN, 2003, p. 96)

Talvez, a abordagem metafórica traduzida por Marc Augé, na busca por expressar imagetivamente uma forma de se perceber o conceito de não-lugar possa corroborar as considerações de Morin e nos apresentar ao menos alguma pista de como conceber caminhos possíveis para a superação desse desafio no acolhimento:

O espaço como prática dos lugares e não do lugar procede, na verdade, de um duplo deslocamento: do viajante, é claro, mas também, paralelamente, das paisagens, das quais ele nunca tem senão visões parciais, “instantâneos” [...] existem espaços onde o indivíduo se experimenta como espectador, sem que a natureza do espetáculo lhe importe realmente. Como se a posição do espectador constituísse o essencial do espetáculo. como se, em definitivo, o espectador, em posição de espectador, fosse para si mesmo seu próprio espetáculo [...] O espaço do viajante seria, assim, o arquétipo do não-lugar. (AUGÉ, 1994, p. 80-81, itálicos do autor)

Conceber a criança ou o adolescente acolhido e suas famílias como viajantes da sua própria história talvez seja uma trilha possível para respondermos à questão acima elencada e talvez outras que inevitavelmente possam surgir. Compreende-los como sujeitos que se encontram momentaneamente de

passagem, pessoas que seguiam rumo a um objetivo, mas que por força de circunstâncias, alheias à sua própria vontade acabaram se desviando do caminho e que, justamente por isso, necessitam de apoio. Assim, esse não-lugar, representado pelo abrigo, na medida em que for preenchido pelas dimensões da acolhida pode ser construído conscientemente (pelos educadores e pelos educandos) como um lugar, ainda que sabidamente provisório, simbólico, desmaterializado. Ao mesmo tempo, poderá ser entendido também como um não lugar, haja vista o desejo de que o processo de desinstitucionalização ocorra no menor prazo possível.

Essa construção metafórica, embora insuficiente para diluir tantos questionamentos e dúvidas, talvez possa ao menos servir como estratégia dialógica, como possibilidade poética e inspiradora, como uma nova via para a superação das agruras e do rigor representado pelo cotidiano institucionalizado.

Considerações Finais

Árdua, porém viável, a construção de uma prática que admita o conceito de lugar como dimensão do processo de acolhida culminará, assim como já foi referido anteriormente, num indiscutível desafio. Essa perspectiva, assim como todas as outras dimensões da acolhida apresentadas até aqui, no entanto, traduzem-se numa proposta que poderá conceder ao profissional que atua no abrigo, destacadamente aos educadores, um olhar ampliado e ao mesmo tempo particularizado por sobre as realidades que fazem parte do seu cotidiano laboral. Ainda que tais dimensões carreguem certo teor de intangibilidade, a criação de significados que resultem sentido para as ações empreendidas no cotidiano caótico-organizado de um abrigo institucional, ocorrerá, para além do âmbito dos necessários elementos concretos, materiais e objetivos, em grande medida, a partir dos nuances relacionais, emocionais, afetivos, subjetivos e intersubjetivos.

Referências

- AUGÉ, Marc. Não-lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade. 2. Ed. Campinas, SP: Papyrus, 1994.
- BUBER, Martin. Eu e Tu. 10. ed. São Paulo: Centauro, 1974.
- BRANDÃO, Carlo Rodrigues: O que é educação popular. São Paulo: Brasiliense, 2017. E-book.
- BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente - lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990.
- BRASIL. Guia prático de atuação da assistência social. Centro de Apoio Operacional de Defesa Comunitária. Ministério Público do Estado do Espírito Santo.

Disponível em: https://static.fecam.net.br/uploads/1521/arquivos/1349013_Guia_Pratico_de_atuacao_da_Politica_de_A_social.pdf. Acesso em: 02/05/21.

GEREMIAS, Agnaldo Aparecido. O olhar social como elemento metodológico e constitutivo do processo socioeducativo. 2020. 153 f. Dissertação (Mestrado em) Universidade Nove de Julho, São Paulo, 2020.

MACHADO, Érico Ribas. Fundamentos da Pedagogia Social. Editora Unicentro, Paraná, 2013.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. 17. Ed. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1987.

MORIN, Edgar. A Cabeça Bem-Feita: repensar a reforma, reformar o pensamento. 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

MORIN, Edgar. O método 1: a natureza da natureza. Mem Martins: Europa-América, 1997.

PROFISSIONAL DE ARTE NA EQUIPE INTERDISCIPLINAR DE MULHERES NO PÓS-OPERATÓRIO DE CÂNCER¹³⁰

EDSON ELIDIO (PPGEAHC-UPM)¹³¹

ORIENTADORA: LAURA FERREIRA DE REZENDE FRANCO (ORIENTADORA)¹³²

COORIENTADOR: PROF. DR. MARCOS RIZOLLI (PPGEAHC-UPM)¹³³

RESUMO: Introdução O diagnóstico e tratamento câncer de mama causa alterações no universo biológico e social das mulheres no pós-operatório. Elas podem apresentar dificuldades em sua vida cotidiana, com reflexos para a sua vida social, profissional, familiar e sexual na cena contemporânea.). Teve como objetivo avaliar a influência de oficinas multidimensionais com desenhos gráficos, desenhos pictóricos e modelagem na forma de expressão de sentimentos em mulheres nos pós-câncer de mama. Métodos: Foi desenvolvido um estudo qualitativo, com a realização de três encontros semanais consecutivos de oficinas de arte (3 horas cada), orientadas por um profissional

130 Este artigo faz parte da Dissertação (Mestrado Acadêmico Interdisciplinar em Educação, Ambiente e Sociedade, UNIFAE). Redesenhando corpos: a arte na equipe interdisciplinar de mulheres no pós-operatório de câncer de mama / Edson Elídio Adão. - 2016.242p.: il.

131 Edson Elidio é artista visual e professor, Doutorando na Universidade Presbiteriana Mackenzie;(UPM) Programa de Pós-graduação em Educação, Arte e História da Cultura (PPG-EAHC). Grupo de Pesquisa Arte e Linguagens Contemporâneas — aTempo, CNPq. — Grupo de Pesquisa Linguagem, Identidade, Sociedade (Estudos sobre Mídia). E-mail: artistavocacionado@gmail.com

132 Laura Ferreira de Rezende Franco é Doutora em Tocoginecologia pela UNICAMP. Pós-doutorado pelo Departamento de Ginecologia, Obstetrícia e Mastologia da UNESP. Pró-Reitora de Pós-Graduação e Pesquisa do Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino de São João da Boa Vista – UNIFAE. Atua fisioterapia em oncologia mamária e oncologia geral, saúde da mulher e saúde baseada em evidências. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3714-1558> Email: rezendelaura@hotmail.com

133 Marcos Rizolli é artista visual e professor no Programa de Pós-Graduação em Educação, Arte e História da Cultura da Universidade Presbiteriana Mackenzie. Doutorado em Comunicação e Semiótica: Artes pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, coordena do Grupo de Pesquisa Arte e Linguagens Contemporâneas (aTempo). As suas principais linhas de investigação são Estudos Visuais e Estudos sobre Curadorias Artísticas. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0620-4541> Email: marcos.rizolli@mackenzie.br

de arte. As oficinas, denominadas como “Corpos Adulteráveis: Redesenho Corporal”, eram multidimensionais e estiveram constituídas por três dimensões: Gráficas (grafite e carvão), Pictóricas (recorte e colagem), Escultóricas (modelagem), com aporte imagético em obras de arte. A expressão dos sentimentos foi avaliada através da Metodologia de Fernando Hernandez, cujo o modelo propõe que o profissional de arte abandone o papel de “transmissor de conteúdos” para se transformar num pesquisador. A mulher com câncer de mama, por sua vez, passa de receptor passivo a sujeito do processo. Resultados: A mulher com câncer de mama passou de receptor passivo a sujeito do processo. Através das oficinas de arte, as mulheres foram capazes de expressarem seus sentimentos dentro do seu contexto histórico, social e cultural, a partir do fazer reflexivo. Conclusão: A participação do profissional de arte na equipe interdisciplinar pode contribuir na reabilitação e reinserção sociocultural de mulheres no pós-operatório de câncer de mama. A arte possibilitou, de forma integrada e contínua, uma atmosfera de contribuições para a expressão de sentimentos.

PALAVRAS-CHAVE: Câncer de Mama, Profissional de Arte, Imagem Corporal, Redesenhando corpos

Introdução

[...]O artista então, tanto o plástico como o poeta, é um ser em antecipação que se torna vítima de verdadeiras conspirações organizadas contra a mudança, contra o novo, contra o inédito (RIVIÉRE, 1999)

A arte tem a capacidade de antecipar alguns pensamentos, pois busca caminhos diversos para sua comunicação, ou mesmo para a transmissão de conhecimentos acadêmicos ou empíricos, sendo porta voz desta sociedade e contextos a cada momento histórico com seus processos de criação (SALLES, 2010). É na primeira metade do século XXI que o presente trabalho se insere visando discutir a contribuição do profissional de arte na equipe interdisciplinar com as pacientes no pós-operatório de câncer de mama, na busca de possibilidades teóricas e práticas de pesquisa nessa fase a mulher encontra-se em período frágil. Com esta perspectiva se fez necessária a busca da terminologia para nomear arte, saúde e qualidade de vida, palavras que nortearão a interlocução das áreas de conhecimento pertinentes.

Atualmente as mulheres no pós-operatório de câncer de mama voltam as suas atividades rotineiras – laborais, sociais e de lazer. Assim torna-se fundamental estudos que avaliem sua qualidade de vida, a partir das sequelas

adquiridas com a doença e seu tratamento. A Política Nacional de Atenção Oncológica normatiza a presença de uma equipe interdisciplinar de atenção a essas pacientes, composta por psicóloga clínica, assistente social, nutricionista, enfermeira, fisioterapeuta, dentista e médico (PORTARIA nº 741/19-12-2005). A inserção do profissional de arte para constituir a equipe pode ser uma possibilidade a mais na recuperação dessa mulher, pois ao longo da historiografia da arte, o ícone da feminilidade é constantemente abordado com delicadezas, apontando temáticas do seu corpo, como a maternidade, sexualidade, lazer, estética pessoal, estética da casa, enfim, uma mulher que constrói uma vivência múltipla de papéis sociais (FERREIRA e MAMEDE, 2003).

Com essa perspectiva foi desenvolvida a pesquisa de Mestrado, no Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino–FAE, no Programa Interdisciplinar em Educação, Ambiente e Sociedade (PPGEAS), na Linha de Pesquisa Saúde e Qualidade de vida na Sociedade Contemporânea.

A escolha da arte, em especial a linguagem visual, vai além da materialidade forma – conteúdo e mediação cultural. O domínio das técnicas, saber usar os pincéis chatos e redondos, os lápis, carimbos, as folhas de papel, as tintas e os solventes em diversos formatos, desenhos, diários de bordo, recortes em tecidos, bordados, costuras, linhas e agulhas ajudam a criar uma interlocução entre o diálogo científico, com fundamentação teórica e a práxis das áreas adversas que venham a participar do tratamento desta mulher (COLAGRANDE, 2010). Acometida pelo câncer de mama em sua fase de pós operatório.

1 Qualidade de vida: possíveis diálogos arte & oncologia

Com esta pesquisa, sob a luz da literatura específica de arte e a iconográfica de diversas artistas, chegou-se ao ponto convergente da cena contemporânea e suas interfaces. Desenhar, recortar, modelar traz um universo muito amplo de possibilidades, quando os artistas vão inventando um jeito de se colocar dentro deste universo. Suportes usados para pintura também variam bastante. Misturar materiais para a construção de figuras também é algo recorrente. Materiais como o lápis grafite, carvão, tesoura, papéis coloridos, modelagem fazem com que a forma se misture com a ideia dos materiais. Entretanto esses trabalhos tiveram caráter de construção, não objetivado o produto final.

Com abrangência propositiva com o objetivo geral :Avaliar a influência de oficinas de arte multidimensionais, com expressões gráficos, expressões pictóricas e modelagem, em mulheres no pós-operatório de câncer de mama,

seguidos dos objetivos específicos: Avaliar a influência de oficinas de arte multidimensionais em mulheres nos pós-operatório do câncer de mama forma de expressão de sentimentos.

Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), Qualidade de Vida (QV) é o completo bem-estar físico, mental e social. A Qualidade de Vida Relacionada à Saúde (QVRS) relaciona-se com a identificação dos aspectos do bem-estar físico, mental e social com agravos à saúde. O câncer de mama é o segundo tipo mais frequente do mundo, podendo causar alterações no universo biológico e social das mulheres no pós-operatório. Elas podem apresentar dificuldades em sua vida cotidiana, que podem se refletir na sua vida social, profissional, familiar e sexual.

Buscar maneiras para que a fase de tratamento da doença seja vivenciada com maior qualidade de vida geral e relacionada à saúde é a proposta da equipe interdisciplinar nos serviços de oncologia. A inclusão de um profissional de arte nesta equipe pode contribuir com a saúde, na forma como a mulher se enxerga, como vivencia o tratamento, lida com outras emoções na sobrevivência e seu desenvolvimento humano. A literatura da saúde sugere planejar estratégias para dar suporte e/ou corrigir alterações, a fim de melhorar a sua projeção da autoimagem e, conseqüentemente, da sua qualidade de vida (CIACO e REZENDE, 2012).

Segundo Barros (2005), a partir de registros do francês Bonnier, no ano de 1905, a pesquisa do distúrbio da imagem corporal – esquematia é o estudo da distorção do tamanho das áreas do corpo. Estudos posteriores nas escolas britânicas trazem conhecimento mais aprofundado nos aspectos neurológicos, fisiológicos e psicológicos. O médico neurologista Henry Head, em 1920, foi o primeiro a usar o termo esquema corporal, construindo uma teoria em que o indivíduo constrói o modelo de si mesmo a partir de um padrão de julgamentos da postura e dos movimentos corporais.

2 Expressão de sentimentos

Da supremacia do olhar surgem outras formas sensoriais: táteis, sonoras e olfativas que, aptas para inaugurar novas imagens, capitaneiam uma nova forma de apreender a realidade cotidiana. Nas artes, cada vez mais, os sentidos se cruzam e se articulam em possibilidades plurais da ação expressiva (RIZOLLI, 2005)

Durante as atividades foram manuseadas reproduções de imagens de artistas com um elenco de obras que abordam o universo feminino ao longo da

historicidade, que trazem o fazer artístico e discutem a temática do corpo feminino. Essas imagens foram organizadas em três caixas/pastas em diferentes níveis imagéticos, estabelecida pelo pesquisador. A participante teve autonomia para ver e rever essas imagens quando achasse necessário.

As oficinas tiveram um caráter multidimensional, abordando diversos campos, na imagem e memória das mulheres, considerando conhecimentos de partida, experiências prévias, conexões com outros saberes, além de compreensão da vida. A atividade foi realizada em grupo, mas tornou-se individual pois cada mulher trouxe consigo referências pessoais. As mulheres foram avaliadas em relação ao que esse pesquisador denominou.



A expressão dos sentimentos foi avaliada através da Metodologia usada por Fernando Hernandez (2000). O modelo propõe que o profissional de arte abandone o papel de “transmissor de conteúdos” para se transformar num pesquisador. A mulher com câncer de mama, por sua vez, passa de receptor passivo a sujeito do processo, com as análises dos dados que serão produzidos durante o processo do ciclo das oficinas de:

- + Expressões Gráficas (carvão e grafite) sobre papel canson e kraft,
- + Expressões Pictóricas (recorte e colagem) sobre papel canson e kraft
- + Escultórica (modelagem).

Estes trabalhos tiveram caráter que abrange o contexto de cada mulher participante das oficinas de arte. O processo pode transformar diferentes caminhos descritos de forma que organiza suas interfaces. Assim foi possível distinguir as fases:

- + Avaliação inicial – detecção de conhecimentos sobre o tema,

recolhendo evidências na forma de aprendizado, erros e pre-concepções dos participantes alunos;

- + Avaliação formativa – o progresso da participante é para o profissional de arte a tarefa de ajuste constante entre o ensino-aprendizagem;
- + Avaliação recapitulava – processo de síntese do tema. Este é o momento de reconhecimento em que participantes, alcançam os resultados e adquirem as destrezas e as habilidades.

Leitura e texto visual



FIG 01 -Foto .Fragmento Oficina “Corpos Adulteráveis: Redesenho Corporal”, Edson Elidio, 2016




Para compor este elenco de artistas se faz necessário o apontamento de vários olhares para a temática do corpo (Figura 1) e suas variáveis no campo da arte. Após este momento foi apresentada uma sequência de três pastas/caixas organizadas pelo pesquisador em três níveis classificadas em:

- Natural (imagens mais leves);
- Mínima (imagens nível médio);
- Máxima (imagens mais agressivas).

Foram utilizadas imagens coloridas, com reproduções em papel fotográfico de obras de artistas nacionais e internacionais com as mais diversas possibilidades da historicidade desde os primórdios até a contemporaneidade, que retratassem a temática corpo feminino, com deformação, mutilação, redesenho do corpo, corpo em construção e desconstrução

As imagens foram marcadas com cores para distinguir cada obra com um nível, fazendo uma escala de adulteração do corpo, estas imagens foram legendadas com etiquetas autocolantes de papel com diâmetro 12 mm, no canto superior de cada imagem/reprodução em papel fotográfico, colorida 15x 21 cm (Figura 02), para que não influenciasse a leitura das imagens.

Classificação das imagens

CORES	NIVEIS
	caixa/pasta Máxima
	caixa/pasta Mínima
	caixa/pasta Natural

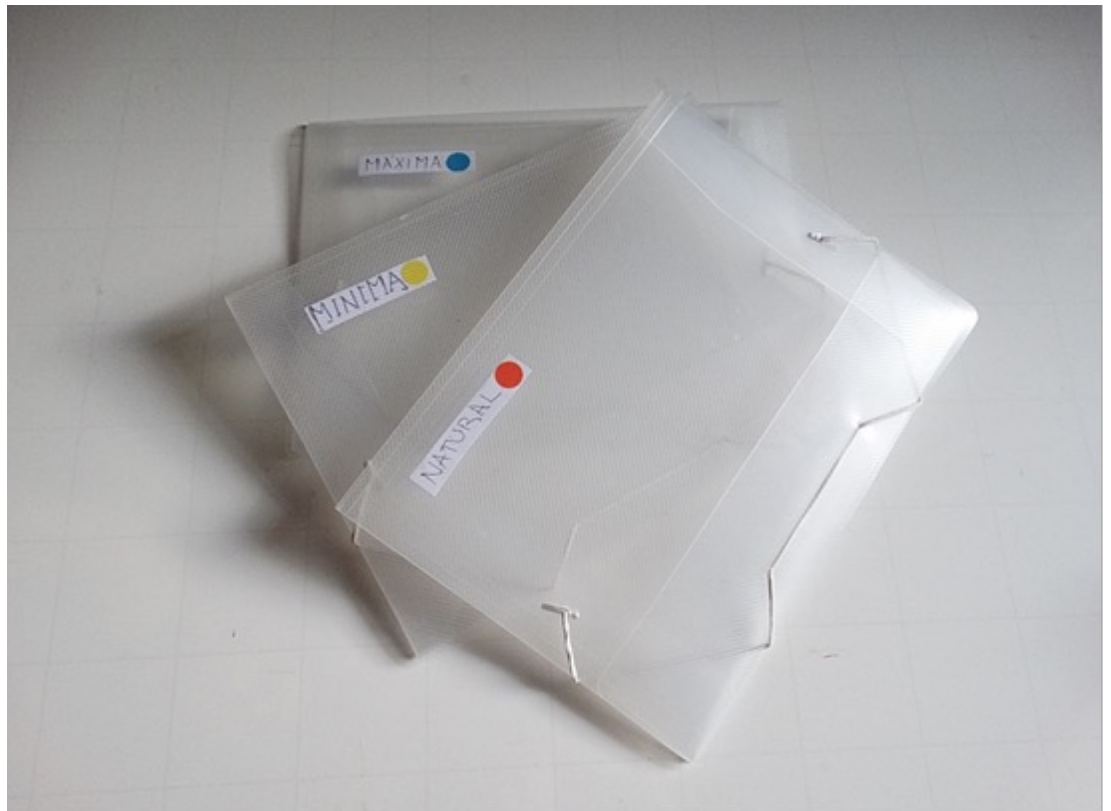


FIG 2 - `Pastas/caixas de acetato transparente de imagens :Máxima, Mínima e Natural

O que se pretendeu foi que a avaliação estimulasse a capacidade de pesquisa das participantes, aplicando em situações reais os conhecimentos adquiridos, para que pudessem assim responder produtivamente. Mais que medir e avaliar (Figura,3,4,5,6,7,8), foi entender e interpretar.

Foi necessário que o profissional de arte abra-se frentes de análise:

- + conceitual, para avaliar resultados não previstos;
- + investigativa, para levantar evidências do processo e dos resultados;
- + ético-política, para encontrar o caminho que vai da avaliação burocrática à democracia

Oficinas “Corpos adulteráveis: redesenho corporal”



*FIG 3-Foto -Oficina Pictórica, fragmento da oficina,
Edson Elidio,2016*



*FIG 4-Foto -Oficina Pictórica, fragmento da oficina,
Edson Elidio,2016*



FIG 5 Foto- Oficina Gráfica, fragmento da oficina,
Edson Elidio, 2016



FIG 6 Foto- Oficina Gráfica, fragmento da oficina,
Edson Elidio, 2016



FIG 7 Foto - Oficina Escultórica. fragmento da oficina,
Edson Elidio, 2016



FIG 8 Foto - Oficina Escultórica. fragmento da oficina, Edson Elidio, 2016

3 Conclusão

Esse estudo, apresentado na cena contemporânea, sob a luz da literatura e a interface da práxis, propõe a inserção do Profissional de arte na equipe interdisciplinar que trabalha com a mulher no pós-operatório do câncer de mama, já que as mulheres nesse período, passam por alterações no seu universo biológico, social e psicológico entre outros. Através da arte é possível à natureza humana correlacionando fatos influenciados pela mudança corporal, com reflexos para vida familiar, social, profissional e sexual.

Os resultados apresentados nos trabalhos das mulheres buscaram uma expressão poética, uma reflexão individual, levando em consideração que em momento algum houve a intervenção pelo profissional de arte em torno da obra de cada participante. A pesquisa representa intencionalidade da teoria e práxis apresentada pelo diálogo de valores sensíveis nesta experiência. Manifestar suas peculiaridades poeticamente, sob o a luz do contexto imagético com a paleta cromática nas obras, luz, texturas e entre outros fatores que poderiam ser explorados no momento da leitura imagética

A participação do artista para compor esta equipe interdisciplinar no pós-câncer de mama vem contribuir de maneira relevante, pois é um profissional capaz de compreender a realidade inserida no contexto histórico, social, cultural, redimensionando de forma integrada o Desenvolvimento Humano com conteúdo teórico/prático a partir do fazer reflexivo e de buscas contínuas no desafio contemporâneo da interdisciplinaridade nas esferas sua atuação. A participação do profissional de arte criou uma atmosfera de contribuições.

Referências

- ARNHEIM, R. Arte e Percepção Visual. São Paulo: Livraria Pioneira Editora. 1986.
- BRASIL. Comissão Nacional de Ética em pesquisa (CONEP). Resolução CNS 196/96. Diretrizes e normas regulamentadoras de Pesquisa envolvendo seres humanos. 1996.
- BUORO, A.B. Olhos que pintam: a leitura da imagem e o ensino da arte. São Paulo: Cortez, 2002.
- CALDAS, Felipe. Professor-pesquisador-artista: uma profissão ou terrível engano? Revista Bimestral de arte Panorama Critico Out/nov 2010.
- CIACO M.; REZENDE, L.F. de. Avaliação da imagem corporal em mulheres no pós-operatório de câncer de mama. Rev. Bras. de Mastologia. 2012.
- DUARTE, K.R.V. A Arte na contemporaneidade: Presente ausente: da experiência de passagem a passagem da existência. Tese (Doutorado em Educação, Arte e História da Cultura) - Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2014.
- DURAN, J. Cadernos de Viagem. São Paulo: Benvira, 2012.
- ECO, U. Obra aberta: forma e indeterminação nas poéticas contemporâneas. São Paulo: Perspectiva, 1997.
- HERNANDEZ, F.; VENTURA, M. Organização do Currículo por projetos de trabalho. Tradução Jussara Haubert Rodrigues. Porto Alegre: Artes Medicas, 1998
- HERNANDEZ, F. Cultura Visual: mudança educativa e projeto de trabalho. Tradução Jussara Haubert Rodrigues. Porto Alegre: Artes Medicas Sul, 1998.
- HOUAISS, A. Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro, Ed. Objetiva, 2012.
- INSTITUTO NACIONAL DO CÂNCER [on-line]. Disponível em: URL: http://www2.inca.gov.br/wps/wcm/connect/tiposdecancer/site/home/mama/cancer_mama [Acesso em 10/05/2015].
- INCA - Biblioteca Virtual em Saúde do Ministério da Saúde Disponível em: URL: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/dicas/133cancer_sus.html [Acesso em 10/06/2016].
- MARTINS, M.C. Mediação: provocações estéticas. São Paulo: Mediação, 2005.
- MARTINS, M C. PICOSQUE, G. GUERRA. M. T. Didática do ensino da arte: a língua do mundo: poetizar, fruir e conhecer arte. São Paulo: FTD, 1998.
- _____. Arte, só na sala de aula? Educação. Porto Alegre, V. 34, n.3, set/dez. p. 311-316, 2011.
- OSTROWER, F. Criatividade e Processos de Criação. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1989.
- _____, F. Acasos e criação artística. Rio de Janeiro: Campus, 1990.
- POLITICA NACIONAL DE ATENÇÃO ONCOLIGICA, Portaria nº 2439/GM de 8 de dezembro de 2005.
- _____. Portaria nº 741/GM de 19 de dezembro de 2005.
- PONTES, M. O. Diário de Frida Kahlo. Rio de Janeiro: José Olympio, 2012.

PORTAL ANVISA.GOV.BR

PORTAL MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Secretaria de Educação a Distância. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=289&Itemid=822>. Acesso em: 07 julho 2015.

PROENÇA, M.G. História da Arte. São Paulo: Ática Brasil, 2008.

PORTO, M. O ciclo das Mandalas. São Paulo; Editora Antroposófica, 2009.

RIZOLLI. M. Artista, cultura, linguagem. Campinas: Akademica Editora, 2005.

RIZOLLI. M.. O sentimento de inovação nas artes do século XX e suas implicações na criatividade contemporânea. In: Zula Garcia Giglio; Solange Muglia Wechsler; Denise Bragotto. (Org.). Da criatividade à inovação. Campinas: Papyrus, 2009.

RIZOLLI. M.. A arte contemporânea e o espectador criativo. Revista Recrearte internacional de creatividad aplicada total del grupo IACAT Compostela. n 11 Creatividad em las Artes: Vivificadora, 2009.

RIZOLLI. M.. Artistas-Designers do Século XX: um inventário semiótico. Tríades em Revista, v. 2, p. 1-8, 2011.

RIZOLLI. M.. Estéticas contemporâneas: Estudos sobre a pluralidade artística. Informática na educação: teoria & prática. Porto Alegre, V8, n.2, jul/dez. p. 91-100, 2005.

RIZOLLI. M.. Professores-Artistas na Universidade: um breve histórico das linguagens artísticas. Anais do XXIII Encontro Regional de História - O historiador e seu tempo. ANPUH/SP- UNESP / Assis ,24 a 28 de junho de 2006.

SALLES, C. A. Arquivos de criação: arte e curadoria. Vinhedo: Editora Horizonte, 2010

ZAMBONI, S. Um paralelo entre arte e ciência. 4ªed revista. Campinas: Editora Editores Associados, 2012.

WARR, T. Survey by Amelia Jones. The artist' s body. Coleção: Themes and movements. Editora Phaidon, 2006.

MEDIADOR - PROF. DR. CRISTIANO
CAMILO LOPES

Mostra de Graduação

TOMADAS DE DECISÃO DE UMA DOCENTE BILÍNGUE- UM ESTUDO DE CASO

MARIANA LEIJOTO PINTO OLIVEIRA E MENEZES

ORIENTADORA: PROF^a. DR^a. MARILI MOREIRA DA SILVA VIEIRA

O presente resumo visa sintetizar os frutos de um trabalho de conclusão de curso iniciado por questionamentos de uma professora em formação, que realizou uma série de anotações em seu primeiro ano letivo como professora assistente em escola bilíngue regular, em ano de alfabetização. Teve como objetivo apresentar os frutos da análise qualitativa do estudo de caso, que contou com reiteradas leituras dos apontamentos feitos a respeito das aulas de linguagem dadas para a turma, com o intuito de verificar as imbricações entre as interações planejadas e não planejadas entre alunos e professora, as teorias mobilizadas e a influência de cada um dos elementos no desenvolvimento acadêmico e emocional das crianças.

As anotações selecionadas no trabalho de conclusão de curso para análise teórica foram sintetizadas e compartimentadas nas instâncias memória, observação, intervenção e conclusão – elementos essenciais para a verificação da continuidade do trabalho docente e análise do ambiente de sala de aula.

Tendo por referência os autores Lev Vygotsky, Maurice Tardif, Henri Wallon e Paulo Freire, foi possível analisar sob um viés teórico e subjetivo as conexões entre os saberes docentes que dialogavam com a proposta curricular da instituição - focada no currículo International Baccalaureate -, com o apoio pedagógico dado à equipe de professores, a interação e o manejo de sala de aula para o desenvolvimento acadêmico e afetivo das crianças, e tecer conclusões positivas acerca da necessidade de observação ativa do professor sobre a sua docência e seus alunos e a manutenção do afeto e do vínculo para a garantia de aprendizagem bem-sucedida, em ambiente bilíngue ou não.

Foi possível perceber que as anotações tiveram conexão com a necessidade do docente de buscar tomar decisões que mantivessem a continuidade de

seu trabalho e permitissem formas de ação e interação com os alunos para melhorar o ambiente em sala de aula em termos socioemocionais e também facilitar a interação, aumentando o conforto dos alunos na imersão com a língua inglesa e formas de solucionar conflitos.

Do total de cinco anotações selecionadas das semanas 5 a 43- dentre todas que foram feitas semanalmente em aulas de linguagem-, a primeira tinha a finalidade de fornecer memória a respeito do primeiro contato com os alunos e seus traços de personalidade; a segunda, observação da forma com que os alunos solucionavam conflitos sem intervenção; a terceira e a quarta constituíram o registro dos resultados das intervenções intencionais para melhora comportamental e acadêmica, para, por fim, demonstrar um parecer e conclusão na quinta anotação, realizada na semana 43, que demonstrava a melhora no ambiente geral da sala, a imersão no inglês e o ambiente colaborativo que desde o início se desejava criar a fim de aplicar uma aula planejada com base nas zonas de desenvolvimento de Vygotsky, que pode ser aplicada – de forma bem sucedida, os alunos puderam realizar uma atividade de caça-palavras de forma colaborativa, em estações, onde tinham liberdade de circular por entre as mesas e ajudar colegas com maior dificuldade, fornecendo pistas e fazendo perguntas de forma que o colega fosse conduzido a encontrar a resposta que procurava.

Por meio das anotações, foi possível notar a necessidade de verificação e progressão do próprio trabalho do docente a fim de poder aplicar as teorias aprendidas durante o curso de pedagogia – que precisam integrar-se a múltiplas decisões práticas no cotidiano da sala de aula para poderem transparecer em uma aula planejada.

O professor, por meio do afeto e do contato, precisa descobrir informações sobre os alunos e sobre si mesmo, a fim de enriquecer o seu trabalho, que antes de informacional ou acadêmico deve ser, sobretudo, humano.

PALAVRAS-CHAVE: educação, relações humanas, bilinguismo.

Referências

- FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1997.
- INTERNATIONAL BACCALEAUREATE ORGANIZATION. The History of The IB. 2017. Disponível em: <https://www.ibo.org/globalassets/digital-toolkit/presentations/1711-presentation-history-of-the-ib-en.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2022.
- VYGOTSKY, L. A Formação Social da Mente: O Desenvolvimento dos Processos Psicológicos Superiores. São Paulo: Martins Fontes, 1991.
- VYGOTSKY, L. Pensamento e linguagem. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

- TARDIF, Maurice. Saberes docentes e formação profissional. Rio de Janeiro: Vozes, 2002.
- WALLON, H. Psicologia e educação da infância. Lisboa: Editorial Estampa, 1979.
- WALLON, H. As origens do caráter na criança. São Paulo: Nova Alexandria, 1995.

OS NOVOS HORIZONTES DA REFLEXÃO ÉTICA EM HANS JONAS E A NECESSIDADE DE REFORMULAÇÃO DO IMPERATIVO KANTIANO

WILLIAM CEPKAUSKAS PETRACHINI¹³⁴

ORIENTADOR: PROF. DR. ROGER FERNANDES CAMPATO¹³⁵

A contemporaneidade tem apresentado desafios a espécie humana em decorrência do acelerado avanço e modificações tecnológicas inseridas no cotidiano. O desenvolvimento a todo custo cobra seu preço indicando uma exaustão da capacidade do planeta de sustentar as ambições humanas, nota-se um desequilíbrio no regime natural ao qual o ser humano faz parte, trazendo impactos ambientais de toda ordem, em que não é mais possível exercer o controle sobre as mudanças, apresentando-se irreversíveis.

As modificações tecnológicas percebidas de forma cada vez mais acelerada pela sociedade contemporânea, bem como os avanços em diversos campos da ciência e do conhecimento, além da constante intromissão da técnica em nosso cotidiano, têm causado mudanças evidentes na vida de cada indiví-

134 Possui graduação em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2014). Pós-Graduação em Direito Eleitoral pela Escola Judiciária Eleitoral Paulista (2016). Graduando em Filosofia pela Universidade Presbiteriana Mackenzie 5o Semestre.

135 Possui graduação em Comunicação Social (Habilitação em Jornalismo) pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (1994), graduação em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (1999), mestrado (2002) e doutorado (2007) em Filosofia pela Universidade Federal de São Carlos. É professor adjunto I da Universidade Presbiteriana Mackenzie (UPM). Foi coordenador (2017-2020) dos Cursos de Licenciatura e de Bacharelado em Filosofia do Centro de Educação, Filosofia e Teologia (CEFT) da UPM e coordenador de Pesquisa do CEFT (2014-2017), onde atualmente desempenha a função de Tutor de Desenvolvimento de Carreira. É líder do Grupo de Pesquisa em Ética e Bioética (GPEB/UPM/CNPq), membro do Comitê de Ética em Pesquisa envolvendo Seres Humanos (CEP-UPM) e membro do comitê de Ética da diretoria da Sociedade Bioética de São Paulo (Regional da Sociedade Brasileira de Bioética). Tem experiência na áreas de Filosofia e de Sociologia, atuando principalmente nos seguintes temas: Ética, Bioética, Filosofia Política, Teoria Crítica, Sociologia do Trabalho e das Organizações.

duo e da coletividade. Se, por um lado, herdamos da modernidade a ideia de progresso a todo custo, por outro assistimos à degradação da vida em diferentes aspectos: moral, social, ambiental, parte em decorrência da evolução tecnológica e do distanciamento existente entre ser humano e natureza.

Ao que tudo indica a humanidade, por meio do desenvolvimento da técnica, produziu em seu seio um potencial cuja dimensão de consequências permanecia até então desconhecida: a de expor a espécie humana ao risco da própria existência; isto porque, com a contínua destruição do meio ambiente, produção de armas nucleares com elevada capacidade mortal, criação de produtos sintéticos e artificiais que causam danos à saúde e outras criações não naturais, a perenidade da vida e da existência se veem em perigo, caso o comportamento moral dos sujeitos não se modifique.

Diante de todas essas questões que rodeiam a contemporaneidade e as bases éticas que fundamentam e legitimam o agir humano o filósofo Hans Jonas irá debater e formular um novo imperativo categórico de modo a indicar horizontes à reflexão ética de nosso tempo em face da tradição filosófica.

Neste ponto, nos deteremos na ética kantiana, enraizada em nosso comportamento moral. Kant na modernidade iniciou um movimento inédito centralizando o homem e especialmente sua razão como capaz de estabelecer suas próprias diretrizes morais. Com este autor, o sujeito passou a ter autonomia, pois qualquer ação moral não deve estar condicionada empiricamente, devendo respeito apenas à própria razão que busca seu fundamento na lei moral. Por sua vez, tal lei é descoberta a partir do exercício racional que identifica o atributo a priori para o agir, qual seja: a universalidade.

Na visão de Jonas, a ética kantiana se demonstra limitada na contemporaneidade em virtude do advento massivo da tecnologia e das incontáveis variáveis que tais modificações acarretam, as quais apresentam desdobramentos muitas vezes inesperados, no âmbito dos quais o indivíduo não possui mais controle a partir de iniciada a ação. Os efeitos bons ou ruins do agir moral, em que pese a tentativa de estabelecer um controle completo da cadeia de ação, são imprevisíveis em diversas situações. Assim, uma ética formal como a de Kant não possui o condão de abarcar elementos e resultados aleatórios oriundos das novas possibilidades e ações pertencentes aos tempos atuais.

O filósofo Emmanuel Kant é o responsável por estabelecer as bases da ética moderna, a qual influenciou diretamente o agir na sociedade contemporânea. Iluminista, acreditava no progresso ético da civilização, confiando ao sujeito e na sua racionalidade a própria condução de sua conduta moral. Expresso em seu imperativo categórico: “Aja de tal modo que sua ação possa ser universalizável”, indica a crença na autonomia do sujeito e de que a humani-

dade estaria pronta para administrar suas ações afastando-se de condicionantes empíricos dependendo apenas da própria racionalidade.

Pontua-se que Hans Jonas apresenta críticas à ética de Kant. A primeira é que ética kantiana não possibilitaria uma reflexão moral propriamente dita, mas apenas uma reflexão lógica de compatibilidade ou incompatibilidade, situação que pode gerar perigo a vida, objeto fundamental na ética de Jonas.

Além disso, outra crítica presente na obra de Hans Jonas em face Emmanuel Kant é aquela que afirma ser a ética kantiana antropocêntrica, ou seja, suas regras morais consideram apenas o sujeito, desta forma desconsidera qualquer outra forma existente como participe da ética, afastando por exemplo, a natureza. Esta seria ou neutra a ação humana, ou objeto de sua exploração, contudo não compreendida importante na tomada de decisão moral.

Neste horizonte, a terceira crítica que podemos apontar se refere aos limites temporais da ética de Kant. Jonas afirma ser os modelos éticos tradicionais limitado apenas ao presente, ou seja, desconsiderando o passado e suas consequências, bem como desprezando qualquer efeito futuro possível da ação realizada no presente. Nota-se que para Jonas, as éticas até então produzidas, inclusive a kantiana não possibilita a o exercício da previsibilidade e percepção de possíveis consequências negativas na tomada de decisão presente.

Com efeito, tais críticas levam a Jonas realizar um esforço teórico e estabelecer um novo imperativo categórico, qual seja: “aja de modo a que os efeitos da tua ação sejam compatíveis com a permanência de uma autêntica vida humana sobre a Terra; ou sob forma negativa: “aja de modo a que os efeitos da tua ação não sejam destrutivos para a possibilidade futura de uma tal vida”.

Observa-se que a ética kantiana para Jonas precisa ser superada em prol da vida, por isso que o autor irá se valer do imperativo categórico kantiano e ampliá-lo, fazendo assim, na sua visão, a adequação necessária ao sistema ético que precisa ir além de elementos formais, como queria Kant, atingindo aspectos materiais, os quais afetam psicologicamente os indivíduos, direcionando o agir moral para aquilo que há de mais valioso, na sua opinião, a preservação da vida.

Nesta esteira, a responsabilidade é um conceito central na obra de Jonas, isto porque, o ser humano a partir da racionalidade e da sensibilidade motivadora da ação percebe que a vida deve ser protegida de forma incontestável. A responsabilidade é um desdobramento do dever humano retirado do imperativo categórico jonassiano, já que ao mesmo tempo que ao ser humano foi concedido um poder imensurável de alteração da realidade, na outra face da moeda existe a responsabilidade de preservar e garantir a vida no futuro.

É necessário ter em mente que em Jonas a vida recebe tratamento diferenciado, por se dizer respeito a um objeto que clama por existência. Não por acaso, uma das bases éticas que propõe é seu caráter ontológico. A vida quer viver e deve ser preservada por tempo indeterminado, o que exige dos indivíduos e da sociedade uma conduta que seja capaz de garantir sua prevalência e existência.

Como resultado desta construção, um dos novos elementos inseridos na ética de Jonas encontra-se na heurística do temor, a qual permite lançar um olhar a longo prazo no horizonte temporal, possibilitando aos indivíduos o exercício da capacidade de previsão racional, de modo a estabelecer quais ações devem ou não ser realizadas no presente, sem colocar em risco o futuro. Outro ponto a ser ressaltado na ética de Jonas, vinculado à própria fundamentação da concepção de heurística do temor, é a importância que o conhecimento teórico recebe no agir ético. Se em Kant este conhecimento versa sobre outro aspecto da razão, em Jonas ele constitui um elemento imprescindível para balizar o agir.

Em suma, tem-se que a ética formal de Kant desconsiderou o papel do conhecimento teórico no agir ético, considerando-o irrelevante ao rigor racional prático ao qual o sujeito deveria submeter a intenção de suas ações. A isso soma-se que Kant a todo modo pretendia afastar da ação moral condicionantes empíricos, tomados como decisivos no âmbito da razão teórica.

A rigor, em Kant, a razão autônoma, o agir por dever, busca sua fundamentação apenas na forma que decorre do imperativo categórico, enquanto Jonas pretende demonstrar a necessidade de superar o aspecto meramente formal em direção ao material, estabelecendo a importância de outros elementos, além da razão, que sustentam coerentemente um agir ético, por exemplo, o sentimento como elemento motivador da ação, algo de pouca importância para Kant.

Por essa razão, tendo como pano de fundo o formalismo ético de Kant, que se reflete na elaboração das formulações do imperativo categórico, discorreremos sobre a concepção de responsabilidade em Jonas, tomada como princípio ético capaz de oferecer uma resposta convincente aos desafios impostos pelo desenvolvimento tecnocientífico, que extrapolariam o horizonte kantiano.

PALAVRAS-CHAVE: Imperativo categórico. Kant. Jonas.

Referências

KANT, Crítica da razão prática. Petrópolis: Vozes, 2016.

_____. Lições de ética. São Paulo: Unesp, 2018.

JONAS, H. Ensaios filosóficos: da crença antiga ao homem tecnológico. São Paulo:

Paulus, 2017.

____. O princípio responsabilidade: ensaio de uma ética para a civilização tecnológica. Rio de Janeiro: Contraponto /PUC, 2011.

OLIVEIRA, J. Compreendendo Hans Jonas. Petrópolis: Vozes, 2008.

OLIVEIRA, J., POMMIER, E. (Org.). Vocabulário Hans Jonas. Caxias do Sul: Universidade

de Caxias do Sul, 2019.

SANTOS, R. Os problemas da técnica e a crítica à tradição na ética de Hans Jonas.

Revista BioEthikos, Centro Universitário São Camilo – 2011;5(2): 130-140.

SGANZERLA, A. Natureza e responsabilidade: Hans Jonas e a biologização do ser

moral. Tese de doutorado. Universidade Federal de São Carlos. Orientador: Dr. Richard Theisen Simanke. São Carlos/SP, 2012.

SIQUEIRA, J. E. Hans Jonas e a ética da responsabilidade. O mundo da Saúde, São

Paulo v.23, no 5: 342-348, 1999.

VOZ DOCENTE: a docência negada das professoras de Educação Infantil nas creches públicas do município de Carapicuíba (SP)

EMILY BOMFIM SOUZA¹³⁶

ORIENTADORA: PROF.^a. DR.^a. DÉBORA DA SILVA CARDOSO¹³⁷

A docência dedicada à primeira infância demanda a apropriação contínua de conhecimentos científicos específicos que garantam o desenvolvimento pleno dos alunos. Neste contexto, é evidente a necessidade de os professores de Educação Infantil serem profissionais qualificados e valorizados. Antagonicamente a esse fato, temos a realidade do município de Carapicuíba-SP, onde persiste uma política pública do descaso, pois as chamadas Pajens e Auxiliares de Desenvolvimento da Educação Básica (ADEBs) que, no chão da sala de aula, atuam diretamente com as crianças e em muitos casos são as responsáveis por assumirem sala sem a presença do professor titular, não são reconhecidas como professoras, não possuem plano de carreira e não fazem parte do quadro do magistério. Portanto, essas profissionais são desvalorizadas em sua profissão docente. Assim, uma indagação nos surge: como as Auxiliares atuantes na Educação Infantil no município de Carapicuíba-SP, percebem o impacto da não oficialização de seu papel docente na construção da identidade do professor dedicado à primeira infância? Com isso, o objetivo deste estudo é investigar a construção da identidade docente na Educação Infantil através do olhar de profissionais que não têm seu papel docente oficialmente reconhecido. Para tanto, através da revisão da literatura, traçamos o perfil do professor de Educação Infantil em suas es-

136 Graduada em Pedagogia, membro do grupo de pesquisa Território das Crianças liderado pela professora Doutora Débora da Silva Cardoso Silva. Trabalha na Educação Infantil como Auxiliar de Professor na rede pública de São Paulo.

137 Professora e pesquisadora da Universidade Presbiteriana Mackenzie. Doutora e Mestre pelo Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação, Arte e História da Cultura da Universidade Presbiteriana Mackenzie. Graduada em Letras e Pedagogia.

pecificidades, e explicitamos a necessidade desse profissional apropriar-se de conhecimentos específicos para garantia do pleno desenvolvimento da criança. Posteriormente, com um questionário de cunho quantitativo destinado a cerca de 300 ADEBs de Carapicuíba-SP, delimitamos o perfil de formação dessas profissionais, e, através de um depoimento-relato vivencial concedido por uma Auxiliar representante e uma entrevista previamente estruturada e enviada a dez auxiliares e respondida por oito, trouxemos a voz dessas profissionais, as quais puderam relatar a realidade na escola pública e a trajetória das Pajens e ADEBs pela valorização como professoras de Educação Infantil. Partimos também para a análise de um relato de caso observado explicitando a prática real exercida pelas ADEBs no chão da creche. E com o intuito de contribuir para a luta dessas profissionais pelo reconhecimento docente, foi feito um breve estudo sobre o possível impacto financeiro aos cofres públicos do município de Carapicuíba-SP caso as ADEBs fossem reconhecidas como professoras. Essas ações nos levaram a compreender que há viabilização da transformação do cargo, ou seja, o reconhecimento docente das Auxiliares, perpassa um caráter além do financeiro, e considera-se uma oportunidade do município de Carapicuíba-SP modificar essa política pública e valorizar essas profissionais que trabalham bravamente por uma Educação Infantil de qualidade.

CRIANÇA DA ERA DIGITAL: as narrativas de youtubers mirins e sua influência na educação e identidade da infância contemporânea

CAMILA BLESSA¹³⁸

ORIENTADORA: PROF.^a DR.^a DEBORA DA SILVA CARDOSO SILVA¹³⁹

A presente pesquisa, de título “Criança da era digital: as narrativas de youtubers mirins e sua influência na educação e identidade da infância contemporânea” teve como objetivo investigar a construção de identidade da infância a partir das experiências infantis que ocorrem por meio das narrativas dos youtubers mirins. A pergunta norteadora da pesquisa foi “quais as concepções de infância propostas pelas narrativas dos youtubers mirins?”. Como justificativa apresentamos que o fenômeno dos youtubers mirins é crescente em nossa sociedade, como apresentado pela pesquisa da ESPM Media Lab (2016) onde a categoria, em 2016, cresceu 564%, perpetuando e negociando, assim, identidades infantis através do YouTube, atingindo milhares de crianças. A pesquisa foi desenvolvida sobre abordagem qualitativa-exploratória e para análise optou-se pela Análise de Conteúdo (BARDIN, 2016). Foram selecionados 78 vídeos do ano de 2019 para composição do corpus, provenientes de dois canais de youtubers mirins, com um total de 211 referências, entre textos e imagens. O corpo teórico abrange, principalmente, os estudos históricos e sociológicos de infância (ARIÉS, 1986; DEL PRIORE, 2010; SARMENTO, 2003, 2004, 2005); escola dos Estudos Culturais (GIROUX, 1995; JONHSON, 2014; MARTÍN-BARBERO, 2000); estudos

138 Graduada em Gestão de Seguros pela Universidade Metodista de São Paulo. Licencianda em Pedagogia na Universidade Presbiteriana Mackenzie/SP. Especialização em Educação e Tecnologia com ênfase em formação de professores na cultura digital na Ufscar - Universidade Federal de São Carlos.

139 Professora e pesquisadora da Universidade Presbiteriana Mackenzie. Doutora e Mestre pelo Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação, Arte e História da Cultura da Universidade Presbiteriana Mackenzie. Graduada em Letras e Pedagogia.

de identidade (SILVA, 2014) e cultura digital, infância e mídia, mídia-educação (BÉVORT; BELLONI, 2009; BUCKINGHAM, 2021; GIRARDELLO, 2013; JENKINS, 2009). Os resultados identificaram quatro grandes categorias que permeiam a identidade infantil contemporânea que circulam, principalmente, nas categorias de consumo (34%), seguido por estereótipo (24%), adultização (22%) e celebridade (20%). Conclui-se a necessidade do apoio da mídia-educação para uma formação cidadã efetiva para a infância.

O USO DE JOGOS DE TABULEIRO NA PERSPECTIVA DE ESTIMULAR COGNITIVAMENTE AS CRIANÇAS

ANA CAROLINA GUEDES DE ANDRADE¹⁴⁰

ORIENTADOR: PROF. DR. RONÉ PAIANO¹⁴¹

As Funções Executivas (FE) são habilidades essenciais para a saúde física e mental, sucesso na escola, na vida e desenvolvimento psicológico, cognitivo e social do indivíduo. Por este motivo, justifica-se a importância de estimulá-las na escola e em outros ambientes. As atividades lúdicas, brincadeiras e jogos que proporcionem interação entre os jogadores, pensamento estratégico, tomada de decisão, análise de erros, são formas de estimular as FE. Questiona-se a possibilidade de os jogos de tabuleiro cumprirem essa função. O objetivo desta pesquisa foi analisar a carga de estímulo às FE de alguns Jogos de Tabuleiros Modernos. Como método foram submetidos à análise de sete juízes os jogos Dobble, Ubongo, City Blox, Jungle Speed, Ticket to Ride, River Dragons e Cupcake Academy através de descrições e vídeos disponibilizados aos juízes. Os componentes das FE mencionados por ao menos 50% dos juízes foram considerados. Os resultados mostraram que os jogos que mais estimulam as FE são Ubongo e Cupcake Academy, e os que menos estimulam são Dobble e Jungle Speed. Levando em consideração os componentes das FE, a flexibilidade cognitiva apareceu em todos os jogos, enquanto o controle inibitório apresenta-se somente nos jogos Dobble e Jungle Speed. A memória operacional está presente em quatro jogos. Raciocínio, resolução de problemas e planejamento apresentam-se em cinco jogos. Conclui-se que a avaliação dos juízes cumpriu o objetivo de sinalizar

140 Graduada de Pedagogia e Letras na Universidade Presbiteriana Mackenzie (UPM)

141 Possui graduação em Educação Física pela Universidade do ABC(1986) e Mestrado em Educação, Arte e História da Cultura pela Universidade Presbiteriana Mackenzie(1998). Doutor em Distúrbio do Desenvolvimento (2019). Tem vasta experiência na Educação Física Escolar tendo atuado como professor e Coordenador da área de Educação Física e Esporte (1987 a 2005). Desde 2000 é professor da Universidade Presbiteriana Mackenzie ministrando aulas nos Cursos de Educação Física (2000 a 2016) e Pedagogia (2006 até o momento)

que jogos podem ser mais estimulantes na perspectiva cognitiva além de possibilitar pesquisas futuras que avaliem o impacto da intervenção com estes jogos nas FE de crianças.